. . . .

História dos Fundadores do Império do Brasil

Volume II

A vida de D. Pedro I

Tomo 3º

Otávio Tarquínio de Sousa

Edições do
Senado Federal

Volume 209-C

D. Pedro I (* 1798 – ✝ 1834)

História dos Fundadores do Império do Brasil

. . . .
Edições do Senado Federal – Vol. 209-C

HISTÓRIA DOS FUNDADORES DO IMPÉRIO DO BRASIL

VOLUME II

A VIDA DE D. PEDRO I

TOMO 3º

Otávio Tarquínio de Sousa

Brasília – 2015

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 209-C

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho

ISBN: 978-85-7018-614-0

Sousa, Otávio Tarquínio de, 1889-1959.
História dos fundadores do Império do Brasil / Otávio Tarquínio de Sousa. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.
5 v.
XVI, 352 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 209-C)

Conteúdo: v.1. José Bonifácio – v. 2, t. 1-3. A vida de D. Pedro I – v. 3. Bernardo Pereira de Vasconcelos – v. 4. Evaristo da Veiga – v. 5. Diogo Antônio Feijó.

1. Primeiro Reinado(1822-1831), Brasil. 2. Imperador, Brasil. 3. Silva, José Bonifácio de Andrada e, 1763-1838, biografia. 4. Pedro I, Imperador do Brasil, 1798-1834, biografia. 5. Vasconcellos, Bernardo Pereira de, 1795-1850, biografia. 6. Veiga, Evaristo Ferreira da, 1799-1837, biografia. 7. Feijó, Diogo Antônio, 1784-1843, biografia. I. Título. II. Série.

CDD 981.04

. . . .

Sumário

Índice de ilustrações

D. Pedro em Paris, no ano de 1832

Desenho de A. Maurin. Lit. de Lemercier.

D. Miguel, em 1827

Desenho e gravura de J. V. de Sales.
Coleção D. Pedro Gastão.
Palácio Grão-Pará, Petrópolis

. . . .

Capítulo XXIII

A FILHA DO PRÍNCIPE EUGÊNIO. A ALEGRIA DE D. PEDRO. A MAIS BELA DAS PRINCESAS E NÃO UMA NEGRA DO HAITI. A CHEGADA DE D. AMÉLIA. PRIMEIROS TEMPOS DO NOVO CASAL. DECEPÇÃO DO MARIDO? BOA INFLUÊNCIA DA SEGUNDA IMPERATRIZ. O MINISTÉRIO BARBACENA. O ACIDENTE DA RUA DO LAVRADIO. O VERÃO NA SERRA DO CORREIA. AINDA E SEMPRE A QUESTÃO PORTUGUESA. A MISSÃO SANTO AMARO.

FOI COM SURPRESA e grande alegria que D. Pedro recebeu a notícia do seu próximo casamento. Havia pouco tempo ele escrevera a Barbacena, dizendo "*C'est une affaire finie* [....] estou cansado de sofrer maroteiras desses infames diplomatas absolutos", ao mesmo tempo que ordenava a volta de D. Maria II: "Parta com a menina para cá imediatamente, não admito reflexão alguma."[808] Desconfiado de que o militar e diplomata mineiro dedicado ao seu serviço desde antes da Independência não estava cumprindo rigorosamente as recomendações recebidas, no tocante à rainha esbulhada, despachara para a Europa o marquês de S. João de Palma, aqui embarcado na corveta *Maria Isabel*, a 20 de junho de 1829. Mas a verdade era que Bar-

808. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXV – doc. 3818.

bacena fora sempre de exemplar solicitude no desempenho de sua missão, especialmente na parte relativa a D. Maria II, e em defesa dos direitos desta se pusera em vigilante defensiva não só diante de Viena, como de Londres, a suspeitar por igual de Metternich e de Aberdeen. Pequena, nula fora a sua participação nas negociações para o casamento com D. Amélia, cabendo todas as glórias, no caso, a Pedra Branca, de Brack e Dumoulin. Barbacena, com pouca fé em todos os três, só interviria no fim, depois de tudo arranjado, já que só ele tinha poderes para firmar compromissos.

Segundo carta de Dumoulin dirigida a D. Pedro quase um ano depois da celebração do enlace, o encontro da noiva se devera a um acaso. Paulo Barbosa cogitava de conseguir em França oficiais que se incumbissem da instrução de um corpo de lanceiros e conversou a respeito com o visconde de Pedra Branca. Este, de seu lado, falou ao duque de Orleans, o qual, fosse por benevolência, ou para livrar-se de importunações do coronel de Brack, indicou-o a Pedra Branca. Fazendo relações com o diplomata brasileiro, soube de Brack que se diligenciava em vão obter a mão de uma princesa para D. Pedro e logo lhe ocorreu escrever à grã-duquesa de Baden, acerca de sua filha Luísa. Entrou em cena também, visando ao mesmo objetivo, Dumoulin, que esteve no Rio, avistou-se com Miguel Calmon e tornou à Europa com uma carta do imperador. Parecendo bem encaminhado o negócio, falhou, entretanto, pela oposição do grão-duque. Em longo relatório a Calmon, de 12 de dezembro de 1828, Dumoulin afirmara que, não podendo ver a filha unir-se a D. Pedro, a grã-duquesa Estefânia lembrara o nome da sobrinha da Baviera, "*la fille d'Eugène*". Ao fazer tal sugestão, Estefânia dissera: "*Se Don Pedro rend justice à la gloire de Napoleon, porquoi ma nièce de Bavière ne remplacerait-elle point ma Louise?*" Tais palavras figuram textualmente no relatório. Pura farsa: "*Mais l'avouerai-je? Ce nouveau projet m'appartenait seul, cette idée me vint en route [....] cependant pour faire goûter cette pensée je la donnai à Mr. de Pedra Branca comme venant de S. A. R. et Mr. de Brack écrivit* à *Munich.*"[809] Era o que revelava ao imperador o intermediário Dumoulin, intrigando de Brack e reclamando recompensas como o verdadeiro descobridor da princesa ideal.

809. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCI – doc. 4219.

Fosse obra de Dumoulin, fosse de de Brack (que também viera ao Brasil e recebera a paga), fosse de Pedra Branca, o alvo das efusões de D. Pedro seria Barbacena. Esta carta dava a medida do seu júbilo: "Meu marquês, meu Barbacena, meu amigo, e não sei que mais. Quão satisfeito estou pelo negócio do meu casamento ir desta vez ao fim! Se fosse possível pintar-lhe nesta carta meu contentamento para que chegando a tempo de lá a achar (o que Deus não permita) a mostrasse à minha *Salvadora, à Salvadora* do Brasil, à minha adorada Amélia, que felicidade seria a minha! Sirva a boa vontade. Perdoe que lhe faça constar o que em francês escrevi por baixo do retrato no dia 20 de julho, e que está junto da pena que hoje assinou a ratificação – *Vous êtes un présage de bonheur pour moi, et pour tout le Brésil, et au même temps la terreur des factieux et des révolutionnaires* – Creio que escrevi uma verdade, agora só me resta fazer votos ao Céu para que quanto antes eu a tenha em minha companhia, fazendo as minhas delícias e felicidade, bem como a de meus filhos e Império. Eu nada mais falo do que vai pelo mundo, muitos falarão, nada é digno de escrever-se em uma carta em que se fala de um assunto tal, só lhe digo que conhece meu caráter franco e leal, e quanto eu sou capaz de fazer quando empenho minha palavra de honra. Peço-lhe, e com as lágrimas nos olhos, que diga à imperatriz, e até que lho digo com as lágrimas nos olhos = *Mon coeur appartient à ma chère Amélie, et si je n'avais pas le plaisir de voir réussir cette negociation, certainement le tombeau sera mon repos eternel, c'est mon coeur qui parle, et le temps m'aidera a le prouver* – Meu entusiasmo é tão grande que só me falta estar doido, eu não sossego, eu só suspiro pelo dia feliz, pelo dia, ou da minha salvação, ou da minha sentença de morte, se acaso falha. Eu sinto não adivinhar o que seria mais agradável ao meu Amor, à minha adorada Amélia, que eu fizesse para lhe provar de antemão minha paixão, a fim de fazê-lo, e poder à sua chegada logo ser olhado, não só como esposo, mas sim como seu verdadeiro amo, e até devoto. Se puder apresentar esta em alguma ocasião oportuna à imperatriz, far-me-á grande obséquio, para que ela veja e fique conhecendo a maneira por que pensa seu esposo, que realmente é homem de bem e de caráter, e que sabe e sempre saberá em fatos desmentir calúnias e provar o que diz. Sou e serei cada vez mais seu amigo Pedro. 29 de junho de 1829."[810]

---

810. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXV – doc. 3818.

Tantas declarações de amor e tão exaltadas por mulher que só de retrato conhecia explicar-se-iam antes por um sentimento de gratidão. Encontrara por fim quem não o temesse, quem levasse à conta de exagero ou mesmo de falsidade o que a seu respeito se propalava. Amor, porém, não poderia ter ainda, embora já lhe estivesse em trabalho a imaginação de grande erótico. Sabia que a futura imperatriz era bela e a este respeito não faltavam informações seguras. Em carta de 22 de maio, contava-lhe Barbacena: "Aí tem V. M. I. o retrato da linda princesa, que aconselhada por seu tio o rei da Baviera, inimigo de Metternich e doador, como V. M., de constituições liberais, ousa passar os mares para se unir a um soberano que todos os ministros austríacos na Europa pintam como o assassino de sua mulher. O original é muito superior ao retrato."[811] Nessa longa missiva, o marquês de Barbacena não discrepava do seu ponto de vista, muitas vezes sustentado, acerca dos embaraços opostos por Viena às segundas núpcias de D. Pedro: "Com a filha da grã-duquesa de Baden aconteceu o que sempre receei, isto é, que se fosse mister o consentimento do grão-duque, que nunca tal casamento se faria, porque aquele príncipe está à disposição de Metternich." Fazia, porém, justiça a quem na verdade o imperador ficara a dever tão bela mulher: "O visconde de Pedra Branca, aproveitando-se da boa disposição e vontade da grã-duquesa e sabendo da indisposição do rei da Baviera com Metternich, dirigiu suas diligências para a princesa Amélia, sobrinha daquele soberano e da imperatriz da Áustria. Parece indubitável estar conseguindo o consentimento tanto da duquesa de Leuchtenberg, que é tutora, como do rei seu irmão." Salientava ainda Barbacena que a princesa, pelo lado paterno – Eugênio de Beauharnais –, carecia de "puritanismo" de origens, mas o imperador não o autorizara a admitir sacrifícios, caso necessário, dentre as quatro condições estabelecidas nas instruções – nascimento, formosura, virtude e educação – na primeira e na última? O diplomata poderia ter dito que D. Amélia preenchia todos os requisitos, pois ser filha de Eugênio de Beauharnais, se a deprimia diante dos carranças que acreditavam em sangue azul, a exalçava em face dos que reconheciam a grandeza, a bravura e a lealdade de um homem verdadeiramente nobre.

---

811. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXV – doc. 3821.

Por esse lado, aliás, não se embaraçou o marquês de Barbacena: "A elevação de V. M. I. o constitui em circunstâncias de poder prescindir e não precisar da ilustração da sua mulher." Existia, entretanto, ponto de maior relevância a elucidar: a beleza da noiva. Não bastavam as informações dos intermediários – podiam ser tendenciosas; tampouco seria prova irretorquível o retrato. E o mineiro conhecedor do seu amo, para esquivar-se a possíveis censuras, resolveu escolher um perito, alguém que fosse ver a princesa e, por suas funções no paço, não pudesse mentir ao imperador. Para Munique seguiu o veador Ernesto Frederico de Verna, a fim de certificar-se da formosura de D. Amélia. Não havia como incorrer em erro o perito: "Para evitar enganos e desculpas, eu tive o cuidado de indicar o padrão a ele, bem como V. M. I. o indicou a mim, *scilicet* a marquesa de Gabriac." O modelo apontado era a esposa do ministro de França no Rio de Janeiro, marquês de Gabriac, transferido em 1828 para a embaixada na Suíça. Deveria ser mulher muito bela e de exigente virtude, pois, se D. Pedro a escolheu como padrão feminino, certamente a andou cobiçando, em segredo e sem resultado, já que nada a respeito registraram os maledicentes da época. Verna deu conta do desempenho de sua missão, em carta a Barbacena, que vale como um laudo: "[....] vi a princesa no quarto do aio do seu augusto irmão e posso afirmar a V. Exª debaixo de minha palavra de honra que S. A. R. me pareceu muito mais formosa que o retrato que a V. Exª entreguei."[812]

À princesa na verdade não faltavam os dons mais raros. Sem exagero, o *Times*, de 25 de julho, anunciava: "[....] a futura imperatriz do Brasil já fez 17 anos de idade e, por sua beleza, sua graça modesta, força de entendimento e cuidados maternos postos em sua educação é uma das mais completas princesas da Alemanha. O bom povo da Baviera vê com pena sua projetada partida para regiões tão distantes." A 30 de maio, em Cantuária, na Inglaterra, foi assinado o contrato nupcial, representado D. Pedro por Barbacena e a duquesa de Leuchtenberg por Luís Planat de la Faye. Ato jurídico visando sobretudo a regular os aspectos econômicos do enlace, não discrepou em suas cláusulas dos instrumentos congêneres.

812. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXV – doc. 3821.

A 2 de agosto celebrou-se em Munique o casamento. Estavam dissipados todos os sustos do marquês de Barbacena, sempre em guarda contra algum golpe de Metternich. Sustos muitas vezes sem motivo, mais imaginação do que realidade. Bem feitas as contas, sem embargo de todas as suas diligências, pequena fora a parte que lhe tocara no arranjo da segunda imperatriz. Os negociadores verdadeiramente eficazes tinham sido Pedra Branca, de Brack, Dumoulin, com a ajuda valiosa da duquesa de Saint-Leu, a antiga rainha Hortênsia, e da grã-duquesa de Baden, D. Estefânia[813]. Barbacena emprestou, porém, à ultimação do negócio, a sua extrema solicitude, e não se esqueceu de obviar dificuldades porventura existentes no Rio, devidas aos excessos do viúvo-noivo. Em carta de 9 de julho, estimulando-lhe os bons impulsos, afirmava estar "seguro dos [seus] sentimentos heroicos", à vista do "generoso sacrifício da mãe e da filha". Não seria lisonjeira a expressão "generoso sacrifício", mas explicá-la-ia, informando a D. Pedro que continuava a campanha contra o seu caráter e a sua fidelidade, tendo gazetas de Londres (o *Morning Post*, de 6 de julho de 1829) dado como certo o casamento com a marquesa de Santos. E, à guisa de isca, juntava mais uma opinião acerca da beleza da filha do príncipe Eugênio, a de Isidoro de Oliveira: "A mais linda e perfeita pessoa que tem visto."

Conhecendo a força do amo, o marquês receava chegar ao Rio com a nova imperatriz e lá encontrar a concubina. Inquieto, comunicava-lhe isso e perguntava como seria possível ocultar o fato a D. Amélia; e a Gomes da Silva vaticinava: "Teremos o maior dos escândalos." Tão desassisado não era D. Pedro: mal tivera notícia de que o casamento se realizaria, descartara-se da marquesa com a maior decisão e passara a sonhar com a nova mulher. Fiando-se antes no retrato e informações de terceiros, dava agora Barbacena o seu testemunho pessoal, depois da cerimônia matrimonial de 2 de agosto: "É indubitavelmente a princesa mais linda e mais bem educada que existe na Europa e quando a vi emparelhada com as duas primas, que foram primeiramente pedidas, dei muitas graças a Deus. V.

813. Henri Chavane de Dalmassy – "Comment Amélie de Beauharnais devint Imperatrice", *Revue de Questions Historiques*, de julho e setembro de 1937.

M. I. gozará do prazer doméstico em toda a sua extensão."[814] Elogiando a filha e desejando felicidades ao casal, escrevia também a D. Pedro a princesa Augusta Amélia, sua sogra: "*Ainsi, mon fils, car j'ose maintenant vous donner ce doux nom, éloignez d'elle tout ce qui pourrait lui donner l'idée d'une faute passée afin de ne pas effrayer pour l'avenir ce jeune coeur qui est la pureté même.*"[815] Aí estava a visão terrífica da barregã paulista e provavelmente de um dos frutos da união tão comentada: nem a marquesa de Santos, nem a duquesa de Goiás deveriam dar à jovem imperatriz *l'idée d'une faute passée*. Se Domitila já regressara a São Paulo, a duquesinha bastarda não demoraria em ser mandada para a Europa e entregue às religiosas do Sacré Coeur, em Paris, a receber educação, inclusive da fundadora da Ordem, mère Barat, hoje venerada como santa.

Positivamente, D. Pedro buscava demonstrar a D. Amélia que lhe merecera o "generoso sacrifício". Um homem que sempre fora seu amigo e lhe dissera sempre a verdade, escrevia-lhe de Ostende aonde acompanhara a nova imperatriz: "Senhor, eu não fui quem escolheu esta princesa, e por isso posso e devo ser acreditado. Ela é bela, e é esse o seu menor predicado. É a única de tantas princesas pedidas que teve ânimo para desprezar intrigas para passar o oceano e para ir unir a sua à sorte de V. M. Mas tudo isto é menos que o fundo da virtude, da boa educação, da bondade, da doçura, da dignidade, do juízo e da instrução que a adornam. Entre a fila de povos por que transitamos a opinião a favor dela foi uma só; e tenha V. M. como homem e como soberano orgulho de possuir aquela que tão diversos povos e tão imparcialmente proclamam. O amigo da infância, da puberdade e da virilidade de V. M. assim lho diz; creia-o como sempre o tem acreditado. Faça feliz a única princesa que o quis, e a que, pelo que vejo, sinto e creio, pode e há de encher as medidas do seu coração."[816] Mas Resende sabia que com o amigo de todas as idades não convinha manter-se sempre em tom grandíloquo ou sentimental: outras notas o moviam, outros argumentos também o tocavam. E insinuava ao

814. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXV – doc. 3821.
815. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXVII – doc. 3973.
816. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIII – doc. 3816.

grande sensual, em carta de timbre bastante diverso, evocando a noiva e o ardor do insofrido consorte: "Um ar de corpo como o que o pintor Correggio deu nos seus quadros à rainha de Sabá, e uma afabilidade que aí há de fazer derreter a todos, fez com que eu exclamasse na volta para casa: valham-me as cinco chagas de N. S. Jesus Cristo, já que pelos meus enormes pecados não sou imperador do Brasil. Que fará o nosso amo na primeira, na segunda e em mil e uma noites? Que sofreguidão! Os dedos hão de parecer hóspedes [....]."[817]

D. Pedro estava vingado de todas as recusas e de todos os insultos. *Le Drapeau Blanc*, de Paris, não noticiara que ele iria casar-se com uma princesa filha do negro Cristóvão do Haiti, para não desdizer da cor das damas da corte do Brasil? A despeito da fama nada favorável que ganhara na Europa, poderia ufanar-se de ter feito um bom casamento, preenchidas inteiramente pelo menos três das quatro condições impostas para a obtenção de uma noiva na Europa e não no Haiti. Uma fase nova, de maior regularidade e compostura na vida sexual do monarca, ia começar com a chegada da segunda imperatriz. Esta encontraria o bilontra contumaz nos melhores propósitos de fidelidade e direitura. Cortara todos os laços com as amantes. A marquesa, já em São Paulo, embora a gerar um filho da despedida, fora banida de vez. Carmen García, em Montevidéu, nada mais conseguira, além de auxílios pecuniários logo cancelados, verificado o aborto de um filho imperial. Clémence Saisset, mais esperta e ajudada pelo espantoso cinismo do marido, lograra extorquir promessas e quantias mais elevadas, aumentando os trabalhos e as canseiras de Barbacena e Resende. Mas, cedendo à exploração do casal francês – por causa dele Barbacena firmou a regra de que em França "*le cocuage est un bien*" – e amparando o filho da Saisset, que ficou se chamando Pedro de Alcântara Brasileiro, a nenhuma mulher estava mais preso D. Pedro ao casar-se com D. Amélia. Esperava-a disponível, ansiando por ela com a versatilidade dos homens do seu feitio. Dir-se-ia que não conhecera ainda o amor, tais os arroubos juvenis inspirados pela notícia do feliz desfecho do negócio matrimonial. Esquecia-se de repente das mulheres a quem parecia ter amado tanto, in-

---

817. *R.I.H.G.B.*, tomo 80, pág. 353.

clusive Domitila, e a pobre morta, a imperatriz D. Leopoldina. Mas não se esquecia dos filhos, legítimos ou não. A princesa D. Paula merecera-lhe o máximo desvelo, viagens repetidas à fazenda de Correia, todos os cuidados de um pai aflito. Não se esquecia de Rodrigo, o filho que tivera com a baronesa de Sorocaba. Mandara-o para a Europa e a seu respeito escrevia a Barbacena: "[....] esperando que não se escandalize comigo pela minuciosidade, peço-lhe que o mande aprender a nossa língua, pois não quero que depois de grande me apareça dizendo 'minha cavalo, minha pai, etc.'[818]." Mandaria breve também para a Europa a pequena Goiás, esta porém com honras principescas.

A expectativa da chegada da nova imperatriz não diminuíra o ritmo da incessante atividade de D. Pedro. Não aconselhassem pausa, vagar, moderação a esse monarca não só ativo como agitado. Palavras perdidas, como seriam as que pretendessem induzi-lo a confiar mais em seus ministros. Queria ter a iniciativa de tudo e por isso cerceava a daqueles que mais poderiam ajudá-lo e revoltava-se com a do poder que consagrara na Constituição – a Assembleia, de preferência a Câmara dos Deputados. Um exame perfunctório dos papéis do arquivo imperial deixa fora de dúvida o seu sistema de absorver todas as atribuições, de chamar a si o que ordinariamente caberia a ministros e secretários. Por certo, isso patentearia a sua diligência, o seu zelo, a sua atenção pelo serviço público. Mas tal centralização seria muitas vezes prejudicial, já que não raro desprezava o parecer autorizado para seguir a própria inspiração. De qualquer maneira, jamais casos de amor, atividades esportivas e venatórias, e até negócios dinásticos ou de família, como a sucessão da Coroa portuguesa, relegaram para plano secundário os deveres de monarca. Era da espécie de homens que dominam o tempo, não o deixam escapar em vão, ocupam-no e aproveitam-no totalmente. Esse lascivo não tinha ócios, esse amoroso detestava lazeres. Monarca e ferrador, achava tempo para cuidar dos cascos dos cavalos preferidos. Monarca e pai, aplicava ele mesmo aos filhos os remédios receitados por Inhomirim e outros. Monarca e escrevente, fazia por sua letra lançamentos em livros da mordo-

---

818. Arq. do Cast. d'Eu – maço LVVVIII – doc. 3811.

mia da casa imperial. Monarca e secretário, competia com o zelosíssimo *Chalaça* no preparo do expediente do gabinete imperial. Do seu punho é a relação dos ministros a serem nomeados para o Supremo Tribunal de Justiça, quando este se instalou[819], assim como ordens próprias antes de simples chefes de serviço ou de comandantes de tropas. Eis uma papeleta pessoal do imperador: "16 de março de 1829. Ordem geral a todos os empregados diplomáticos a fim de remeterem à Secretaria dos Negócios Estrangeiros cópias de todos os ofícios que receberem e escreverem motivando estes."[820] Da mesma data: "Saída dos oficiais que não forem de confiança para o Estado-Maior em consequência da informação do general. Expulsão dos estrangeiros maus como Labatut."[821] Ainda na mesma data: "Revista no dia 26 ao 1º Regimento de Milícias, comparecendo todos os soldados efetivos dispensados inspecionados e também os que levaram baixa por doentes ou estrangeiros sendo presos todos os que faltarem tanto oficiais como soldados na fortaleza de Santa Cruz."[822]

Quem tão desmarcadamente exercia a sua autoridade haveria de enxergar invasões e excessos no poder novo, de fato cada dia mais exigente e prestigioso, nessa Câmara que ousara acusar ministros de sua exclusiva confiança. Falando em nome da soberania popular e dos interesses da nação, os deputados despertavam desconfianças em D. Pedro, pronto a sentir-se atingido por quaisquer críticas feitas a um ministro, de tal maneira enfeixara o governo em suas mãos. Bastante trabalhara a primeira legislatura brasileira a encerrar-se, a despeito dos embaraços de toda espécie que lhe tolheram a ação. Sem dúvida, grande falha em sua obra se verificava: não votara a lei de meios. No caso, entretanto, o maior quinhão de culpa seria do Ministério, que não fornecia os elementos indispensáveis, esquivava-se a uma política de colaboração com o Legislativo e pouco fazia para acabar com práticas obsoletas na administração pública. Vasconcelos diria com acerto: "Cortam-nos as pernas e acusam-nos perante o Brasil por

---

819. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXX – doc. 3663.
820. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXV – doc. 3818.
821. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXV – doc. 3818.
822. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXV – doc. 3818.

não corrermos."[823] Mal podendo andar, inexperiente ainda e falando talvez demasiado, a Câmara chegava a fins de agosto sem ter acabado a votação do orçamento. Ora, de acordo com o texto constitucional, a sessão legislativa deveria terminar a 3 de setembro de cada ano e só seria prorrogável por iniciativa do imperador. Vasconcelos justificava a demora da Câmara na elaboração do orçamento pelo fato de esta estar a fazê-lo pela primeira vez e a importância do trabalho exigir extrema circunspecção. Julgava todavia que convinha a todo custo levá-lo a cabo, dizendo: "O que é o orçamento? É uma lei indispensável em todo governo livre, uma lei que a Constituição nos incumbe de formar anualmente para fixarmos as despesas públicas e decretarmos as rendas à custa das quais devem ser feitas. Se esta lei não for feita, não pode o governo cobrar legitimamente os impostos [....] cessa a obrigação de os pagar." E requeria que se enviasse uma deputação ao trono a informá-lo de que a Câmara "suspirava" pela prorrogação durante o tempo necessário à conclusão da lei do orçamento e da lei sobre a indenização de presas.

Nada queria, nada esperava mais o imperador, desses deputados algo impertinentes. Não prorrogaria a sessão legislativa e, ao contrário, iria encerrá-la no dia marcado pela Constituição, numa atitude insólita, que testemunhava fundo ressentimento. Vale a pena reproduzir a notícia do jornal oficial: "Artigo de ofício. Fala com que Sua Majestade o imperador encerrou a assembleia geral no dia 3 de setembro de 1829. *Augustos e digníssimos senhores representantes da nação brasileira. Está fechada a sessão*. Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil."[824] Nesse brevíssimo discurso de quatro palavras transparecia o íntimo desejo de cortantes invectivas. Mas D. Pedro continha-se, dominava-se e, ao cabo, respeitava a si e à Câmara que finalizava o mandato. Não lhe terá agradado o comentário irônico da *Astreia*, transcrevendo a "fala" minúscula e irada: "É superior a toda a admiração a sublimidade que se encontra no laconismo da imperial fala acima transcrita: nenhuns trabalhos futuros deviam ser recomendados aos membros da legislatura já em seu termo, assim como

823. *Anais da Câmara – 1829,* tomo 1º, pág. 13.
824. *Diário Fluminense*, de 3 de setembro de 1829.

nenhumas expressões se reputariam bastantes para elogiar dignamente os esforços que eles haviam feito a fim de defenderem os interesses do povo brasileiro, que bem os avalia."[825]

Fora-se uma legislatura, viria outra, já eleita e, pelos nomes escolhidos, prometendo mais audácia na ação do que a precedente. No momento, porém, ficava o governo livre dos deputados liberais, embora não ficasse dos jornais oposicionistas. Para D. Pedro, por maior que fosse o seu espírito, o que mais nessa hora lhe solicitava a atenção era o casamento. A 11 de setembro chegava a notícia da celebração, comemorada sem demora por um *Te Deum*, parada do exército e uma festa no teatro de S. Pedro, com o Hino Nacional, o ato da ópera *Cenerentola* e o bailado O *usurpador punido.*[826] O Senado da Câmara ordenou que se festejasse o acontecimento com luminárias, repiques de sinos e salvas de artilharia, os tribunais suspenderam os despachos por dois dias, e de antemão decidiu a Secretaria do Império que à chegada de D. Amélia as manifestações de regozijo público durariam quatro dias, permitindo-se o uso de máscaras em grupos de dançarinos.[827] A 12 de outubro, aniversário do imperador, realizaram-se as solenidades do costume: salvas matinais, navios embandeirados, parada no Campo da Aclamação, *Te Deum* na Imperial Capela, com música de Fortunato Mazzioti, recepção no paço da cidade, récita de gala no Teatro de S. Pedro, com o 1º ato de *Elisa e Cláudio* e o bailado *Carlos VIII*, *Rei de França em Pavia*, de Luís Montani. Mas festas de brilho ainda maior presenciaria o Rio poucos dias depois, por ocasião do desembarque da nova imperatriz. Para o grande emotivo que era D. Pedro o acontecimento apresentaria dobrada razão de enlevo: chegava a rainha de Portugal, a filha, a "menina", que tanto receara fosse vítima de ciladas inimigas, traições de Metternich, emboscadas de D. Miguel e chegava a segunda mulher. Com a sofreguidão habitual, ao ter notícia da aproximação dos navios que as conduziam – as fragatas *Isabel* e *Imperatriz* – tomou uma barca de vapor e foi alcançá-las fora da barra. Barbacena, que acompanhava D. Amélia e D. Maria II, contou a cena do encontro em carta a Palmela: "O imperador meu amo [....]

825. *Astreia*, de 5 de setembro de 1829.
826. *Diário Fluminense*, de 12 e 15 de setembro de 1829.
827. *Diário Fluminense*, de 29 de setembro e 3 de outubro de 1829.

tamanho foi o seu prazer abraçando a rainha que perdeu quase os sentidos. A imperatriz estava muito tímida e sem atrever-se a dizer palavra, tomou coragem ao ver aquele transporte de ternura paternal e ajudou-me a prestar algum socorro ao imperador. Desde aquele momento eu vi os noivos tão ocupados um do outro, como se fossem namorados de muitos anos."[828]

A narrativa do marquês parece de grande exatidão, ajustando-se aos fatos tal como na verdade deveriam passar-se. Entre a filha menina, vítima da traição de D. Miguel, e a imperatriz muito desejada, mas ainda desconhecida, o natural em homem do feitio de D. Pedro, com exaltado sentimento de paternidade, era cuidar antes da filha, ampará-la, testemunhar-lhe afeto e proteção. A sinceridade desse primeiro movimento comoveu D. Amélia e ajudou-a a aproximar-se do marido que até aquele instante lhe fora inteiramente estranho. "Tomou coragem", diz Barbacena, e logo se entenderam como antigos namorados." *O Diário Fluminense,*[829] referindo-se à chegada da imperatriz e da rainha, informou também que o monarca se apressara em ir buscá-las, a poucas milhas da barra, em barca de vapor, desta se passando para um escaler a fim de atingir a fragata. Enganou-se o órgão oficioso ao indicar a embarcação em que as duas haviam viajado, dando-a como sendo a *Isabel* em vez de a *Imperatriz*: nesta é que vieram D. Amélia e D. Maria II. A bordo da fragata jantou D. Pedro com a mulher e a filha, observando o jornalista curioso que "nenhuma atenção lhe mereceram as iguarias, entretido [e não saciado] o apetite com tão encantadora cena". Nenhum comentário ousou o noticiarista ao escrever que o imperador voltara para terra sozinho, visto estar marcado para o dia seguinte o desembarque das viajantes, mas há de ter pensado coisas como as que avançara o marquês de Resende, com alusões a ardores que regras e etiquetas protelavam. Embora celebrado o casamento na Europa, faltava ainda, para que os noivos se pertencessem, o cumprimento de exigências impostas pela fé católica.

No dia seguinte, às 11 horas da manhã, D. Pedro foi na sua grande galeota[830] buscar a imperatriz, desembarcando no Arsenal de Ma-

---

828. Antônio Augusto de Aguiar – *op. cit.,* pág. 704.
829. N. 91, de sábado, 17 de outubro de 1829.
830. *Diário Fluminense*, de 19 de outubro de 1829.

rinha. Durante o *Te Deum*, na Capela Imperial, "lágrimas de ternura corriam dos olhos de S. M. I.", informou o *Diário Fluminense.* Não escreveria isto por mera lisonja o jornalista oficioso. O imperador chorava com facilidade, mas a sua comoção era sincera. Estava casado e com uma bela mulher. Valera a pena a demora. Os retratos e as descrições não o tinham enganado: a beleza da imperatriz impunha-se ao primeiro olhar. Na ida para a cerimônia religiosa quisera sentar-se no mesmo carro que transportou a noiva, cedendo, entretanto, à objeção de Barbacena de que a princesa D. Augusta, sua sogra, lhe recomendara que só entregasse a filha depois das bênçãos da Igreja.[831] Mas ao sair da Capela Imperial já tinha a mulher ao lado e lhe sentia todo o encanto. Começariam as "mil e uma noites" da antevisão do malicioso Antônio Teles da Silva. É sina, porém, dos monarcas terem bodas interrompidas. Já no dia seguinte, 18 de setembro, o casal se paramentava para receber os cumprimentos do corpo diplomático e da corte. À tarde, lembrado de sua devoção, lá tomava D. Pedro, com a nova imperatriz, o caminho da Glória, para rezar a Nossa Senhora no alto do outeiro. Num impulso a que não faltava lirismo, comemorou o segundo casamento com a criação da ordem da Rosa, logo depois presidiu ao lançamento de uma nova corveta chamada *Amélia* e conferiu ao cunhado, o jovem príncipe Augusto, o título de duque de Santa Cruz, com o tratamento de Alteza Real. Sucederam-se festas de todo o gênero, e o *Diário Fluminense,* durante quase um mês, esgotou os adjetivos laudatórios a propósito de tudo que se fez – récitas no teatro, luminárias, arcos triunfais. Não deu, entretanto, notícia de um piquenique na ilha de Paquetá, cujos ecos o arquivo imperial guardou através das contas de vitualhas e bebidas. José Tomás Carceller forneceu presuntos, queijos, passas, amêndoas, nozes, doze garrafas de vinho Bordeaux, tudo por 40$580. João Alves de Oliveira Jobim mandou paios, toucinhos, manteiga, etc., por 22$480, e mais um comerciante, este de aves, ovos, frutas, etc., concorreu com galinhas a 880 réis, frangos a 540 réis, dúzia de ovos a 360 réis, meio cento de laranjas a 480 réis, um leitão por 1$600.[832]

831. Maria Junqueira Schmidt – *A segunda imperatriz do Brasil*, pág. 41.
832. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXVIII – doc. 4071.

Não o quisesse embora, D. Pedro dificilmente resistiria ao que ocorre quase sempre aos viúvos que casam de novo: a comparação, o paralelo entre as duas mulheres. Talvez não se engane quem o julgasse capaz de ter saudades da defunta. Porque a despeito de tudo quanto possa ter havido de dramático nas suas relações com D. Leopoldina, é fora de dúvida que lhe votou um grande apreço, uma grande estima, uma grande amizade. Enganou-a, humilhou-a, mas sempre a considerou como alguém de qualidades superiores. No peito da marquesa de Santos derramava lágrimas cheias de remorsos pela primeira imperatriz, conforme deixou registrado em mais de uma carta à antiga amante. Não se atreveria a fazer o mesmo, ao menos de maneira franca, com D. Amélia. Mas, sentindo embora toda a sedução da beleza, da graça e da juventude da segunda esposa, teria um furtivo e secreto pensamento para aquela a quem tanto fizera sofrer. Aí estaria um dos seus muitos traços simpáticos, em contraste com algumas de suas fealdades morais. Afirmou-se sempre e com alguma base que depois do segundo casamento D. Pedro passou a ter maior circunspecção e recato, não reincidindo em aventuras amorosas. Parece certo que D. Amélia soube, muito melhor do que D. Leopoldina, e de várias maneiras, estabelecer leis e criar ambiente a que o marido se sentiria mais preso. Mas deu-lhe a princípio uma decepção: não ficar imediatamente grávida.

Emprestando ao papel de pai toda a força e todo o prestígio da virilidade, o imperador estranhou que se passasse algum tempo sem que a jovem e bela imperatriz atestasse de forma inequívoca que ele a possuía. Seis meses depois de consumado o casamento, a 22 de abril de 1830, escrevia ao marquês de Resende uma de suas mais extraordinárias cartas, reveladora ao mesmo tempo da sua inteligência, do seu *sense of humour* e de um tal ou qual cinismo. Trata-se de um documento de absoluta intimidade, feito sem nenhuma pressão de censura interna ou externa e por isto de grande interesse para o estudo de sua psicologia. Depois de referir-se à duquesa de Goiás, então em Paris e que o amigo Resende já teria visitado, ao filho Rodrigo que estava na Inglaterra, e à filha havia pouco nascida em São Paulo, último fruto da marquesa, dizia com grosseria de rústico: "Em casa por ora nada, mas o trabalho continua e em breve darei cópia de mim e farei a imperatriz dar cópia de si, se ela me não emprenhar a mim,

que é a única desgraça que me falta sofrer."[833] Transparece dessas palavras desenvoltas a queixa por não estar ainda D. Amélia "pejada". Se semeava filhos até nas ligações com amantes de passagem – Noemi Thierry, a Saisset, a baronesa de Sorocaba –, como não os ter logo com a mulher legítima, a imperatriz, a quem tal missão acima de tudo incumbia? Nessa mesma carta, D. Pedro declarava a Resende ter feito "propósito firme de não... [as reticências significavam o ato sexual] senão em casa, não só por motivos de religião", como porque já lhe escasseava capacidade, acrescentando entre irônico e melancólico: "Vamos indo com os pés para a cova para depois nos encontrarmos no val de Josafá, onde cabemos todos segundo diz a Escritura, e o Pe. Vieira o prova em um dos seus sermões [....]." Em recém-casado com mulher tão moça e tão bela, tais expressões esconderiam talvez um precário ajustamento em matéria de sexo.

Se sob este aspecto a imperatriz deixava menos satisfeito o marido, sob outros exerceria desde logo benéfica influência. Durante os últimos anos de vida de D. Leopoldina e ao tempo da viuvez, D. Pedro excedera por vezes aquele mínimo de recato que participa de respeito próprio e alheio, de virtude e hipocrisia. Mais exigente porventura do que a antecessora no tocante aos usos e ao cerimonial da corte, sem a simplicidade com que aquela se adaptara à negligência brasileira e ao desleixo joanino, D. Amélia concorreria para que no paço de São Cristóvão, cujo arranjo fora renovado com os móveis comprados ao chileno D. Carlos Arcos, houvesse mais apuro e mais ordem. Sorria-lhe talvez mais do que a D. Leopoldina, interessada por seus estudos de História Natural, o papel de imperatriz e, provavelmente por ter nascimento menos ilustre, daria mais valor às formas tradicionais. Capacitou-se para logo de que deveria, quanto estivesse ao seu alcance, ajudar o monarca a vencer as dificuldades políticas cada vez maiores. O governo, cuja principal figura era José Clemente Pereira, impopularizara-se por completo e mal se sustentava diante dos ataques da opinião liberal, manifestada na Câmara e sobretudo na imprensa. A "fala" do imperador na sessão de encerramento da Assembleia parecera mais um acinte de despeitado do que o discurso de um monarca constitucional. Não obstante, D. Pedro continuava a ter amigos

833. Arq. do Cast. d'Eu – maço XVI – doc. 4196 A.

devotados. D. Pedro e as instituições monárquico-representativas. Barbacena chegara da Europa disposto a tudo fazer pelo imperador. Da Europa, depois de um longo exílio de quase seis anos, chegara também José Bonifácio. Bem se adivinha que não tornaria à terra natal para desdizer-se, fazer liga com agitadores, pôr em risco o trono. Seria possível induzir o monarca a procurar melhor caminho? Tal o desejo de D. Amélia, tal o de Barbacena e do velho Andrada.

Poucos documentos retratarão mais fielmente a situação política do Brasil daquele tempo do que o ofício confidencial do representante diplomático norte-americano Tudor: "Os colégios eleitorais que recentemente diplomaram os deputados para a legislatura de 1830, bem como as assembleias primárias que elegeram esses colégios, patentearam, pelo que ouvi, séria atenção às suas responsabilidades e notável firmeza no resistirem a quaisquer irregularidades e influência indébita. Ao que se diz, os deputados escolhidos aumentarão a maioria em oposição tanto em número como em talento, se bem que na Câmara dos Deputados atual a totalidade se componha quase exclusivamente de liberais e inclua alguns oradores de valor. Um indício que o imperador não deveria desdenhar e que algum conselheiro avisado e virtuoso deveria incutir no seu espírito é que todo aquele que recebe título ou condecoração imediatamente se torna suspeito."[834] Nem se diga que nessa maneira de opinar havia a eiva do diplomata de país republicano. No mesmo despacho, ele dizia: "Com toda a minha devoção ao sistema de meu país, e por maior esforço que eu estivesse disposto a empregar para sustentar um regime análogo onde ele já se achasse estabelecido, minha experiência da América do Sul não me conduz a desejar ver a monarquia derrubada no Brasil e substituída pela república." Republicano embora, julgava mais conveniente aos interesses brasileiros a continuação do trono de D. Pedro, até que a instrução, o hábito do voto e o efetivo exercício dos direitos políticos transformassem a mentalidade nacional.

834. Oliveira Lima – *D. Miguel no trono*, pág. 102. O diplomata norte-americano William Tudor faleceu no Rio a 9 de março de 1830. *Diário Fluminense*, de 11 do mesmo mês e ano.

D. Pedro, no Porto, em 1832-1833.
Lit. de A. Godard.

D. Pedro em Portugal, em 1833 ou 1834.

Retrato a óleo de autor ignorado. Coleção do embaixador
Caio de Melo Franco. Pertencente antes ao conde de Parati.

Se assim pensava o norte-americano, com maioria de razão homem como José Bonifácio estaria mais do que ninguém empenhado em sustentar a monarquia, para cuja instauração tanto concorrera. Mas era necessário que D. Pedro, de seu lado, procurasse ouvir os amigos leais, os que ousavam dizer-lhe a verdade. No Rio desde fins de julho, José Bonifácio só se avistou com o imperador depois da chegada de D. Amélia, uma vez terminadas as festas, em novembro de 1829. Não queria exercer nenhum cargo público e ao diplomata Tudor declarara que só uma função o atraía – a de "advogado do Diabo", isto é, ser o mais franco e livre possível ao falar, mostrando os erros e faltas de quem se pretendia canonizar. No caso, nada calar diante do monarca. Nessa disposição compareceu ao paço e defrontou aquele que o expulsara do Brasil e o mantivera desterrado por um período que coincidiu com o do fastígio da marquesa de Santos. Talvez simples coincidência, talvez não. D. Pedro, sem embargo do que ocorrera, guardava pelo Andrada uma secreta afeição. Nem antes, nem depois do Ministério da Independência, lidara com homem que se lhe comparasse. Do contato dos dias gloriosos de 1822, em que tinham trabalhado juntos, como dois moços, quase de igual para igual, lhe ficara impressão das mais gratas, dessas que a memória renova e restaura à mais tênue lembrança. Estava presente à entrevista a imperatriz D. Amélia. Num dos seus ímpetos generosos, Pedro disse à mulher que ali se encontrava o seu melhor amigo.[835] Drummond, íntimo e confidente de José Bonifácio, assevera que este expôs então a situação do Brasil, nada omitindo e rogando a D. Amélia que conciliasse o imperador com a nação. Interrompeu-o mais de uma vez o monarca, mas, sem mudar de linguagem, o grande Andrada observou: "Deixe-me dizer a verdade porque é isso do interesse de V. M. , de seus filhos e de nós todos."

Influência de José Bonifácio, de Barbacena, da imperatriz, ou iniciativa pessoal cedendo a impulso de bom senso, a 4 de dezembro de 1829 D. Pedro formou novo Ministério, composto de figuras algumas de primeira ordem pelo tirocínio e saber. Para a pasta do Império foi escolhido o marquês de Caravelas, principal autor da Constituição; para a dos Es-

835. *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. XIII, pág. 142.

trangeiros, Miguel Calmon, remanescente do antigo gabinete, onde ocupara a pasta da Fazenda; para a da Justiça, o visconde de Alcântara; para a da Fazenda, o marquês de Barbacena; para a da Guerra, conde do Rio Pardo; e para a da Marinha, o marquês de Paranaguá. A ascensão desse novo governo não teve para o imperador o caráter de um ato de rotina, praticado com indiferença ou displicência. Ao contrário, representou um debate interior, no qual se pressentiu como que ameaçado na atribuição que nunca alienaria de escolher livremente os seus ministros. Para assegurar-se de que tal não acontecera e de que continuava, como sempre, na posse de todos os poderes que lhe competiam, escreveu esta nota: "Quando um soberano escolhe e nomeia um Ministério por convencimento que assim deve fazer e que para isso se não vê compelido na escolha, nomeia infalivelmente aquelas pessoas em quem tem a maior confiança, e se sabe *o que é um soberano ou o que um soberano deve ser* procura nomear homens cuja verdade seja insufocável e que em todas as ocasiões lha apresentem como suas consciências e caracteres o exijam. Se o soberano assim obra, obra bem e se se enganar não é sua culpa, voluntária. Eu escolhi este Ministério que acabo de compor de homens todos meus amigos (não desmerecendo este título os passados) e que estou certo que me quererão ajudar na empresa de salvar a nação dos males que a ameaçam. É mui justo que primeiro que tudo eu lhe faça ver qual meu modo de pensar em geral, o qual me parece que muito poderá concorrer para um feliz resultado sobre os seguintes pontos: 1º O Ministério e cada um dos ministros em sua respectiva repartição deverá cingir-se à Constituição, buscando por todos os modos executá-la literalmente. 2º Seguir em tudo e por tudo as leis regulamentares. 3º Expulsar, depois de ter posto todas as suas forças para se evitarem malversações, todos e quaisquer malversadores. 4º Não jogarem a espada preta com as câmaras sem serem provocados. 5º Tratarem de arranjar as suas repartições economizando o mais possível. 6º Fazer propostas e discuti-las em Conselho de Ministros, e mesmo de Estado se for necessário, para serem depois apresentadas às câmaras. 7º Falarem-me sempre a verdade, ainda em coisas de meu desprazer. Cingindo-se cada um e todos a isto, a vitória é certa."[836]

836. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXV – doc. 3818.

Sem dúvida lançava o imperador como que um roteiro ou norma de conduta para o Ministério, frisando pontos importantes e verdades elementares. Mas o governo era de sua livre escolha "por convencimento de que assim devia fazer", segundo a sua própria linguagem. Dias antes, a *Astreia*, de 21 de novembro, em artigo intitulado *Vencerão os absolutistas?,* talvez à vista de rumores acerca de uma mudança de regime, nos moldes preconizados pelo marquês de Queluz e tão duramente refutados pelo bispo de Anemúria e por Paranaguá, declarava "ser impossível a proclamação do absolutismo em nossa pátria", acrescentando: "Não há brasileiro algum que não esteja altamente persuadido de que o nosso adorado imperador é constitucional de coração [....] qual será o brasileiro amante de tão grande monarca que possa crer que ele voluntariamente aceite alterações na Constituição que a inutilizem? Não seria isso iludir juramentos prestados à face do Brasil, da América e do mundo todo? Não há brasileiro que em tal caso não considerasse coacto nosso adorado imperador e não corresse às armas para o reintegrar na posse de sua autoridade constitucional."[837] Tais palavras, escritas ainda ao tempo do Ministério de José Clemente, acusado de "maquinador contra as instituições livres", valeriam como uma advertência dos liberais em face de qualquer movimento autoritário. Deste não se cogitava mais, e a melhor prova estaria na organização do novo gabinete, que iria tentar governar com o apoio da Câmara, uma Câmara ainda mais vigilante do que a da legislatura anterior. A intenção de Barbacena, artífice e principal figura do Ministério de 4 de dezembro de 1829, era fazer tudo para que no Brasil se estabelecesse afinal a prática do verdadeiro governo representativo, captando apoio da opinião pública e a boa vontade do Parlamento.

Três dias depois de nomeado o novo Ministério, D. Pedro sofria um acidente de carro, na Rua do Lavradio, de volta da Quinta da Boa Vista. Em sua companhia viajavam a imperatriz, a rainha de Portugal e o príncipe Augusto de Leuchtenberg, duque de Santa Cruz. Como sempre em casos tais, o imperador portou-se com sangue-frio e coragem. Partindo-se a lança e tendo os cavalos se espantado, o monarca quis sustê-los, mas

---

837. *Astreia*, de 21 de novembro de 1829.

romperam-se as guias. Foi ele quem mais se feriu: na queda, bem em cheio sobre o lado direito, fraturou duas costelas, sofreu contusões na testa e "alguma distensão no quarto direito", perdendo os sentidos por cinco minutos. A linda D. Amélia apenas teve abalo e susto; a pequena rainha, menos feliz, apresentava grande contusão na face direita e cabeça; o príncipe de Leuchtenberg, "luxação no cúbito do lado direito". Ocorrendo o desastre nas imediações da casa do marquês de Cantagalo, para ela foram transportados os imperadores e D. Maria II. Lá os médicos e cirurgiões – barão de Inhomirim, barão da Saúde, conselheiro Manuel Bernardes, Dr. Manuel da Silveira Rodrigues, Dr. João Fernandes Tavares, Dr. Gavrele, Dr. Sá, Dr. Bomtempo, Dr. Azeredo e alguns mais trataram dos acidentados. Embora sem estar em risco de vida, D. Pedro cuidou também da alma e confessou-se. Formando-se-lhe um tumor no "quarto direito", foi operado com bom êxito no dia 17; no dia seguinte, teve febre com arrepios. Não se assustaram os doutores: "febre esperada", "febre sintomática", dizia o 10º boletim. Estavam seguros da sua ciência: o 11º boletim já anunciava que no dia 19 Sua Majestade se achava "perfeitamente apirético".[838] No dia 1º de janeiro de 1830, pelas 9 horas da manhã, acompanhado da imperatriz, transferiu-se D. Pedro para a Quinta da Boa Vista, aonde chegou fatigado, não dando por isso beija-mão. Ao despedir-se do marquês de Cantagalo, ofereceu-lhe as insígnias de grande dignitário da Ordem da Rosa. Ao mesmo hospedeiro solícito D. Amélia fez presente de seu retrato, obra do pintor Simplício Rodrigues de Sá, "circulado de preciosos brilhantes".[839]

O Ministério de Barbacena, Caravelas, Paranaguá, Alcântara, Calmon e Rio Pardo, enquanto não se abriam às câmaras, preocupava-se em tomar medidas que dissipassem as desconfianças da opinião liberal acerca da possibilidade de um golpe autoritário. Por portaria de 12 de dezembro de 1829, ordenava o visconde de Alcântara que se procedesse contra a sociedade secreta Colunas do Trono Constitucional, fundada em Pernambuco, com ramificações no Ceará: acusavam-na de pregar o absolutismo. Do comando das armas em algumas províncias afastou também o governo oficiais tidos como partidários de regime forte ou despótico. Aliás,

---

838. *Diário Fluminense*, de 9, 10, 12, 14, 18, 19 e 21 de dezembro de 1829.
839. *Diário Fluminense*, de 2 de janeiro de 1830.

o programa do Ministério Barbacena, ao contrário do que até então quase sempre acontecera, visava a uma ação homogênea e solidária, os ministros, acordes entre si e embora atendendo sempre à orientação do imperador, empenhados em granjear o apoio da maioria da Câmara. D. Pedro concordara com esse programa, mas dificilmente poderia cumpri-lo. O biógrafo e panegirista do marquês de Barbacena observou com grande perspicácia que governar não representava para o jovem monarca um mero desejo, mas "uma paixão ativa, enérgica e insaciável" que o impelia a descer às minúcias subalternas da administração, em tudo se intrometendo, "querendo tudo dirigir e governar".[840] Sempre fora assim e não se corrigiria. Eis um bilhete seu a Barbacena: "Meu Marquês. Vagou o lugar de juiz da balança da Casa da Moeda: já são sete cães a um osso; parece-me que este lugar está bem para nele ser provido o Filipe, que tantos serviços fez à minha filha. Continue a passar bem e não faça caso do calor para o sentir menos. Seu amo e amigo, 13 de janeiro de 1830. Pedro." Dispunha logo do cargo, premiando alguém que fora útil à filha; não esperava que o ministro lhe falasse sobre a vaga; antecipava-se.

"Não faça caso do calor", dizia zombeteiro. Para fugir ao verão do Rio, subira a serra da Estrela e fora para a fazenda do Correia. De lá escrevia ao ministro, obrigado a suportar a alta temperatura do Rio no mês de janeiro: "Eu cheguei no mesmo dia, às 6h30, debaixo de uma trovoada que nos apanhou na serra, mas não me fez mal algum, nem à imperatriz, nem ao príncipe. Meus filhos estão bons. Ontem o termômetro esteve em 74, hoje em 78. Já comprei o Córrego Seco por 20:000$000."

Comprou D. Pedro a fazenda do Córrego Seco a José Vieira Afonso e depois adquiriu outras terras contíguas – um terreno no Alto da Serra, de Antônio Correia Maia, e mais um sítio e casas de Vicente Ferreira e Cunha, genro do antigo proprietário do Córrego Seco. Onde hoje está a cidade de Petrópolis, o primeiro imperador pretendia criar a Imperial Fazenda da Concórdia[841] e erigir um palácio com o mesmo nome, para cujas obras o francês Pedro José Pézerat, tenente de engenheiros e arquiteto

840. A. A. Aguiar – *op. cit.,* pág. 732.
841. *Livros da Mordomia* – nº 58, pág. 1 v.

dos paços imperiais, chegou a fazer o orçamento no valor de 276:967$680, asseverando que um empreiteiro cobraria 304:664$448[842]. Tais planos, do verão de 1830, não tiveram seguimento. Mas D. Pedro, com toda a família, permaneceu na fazenda do Correia pelo menos até fins de fevereiro desse ano, e lá subiam os ministros a tratarem dos negócios públicos. Nas vésperas de uma visita de Barbacena, o monarca mandava-lhe este recado: "Meu Barbacena. Desejo-lhe muita saúde, e a toda a sua família. Eu, a imperatriz, os dois príncipes e Paula todos bons. Como seu amigo agora lhe escrevo a dizer-lhe que se não incomode quanto a transporte de terra, pois no porto da Estrela achará o meu carro na sexta de manhã, às 10 horas, pois é a hora a que poderá estar a barra, e na fábrica achará mula e cavalo para seguir no que mais conta lhe fizer. Tenha saúde, união e olho vivo. Seu amo e amigo – Pedro. Serra do Correia, 16 de fevereiro de 1830." Em mula ou a cavalo fez o marquês a viagem de ida e volta e a 25 de fevereiro escrevia-lhe o imperador esta carta: "Meu Barbacena. Ainda que me não escrevesse pela parada que chegou hoje, eu já tinha intenção de escrever-lhe para saber como tinha chegado e como se achava. Sei que vai indo bem, é o que eu quero. Como quem adivinha (diz o ditado) vai para a casinha, não me meto em danças, e falta-me o meu conselheiro em casos tais, que é o almanaque, aonde sem grande trabalho nem quebra-cabeça, mas sempre em o círculo vicioso, e bem estreito acho, para melhor dizer, os empregos para os homens, e não os homens para os empregos, como deve ser, e nos não podemos fazer. Tenha saúde e toda a sua família, bem como união e olho vivo. Seu amo e amigo – Pedro."[843]

Eram os primeiros tempos da nova vida de casado e do novo Ministério. O monarca parecia antes de bom humor, atencioso para com o ministro, em quem demonstrava confiar, sem embargo da recomendação de "união e olho vivo", lema no qual, segundo a *Astreia*,[844] se concentravam "os mandamentos brasileiros". Junto a essa última carta a Barbacena, D. Pedro remetera sete quadrinhas com a descrição da "serra do Correia",

---

842. Arq. do Cast. d'Eu – maço XC – doc. 4132.
843. A. A. Aguiar – *op. cit.*, pág. 738.
844. *Astreia*, de 30 de janeiro de 1830.

dedicadas "às cobras da mesma serra", e pedindo que fossem exibidas a Paranaguá, poeta em certas épocas da vida. Nenhum valor têm os versos, mas talvez denunciem um tédio e um desencanto por certo estranháveis em quem possuía a seu lado, naquelas alturas solitárias, a bela, a jovem, a deliciosa D. Amélia:

Nestes campos
E nesta serra
Toda a tristeza
E horror se encerra.

Este retiro
Sem distrações
Está de molde
Pra santarrões.[845]

Talvez tudo se explique apenas pelo sossego, pela calma, pela imobilidade a que se via D. Pedro condenado na fazenda do Correia, quando o movimento e a ação lhe eram tão indispensáveis, como o ar, para viver. Mas conhecia havia bastante tempo aqueles sítios, frequentava-os e de tal maneira gostava deles que tencionava construir em região próxima um palácio. Na companhia de mulher como a imperatriz, de 17 anos, descobrir "tristeza" e "horror" em lugar tão aprazível, chamar a este de "retiro sem distrações", próprio para "santarrões", significava porventura que alguma causa íntima, secreta, particularíssima estaria a inibir o grande erótico. Recato excessivo, medo, frigidez por parte da neta de Josefina? Ou os primeiros sinais, precocíssimos em D. Pedro, da fraqueza de que se queixaria semanas depois ao marquês de Resende? Este, em resposta, aludindo aos numerosos filhos que o monarca tivera, dizia: "[....] peço licença para duvidar das poucas forças que me diz que tem."[846] Onde o rapaz que dois

845. A. A. Aguiar – *op. cit.*, pág. 738.

846. *R. I. H. G. B.*, tomo 80, p. 398. O barão de Inhomirim, médico de D. Pedro, prescrevera-lhe a 18 de junho de 1829 um regime, no qual dizia: "O abuso [...] dos prazeres venéreos é ruína certa, e quando não produz prontamente efeitos terríveis, prepara-nos a decrepitude no meio da época da virilidade." Ms. do Arq. Nacional.

anos antes mandava lembrar ao imperador da Áustria que morava "em país quente" e contava "29 anos"?

Antes de subir para a fazenda do Correia, D. Pedro tivera oportunidade de mostrar a nova imperatriz à sociedade do Rio no grande baile de 20 de janeiro, oferecido pela corte, no paço do Senado. Desde sete horas afluíram os convidados e, às nove, a chegada dos imperadores foi anunciada por uma girândola. O *Diário Fluminense*[847] salientou que o monarca estava "com semblante prazenteiro", desfilando juntamente com D. Amélia, a rainha de Portugal, as princesas D. Paula e D. Francisca e o duque de Santa Cruz, entre alas de tochas acesas. Em casa só ficara, no seu sono de inocente, o futuro D. Pedro II, então com 4 anos de idade. Imediatamente rompeu a orquestra, cantando-se hino de composição do imperador. O baile começou dançando a imperatriz uma valsa com o irmão, o príncipe de Leuchtenberg. Houve números de canto por Faccioti, Mangiorannini e João dos Reis, muita música de Rossini, e danças francesas, espanholas e inglesas. A ceia não destoou. Alinhavam-se seis mesas com lugares cada uma para trinta pessoas, servidas por sessenta criados de casaca azul e calções brancos. Com o calor de janeiro, as bebidas mereceram atenção especial e apareceram "os nevados tão difíceis neste país", notava o cronista do jornal oficioso. Esses "nevados" eram sorvetes? A *Astreia*, noticiando o baile, disse que Gomes da Silva se portara menos decorosamente. "Seu modo despejado, suas maneiras por assim dizer pouco decentes ofenderam a todas as pessoas sensatas que ali se achavam."[848] É que *Chalaça*, que se ensaiara com o dançarino Lacombe, "sem respeito ao que estava determinado no programa", pretendeu introduzir contradanças novas e, a acreditar-se no jornal oposicionista, repreendeu músicos e até insultou um oficial general.

Aproveitando a temporada na "serra do Correia", como dizia nas cartas, D. Pedro fez uma visita à fazenda do inglês March, onde hoje está situada a cidade de Teresópolis. Antes de viajar escreveu a Miguel Calmon para que avisasse o dono da fazenda: "Calmon. Desejando eu ir ao Marche [salvo seja o erro] tenho determinado sair daqui no dia 23

---

847. *Diário Fluminense*, de 26 de janeiro de 1830.
848. *Astreia*, de 26 de janeiro de 1830.

deste e ir lá chegar pelo meio-dia de 24: como ele me disse que nisto fazia muito gosto é a razão por que lhe escrevo para que lho participe a fim que ele diga se eu poderei ir ou não no dia que marco. Saúde, *união e olho vivo*. Seu amo e amigo – Pedro."[849] Nesse estilo coloquial, o imperador mostrava-se muito delicado, sem ares de soberano. Ainda em Correia recebeu a notícia da morte da rainha D. Carlota Joaquina e, segundo o epistológrafo João Loureiro, "derramou lágrimas, suspendeu o seu divertimento, e 2ª feira, 1º de março [de 1830], chegou à corte, onde se encerrou por oito dias". O *Diário Fluminense*, dando notícia do acontecimento, referia-se à morta chamando-a de "imperatriz rainha de Portugal",[850] e não de acordo com o título que ganhara por ocasião do reconhecimento da Independência. Nem o jornal oficioso ousaria no momento chamá-la de imperatriz do Brasil. Por extraordinário que pareça, D. Miguel dirigiu-se por escrito ao irmão em termos afetuosos, começando pelo vocativo "Meu querido mano da minha maior estima", para comunicar-lhe que a mãe tivera "morte verdadeiramente cristã" e não se esquecera do filho ausente. Na carta, redigida sem dúvida por algum secretário (o marquês de Resende, para comprovar a ignorância de D. Miguel, afirmava que ele se assinava – *Migel)*, aludia-se à remessa de uma joia legada por D. Carlota Joaquina a D. Pedro, a uma prenda da "tia princesa" e à parte da herança de D. João VI que tocara ao imperador.[851] Dada a disposição de espírito em que se encontrava D. Pedro, a missiva fraterna só lhe pode ter causado irritação. Por esse tempo escrevera contra D. Miguel, do seu próprio punho, para ser publicado como matéria de redação, provavelmente no *Diário Fluminense*, terrível ataque, a propósito de tentativas por parte da Inglaterra, França e Áustria, de reconhecimento do regime miguelista. Eis um pequeno trecho da catilinária imperial: "Para se ver o que é o infame e abominável D. Miguel basta dizer que é mau tio, pior irmão e péssimo filho, que por vezes atentou contra a vida de seu pai, até que por último o matou com desgostos, e, segundo dizem, com veneno,

---

849. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4097.

850. *Diário Fluminense*, de 2 de março de 1830.

851. Arq. do Cast. d'Eu – maço XC – doc. 4115. A joia deixada por D. Carlota Joaquina a D. Pedro foi uma tabaqueira de ouro e brilhantes.

como o disse o cirurgião Aguiar aqui nesta corte, e que em Lisboa pagou com a vida em doze horas o ter contado o horroroso feito."[852]

Tudo o que havia de dúbio e contraditório no destino pessoal e no papel político reservado a D. Pedro tornar-se-ia mais ativo e mais evidente, a prenunciar desfechos tempestuosos, nos meses iniciais desse ano tão significativo de 1830. O torturante dilema de sua vida – Brasil ou Portugal? – dilacerava-o, num conflito que não tardaria a atingir fase paroxística. O Brasil, pelo qual optara, não admitia e não compreendia que o chefe de Estado passasse largo tempo a cuidar dos negócios da política portuguesa. Com o progresso da opinião liberal, tão marcado na escolha dos deputados da segunda legislatura e na audácia e desenvoltura da imprensa, crescera também a suscetibilidade nacional e nativista. A atenção que o imperador dava aos sucessos de sua terra de origem parecia a muita gente menoscabo dos interesses brasileiros, e não faltaria quem suspeitasse de projetos ocultos de volta à situação anterior a 1822. Paradoxalmente, nos círculos ultraliberais as simpatias eram por D. Miguel, cujo domínio no velho reino deixava improváveis aqueles planos, aliás sem nenhuma base ou consistência, pelo menos desde a morte de D. João VI. Se D. Pedro mantivera, depois que se tornara brasileiro, qualquer esperança de recobrar o trono de seus antepassados, cedo se convencera da incompatibilidade das duas coroas e de várias formas solenemente o demonstrara. Mas não se elidem com facilidade laços de sangue e de família, ligações com a pátria de nascimento. Ao contrário do que esperava o imperador, os acontecimentos, com o transcurso dos anos, só se haviam complicado. Seus planos falharam. Estes consistiam em transmitir o trono português à sua filha primogênita, D. Maria da Glória, e casá-la com o tio D. Miguel, conciliando assim o princípio da legitimidade dinástica com as ambições fraternas de mando. Mal não haveria, pensara, em dar a Portugal, tal como dera ao Brasil, uma Constituição ou uma Carta constitucional, cumprida a sua missão de príncipe amante das ideias do século.

Raramente, porém, em matéria política os fatos se amoldam com passividade aos intentos dos que resolvem imprimir-lhes determinada

852. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.

direção sem levar em conta antecedentes e obstáculos dos mais ostensivos aos mais ocultos. A filha, a favor de quem abdicara, era uma criança e não poderia reinar nem casar logo com D. Miguel. Com a morte de D. João VI ficara como regente a infanta D. Isabel Maria, que sentiu a tentação de continuar nesse posto até a maioridade da sobrinha. D. Pedro fizera o possível para atrair aqui D. Miguel e, a fim de buscá-lo, partira em missão o veador Rocha Pinto. O infante, cobiçoso do trono e insuflado por Metternich, não demonstrara saudades do Brasil e ficara na Europa. Passara-se o tempo e este trabalhara contra o imperador. De longe, lutando com a má vontade da Áustria, da França, da Espanha, e não contando com o apoio da Inglaterra, D. Pedro vira burladas suas esperanças e fora vítima de golpes traiçoeiros. Se, por cautela, abdicara condicionalmente em favor da filha, em breve, pela pressão dos sucessos políticos e cedendo às instâncias dos governos europeus, fizera, primeiro, o irmão seu lugar-tenente no reino luso e completara, depois, o ato da abdicação. Uma vez em Portugal, e não obstante haver jurado antes à Carta constitucional e fidelidade a D. Pedro e a D. Maria II, D. Miguel fora aclamado rei a 1º de julho de 1828. Depois de uma estada na Inglaterra, volvera ao Brasil a pequena rainha, mandada a princípio com destino a Viena, aos cuidados do avô, imperador da Áustria, mas que lá não chegara a ir, por medo dos diplomatas brasileiros e do pai de que caísse nas garras de Metternich. Tantos reveses, contrariedades e humilhações espicaçaram o amor-próprio e o zelo paternal de D. Pedro, e sustentar o trono da filha, vingá-la da usurpação do tio, passara a ser o seu mais fundo e persistente desejo. Outro homem, que não ele, desistiria da luta, conformando-se com a opinião dominante entre brasileiros, desinteressada do que se passava em Portugal e contrária a qualquer ingerência do Brasil nesses negócios.

Na verdade o imperador ocupava-se continuamente da questão portuguesa, tratada na Europa pelos diplomatas brasileiros como se fosse não apenas do interesse do monarca, mas do próprio país. Desde a morte de D. João VI sucediam-se no Rio de Janeiro as comissões e os emissários portugueses que aqui vinham entender-se com D. Pedro. O jornal oficioso publicava as listas de subscrição de donativos em favor dos emigrados lusos, de que se encarregara Gomes da Silva. Este, mais do que nunca dedicado ao monarca, servia de secretário para todo o expediente relativo à querela

D. Pedro I e D. Leopoldina
Miniatura de A. Firmino – Col. Príncipe D. Pedro –
Palácio Grão-Pará – Petrópolis.

da sucessão em Portugal. Mas os ministros, por maior que fosse o escrúpulo de muitos deles em se envolverem em caso tão delicado, não conseguiam escapar ao assunto, de tal maneira o imperador nele se concentrava. A traição de D. Miguel ligara de novo D. Pedro a Portugal. Sentia-se, como pai e tutor da filha, no dever de defendê-la. Bem singular parecia a sua conduta, emprestando ao papel de tutor extensão jamais admitida. Como tutor não lhe cabia praticar atos de natureza política. Deixar de fazê-lo, porém, equivalia a sacrificar os direitos de D. Maria II, a abandonar a sua causa. O resultado era que o imperador retomava de fato o trono português que abdicara de direito. No Brasil, jungido aos deveres que lhe impunha o trono imperial e cerceado pela crítica vigilante da opinião pública, dificilmente poderia tratar dos interesses da filha, da rainha menor e esbulhada. Por isso nomeara, por decreto de 15 de junho de 1829, a Regência da ilha Terceira, composta de Palmela, do marquês de Valença (substituído em 1830 pelo conde de Vila Flor) e José Antônio Guerreiro. Fizera a nomeação em nome da filha, como tutor e natural defensor.

Encarada dessa distância, a posição de D. Pedro em prol do trono de D. Maria II ressurge sem os tons odiosos com que aparecia aos olhos dos contemporâneos. Então, porém, aos melindres de um país novo, que mal conquistara a sua emancipação, a ingerência do imperador na questão portuguesa provocara as maiores desconfianças. Ninguém, ao contrário do que acontecera em 1821, admitia mais o menor laço com a antiga metrópole, e ver o monarca brasileiro a praticar atos como rei de Portugal feria o sentimento brasileiro no ponto mais sensível. Na pequena cidade que era o Rio do Primeiro Reinado suscitavam comentários desfavoráveis as numerosas personagens aqui desembarcadas para tratar com D. Pedro de negócios lusos. Sucediam-se os emissários e mensageiros, de maior ou menor autoridade – Carlos Matias Pereira, portador, de volta, do decreto nomeando D. Miguel lugar-tenente, o capitão Barreto Praça, recadeiro retardatário de Saldanha para impedir essa nomeação, o Dr. Abrantes e Castro, Luís Mousinho de Albuquerque, José Antônio Guerreiro, o conde de Ficalho, D. Tomás de Mascarenhas. Muitíssimos outros portugueses vieram ao Rio em missão política, inclusive o conde de Sabugal, recebido por D. Pedro como ministro de Portugal junto ao governo brasileiro, com credenciais da Regência da Terceira. Emigrados lusos viviam aqui de auxílios e donativos, arranjados alguns

D. Maria Amélia
Pintura de Durik. Lit. de Lopes Bastos. Coleção D. Pedro Gastão.
Palácio Grão-Pará, Petrópolis.

em troco de comendas distribuídas pelo Ministério de José Clemente. No palacete que fora da marquesa de Santos morava a pequena rainha de Portugal, com uma corte improvisada, tendo D. Leonor da Câmara como dama principal. O imperador chamava a esta de "papa-missas" e de "resingona",[853] e infligia vexames a Sabugal, segundo a narrativa de João Loureiro: "[....] o imperador com as suas graças do costume lhe disse estando no teatro diante dos outros criados, em ocasião em que o Sabugal tossia – *quando lhe der a pulmueira vá lá para fora*".[854]

Talvez não haja exagero na afirmativa de que o monarca dava aos assuntos de Portugal tanta atenção quanto aos do Brasil. A impressão na época era de que se dedicava mais àqueles do que a estes. Injustiça sem dúvida, mas explicável à vista de certas aparências. A querela com o irmão apaixonara-o e os contratempos e derrotas mais o aferravam à luta. Os diplomatas brasileiros na Europa – Resende, Itabaiana, Pedra Branca, Barbacena – tiveram na questão portuguesa grande tarefa na qual os embaraços e as surpresas se acumulavam. Também no Rio de Janeiro alguns dos diplomatas estrangeiros, aqui acreditados ou vindos em missão especial, nela concentravam os seus melhores dons de sagacidade, pertinácia e dissimulação. A correspondência do austríaco Mareschal deixa patente a importância assumida pelo duelo dinástico D. Pedro-D.Miguel. Menos elucidativos a tal respeito não são os ofícios dos representantes britânicos. Bem feitas as contas, o imperador, até as transformações operadas na opinião europeia pela revolução liberal de 1830 em França, encontrara no velho mundo muito mais oposição e combate do que simpatia e ajuda. Logo depois da morte de D. João VI, a solução do caso português parecera à Grã-Bretanha, Áustria e França estar na abdicação simples da coroa, feita por D. Pedro em favor da filha, e nos esponsais e ida imediata desta para a Europa. Fora o que comunicara Canning a lorde Ponsonby a 27 de novembro de 1826[855]. Mas o imperador, de início, abdicara condicionalmente e, em vez de mandar a rainha, pretendera atrair D. Miguel ao Brasil, malo-

853. A. A. Aguiar – *op. cit.*, pág. 735.
854. *R.I.H.G.B.*, tomo 76, pág. 335.
855. Webster – *op. cit.*, tomo 1º, pág. 435.

grando-se as tentativas de Ponsonby para levá-lo a abdicar sem condições, como nenhum resultado lograra a missão de lorde Strangford, nem a do austríaco Neumann, portador do ato de juramento de D. Miguel à Carta outorgada e incumbido de conseguir a abdicação definitiva e o embarque de D. Maria II. Uma e outra coisa faria depois o imperador, mas já sem resultado, visto que o irmão não se resignara a ser rei apenas na qualidade de marido da rainha.

Inconformado com o que não sem fundamento tachava de traição por parte de D. Miguel, D. Pedro se decidira a prosseguir na peleja. Partida difícil, em que outro mais tíbio desanimaria. D. Miguel reinava em Portugal havia dois anos. Reinava como soberano absoluto.

Rei chegou, rei chegou
E em Belém desembarcou

cantara-se em Lisboa, no dia do seu desembarque, ainda como lugar-tenente de D. Pedro. Embora reconhecido apenas pelo Papa, pela Espanha, pela Rússia e pelos Estados Unidos – o último apegado ao critério da validade dos governos de fato –, D. Miguel vira a sua situação consolidar-se não só nacional, como internacionalmente. Se na Áustria, não obstante o halo de legitimidade que envolvia a causa de D. Maria II, não obtivera D. Pedro apoio eficaz para a filha, não o encontrara tampouco na Inglaterra, onde Wellington e Aberdeen lhe mostravam escassas simpatias. O gabinete britânico assumia ares de neutral – em nome da neutralidade impedira pela força que os emigrados de Plymouth, salvos da expedição do *Belfast*, fossem para a ilha Terceira –, mas manifestava antes preferências por D. Miguel, soberano de fato. A atitude inglesa, reconhecendo D. Maria II, fora por Aberdeen considerada como um ato precipitado de Canning. Pessoalmente, D. Pedro tornara-se malvisto em Londres, onde chegavam os ecos de suas irreverências e más-criações com diplomatas ingleses no Rio – Stuart, Strangford, Gordon. Com o último, irmão de Aberdeen, tivera uma briga de vários meses por causa do palacete do visconde de Vila Nova da Rainha, na praia de Botafogo, comprado pelo imperador para residência de recreio das filhas, D. Maria da Glória e D. Paula. Sem embargo de ser então a sede da legação britânica, D. Pedro pedira a casa com uma pres-

sa algo vexatória, a que Gordon respondera não sem impertinência. Esse e outros incidentes – Stuart andara atrás do imperador, do Rio para a Bahia, sem conseguir alcançá-lo, Strangford vira proteladas audiências pedidas e tivera os ouvidos magoados por palavrões de sabor shakespeariano – não influíram nas determinações da política externa britânica sempre tão realista, mas não seriam de molde a propiciar maior tolerância por parte do seu governo.

Por ocasião da estada de D. Maria II na Inglaterra, o rei Jorge IV, posto que já muito doente, oferecera um baile infantil à pequena rainha, tratara-a como tal, dirigira-lhe palavras em português, quisera que Lawrence lhe pintasse o retrato e não escondera a repugnância pelo casamento com D. Miguel, olhado como um monstro na intimidade da família real. Mas o rei da Inglaterra não governava, e o governo inglês era menos sentimental; para Wellington e Aberdeen a solução do caso português estaria precisamente no matrimônio do tio com a sobrinha, sem embargo de tudo quanto ocorrera. Cumpria pôr fim à anormalidade do estado de coisas dominante em Portugal, que acarretava prejuízos e inquietações de várias espécies. Estado europeu, impunha-se aos gabinetes da Europa descobrir e encaminhar a fórmula que reconduzisse o velho reino à tranquilidade interna, para muitos perturbada pela ação distante mas pertinaz do imperador do Brasil. Que este declarasse quais suas vistas e intenções a respeito, sem mais delongas. Que se definisse com clareza. Tal foi a resolução combinada entre os governos de Londres, Viena e Paris e transmitida no Rio, no dia 10 de fevereiro de 1830, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, então ocupado por Miguel Calmon. Dessa iniciativa diplomática da Grã-Bretanha, Áustria e França resultaria a missão especial do marquês de Santo Amaro, a fim de negociar na Europa, de acordo com longas instruções datadas de 21 de abril.

Se não lhe parecia impróprio das funções majestáticas intrometer-se em pequenos episódios da administração pública ou em trabalhos de simples rotina governamental, não deixaria por certo D. Pedro a ministros e chefes de serviço a decisão de assunto de tal monta, assunto aliás que só afetava ao Brasil reflexamente, por ser um caso de família do seu imperante. O despacho de lorde Aberdeen, de 17 de dezembro de 1829, apresentado a Calmon em nota do encarregado de negócios britânico Aston, fora

apoiado por um *memorandum* e um extrato de instruções entregues respectivamente pelos representantes austríaco e francês, concebidos no mesmo sentido. A primeira reação de D. Pedro foi, como sempre, de resistência e obstinação, e grandes voltas deve ter dado Calmon, a despeito do seu tato de baiano de sangue francês, para chegar afinal aos termos conciliatórios das instruções da missão Santo Amaro. No arquivo imperial, do punho do monarca, há vários esboços e rascunhos que patenteiam o seu cuidado pela matéria, e num papel, datado do mesmo dia do recebimento das notas dos três governos, está escrito por sua letra, à guisa de ementa: "Minha opinião relativa à exigência de uma resposta definitiva exigida a 14 de fevereiro de 1830 pelos encarregados da Inglaterra, França e Áustria."[856]

Capacitou-se para logo o imperador de que os três governos se tinham combinado para reconhecer o irmão como rei de Portugal, e pretendiam arrancar-lhe, como pai de D. Maria II, uma decisão a respeito. Repugnando-lhe em extremo tal atitude, lançou resolutamente o seu pensamento na terceira pessoa, como se minutasse a nota da Secretaria de Estrangeiros aos diplomatas em causa: "1º) Que jamais reconhecerá o infante D. Miguel como rei de Portugal, visto ser provado à face do mundo conhecido e desinteressado que é o usurpador da coroa da Srª D. Maria II, rainha de Portugal; 2º) Que S. M. o imperador nem como pai, nem como tutor de sua filha D. Maria II, rainha de Portugal, reconhecida por todos os governos europeus, jamais consentirá em que a dita Srª se case com seu tio e usurpador de sua coroa, o que seria contra a sua honra e dignidade, como imperador, como pai e como tutor da mesma augusta rainha; 3º) Que em consequência do que S. M. o imperador afiançou à Assembleia Legislativa do Império, assegurando-lhe que nunca comprometeria os interesses do Brasil pelos negócios portugueses, declara que não fará guerra àquele país, não só pela razão acima exposta, mas até porque está persuadido que a tiranizada e miserável nação portuguesa, hoje sofredora do despotismo do maior tirano, não merece ser perseguida, não é culpada – quem dobra a cabeça ao cutelo é porque lhe não pode resistir; 4º) Que os direitos da Srª D. Maria II à coroa, apesar do reconhecimento que fizeram os diferentes

856. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.

governos, ficarão sempre subsistindo, pois tal reconhecimento não nasce, segundo mesmo confessam, senão da necessidade e não do direito que a ele tivesse o usurpador; 5º) Que S. M. o imperador deposita nas mãos dos diferentes soberanos, que seguramente se devem interessar pela legitimidade, os direitos da rainha D. Maria II, e com especialidade na mão de S. M. I. R. A. seu augusto avô; 6º) Que S. M. o imperador, como pai e tutor da Srª D. Maria II, se reserva o direito de sempre e em todas as ocasiões oportunas pugnar pelos direitos da mesma augusta senhora; 7º) Que o reconhecimento do infante usurpador pelas potências, uma vez que não haja o de S. M. o imperador, não diminui nem tira o direito a S. M. a Srª D. Maria II, bem como o não tirou ao Sr. Luís XVIII, de gloriosa memória, o reconhecimento da República Francesa, depois o de Napoleão, e dos mais reis que sendo esbulhados por Napoleão e substituídos que igualmente foram reconhecidos, e que nunca tiraram os direitos dos reis que atualmente regem."[857]

Nesse esboço de resposta, bastante típico do seu estilo, D. Pedro mostrava-se intransigente e como que desafiava os três governos. O casamento da filha com o tio usurpador, considerado ainda pela França e pela Áustria o mais seguro caminho para a solução da querela dinástica, era repelido por contrário à sua honra e dignidade; apoiado firmemente no princípio da legitimidade, recordava que nem a República Francesa nem Napoleão tinham prevalecido contra os direitos de Luís XVIII e de todos os reis arrastados pelo furacão bonapartista; não desistiria, reconhecido embora D. Miguel, de pugnar sempre e em todas as ocasiões pelos direitos da filha. Tão empenhado estava o imperador em repelir as notas da Inglaterra, França e Áustria, que não se limitava a redigir a parte essencial da resposta: como se fosse um oficial da Secretaria de Estrangeiros formulava os termos da introdução do ofício: "O abaixo assinado, ministro e secretário de estado dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, tem a honra de acusar ao Sr. Arthur Aston, encarregado de negócios de S. M. britânica nesta corte, que recebeu de S.S. uma nota conjuntamente com a cópia do ofício que o Sr. Aberdeen, ministro e secretário de estado dos Negócios Estrangeiros em Inglaterra, lhe dirigiu, datado de 17 de dezembro de 1829,

857. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.

e que imediatamente a fez chegar ao conhecimento de S. M. o imperador, meu augusto amo, o qual depois das mais sérias meditações ordenou que eu declarasse a S.S. por artigos, o seguinte." Nem esse trecho, de pura formalidade, queria D. Pedro deixar a critério do ministro de Estrangeiros e enviava-o pronto a Calmon, não obstante a cincada da mudança de tratamento, da terceira para a primeira pessoa.

Foi por esses dias que escreveu também o violentíssimo artigo, destinado à imprensa, contra D. Miguel, chamado de déspota, tirano, infame e perjuro, e acusado do assassínio do pai por envenenamento, contra o "despotismo jesuítico-austríaco" e "anglo-franco" de que o irmão se tornara instrumento, contra a Santa Aliança e Metternich, contra Wellington. Causava-lhe espanto que "a Inglaterra, país clássico da liberdade bem entendida, e principalmente a França, que primeiro que nenhuma nação reduziu a princípios as práticas constitucionais inglesas", apoiassem um déspota pior que os "novos Calígulas e Domicianos".[858] Não faltavam motivos a D. Pedro para impacientar-se e, dado o seu temperamento, enfurecer-se. Mas questões como as que lhe propunham as notas da Inglaterra, Áustria e França não se resolveriam com objurgatórias e recriminações. Impossibilitado, como se achava, de defender pelas armas os direitos da filha menina contra o usurpador, era mister negociar, protelar, ganhar tempo. Este viria breve em sua ajuda com as mudanças de panorama na Europa da monarquia burguesa de Luís Filipe. Por outro lado, os acontecimentos políticos no Império americano que fundara, incompatibilizando-o com a opinião da corrente vitoriosa, iriam deixá-lo disponível para a reivindicação do trono de D. Maria II, e restaurá-lo na Europa no papel de príncipe liberal de que se despojara no Brasil.

Talvez nenhum ministro tenha sofrido mais do que o futuro marquês de Abrantes os choques da vontade caprichosa de D. Pedro. Calmon tudo faria, porém, para incutir moderação, pelo menos de linguagem, no monarca a quem servia em hora adversa. Outros rascunhos de resposta às notas das três potências existem no arquivo imperial e já em tom menos agressivo. Num deles, datado de 28 de fevereiro de 1830, o

858. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.

imperador, posto que afirmando a obrigação de defender a filha, declarava que a questão portuguesa, "totalmente europeia", escapava à sua alçada de "soberano americano"; e achava que os soberanos europeus, que já tinham formalmente reconhecido D. Maria II, nada decidiriam em desacordo com os princípios da legitimidade. No tocante ao casamento da filha com D. Miguel, a que se mostrava tão violentamente contrário no primeiro esboço de resposta, já agora transigia, deixando a palavra final à rainha fidelíssima quando atingisse a maioridade. Quanto à possibilidade de fazer guerra a Portugal, esclarecia que jamais "comprometeria os interesses do Brasil pelos negócios portugueses", mas como pai e tutor de D. Maria II protestava contra tudo que se fizesse a favor de D. Miguel, "usurpador da coroa" da mesma augusta senhora.[859]

Desse pendor de D. Pedro para iniciar negociações sobre a questão portuguesa surgiu a missão do marquês de Santo Amaro. As instruções com que partiria o emissário imperial, assinadas por Miguel Calmon, refletiam em alguns de seus artigos os ecos das hesitações e do debate íntimo do imperador a propósito de assunto que tanto o apaixonara. A verdade era que parecia ter sopitado a cólera contra o irmão, e aceito, constrangido embora, o plano do casamento com a filha. Ressalvando a "honra e consciência", confiava a sorte da jovem rainha ao alvedrio dos soberanos europeus. Ao completar 18 anos, D. Maria II decidiria se queria ou não se casar com o tio, não opondo de sua parte nenhum obstáculo. Mas para que fosse valiosa esta promessa, no ajuste de conciliação exigia as seguintes condições: *a)* reconhecimento da soberania da jovem rainha; *b)* vinda de uma embaixada ao Brasil para, em nome de D. Miguel, saudar D. Maria II como soberana legítima; *c)* anistia geral, garantida pelos governos da Grã-Bretanha, França e Áustria; *d)* fiança dada pelo imperador de Áustria e reis da Grã-Bretanha e França obrigando-se "a reparar e evitar por meio de conselho ou de força qualquer injúria que a rainha possa sofrer ou recear da parte de seu esposo"; *e)* pagamento das despesas feitas por conta da rainha pelo Tesouro do Brasil, na importância de 350.000 libras.[860] Todas essas

859. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.
860. Calógeras – A *Política Exterior do Império*, parte 2ª, pág. 471 e seguintes.

condições, porém, por assim dizer se anulavam à vista da cláusula final, que, admitindo a sua rejeição, estatuía: "V. Ex. passará sem perda de tempo a declarar ao governo britânico e aos embaixadores das diferentes potências, que S. M. Imperial, não devendo comprometer sua honra, dignidade e consciência, deixa absolutamente à discrição dos soberanos da Europa a decisão dos negócios de Portugal, removendo de si toda a responsabilidade que da mesma decisão possa resultar, e protestando, na qualidade de tutor da jovem rainha, contra a usurpação da coroa de sua augusta pupila."

Do ponto de vista da opinião brasileira, o imperador colocava-se em posição correta e prudente. Mas como pai e defensor da rainha menina acabara capitulando. Menos triste não era que o doador de constituições omitisse qualquer menção à Carta constitucional de 1826. Mais uma transigência. Monarquias representativas queria D. Pedro para a América espanhola, com a ajuda dos governos europeus. Com efeito, Santo Amaro levaria também instruções para tratar desse assunto, isto é, da fundação de monarquias representativas no México, Colômbia, Peru, Chile, Bolívia e províncias platinas. O Uruguai, "limite natural do Império", deveria voltar a incorporar-se ao Brasil e, caso a isso se opusessem a Inglaterra e a França, constituir-se em grão-ducado ou principado. Insistiam as instruções na necessidade de respeitar o "nascente orgulho nacional dos novos estados da América" e de estabelecer "monarquias constitucionais ou representativas": "As ideias propaladas e os princípios adquiridos no curso de 20 anos de revolução obstam a que a geração presente se submeta de bom grado à forma do governo absoluto."[861] Mesmo com a ressalva de fidelidade ao liberalismo, o projeto envolvia grandes perigos, inclusive a possibilidade de lutas cruentas. Ainda bem que tudo ficaria em simples projeto de quem, segundo Stuart, tinha duas manias: compor músicas e fabricar constituições.

861. Calógeras – *op. cit.*, pág. 476.

Capítulo XXIV

O "GABINETE SECRETO". PARTIDA PARA A EUROPA DE FRANCISCO GOMES DA SILVA E JOÃO DA ROCHA PINTO. TENTATIVA DE MINISTÉRIO COM APOIO PARLAMENTAR. D. PEDRO DESCONTENTE COM MIGUEL CALMON E BARBACENA. A EXIGIDA PRESTAÇÃO DE CONTAS DESTE E SUA DEMISSÃO. CARTA PROFÉTICA. O IMPERADOR E O PARLAMENTO. ECOS DA REVOLUÇÃO FRANCESA DE 1830.

"O IMPERADOR, levado agora por Barbacena, tem dito que arranjem os negócios de Portugal a aprazimento do Brasil, que ele não quer mais críticas",[862] escrevia João Loureiro ao conselheiro Costa e Sá, a 24 de março de 1830, referindo-se à missão Santo Amaro. Ao Brasil, com efeito, provocava as maiores suspeitas a atenção dada por D. Pedro à política de Portugal, e sobretudo os atos que praticava, embora invocando a qualidade de pai, tutor e natural defensor da jovem rainha. O espírito que inspirava a embaixada especial de Santo Amaro era de transigência e talvez de renúncia. Fraquejava o monarca diante das imposições da Inglaterra, França e Áustria, e cedia em face da crescente suscetibilidade da opinião brasileira. A nova Câmara, prestes a inaugurar os trabalhos, dado o grande número

862. *R.I.H.G.B.*, tomo 76, parte 2ª, pág. 345.

de liberais que tinha sido eleito, iria mostrar-se mais ativa e pugnaz ainda do que a antiga; e por todo o país recrudescera a vigilância da imprensa, pronta a acolher a versão menos favorável de qualquer acontecimento e a exercer a crítica dos sucessos políticos com uma veemência de linguagem que exaltaria paixões boas e más, generosas e mesquinhas. Só no Rio havia entre quinze e vinte jornais, em sua maioria liberais, e em todo o Império mais de cinquenta. Paralelamente com o surto generalizado de um liberalismo cada dia mais exigente, apurava-se um sentimento patriótico pronto a degenerar em demagogia xenófoba, ou melhor, lusófoba.

Nada suscitava mais desconfiança entre brasileiros, ainda os sinceramente partidários da monarquia constitucional e devotados ao imperador, do que a preferência deste por portugueses da roda palaciana. Certo, seria quase impossível que, à vista de suas origens, pudesse evitar criados e amigos portugueses. Por outro lado, a singularidade do desfecho de nossa Independência facilitara certa indiscriminação nem sempre justificada. De muitos nascidos em Portugal, brasileiros adotivos, ninguém jamais suspeitaria. O exemplo de Vergueiro é significativo. Outros, porém, juridicamente tão brasileiros como ele, seriam malvistos e tidos como inimigos ocultos do Brasil. Pôs-se ênfase demasiada sem dúvida ao falar-se do "gabinete secreto" do monarca. Mas a verdade é que existiu algo de parecido. D. Pedro teve sempre nos serviços de maior confiança personagens que se tornaram antipáticas e até odiosas. Eram indivíduos que o conheciam, alguns, desde a infância e, vivendo a seu lado, se haviam transformado em amigos dedicadíssimos. Seria o caso de João Carlota, de Plácido de Abreu, de Rocha Pinto, de Gomes da Silva, de Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda, feito barão de Pati de Alferes, visconde de Lorena, marquês de Jacarepaguá e senador do Império. Todos merecendo do imperador um tratamento cordial e com acesso diário junto dele não se restringiam ao papel de criados do paço. Sem dúvida, subsistira no Brasil, entre os servidores diretos do monarca, certa indefinição acerca das incumbências que lhes tocavam, indo desde as mais relevantes até as mais rotineiras. Sobrevivências de épocas superadas, com todos os estigmas do absolutismo, as funções na corte e no paço apresentavam por vezes o que haveria de mais peculiar ao servilismo de meros lacaios. Criados eram todos, embora para os misteres subalternos houvesse os chamados de galão branco.

Devotados a D. Pedro, alguns com admirável fidelidade – João Carlota, por exemplo, que com ele iria para a Europa depois de 7 de abril –, não seriam por certo a melhor companhia. Só diriam o que lhe agradasse e, intrigando os ministros que não os atendiam e repetindo todos os mexericos e boatos da rua, concorreriam para aumentar equívocos e confusões. De Plácido, o barbeiro depois tesoureiro da casa imperial e genro do marquês de Inhambupe, os arquivos do castelo d'Eu documentam a ignorância de quase analfabeto e a ligeireza no meneio dos dinheiros confiados à sua guarda, de tal maneira que decaiu da estima do amo. Devotadíssimo a D. Pedro, foi sempre Francisco Gomes da Silva o homem realmente de mais qualidades do "gabinete secreto", talvez a sua mais autêntica encarnação. Elevado pelo monarca a postos importantes, feito secretário do gabinete imperial, daria a todos os encargos pronto desempenho. Não lhe faltavam, convém repetir, inteligência alerta, sagacidade, certa instrução revelada em trabalhos incessantes, limpeza de mãos, notável sobretudo porque não se aproveitou das facilidades que teria para enriquecer. Mas, de par com essas qualidades, era submisso em extremo a D. Pedro, pronto a servi-lo em todas as circunstâncias, a fazer todos os papéis e a transmitir todos os recados, inclusive os do femeeiro de poucos escrúpulos. Janota, irritava pelo arrebique o elemento nacional inclinado à simplicidade e até ao desleixo de maneiras e de traje; galhofeiro, chistoso – e daí a alcunha de *Chalaça* –, satisfazia gostosamente os pendores de zombeteiro e as inclinações escatológicas do monarca, em detrimento de quantos caíam no desagrado deste presumido, não recuava diante de nenhuma tarefa, arvorando-se em jornalista para atacar os liberais – de sua conivência nas campanhas da *Gazeta do Brasil* sobram as provas –, em quase ministro e às vezes em superministro para redigir atos que lhe escapavam à alçada de simples secretário particular. Sob o último aspecto, a culpa seria mais do amo do que do criado: ao critério do imperador ficava discernir até onde um ato dependia da colaboração do ministro competente. Para atenuar até certo ponto o vezo de D. Pedro de atribuir-se funções antes próprias de seus ministros, cumpriria recordar que, desde a morte de D. João VI e em face de todas as complicações surgidas, se vira forçado a agir como rei de Portugal e como pai da rainha. Nada repugnava mais à opinião pública do que a ingerência do governo do Brasil na questão portuguesa. Tudo, pois, em princípio,

deveria ser feito fora dos quadros da administração brasileira. E tudo fazia, sob as vistas de D. Pedro, no próprio paço, o diligente *Chalaça*. Em grande parte, está aí a explicação do gabinete secreto.

Ao tempo de suas peregrinações na Europa, Barbacena mantivera com Gomes da Silva excelentes relações epistolares. Conhecendo por certo a influência que o secretário particular tinha junto do imperador, parecera-lhe útil cultivá-lo com uma cordialidade não destituída de lisonja. Uma vez, porém, no Rio, e com as responsabilidades do governo, desejara que nas relações deste com D. Pedro não interferisse nenhuma força estranha. Para formar o Ministério, Barbacena insistira na necessidade de o monarca "ter confiança nos ministros, fechando os ouvidos a intrigantes e desempenhando no rigor da palavra as funções de imperador constitucional",[863] e obtivera promessa formal a respeito. Na verdade, entre os fatores da crescente queda de prestígio do monarca avultava a crença, aliás pouco fundada, de que os negócios de Portugal lhe mereciam a preferência, e um dos argumentos de que mais se serviam os liberais consistia no ascendente no paço de criados nascidos na antiga metrópole. Se havia algum exagero na acusação, nem por isso era improcedente. Gomes da Silva e Rocha Pinto campavam de poderosos e, por muito visados pela imprensa liberal e nativista, revidavam com remoques e insinuações deprimentes. A situação dos ministros desde o começo do reinado nunca fora cômoda, nunca repousara em bases seguras, minando-a ora a invencível suspicácia de D. Pedro, ora o seu zelo hipertrofiado do poder, ora a insídia dos áulicos. A despeito dos protestos e provavelmente dos desejos do imperador, não se interrompera, com o advento do gabinete de Barbacena, a ação do chamado gabinete secreto. A este desagradaria um governo que se dispusera, não só a exercer autoridade, como a ir, quanto possível, ao encontro da opinião liberal. Pôde o marquês escrever que "eram passados apenas dois meses, quando o Ministério responsável reconheceu a existência de outro ministério secreto ou clube diretor".[864] E verificando isto, os ministros – Barbacena, Calmon,

863. Carta do marquês de Barbacena a D. Pedro, de 15 de dezembro de 1830. A. A. Aguiar – *op. cit.*, pág. 804.

864. Carta de Barbacena a D. Pedro, de 15 de dezembro de 1830.

Alcântara, Caravelas, Rio Pardo e Paranaguá – representaram a D. Pedro que não se resignavam a continuar no governo coexistindo o "ministério secreto".

Via-se o monarca na contingência de, ou substituir o gabinete que formara a 4 de dezembro de 1829, ou dar-lhe uma satisfação. Ao contrário do que denunciariam certas aparências, seus propósitos no momento tendiam a um apaziguamento das críticas que lhe faziam de preocupar-se mais com a questão portuguesa do que com a política brasileira, e de renegar ou ao menos esquecer as "ideias do século". Provara-o nomeando o Ministério Barbacena, despachando a missão Santo Amaro. Nova prova daria atendendo à representação dos ministros. Não significaria pouco para D. Pedro tal procedimento. Afinal era uma intervenção em matéria que dizia respeito à escolha de criados do paço e de amigos. Gomes da Silva e Rocha Pinto incluíam-se entre as pessoas a quem mais prezava e a eles se ligara por uma afeição para que concorria o reconhecimento de leais e dedicados serviços. Relutando intimamente, o imperador deliberou afastá-los do paço e, para não ter remorsos, mandá-los-ia para a Europa, com pensões do seu bolsinho. Barbacena, na carta de 15 de dezembro de 1830, referiria o fato nestes termos: "A consciência de V. M. I. e seu bom juízo fizeram reconhecer a exatidão e justeza de nossas representações, e V. M. I. mesmo propôs separar de si certas pessoas, não escrever para as gazetas e proibir que no paço e na sua presença se falasse contra o Ministério." José Clemente e o grupo que caíra com a chamada do novo Ministério espalhavam boatos de que se tramava um golpe contra o imperador, pretendendo-se instituir uma regência ou o regime republicano. Como José Bonifácio tivera grande participação na mudança do governo, davam-no como implicado no movimento, então chamado de "República de Paquetá", por estar residindo nessa ilha, depois do seu regresso da Europa, o ilustre Andrada. Balela sem nenhum fundamento, acolheu-a entretanto o *Diário Fluminense*, em correspondência assinada pelas iniciais P. B., as mesmas que subscreveriam durante vários anos (e ainda depois da abdicação) cartas políticas naquele jornal e que em certa época se pensara ocultassem o próprio monarca.

José Bonifácio repeliu a calúnia em longa carta a Barbacena, e a *Astreia* indicou os autores da atoarda nestas linhas de fácil decifração: "Se me não quiserem crer recorram a *chalaças* ou vão ao porto e depenem um

pinto."[865] Nenhuma indicação melhor haveria, acerca do apoio que granjeara dos jornais da oposição liberal o Gabinete do marquês de Barbacena, do que os comentários de um deles, a propósito dos boatos postos em circulação no Rio, em fins de março de 1830: "Eis aqui os sinais mais que evidentes da República de Paquetá, sinais que nunca falharam: 1º O imperador está bem casado, goza das delícias da vida doméstica. A imperatriz é cheia de graças e virtudes, faz a felicidade do seu imperial esposo. Logo: o velho de Paquetá faz projetos de *Repúblicas e Regências*. 2º O Ministério é circunspecto, amigo da lei, da pátria, do monarca: *Repúblicas e Regências*. 3º O Ministério não se deixa governar por certa súcia que está habituada a dispor dos empregos, honras e dinheiros da nação para pagar desaforos e galardoar poucas vergonhas: *Repúblicas e Regências*. 4º O Ministério da Marinha bate o covil de ladrões que encontrou no Arsenal [....]: *Repúblicas e Regências*. 5º O ministro do Império muda alguns presidentes de províncias apontados pela opinião pública de contrários à forma de governo que o Brasil adotou e seu Defensor Perpétuo jurou manter e fazer observar. Aprova os estatutos da Sociedade de Medicina [....]: *Repúblicas e Regências*. 6º O Ministério da Justiça manda devassar as Colunas de Pernambuco e do Ceará, quer reformar a nossa péssima administração da Justiça [....]: *Repúblicas e Regências.* 7º O ministro da Guerra demitiu o famoso Queirós Carreira e alguns outros comandantes de armas cuja conduta era geralmente detestada [....]: *Repúblicas e Regências*. 8º O ministro da Fazenda administra as finanças com honra e probidade, trabalha para salvar o Estado da bancarrota [....]: *Repúblicas e Regências*. 9º O ministro dos Negócios Estrangeiros vela pela glória do imperador, quer salvá-la do naufrágio em que a precipitou o Ministério transacto com os negócios de Portugal [....]: *Repúblicas e Regências.*"[866]

Demonstração indubitável de prestígio do Ministério de Barbacena estava nessa defesa feita pela *Astreia*, tantas vezes chamada a júri por excessos contra a liberdade de imprensa. Parecia em verdade que se operara radical transformação e desta participava resolutamente o imperador. Não sendo homem de deixar conduzir-se, tudo indica que confiava no novo

865. *Astreia*, de 6 de abril de 1830.
866. *Astreia*, de 6 de abril de 1830.

Ministério e decidira outorgar-lhe poderes até então a nenhum outro confiados. João Loureiro, observador astuto, escrevia: "Tudo é Barbacena, mas de pouca dura."[867] Verdadeiro embora o prognóstico, o mineiro afinado por tantas viagens à Europa captara as instáveis boas graças do imperador, a ponto de convencê-lo não apenas da necessidade de todas as medidas de governo e de política enumeradas pela *Astreia*, senão também da conveniência de acabar com o "gabinete secreto", mandando para fora do Brasil os seus inseparáveis amigos Francisco Gomes da Silva e Rocha Pinto. Em carta de 22 de abril de 1830, D. Pedro contava ao marquês de Resende: "Sto. Amaro lá vai tratar da questão portuguesa. Gomes e Rocha passear, em suma ministerial e constitucionalmente postos fora, ao que anuí por interesse deles e meu; não que estejam fora da minha graça, e a prova é que lhes dou pensões. Gomes vai encarregado de arranjar meus negócios, e Rocha de passear."[868] Há uns laivos de sarcasmo nessa comunicação. Os dois validos iam passear "ministerial e constitucionalmente postos fora", mas reafirmava-lhes o apreço. Viajariam por interesse deles e de D. Pedro, e com pensões que lhes mandara abonar. A Gomes da Silva concedera 25.000 francos anuais e a Rocha Pinto 18.750;[869] o primeiro levava procuração para pagar e receber, "conhecendo a sua fidelidade, zelo e amor à minha pessoa e imperial família".

O certo, porém, era que o imperador cedera diante das reflexões do Ministério e exilara os dois amigos. A *Aurora Fluminense*, cujo redator tanto sofrera com as campanhas da *Gazeta do Brasil* e outras instigadas por *Chalaça*, exultava com a sua "deportação". Como explicar a mudança de atitude em D. Pedro? Bom impulso consequente a um exame mais atento e minucioso do estado do país? Influência benéfica de D. Amélia? Conselhos de José Bonifácio? Fosse o que fosse, colocava-se em posição capaz de conjurar os perigos que ameaçavam a unidade do Brasil e a estabilidade da monarquia. Infelizmente, não perseveraria nos propósitos que o levavam a praticar atos de tão benéfica repercussão e, em breve, por teimosia e ca-

867. *R. I. H. G. B.*, tomo 76, parte 2º, pág. 345.
868. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCI – doc. 4196 A.
869. *Livros da Mordomia* – Registos de decs. e ords. 1827/ 31, fls. 62, v. e 63.

prichos pessoais, teria grande parte de responsabilidade na eclosão da crise que o incompatibilizaria não só com os elementos exaltadamente liberais e nativistas, como também com aqueles mais cordatos, mais moderados que nunca lhe haviam recusado colaboração, homens como Paranaguá, Caravelas e Barbacena, ou militares como os da família Lima e Silva. Mas nesse começo de 1830, dir-se-ia que se ajustara afinal ao papel de monarca constitucional e buscara caminhos mais seguros. Talvez o tivesse deveras impressionado a situação financeira do país, que só fizera piorar desde o tempo do rei velho e que tão fielmente se refletira no descalabro do Banco do Brasil. Em carta já várias vezes citada e que ajuda mais que outro qualquer documento do seu punho a penetrar-lhe a alma, expandia-se com o amigo incomparável que era Resende: "Vamos indo com os pés para a cova, para depois nos encontrarmos no val de Josafá, onde cabemos todos segundo diz a Escritura e o Pe. Vieira o prova em um dos seus sermões, duvidando ao mesmo tempo (o que eu também duvido) que haja [no texto 'aja'.] e caiba um desembargador com honra, muito principalmente em 1830 em que o câmbio está a 33, o ágio do cobre a 30, as notas pequenas a 10 e 12, o oiro que não é muito sendo peças [no texto 'pessas'] a 17 e 18, em letra a 120, a prata a 96 e 100: contudo vamos vivendo mal e pobremente, para não dizer porcamente; mas Barbacena, que está ao leme e dirige tudo – abaixo de mim –, está esperançado de alcançar vitória. Hagasse el miracolo, hagalo el Diabolo."[870]

Nesse trecho de carta, em que D. Pedro demonstrava como à força de tanto escrever lograra agilidade, graça e quase correção, percebe-se, ao lado da frieza com que arrolava números reveladores da crise das finanças, um certo ceticismo ou melancolia pouco condizentes com o seu retrato psicológico mais divulgado. O monarca de tão vasto império não manifestava o mais leve ufanismo: "Vamos vivendo mal e pobremente, para não dizer porcamente"; duvidava que pudesse haver um desembargador com honra, mas parecia acreditar em "Barbacena, que está ao leme e dirige tudo – abaixo de mim". Vê-se por aí que, no momento, o marquês, apenas ministro da Fazenda, valia como autêntico chefe de

870. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCI – doc. 4196 A.

governo ou presidente de conselho. Mas, cioso como sempre de sua autoridade suprema, D. Pedro ressalvava-a, para que Resende não o julgasse dominado por ministros ou desapegado de suas atribuições. "Dirige tudo – abaixo de mim." Dirigindo "abaixo" do imperador, Barbacena estava no governo com um ascendente sem igual desde a queda de José Bonifácio em 1823. Gomes da Silva, no livro de *Memórias*, feito com o objetivo de defender-se e no qual não escondeu o ódio contra o homem que o afastara da posição excepcional junto do monarca, deu insuspeito testemunho acerca da maneira simpática com que foi recebido o Ministério do marquês de Barbacena. Embora acusando este de ter prometido a toda gente "a completa satisfação de desejos e caprichos", confessou que a nova administração se viu cercada de "súbita demonstração de opinião geral favorável".[871] E, atacando Barbacena de todos os modos – desleal, prevaricador, intrigante, mentiroso, interesseiro –, sem querer, reconheceu-lhe um mérito: "A única gente a quem não cortejou ostensivamente foi a que amava a pessoa do imperador e via nele o sustentáculo da paz e da ordem." Amigo certo de D. Pedro, Gomes da Silva reclamava monopólio de amizade. Um servidor do devotamento de Barbacena não passava para o áulico despeitado de um simples ambicioso, ávido apenas de predomínio, e desprezava a gente "que amava a pessoa do imperador" para satisfazer "o partido republicano a quem fora unir-se para que lhe servisse de degrau".[872]

Precisamente o fato de não ter cortejado *Chalaça* mostrou que Barbacena não visava a manter-se no governo para tirar deste os proveitos facultados aos fátuos e aos interesseiros. Conhecendo bastante as relações entre D. Pedro e Gomes da Silva, se o movesse só a pequena ambição de ser ministro, mais cômodo, mais fácil, mais indicado parecia agradar o secretário particular ou oficial de gabinete. Não hesitara em baixar a esse expediente quando se vira enleado de dificuldades, no desempenho de missões no estrangeiro, e temera, com prejuízo dos negócios de que estava incumbido, perder o apoio fugidio do monarca. Mas a verdade era

871. *Memórias*, p. 170.
872. *Idem, idem.*

que, de volta ao Brasil, depois de tantas viagens, lograra a convicção de que não havia outro recurso, em face de alarmantes sintomas de convulsões políticas, senão tentar a aproximação do trono com a opinião liberal, do governo com a Câmara. Aqueles cuja boa vontade Barbacena buscava atrair não se recrutavam entre adeptos do partido republicano, como disse o conselheiro Gomes, mas em meio à gente a quem se deve a duração das instituições monárquicas até a antepenúltima década do século XIX – um Vasconcelos, um Feijó, um Evaristo, um Honório Hermeto, um Limpo de Abreu, um Paula Sousa, para não falar nos insuspeitíssimos – Caravelas, Calmon, Paranaguá. E entre os que sustentavam o Ministério de Barbacena estava aquele que mais concorrera nos dias de 1822 para a adoção da monarquia – José Bonifácio.

Grande triunfo foi afinal para o novo Ministério o afastamento dos dois validos com fama de muito influentes e de assessores do monarca. Se é verdade o que conta Gomes da Silva a respeito de uma reunião do Conselho de Estado para tratar do caso de um artigo de jornal, cuja autoria ou inspiração lhe atribuíam,[873] nada se poderia aduzir de mais significativo acerca da importância da personagem banida. "Mal pude conter o riso", registrou sobranceiro em suas *Memórias*. E não tardaria, com certeza, a vingar-se, da Europa, num trabalho de intriga soez, que derribaria o Gabinete de Barbacena e apressaria o fim do reinado do soberano a quem pretendia servir. No momento, entretanto, o Ministério parecia acreditar que lhe seria possível realizar uma obra de reconstrução política e saneamento financeiro. Os dois grandes objetivos eram captar a confiança da opinião liberal e descobrir remédio para o descalabro das finanças. Uma e outra coisa exigiam a colaboração da Câmara, e Barbacena se dispôs a consegui-la com o maior empenho.

Não se saberia bem, dos elementos em dissídio, qual o mais fácil de conduzir – se os deputados, firmes na decisão de exercer todas as atribuições do poder que representavam, se o imperador, ciumento ao extremo também da autoridade que encarnava. Por extraordinário que pareça, maior docilidade demonstraria porventura a Câmara, acessível a argumen-

873. *Memórias*, pág. 175.

tos que soavam falso ao monarca. Este, não obstante os seus pendores liberais, colocava-se diante do Parlamento numa atitude prevenida, de defesa e até de mal disfarçada hostilidade. O empenho dos ministros em evitar a crítica do Poder Legislativo parecia-lhe terror infantil. Do seu punho, num maço de ofícios e cartas de D. Tomás de Mascarenhas lê-se a seguinte nota: "Correspondência de D. Tomás que havia entregado a Barbacena para pôr o Ministério ao fato, e que por medo do Papão (Câmeras) me entregou Calmon [....]."[874] Das câmaras ou Câmeras, como escrevia, o Ministério tinha medo como de um papão. Mas ele não as temia, e isso, junto ao feitio absorvente e ao gosto pelo trabalho, levava-o a redigir em pessoa as falas do trono, inclusive a da abertura da Assembleia em 1830. Escreveu-a e mandou uma cópia a Barbacena. O primeiro período estava assim concebido: "Cheio de prazer venho abrir a primeira sessão da segunda legislatura deste Império, e muito folgo podendo anunciar à Assembleia Geral Legislativa o meu consórcio com a sereníssima princesa D. Amélia Augusta Eugênia de Leuchtenberg, atual imperatriz, minha muito amada e prezada mulher." Barbacena, em carta de 29 de abril, ponderara: "Senhor. O pensamento de V. M. , no princípio da Fala, parece-me que fica mais elegantemente enunciado da maneira seguinte: 'A satisfação que experimento vindo abrir a 1ª sessão da 2ª Legislatura deste Império muito se aumenta pela circunstância de poder comunicar-vos o meu casamento, etc., etc.'." Arvorado em mentor literário do monarca, sugeria ainda o ministro que no tópico relativo a auxílios aos emigrados portugueses não se mencionasse a participação do ministro dos Estrangeiros.

De grande interesse é a resposta de D. Pedro ao ministro: "Meu Barbacena. Recebi a sua cartinha em que pede que mude o princípio da fala [....] Respondo que a Fala já está copiada e, apesar da elegância com que ficaria o discurso do modo que me diz, estou resolvido a não mudar por falta de paciência. Quanto ao tópico 'portugueses emigrados', eu vi ontem muito bem que Calmon troceu [*sic*] o nariz, e que faria representação indireta. Vejo que atos de beneficência não precisam de ser acompanhados de exposição diplomática; mas como este ato de beneficência tem alguma

---

874. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4095.

coisa de diplomático, acho que o nosso ministro carregou com ele como deve, e não se esgueire. A última demão na Fala está dada, pois até já está copiada. Amanhã vou à cidade e lá lhe mostrarei por causa dos pontos e vírgulas, e então conversaremos se é ou não conveniente que se imprima antes de ser pronunciada na Câmera. Tenha saúde *união e olho bem vivo e diga ao mar que ronque*. Seu amo e amigo Pedro. Boa Vista 18 $^{29}/_{4}$ 30."[875] Não recebera com agrado as observações de Barbacena e, reconhecendo embora que a primeira emenda daria mais elegância à Fala, não a aceitava. No tocante à segunda, que acabaria por adotar [não há, na publicação nos *Anais da Câmara* e no volume *Falas do Trono*, referência alguma ao ministro dos Estrangeiros, no tópico sobre os portugueses emigrados], já expandia a má vontade que o futuro marquês de Abrantes lhe provocara. Ao "união e olho bem vivo" com que costumava encerrar, nessa época, as cartas a Barbacena, acrescentara "e diga ao mar que ronque". Que significavam tais palavras? Alusão à Câmara? A essa carta seguia-se um pós-escrito em tom brincalhão: "A Fala ontem foi aprovada e louvada por todos os ministros, as circunstâncias não mudaram, portanto parece-me que poderia ser dispensado de a alterar. Ela está tão bonita que é pena bulir-lhe. Tendo-me escrito em papel pequeno, respondi-lhe em papel grande para ver que não é negócio de compadres." Não começara ainda a fase aguda de desconfianças em relação a Barbacena, todo ocupado em obter da Câmara as medidas indispensáveis ao governo. Mas poucos meses depois se manifestaria da maneira mais insólita, por meio de cartas particulares e atos públicos, num verdadeiro escândalo que prejudicaria menos a honorabilidade do ministro exposto ao descrédito do país do que a permanência do monarca no trono.

Aberto o Parlamento a 3 de maio, já a 15 o marquês de Barbacena comparecia perante a Câmara para ler o seu relatório como ministro da Fazenda. Jamais se frisara tanto até então o propósito de estabelecer sincronismo entre a ação do Ministério e a da Câmara, numa antecipação infelizmente malograda do que viria a acontecer no Segundo Reinado. "Nos governos constitucionais nenhum ministro pode sustentar

875. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4092.

o seu posto com utilidade da nação sem merecer a confiança de seus representantes",[876] disse de início Barbacena, acrescentando mais explicitamente: "Nem eu creio que possamos resistir por muito tempo se os fatais elementos de desordem e descrédito com que lutamos não desaparecerem, ou pelo menos não forem diminuídos nesta sessão pela sabedoria das câmaras, e mais que tudo pela estreita união das câmaras com o governo, do governo com as câmaras." Mais não tinham reclamado na legislatura passada os deputados liberais, encabeçados por Bernardo de Vasconcelos e, sem dúvida, ao escrever tais palavras, estaria o ministro a pensar neles, desejoso de angariar-lhes o apoio. Consegui-lo-ia? Não era empresa simples. A nova Câmara vinha animada de um espírito crítico talvez exagerado, que não levava em conta todas as dificuldades do governo e, por muito que este se mostrasse empenhado em reformas substanciais – Barbacena mencionava para logo a dívida pública, bancos, sistema monetário, juntas de Fazenda, alfândegas –, revelaria pouca paciência para aguardar as providências e iniciativas ministeriais, antes propensa a tomar a dianteira nos projetos de interesse público. Além disso, as paixões partidárias e as lutas pessoais, sempre mais exacerbadas, impediam um entendimento mais amplo entre homens ao cabo visando todos ao mesmo fim. Foi o caso, por exemplo, do reconhecimento de José Clemente, Oliveira Álvares e Salvador José Maciel, apontados como absolutistas e inimigos das instituições. Em torno do assunto travou-se debate apaixonadíssimo, e os três veriam os seus direitos amparados por escassa maioria, na qual se contaram os votos de Evaristo, Feijó, Alencar e Paula Sousa, mas ouviriam as mais severas acusações.

A posição política da Câmara inaugurada em 1830 definiu-se sem subterfúgios na resposta à Fala do Trono, redigida por Martim Francisco, sobretudo neste trecho de ataque frontal à orientação do decaído Ministério de José Clemente: "Senhor, a Câmara dos Deputados rende a V. M. imperial milhares de graças pela destituição de um ministério que havia perdido a confiança pública por contínuas violações da Constituição e da lei, pelo terror incutido da volta do absolutismo, senão real

876. *Anais da Câmara – 1830*, tomo 1º, pág. 147.

ao menos aparentemente justificado por muitos atos."[877] Volta ao absolutismo de que tanto se falara em 1829, e cuja possibilidade a consulta feita por D. Pedro ao bispo de Anemúria, ao marquês de Paranaguá e ao barão de Inhomirim, de certo modo confirmou. A Câmara prometia "coadjuvar com todos os meios" e exorava ao monarca a "comprimir as facções exageradas [....] já da anarquia, já do despotismo". A cooperação do Parlamento não tardou, e para prová-la basta a leitura dos *Anais* de 1830. Foi um esforço imenso, talvez o primeiro trabalho sistemático no sentido de rever a organização dos serviços civis e militares no Brasil, em estado quase caótico, a refletir a incúria, o personalismo, as improvisações do reinado joanino, de par com a rotina colonial. Durante meses a fio, muitos deputados, alguns com grande lucidez e coragem, não se cansaram num exame que pecaria por excessivamente minucioso e numa disposição que seria mais crítica do que construtiva. Perdeu-se tempo demais na análise dos abusos administrativos. Havia-os de toda a ordem, e clamorosos, principalmente no Exército e na Marinha. Holanda Cavalcanti afirmou que conhecia em Pernambuco militares com mais anos de serviço do que de idade. E muito se comentou a existência de brigadeiros sem brigadas, de corpos pagos embora sem efetivos, de praças supostas. E para prestar informações e esclarecer dúvidas, os ministros iam à Câmara, solícitos, também eles decididos a sanar velhas faltas.

Esse vasto inquérito realizava-se a propósito da votação dos orçamentos e da fixação das forças de terra e mar, o que determinou chegar-se ao fim da sessão ordinária sem que estivesse concluída a lei de meios. Impunha-se, pois, a convocação de uma sessão extraordinária. No ano anterior, embora também sem lei de orçamento, o imperador encerrara a sessão a 3 de setembro, com aquela fala de estranho laconismo. Desta feita, porém, aquiesceu em convocar a Assembleia, "como o primeiro e mais interessado pela prosperidade do Brasil", segundo declarou.[878] Tê-lo-á aconselhado a assim proceder o marquês de Barbacena, que enfrentava na Câmara, com indiscutível galhardia, as investidas dos deputados da marca

877. *Anais da Câmara – 1830*, tomo 1º, pág. 142.
878. *Falas do Trono*, pág. 185.

de Vasconcelos. Mas o ministro lutava no campo parlamentar já enfraquecido, em vésperas de perder a confiança do monarca. Em torno deste, com a sua permeabilidade a intriga que lhe espicaçasse o amor-próprio, vinha-se fazendo uma cabala de interesses contrariados e de suscetibilidades feridas contra a permanência de Barbacena no governo e sobretudo contra o respeito que merecia por parte da opinião liberal. Não o tratavam com apreço a *Aurora Fluminense*, a *Astreia* e outros jornais, implacáveis com o Ministério passado? João Loureiro, ótimo observador dos acontecimentos brasileiros do tempo, escrevia a 25 de agosto: "Um partido de homens que tem sido da administração e que existe nas câmaras capitaneado por José Clemente tratam de pôr o atual Ministério em embaraços tais que eles se possam rir e tornarem-se necessários; isto está agradando ao imperador, que muito sofre com um ministério que se escorou nos do povo."[879] Desde julho já se falava na substituição de pelo menos dois ministros,[880] provavelmente Barbacena e Miguel Calmon, e era corrente que D. Pedro mantinha frequentes conferências com José Clemente. Nas rodas palacianas, desfalcadas de Gomes da Silva e Rocha Pinto, não se escondia a malquerença contra o Ministério, dizendo-se que Jacarepaguá andara organizando outro e que João Carlota fora convidar o marquês de Jundiaí para a pasta da Fazenda.

Muitos desses rumores tinham fundamento e em breve se confirmariam. Afirmando que a "cabeça matemática" de Paranaguá não dava conta do cargo de ministro da Marinha e que Caravelas sofrera uma ameaça de paralisia, João Loureiro concluía: "Barbacena e seu súdito Calmon suprem a tudo enquanto o imperador lhes não prega o que parece ter em mente." Ao marquês de Caravelas, por doente, substituíra interinamente na pasta do Império o visconde de Alcântara, mas Paranaguá continuava tranquilo na Marinha, a merecer a confiança do imperador. Quem entretanto dela decaíra fora Barbacena, o organizador do Ministério, que procurava e ia conseguindo, a despeito de certas relutâncias, o apoio da Câmara dos Deputados. Contra ele D. Pedro se voltaria cheio das suspeitas mais

---

879. *R.I.H.G.B.*, tomo 76, parte 2ª, pág. 353.
880. Aguiar – *op. cit.*, pág. 805 – Carta de Barbacena a D. Pedro, de 15 de dezembro de 1830.

infamantes, intimamente convencido de que o homem a quem dera tantas e tão honrosas incumbências era inescrupuloso no trato dos dinheiros públicos e capaz de lesá-lo também pessoalmente. Barbacena, por força das missões de que se encarregara – acompanhar D. Maria II à Europa e tratar do segundo casamento do monarca –, fizera grandes despesas, movimentadas através da legação brasileira em Londres e custeadas em boa parte pelos fundos provenientes dos arranjos financeiros que se seguiram ao reconhecimento da Independência por Portugal. Tinham sido despesas de vulto e feitas a títulos diversos, desde a viagem da rainha, a manutenção de emigrados portugueses, a resistência ao governo do usurpador até o casamento com D. Amélia e a aquisição de baixela e carruagens. De tudo prestara contas Barbacena e recebera dois alvarás de quitação do imperador, um de 1º de dezembro de 1829 e outro de 14 de abril de 1830.[881]

Não obstante tais documentos, D. Pedro, instigado por insinuações que Gomes da Silva lhe fazia, em cartas escritas da Europa, ou movido por certa inclinação à malevolência, que mal dominava, decidira-se a um novo exame das contas do marquês. Iria ele próprio fazê-lo, com o gosto de guarda-livros ou contabilista cedo revelado. Não se abalançaria a tal trabalho se não se tivesse pelo menos deixado possuir por dúvidas muito sérias acerca da honestidade daquele em quem antes tanto parecia confiar. Barbacena não só prestara contas, como entregara ao imperador os livros de escrituração das despesas. Terá sido talvez em novas leituras desses livros que D. Pedro entrou a descrer da exação do marquês. A 10 de julho estava em boa paz com este, tanto que lhe comunicava: "Meu Barbacena. Grande dia e memorável será hoje em sua casa, pois eu nomeei-o mordomo-mor da imperatriz, e ela nomeou dama a sua filha."[882] Mas a 23 de agosto já o ministro respondia a indagações sobre despesas do segundo casamento, contestando que houvesse duplicatas: "Será contudo mais fácil o demonstrar ou à vista das contas que estão em poder de V. M. [....] ou à vista de recibo meu para tal quantia."[883] Pelas contas, verificara-se que o imperador

881. Aguiar – *op. cit.*, pág. 796.
882. Aguiar – *op. cit.*, pág. 774.
883. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4092.

era devedor ao Tesouro da importância de 182:000$000, de despesas do segundo casamento. "Quero começar já neste mês a pagar os 182:000$000 que indubitavelmente devo ao Tesouro, deixando 10:000$000 de minha dotação, o que farei nos seguintes meses até completar a dita quantia",[884] escrevia ele a Barbacena, decidido a solver o débito em prestações. Probo, escrupuloso, desejava também ficar fora do alcance de qualquer crítica: "É mister que as minhas contas sejam apresentadas mais claras que as dos outros [....]."

Tal zelo só louvores poderia merecer, mas o assunto impunha a D. Pedro circunspecção, que lhe faltou. Nesse príncipe a quem não se poderia recusar superioridade sob muitos aspectos e que não demoraria a consagrar-se, em defesa da filha e da causa liberal em Portugal, um herói autêntico, nesse homem que, sem embargo de um zelo mórbido pela autoridade de que se achava investido, acabaria sempre procedendo com desprendimento, apegado afinal a uma noção romântica de glória, a um culto exaltado de honra, havia contraditoriamente um defeito dos mais degradantes – a avareza. D. Pedro queria pagar o que devia ao Tesouro, mas dispunha-se a refazer todas as contas, examinar todos os comprovantes, ele mesmo, sozinho, desconfiado. Não se deixaria espoliar de um tostão sequer. Como as despesas tinham sido efetuadas no estrangeiro, os cálculos se complicavam, cumprindo saber o câmbio do dia de cada pagamento. E para isso passou a perseguir Barbacena com cartas e pedidos de informações.

Muitas dessas cartas de D. Pedro a Barbacena arrolam infatigavelmente algarismos e adições, num afã de apurar como o emissário imperial aplicara os recursos postos a seu dispor. Jogando com libras e florins e convertendo estes naquelas e umas e outros em moeda brasileira, procurava discriminar cada despesa e chegar a um resultado geral. "Tenho feito diligências possíveis para saber os câmbios que estavam de Londres para o Rio nos dias em que as despesas foram feitas, para lhe poupar trabalho, mas não o conseguindo vejo-me obrigado a incomodá-lo novamente", comunicava a Barbacena, em tom antes moderado, mas que se modificava na

884. Aguiar – *op. cit.*, pág. 775.

mesma carta, ao escrever: "Conheço que [....] tenho sido um pouco precipitado, mas respondo a quem me notar o que acabo de dizer que menos precipitado não está o Tesouro às portas de uma bancarrota e que se não lhe valermos pagando cada devedor o que tem obrigação, e perseguindo o governo os ladrões de todos os gêneros e espécies que o têm e ainda o estão entisicando, nada se poderá arranjar."[885] Barbacena respondeu com sobranceria que para a verificação dos câmbios bastava uma consulta às coleções dos jornais,[886] ao que replicou o imperador: "[....] fico certo que acharei nas gazetas os câmbios, passarei a examiná-las." E como para saber as datas das despesas seria necessário compulsar o Diário e Contas Correntes, insistia: "Passarei eu mesmo a examinar os ditos livros."

Ao mesmo tempo que aperreava Barbacena com bilhetes desconfiados, desfechava também contra Miguel Calmon insidiosa campanha epistolar, tratando-o sem o menor apreço. A má vontade em relação a Calmon era mais antiga. O futuro marquês de Abrantes, fosse por certo feitio no qual a extrema polidez excluía a franqueza, fosse por deficiências do serviço da Secretaria dos Estrangeiros, vinha de há muito irritando o imperador e recebendo recados impertinentes. Eis algumas amostras: "Parece-me que poderia mandar-me os dois papéis que lhe entreguei relativos ao negócio da rainha de Portugal, cujo lugar é no meu imperial gabinete. Veja se desencanta as cartas do *Malagueta*, pois gosto muito de guardar papéis que às vezes vêm a servir"; ou esta outra: "As minhas cartas que estão na sua secretaria já lá não têm nada que fazer. Eu quero pôr os meus papéis em ordem, portanto, mande-mos já. O prazo que marcou outro dia para trazer-mos findou e a indolência dos seus oficiais continua. Eu sinto muito escrever-lhe em um tom algum tanto forte; mas assim mo pede o meu gênio que em casos tais não cede à minha razão."[887] Calmon, por cálculo ou preguiça, preferia responder oralmente aos recados e ordens do monarca e, como conhecia o gosto deste pelo teatro, lá ia e conversava no camarote imperial sobre os assuntos de governo. D. Pedro julgava que, assim proce-

885. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.
886. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4092.
887. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4097.

dendo, não queria o ministro dos Negócios Estrangeiros "comprometer-se na escrita". A propósito de papéis importantes, encaminhados por Calmon num bilhete puramente formal, o imperador advertia-o com aspereza: "[....] vou ao teatro só para ouvir a ópera, e que para me serem comunicadas notícias e tão interessantes como estas que acabam de chegar, estou no meu palácio, digo-lhe já. Aqui o esperei, e o que sei de novo mui trabalho me tem custado; mas eu nada creio, porque não me foi comunicado pelo meu ministro da Repartição dos Negócios Estrangeiros, como me parece que devia ser."[888]

Escrevendo a Calmon mais duas cartas desse teor, estava a apontar-lhe o caminho da demissão. E o ministro, pedindo-a, ainda receberia nova e mais afrontosa epístola: "Se fosse possível e mesmo decente que um soberano se pusesse mal com qualquer de seus súditos, eu me poria mal com Calmon." Depois de acusar este de dúplice, inverídico, pouco sincero, não hesitava em dizer: "Pede agora a sua demissão para ver se ainda sai com honra, pessa-a [*sic*] muito embora eu lha conceda de bom grado; mas saibam todos que o principal motivo por que a pede é porque eu quero fiscalizar os dinheiros do Estado, manter a justiça e honra do governo, e minha."[889] Querendo pairar, como soberano, acima das paixões dos simples mortais, descia entretanto a agravar um ministro com acusações de tal natureza. Calmon ocupara no Gabinete de José Clemente a pasta da Fazenda e voltara ao governo por instâncias de Barbacena. Solidário com este, procurava resistir às incursões do monarca em assuntos que lhe pareciam da alçada ministerial e conciliar o mais possível a ação do governo com os reclamos da opinião pública e da Câmara dos Deputados. Mas qualquer atitude menos submissa por parte dos ministros parecia a D. Pedro um desacato à sua autoridade. Imperador constitucional, desagradava-lhe o ascendente que o Ministério ganhara. Mais do que tudo, porém, perdera a escassa confiança que alguns dos ministros lhe haviam merecido e, pior, convencera-se de que Barbacena malbaratara os fundos à conta dos quais fizera despesas na Europa e possivelmente deles tirara proveitos pessoais.

888. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4097.
889. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.

Daí os exames e os cálculos em que se emaranhou e, para poder ser exigente sem incorrer em censuras, o escrúpulo em reconhecer-se ele próprio devedor do Tesouro. Nos papéis do seu arquivo há uma demonstração pormenorizada de todos os débitos, sob o título "Dívida de S. M. o imperador ao Tesouro Público do Império, contraída em consequência de diversas somas que lhe foram adiantadas pela Legação Brasileira em Londres, somando todas as adições a quantia de £ 21.315.16.3, que pelos diferentes câmbios abaixo indicados soma em 210:484$296."[890]

Depois de conceder a demissão pedida por Calmon, escrevia D. Pedro a Barbacena, a 26 de setembro: "Meu Barbacena. Saberá que Calmon deu ontem a sua demissão. Eu aceitei-lha, ele hoje agradeceu-me e mandou a pasta da secretaria. Sirva-lhe isto para se saber governar e fazer o que lhe parecer."[891] O aviso não deixava dúvida: liquidado Calmon, chegava a vez de Barbacena. Em relação a este, entretanto, ou o julgava capaz de completa subserviência ou ainda lhe conservava um resto de apreço, e no dia 27 mandava-lhe esta carta: "Todo o caminho vim pensando sobre estas coisas do Ministério, e acho que é ocasião (uma vez que eu estou disposto a fazer examinar mui rigorosamente todas as suas contas e mandar tomar contas à legação, em Londres, separando a célebre caixa mágica da legação, que só deve tratar de negócios diplomáticos e que até agora tem estado a fazer contas de grão-capitão) de passar o marquês (mesmo para honra sua, para que se não diga que é juiz e parte) para os Negócios Estrangeiros e dar a pasta da Fazenda a Paranaguá."[892] Abafando a mágoa que tais palavras suscitariam, Barbacena respondeu no dia seguinte, recordando que ninguém melhor do que o imperador conhecia o seu desejo de um "honesto retiro" depois que trouxera da Europa a nova imperatriz e confiara outra vez à guarda do pai a rainha de Portugal. E acrescentava: "Ninguém também sabe melhor do que V. M. I. qual foi a minha repugnância e qual o sacrifício que fiz aos meus princípios aceitando a pasta em puro obséquio de V. M. Em tais circunstâncias, fácil é de concluir que nada me pode ser

890. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4099.
891. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4098.
892. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.

tão útil e agradável como deixar o Ministério, uma vez que não desagrade a V. M. nem se ofenda a minha honra. Creio que tudo se pode fazer, e melhor desenvolverei o meu pensamento esta tarde."[893]

A atitude de Barbacena era ao mesmo tempo prudente e digna. Não queria estimular a ira do monarca, mas pretendia resguardar a própria honra. Empenhado na aprovação pelo Parlamento de projetos de lei tendentes à melhoria do meio circulante, o marquês ponderou ao imperador a conveniência de continuar no Ministério até o fim de outubro, ou prazo menor, por mais oito dias, não perturbando a tomada de contas esse pequeno adiamento: incompatível, porém, com aquela medida seria a sua permanência em qualquer pasta. Redarguiu-lhe o imperador que devia deixar o Ministério imediatamente. Isto ocorreu a 28 de setembro.[894] A 30 assinava D. Pedro o decreto da demissão de Barbacena, a fim de se lhe tomarem as contas, dando-a como "a pedido". Não se conformou o marquês com essa fórmula e escreveu ao visconde de Alcântara, rememorando as circunstâncias acima narradas e reclamando a retificação do ato, que deveria declarar "Hei por bem demitir". Novo decreto foi lavrado. Disposto a defender-se e convencido de que ficaria com o nome limpo, quis Barbacena que a sua demissão se acompanhasse de verdadeiro escândalo, ao cabo prejudicial ao imperador. Pouco recomendável era a posição de D. Pedro reabrindo com espalhafato o exame de contas que já aprovara por dois alvarás, e contas que envolviam também interesses particulares seus. Acrescia que a pessoa cuja honorabilidade punha em dúvida com o maior estardalhaço era um velho servidor do país, oficial general, homem sabidamente abastado, que lhe merecera desde antes de consumada a Independência as incumbências mais honrosas e levara anos a prestar-lhe serviços, em missões cheias de dificuldades e imprevistos, como o segundo casamento e a viagem da rainha de Portugal.

Barbacena justificou satisfatoriamente todas as despesas feitas e veio a ter anos depois nova quitação, esta passada pelo Tribunal do Tesouro, reconhecendo-lhe até um crédito de £ 1.405.19.11, que recebeu afinal em

---

893. Arq.do Cast. d'Eu – maço LXXXIX– doc. 4092.
894. Carta de Barbacena ao visconde de Alcântara – Aguiar – *op. cit.,* pág. 783.

fevereiro de 1838.[895] No momento da demissão, sem embargo da volúpia da maledicência já então existente entre nós, a opinião geral se mostrou favorável ao marquês. Segundo o diplomata austríaco Daiser, o monarca imputava ao seu ex-ministro e representante *de veritables tours de maître d'hôtel*[896] – diferenças de câmbio no custo de uma baixela, preço elevado de um colar, falta de duas carruagens. Fosse o que fosse, desmandava-se D. Pedro numa atitude destituída de compostura, e tão apaixonado se mostrava que chegou a ir um dia ao Tesouro para – palavras suas – "tomar conhecimento das tratantadas do Barbacena".[897] Passara o tempo dos bilhetes e cartas – "Meu Barbacena" ou "Meu marquês", ou daquela – "Meu marquês, meu Barbacena, meu amigo e não sei que mais", respondendo à comunicação do casamento com D. Amélia. Agora via no homem que tanto o servira apenas um tratante. Detestava-o mais do que a Calmon, talvez porque a este humilhara em cartas que não poderiam nunca ser dirigidas a um ministro de Estado. Barbacena não aceitara a demissão a pedido e defendera-se publicamente, numa exposição impressa e largamente distribuída, já que o *Diário Fluminense*, por ordem imperial, se recusara a inseri-la. Embora procurando salvar a sua probidade, o marquês não seria temerário a ponto de colocar-se contra o monarca, e ainda procurou este em São Cristóvão. Mas não foi recebido. No auge da cólera, D. Pedro declarou inimigo quem quer que frequentasse a casa de seu antigo ministro – por este motivo Plácido de Abreu foi demitido –, e disse que um rei da Inglaterra achara um amigo que o livrara do arcebispo de Cantuária, mas o imperador do Brasil não achava outro que o livrasse do marquês de Barbacena.[898]

---

895. Calógeras – *O marquês de Barbacena*, pág. 228.
896. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 270.
897. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 269.
898. Carta de Barbacena a D. Pedro, de 15 de dezembro de 1830. Referir-se-ia D. Pedro I a William Land, arcebispo de Cantuária de 1633 a 1640, ao tempo de Carlos I? Esse prelado, querendo lutar contra o puritanismo a fim de impor o predomínio do anglicanismo, serviu-se de sua influência sobre o rei, de cujo conselho privado fazia parte. Combatido pelo Parlamento em virtude de violências e perseguições que praticava, foi abandonado por Carlos I, destituído de suas funções, preso na torre de Londres e condenado à morte sob a imputação de papista e traidor à pátria. Ou lembrar-se-ia de Tomás Becket, assassinado por amigos de Henrique II, em 1170?

Tudo isso era mais incontinência de linguagem de quem se dominava com esforço do que intenção real, propósito deliberado de ver suprimida a vida de Barbacena. Era destempero de impulsivo, que nunca se mostrara e nunca seria sanguinário ou cruel. Impulsivo antes inclinado à generosidade. Mas sentindo-se ameaçado, o marquês não se acovardou nem perdeu a cabeça, e dirigiu a D. Pedro a carta mais franca, altiva e profética que jamais terá recebido um rei. Depois de recordar os antecedentes de sua entrada para o Ministério e o que ocorrera até a demissão, Barbacena disse: "Em semelhantes circunstâncias, senhor, necessário é salvar a minha vida, retirando-me para o engenho de Gericinó, aonde estarei em guarda [....] Melhor era retirar-me para a Europa, porém uma vez que se trata de exame de contas, suceda o que suceder, eu não deixarei o Brasil [....] Estes fatos, senhor, jamais aparecem reunidos senão no momento ou nas vésperas de uma revolução [....] Um dos tios-avós de V. M. I. acabou seus dias em uma prisão em Sintra. V. M. I. poderá acabar os seus em alguma prisão de Minas a título de doido, e realmente só um doido sacrifica os interesses de uma nação, da sua família e da realeza em geral, aos caprichos e seduções de criados caixeiros portugueses [....] Eu retiro-me para o engenho, mas não posso encetar a minha viagem sem suplicar a V. M. I. que pondere no abismo em que se lança [....] Ainda há tempo, senhor, de manter-se V. M. I. no trono como o deseja a maioria dos brasileiros, mas se V. M., indeciso, continuar com as palavras de Constituição e brasileirismo na boca, a ser português e absoluto de coração, neste caso a sua desgraça será inevitável, e a catástrofe que praza a Deus não seja geral, aparecerá em poucos meses; talvez não chegue a seis."[899]

A carta de Barbacena tinha a data de 15 de dezembro de 1830; a 7 de abril de 1831, isto é, ao cabo de três meses e vinte e três dias, realizava-se o vaticínio com a abdicação do imperador. O marquês atribuía a mudança de D. Pedro a seu respeito a intrigas de portugueses e na epístola final aludia aos nomes de Francisco Gomes da Silva e José Clemente Pereira. Este estaria intrigando aqui; aquele intrigaria da Europa, por meio de cartas envenenadas. Que o monarca continuava a dispensar a Gomes da Silva e também a

899. Carta de Barbacena a D. Pedro, de 15 de dezembro de 1830.

Rocha Pinto a maior amizade era notório, e as provas se acumulam. Numa de suas contundentes cartas a Miguel Calmon, a propósito de um ofício do consulado de Londres, que se dizia ter sido escrito por Gomes da Silva, D. Pedro afirmara: "[....] será necessário que eu o veja para me capacitar que um verdadeiro amigo (e não valido como me disse o conde do Rio Pardo, e que eu punha de uma banda na balança e o Brasil na outra e pesava no meu conceito tanto ou mais que este) fez tal. Eu estou intimamente convencido que à vista do ofício n. 62 poderei dizer duas gracinhas ao desavergonhado e intrigante que teve o desaforo de levantar semelhante aleive e perseguir gratuitamente a um homem que a ninguém faz mal e a mim fez bem e nunca roubou o Estado nem o seu soberano, passando-lhe muito dinheiro e negócios de minha casa pelas mãos."[900] Probo, leal, dedicado era o amigo Gomes, o amigo e não valido, como ousara classificá-lo o conde do Rio Pardo, ministro da Guerra; ladrão dos dinheiros do Estado e do imperador, não havia necessidade de escrever o nome, porque já se sabia que era Barbacena. A Rocha Pinto participava a 6 de outubro: "Meu Rocha saberá que os dois seus amigos saíram do Ministério e que por este motivo não deve ainda recolher-se sem que eu lhe mande dizer que venha, para que se não possa dizer [....] que saíram para que Rocha e Gomes pudessem voltar."[901]

Ao mesmo Rocha Pinto escrevera D. Pedro a 4 de setembro encomendando cocheiros em Lisboa e um picador na Inglaterra e, com grande solicitude, aconselhando-o a divertir-se, ao mesmo tempo que lhe contava um terrível temporal que assustara o Rio de Janeiro durante quatro dias, "temporal de todos os diabos", em virtude do qual se tinham perdido dentro do porto quatro embarcações. O final da carta dava a medida do abandono e do carinho com que o monarca se dirigia ao criado desterrado: "Em o dia de S. Bartolomeu não saí de casa, segundo a sua regra, creio que lá praticou o mesmo; o tal temporal devia vir nesse dia, porém foi adiado pelo Supremo Presidente [*sic*] para o dia 31 – *fiat voluntas tua*. Creia que sou seu amigo e amo *per omniam secula seculorum.*"[902] Gomes e Rocha eram na verdade os amigos do peito, tratados com um apreço que poucas pessoas mereceriam, e

900. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.
901. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4098.
902. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4098.

bem se sente que D. Pedro se esmerava em demonstrar-lhes que não variara na antiga afeição. Amigos íntimos, conhecia-lhes os segredos de alcova e gostava de referi-los, como neste pós-escrito de carta a Rocha: "Parabéns de já estar em Londres Santo Amaro *et reliqua*, não sei se me explico bem; mas entende-me, não é assim? Parece-me ouvi-lo dizer – metade bastava." Alusão a um caso amoroso de Rocha com a marquesa de Santo Amaro?

Furioso com Barbacena e Calmon, compassivo com os dois validos, via-se o imperador em dificuldades para reorganizar o Ministério, preenchendo as pastas do Império (Caravelas adoecera e talvez se aproveitasse da doença para deixar mais depressa o governo), Estrangeiros e Fazenda. Para esta última sucederam-se as recusas, sendo afinal nomeado José Antônio Lisboa, personagem mais que secundária, substituído um mês depois por Holanda Cavalcanti. Acerca da nomeação do sucessor de Barbacena, o monarca escreveu a Paranaguá: "Finalmente sempre houve quem quisesse carregar a cruz da pasta da Fazenda. José Antônio de Sª Lisboa muito gostoso a aceita e as ordens para o decreto já as mandei ao Alcântara. Agora vou visitar o Caravelas e falar-lhe na sua demissão."[903] Não se indispusera com o baiano que redigira a Constituição e, num movimento simpático, ia fazer-lhe pessoalmente uma visita e conversar sobre a sua substituição. O resultado dessa ida à casa de Caravelas ficou expresso num bilhete a Alcântara mandando nomear José Antônio da Silva Maia e demitir o antecessor por motivo de moléstia, com louvores pelo bom desempenho das funções. José Carlos de Almeida Torres, futuro visconde de Macaé, não aceitara a pasta do Império, embora D. Pedro, ao incumbir Paranaguá de convidá-lo, tivesse dito: "Eu confio nele e espero que esta pasta aceitará, pois conhece que eu careço de quem me sirva e com amor."[904] Na vaga aberta pela saída de Calmon ficou interinamente o marquês de Paranaguá, sendo a 9 de novembro nomeado Francisco Carneiro de Campos, irmão de Caravelas.

A aceitação da pasta da Fazenda, por parte de Holanda Cavalcanti, representava aparentemente para o monarca uma aproximação com os liberais, já que entre estes militara sempre o trêfego fidalgo pernambucano.

903. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4098.
904. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4098.

Aparentemente apenas, visto que nem ele, nem ninguém teria mais forças para conseguir o que o Ministério moderado de Barbacena não obtivera: reconciliar D. Pedro com a opinião brasileira, mais do que nunca alvoroçada nos últimos meses de 1830, em face de um acontecimento da política europeia destinado a ter imediata repercussão entre nós. Em meados de setembro chegava ao Rio a notícia da revolução de França com a queda de Carlos X e o advento de Luís Filipe. Em carta de 20 de setembro de 1829, o marquês de Resende escrevera ao imperador, prognosticando: "Aqui em França estão as coisas de modo que parece iminente uma revolução, que, se arrebentar, há de dar que fazer em todo o mundo."[905] Acertara o diplomata bom observador: a ascensão da "monarquia de julho" repercutiria na Inglaterra, onde em breve Wellington seria substituído por um gabinete *whig* de Grey, repercutiria com bom êxito na Bélgica e na Suíça, ou menos favoravelmente na Polônia, na Alemanha, na Itália, na Espanha, em Portugal. E repercutiria no Brasil, apressando o fim do Primeiro Reinado. A *Astreia* de 21 de setembro sentenciava: "A nação francesa acaba de mostrar como um povo amante de sua liberdade e que por ela tem feito grandes sacrifícios *sabe ostentar* a sua dignidade, resistindo ao furor sanguinário de um governo que [....] supunha ter disposto tudo quanto era mister para fazer reconhecer ao monarca francês como senhor absoluto da vida, das pessoas e da fazenda dos cidadãos franceses. Assim obrará sempre a nação que não souber transigir com os seus tiranos [....] E oxalá que esta lição sirva tanto aos povos como aos governos."[906] Quatro dias depois, o mesmo jornal dizia: "Se os monarcas querem ser felizes, se desejam a prosperidade e a glória das nações que governam, arredem de si corrompidos aduladores, ministros indignos e falsos panegiristas." A *Aurora Fluminense*, no maior entusiasmo pelo que acontecera em França, saudava o ano de 1830 como "o da liberdade, não já na Europa, mas no mundo inteiro". Todos os jornais que então se publicavam trataram longamente do acontecimento, nada omitindo a respeito os poucos de feição governista, como o *Diário Fluminense*. Sem exagero, pois, pôde escrever Armitage que os ecos da revolução dos três dias provocaram um choque elétrico não só no Rio, como na Bahia, Pernambuco e São Paulo.[907]

905. Arq. do Cast. d'Eu. – maço LXXXIII – doc. 3816.
906. *Astreia*, de 21 de setembro de 1830.
907. Armitage – *op. cit.,* pág. 194.

Como terá reagido D. Pedro em face da queda de Carlos X? Por extraordinário que possa parecer, à vista de certas atitudes suas, inclusive o frustrado plano de um golpe autoritário em 1829, o imperador recebeu com simpatia e júbilo o movimento liberal francês. E não apenas porque tinha certeza de que nenhuma ajuda à causa da filha viria de Carlos X. Resende anunciara-lhe havia alguns meses: "Com os liberais de França estamos nós hoje bem, mas por isso mesmo temos contra nós todo o antiliberal Faubourg Saint Honoré."[908] No monarca com impulsos de rei absoluto, cioso em excesso do poder de que se achava investido e mal disposto sempre a reconhecer as parcelas de autoridade distribuídas pela Constituição de sua outorga a outros órgãos e poderes, subsistia o príncipe liberal de épocas passadas, o "príncipe *sans culotte*" da definição de Antônio Carlos, a ele mesmo comunicada em conversas íntimas.[909] Eis como se manifestou D. Pedro em carta a Rocha Pinto, que lhe fizera uma narrativa minuciosa da revolução de 1830. "Meu Rocha. Recebi a sua de 7 de agosto deste ano e muito lhe agradeço as notícias que me dá de França, eu já tinha previsto tudo que aconteceu, pois era consequência necessária depois de um despotismo tal como o que foi praticado contra o pacto social jurado pelo Sr. Carlos X e pelo povo francês, brioso amante da liberdade. Veja se eu faço bem de não mudar de constitucional para não ter que tornar com a fala ao bucho ou ir passar o carnaval nos Estados Unidos e pôr em prática a sátira de Voltaire nos seus romances em a folha 400 L. 1º a pintar seis diferentes personagens que foram passar o carnaval em Veneza, entre os quais dizia um – Eu fui o rei fulano que por ter perdido isto e aquilo vim passar o carnaval em Veneza. Eu não quero, como o Sr. Carlos X, dizer 'se me perguntarem, fui o imperador fulano do B. que por tolo vim passar o carnaval nos Estados [Unidos]'. Eu sou ainda o mesmo constitucional que sempre fui não por medo, mas porque desde que o comecei a ser tenho tido constância e porque cada vez me persuado mais que o verdadeiro governo para o nosso Brasil, digno por certo de mui boa sorte, é o constitucional."[910]

---

908. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIII – doc. 3816.
909. Discurso na Câmara – 12 de julho de 1841.
910. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4098.

Monsieur mon Frère et Cousin, Des événements qui vous sont connus avaient troublé la paix intérieure de la France et semblaient la menacer des plus grandes calamités. Appelé par le vœu des deux Chambres et l'assentiment général de la Nation, j'ai accepté la Couronne avec le titre de Roi des Français. Mes sentiments personnels sont trop connus de Votre Majesté pour qu'il me soit nécessaire de l'entretenir de tout ce que j'ai éprouvé dans cette conjoncture. Je gémis des malheurs de la branche aînée de ma famille: ma seule ambition aurait été de les prévenir et de rester dans le rang où la Providence m'avait placé. Mais les circonstances étaient impérieuses, j'ai dû me dévouer: la moindre hésitation de ma part pouvait plonger le Royaume dans des désordres dont on ne pouvait prévoir le terme, et qui auraient pu compromettre la continuation de cette paix indispensable au bonheur de tous les États. Dans des circonstances aussi graves, mon premier besoin est d'assurer Votre Majesté de la ferme résolution où je suis de ne rien négliger pour affermir et resserrer les liens d'amitié et de bonne harmonie qui existent entre les deux Pays. J'ai lieu d'espérer qu'Elle partagera mes dispositions, et qu'Elle m'aidera à atteindre un but si important pour le repos du monde. Je saisis avec empressement cette occasion pour exprimer à Votre Majesté les assurances de la haute estime et de l'inaltérable amitié avec lesquelles je suis,

Monsieur mon Frère et Cousin,

de Votre Majesté Impériale

Le bon Frère et Cousin

Louis Philippe

Paris, le 22 Août 1830.

Fotocópia da carta em que Luís Filipe comunicou a D. Pedro I ter aceito a coroa de França.

Muito se colhe dessa carta acerca de D. Pedro. Primeiro, a confirmação de suas tendências liberais, em choque muitas vezes é certo com os arremessos de um temperamento impetuoso; depois, a prova, ao contrário do que tanto se tem afirmado, de que se comprazia por vezes na leitura de bons autores (no momento era Voltaire); por último, o bom humor, o chiste, a ironia com que afastava a possibilidade de vir a apresentar-se como alguém que fora imperador do Brasil e, perdendo o trono por néscio, ver-se-ia forçado a passar o carnaval nos Estados Unidos. Tudo isso demonstra que, a 6 de outubro de 1830 (tal a data da carta a Rocha Pinto), seis meses antes de sua abdicação, não temia que o desenrolar dos sucessos políticos o levasse a esse procedimento. Não estava a perceber a gravidade dos sintomas prenunciadores de próximo desfecho. Tanta certeza tinha de continuar no Brasil que convidara a irmã, D. Ana de Jesus Maria, casada com o marquês de Loulé, a vir morar em sua companhia, mandando-lhe fornecer duas mil libras. Aliás, a essa irmã, que se adiantara em favores amorosos a Loulé e incorrera no ódio de D. Miguel, vinha desde algum tempo socorrendo. De qualquer maneira a revolução de Paris o impressionou e talvez o tenha levado a suportar com maior paciência a presença do Parlamento, cujas sessões se prolongaram até 30 de novembro.

Na Fala do Trono, no dia do encerramento, o imperador louvou "cada uma das câmaras em separado pela fiel execução do artigo 61 da Constituição do Império e à Assembleia Geral pelo complemento de grande parte de seus trabalhos", acrescentando: "O Código Criminal, a lei do orçamento, a lei da fixação das forças de terra e a da fixação das forças de mar, são provas sobejas e não equívocas do interesse que a Assembleia Geral toma pela briosa nação que representa."[911] Dir-se-ia que entre o monarca e as câmaras se tinham dissipado as desconfianças recíprocas e a situação política tendia a melhorar. Falsa impressão. Na luta encoberta mas sempre tensa da Câmara dos Deputados com o governo (e governo durante o Primeiro Reinado era sinônimo de imperador), aquela viera ganhando invariavelmente terreno e em 1830 o seu prestígio chegara quase ao apogeu. Com um desembaraço de movimentos favorecido pelo apoio

911. *Falas do Trono*, pág. 193.

da opinião pública, os deputados haviam empreendido uma obra ao mesmo tempo de crítica e de construção, sem se deixarem inibir por nenhum temor. Grande coisa era a feitura de um Código Criminal, e o trabalho parlamentar, devido sobretudo a Bernardo de Vasconcelos, deixava fora de contestação um alto nível de cultura. Mas, no momento, a elaboração das leis de orçamento e de fixação de forças de terra e mar, tal como se processou, apresentaria um interesse mais imediato e porventura mais dramático. Ao discutir e votar o orçamento e a fixação de forças, a Câmara traçou um programa de ação que não coincidia com o do governo e sob muitos aspectos o contrariava. Em todos os ministérios fez cortes e economias consideráveis, desatendidas as reclamações dos titulares das pastas. Reduções maciças afetaram os corpos militares e, por dispositivo expresso, foram mandados excluir das fileiras do Exército todos os oficiais, oficiais inferiores, cabos de esquadra e anspeçadas estrangeiros, com exceção dos que tivessem serviços na Independência e os mutilados ou gravemente feridos em combate. Desapareciam de golpe os mercenários arrebanhados sobretudo por Schäffer e em certa época tão do agrado de D. Pedro. A este não recearam também os deputados melindrar ao votarem a resolução segundo a qual a fazenda de Santa Cruz compreendia apenas os terrenos em cuja posse se achava o monarca a 25 de março de 1824, revertendo aos antigos donos as terras à mesma fazenda anexadas em virtude de medição posterior.

Pouco depois da retirada de Barbacena do governo, as relações com a Câmara pioraram muito, determinando até uma consulta do imperador ao Ministério e ao Conselho de Estado. Por letra de seu punho, D. Pedro formulou um questionário de cinco quesitos, reduzidos depois a quatro, precedido de um introito, em que dizia: "Dirijo-me ao meu Conselho de Estado e ao Ministério conjuntamente. Exijo de vós em primeiro lugar verdade e franqueza, e em segundo prontidão e clareza em me responderdes ao que passo a expor-vos."[912] Temeroso da bancarrota e querendo um plano para enfrentar todas as dificuldades sem desrespeito "à inviolabilidade da Constituição", o imperador perguntava: "1º Que juízo

912. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCI – doc. 4249.

fazeis da crise atual? 2º Que procedimento vos parece convirá adotar-se nas atuais circunstâncias? 3º Que vos parece deverá fazer o governo se as emendas do Senado forem rejeitadas na Câmera [*sic*] eletiva e esta se recusar a formar novo orçamento, ou aquele a votar em reunião? 4º Que vos parece deverá fazer o governo quando a Câmera [*sic*] dos Deputados tendo adotado as emendas insista em não querer dar providências acerca do meio circulante? 5º Como vos parece que deverá ser entendido o artigo 61 para que eu possa dar alguma interpretação, no caso de ser consultado pela Assembleia?"

Encontram-se no arquivo imperial as respostas de Paranaguá, Alcântara, Inhambupe, S. João da Palma, Francisco Carneiro de Campos, Rio Pardo, Lajes, Holanda Cavalcanti, Silva Maia, Baependi e Maricá. Divergentes embora em alguns pontos, os conselheiros ouvidos foram acordes quanto à gravidade da crise. Esta buscava sua causa "nos acontecimentos de França agravados pela ameaça de bancarrota". Tal a opinião de Paranaguá, que entendia caber "ao governo conservar-se firme no seu dever, não ser jamais o agressor", pedir à Câmara nova lei de orçamento, prorrogando para isso a sessão extraordinária e adiando a reunião da Assembleia para março, se a Câmara se recusasse. Em último caso, dissolvê-la. Alcântara propunha também o adiamento da Assembleia para março ou abril, pondo-se em execução o projeto de orçamento com as emendas aprovadas pela Câmara. Pelo adiamento opinava igualmente Inhambupe, parecendo-lhe que no projeto de lei orçamentária, malfeito, a Câmara exorbitara. O Senado fizera as emendas necessárias e não aceitaria reunião conjunta com a Câmara. Que esta não faltasse "mais uma vez a seus deveres". A "crise atual" provinha da "violência dos periódicos liberais", dos "discursos incendiários de alguns deputados" e da "última revolução da França". À queda de Carlos X filiava o marquês de S. João da Palma a inquietação que se notava no Brasil. Era boa, porém, a natureza do povo brasileiro, cumprindo ao governo "caminhar pelo preceito da Constituição e da lei" e dar publicidade a todos os seus atos. Em caso de necessidade, adiar a sessão das câmaras. "No tocante à dissolução da Câmara eletiva", julgava medida impolítica e contraproducente. Rio Pardo, ministro da Guerra, achava que não tardaria "uma crise violenta", mas o governo deveria mostrar-se "constitucional, justo, prudente, generoso e firme, evitando a menor suspeita de influência

de partido contra o qual a maioria da nação se tivesse declarado". Se a Câmara se obstinasse, intervindo o povo nas galerias e existindo indícios de reação popular, impunha-se a dissolução da Câmara. Lajes, militar, considerava a crise não só política como financeira e datando de 1822. O governo deveria prorrogar a sessão legislativa, propondo as medidas necessárias ou adiar a Assembleia para abril. O marquês de Maricá fornecia algumas máximas. Exemplo: "Não há acontecimento algum isolado ou excêntrico à ordem da natureza"; ou "O governo deve animar-se do espírito do século e ser cordialmente franco, liberal, legal e constitucional." E propunha o adiamento da Assembleia até março ou abril. Silva Maia percebia grande fermentação, precursora de um movimento revolucionário. "Império, imperador e Pedro são compreendidos debaixo do mesmo anátema de sua sanhuda desaprovação." Conservasse, porém, o governo atitude nobre e enérgica, e escrupulosa observância da Constituição. Adiar ou prorrogar a sessão. Perigosa a dissolução da Câmara eletiva.

Significativo foi o parecer do marquês de Baependi, que não pecara nunca por excesso de liberalismo, mas disse ao monarca esta verdade com justificativas mais ou menos plausíveis: "A força moral de S. M. o imperador tem infelizmente diminuído por efeito das mais atrozes calúnias e com a mais revoltante injustiça [....] pelo contrário a força moral da Câmara dos Deputados tem muito consideravelmente aumentado, como provam os periódicos da oposição e o concurso diário dos espectadores de suas galerias, ao ponto de lhes ser ultimamente franqueada a entrada no salão da Câmara." (Eis o grande espetáculo de 1830 no Brasil: o imperador e a Câmara face a face, o prestígio daquele minguando, o desta crescendo. Era o dilema, que em breve se resolveria.) Menos capacitados dele não pareciam Holanda Cavalcanti e Francisco Carneiro de Campos, liberais a se sentirem pouco comodamente no governo. O primeiro queria que se observasse a Constituição o mais literalmente possível, prorrogando-se a sessão até a votação final da lei de orçamento, ou, no caso de adiamento, que se regulasse a administração pública de maneira a "merecer a confiança da Câmara dos Deputados" ao abrir-se esta de novo. O segundo, achando descabidas as desconfianças da Câmara em relação ao "Ministério atual", pensava, entretanto, que "uma oposição forte e decente era essencial ao sistema representativo". O governo devia "reconhecer que têm ocorrido no

Império muitos atos desgraçados ou imprudentes, causadores da indisposição da Câmara". Cumpria remover a influência de pessoas dirigidas por princípios que não eram nacionais e constitucionais e "apresentar atos que inspirassem plena confiança às câmaras e ao público".

Aceitos ou não tais conselhos, o certo é que pelo menos o Senado e a Câmara se entenderam e evitaram em fins de 1830 um choque que poderia antecipar o fim do reinado de D. Pedro. O Senado, mais cordato, mais conservador, modificara o trabalho da Câmara, introduzindo-lhe emendas de inspiração governamental. De volta àquela, várias dessas alterações foram rejeitadas. Que fazer? Ocorria a hipótese do artigo 61 da Constituição: "Se a Câmara dos Deputados não aprovar as emendas ou adições do Senado, ou vice-versa, e todavia a Câmara recusante julgar que o projeto é vantajoso, poderá requerer por uma deputação de três membros a reunião das duas câmaras, que se fará na câmara do Senado [....]." Era mister a fusão das câmaras, tanto mais necessária aos olhos dos liberais quanto o Senado pretendia invadir atribuição privativa da Câmara, qual fosse a iniciativa em matéria de impostos. No dia 9 de novembro, uma comissão de deputados, composta de Vasconcelos, Limpo de Abreu e Lino Coutinho, dirigiu-se ao Senado, em nome da Câmara, instando pela reunião conjunta. Ao retirar-se e durante o percurso do antigo Palácio do conde dos Arcos até o edifício da Câmara receberam os três deputados grandes aclamações do povo, que desatrelou os animais e puxou a carruagem. Dessa cena de triunfo teria sido testemunha o próprio monarca, que cruzou o carro dos deputados e foi saudado com alguns gritos de "viva o imperador constitucional".[913] Vasconcelos, dando conta do desempenho da comissão, não omitiu as aclamações populares.[914] A opinião do Rio de Janeiro estava francamente ao lado dos liberais com assento na Câmara e tomara partido pela necessidade da reunião conjunta, na previsão da derrota do Senado. Este relutava em concordar com a fusão, e depois de uma sessão secreta no mesmo dia 9 de novembro, só a 16 marcou a sessão da Assembleia Geral, a realizar-se a 17. A princípio, o Senado, com intuitos conciliatórios, preten-

913. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 281.
914. *Anais da Câmara – 1830*, tomo 2º, pág. 639.

dera desistir de todas as suas emendas não aceitas pela Câmara: atingia-se o objetivo de dar orçamento ao governo, mas evitava-se a reunião conjunta, na qual os deputados, em maior número, esmagariam os senadores. Mas prevaleceu afinal o alvitre da fusão. O marquês de Caravelas, senador, que deixara o governo havia pouco, embora contrário à votação promíscua, dada a desigualdade da composição das câmaras, cedeu em face das manifestações da opinião pública. Paranaguá, senador e ministro de Estado, opinou também pela reunião conjunta.[915]

Entre 17 e 20 de novembro, fundidas em Assembleia Geral, discutiram e deliberaram as duas câmaras, revezando-se na tribuna, indistintamente, deputados e senadores, um Cairu, um Caravelas, um Vergueiro, um Castro Silva, em seguida a um Vasconcelos, a um Evaristo, a um José Custódio Dias, a um Odorico Mendes. Caiu a maioria das emendas senatoriais, mas não houve cenas desagradáveis, respeitando os moços da Câmara aos velhos do Senado. Aliás, os deputados não se mostravam intratáveis e haviam adotado as emendas dos senadores ao projeto de lei de fixação das forças de mar e terra.[916] O estado de espírito porém de muitos membros da Assembleia era de expectativa francamente revolucionária. Vasconcelos recordava o grande acontecimento da época: "[....] acaba a nação francesa de salvar a liberdade do mundo civilizado"; e, como que a responder ao que porventura se murmurava a respeito do pedido do governo do Brasil, de auxílios de força a governos estrangeiros: "Eu persuadirei ao povo para que resista em massa contra toda invasão que houver em dano das suas liberdades e dos seus direitos e também para derribar as cabeças que ainda tentarem sujeitá-lo à escravidão."[917] Chegara sem dúvida ao conhecimento do deputado mineiro algum eco da terceira parte das instruções dadas ao marquês de Santo Amaro, na sua missão à Europa, a respeito da qual o segredo fora tão grande que Caravelas e Paranaguá, membros do governo, nenhuma ciência tiveram do seu conteúdo, mas que se pode conhecer agora por intermédio de uma carta de D. Pedro a Mi-

---

915. *Anais do Senado – 1830*, tomo 3°, págs. 461 e 463.
916. *Anais do Senado – 1830*, tomo 3º, pág. 485.
917. *Anais da Câmara – 1830*, tomo 2º, pág. 675.

guel Calmon, reclamando os originais das três partes das instruções, assim por ele especificadas: "1º) Negócios da rainha fidelíssima. 2º) Criação de monarquias constitucionais em todo o continente americano. 3º) Pedindo socorros à Inglaterra e à França para o caso de dissolvimento da Câmara dos Deputados, para conter as províncias."[918]

"Eu persuadirei ao povo para que resista em massa" – eram palavras de franco desafio. A *Astreia*, de 18 de novembro, noticiava, a propósito da reunião conjunta das câmaras: "O povo concorreu em um extraordinário número, dando imensos vivas aos defensores das liberdades públicas e lançando-lhes flores." Quatro dias depois o mesmo jornal narrava a homenagem popular ao bispo capelão-mor, que presidira a Assembleia Geral, pondo-lhe à cabeça "uma coroa de folhas verdes e amarelas as chamadas

---

918. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094. Em 1829 e 1830 transpiraram os projetos de golpe absolutista, referidos na consulta feita por D. Pedro ao Conselho de Estado (Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXVI – doc. 3864) e em instruções secretas ao marquês de Santo Amaro (Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094). Vários jornais registraram ecos, e Lino Coutinho, na sessão da Câmara de 9 de maio de 1831, reclamando os papéis achados no gabinete de D. Pedro, depois da abdicação, afirmou ter todos os documentos para provar o fato de pretenderem tais homens (falava de José Clemente e do general Oliveira Álvares) em 1829 derribar a Constituição e convocar tropas estrangeiras para o apoio do absolutismo [*Anais da Câmara – 1831*, tomo 1º, pág. 17]. Aliás, na sessão de 7, o mesmo Lino Coutinho declarara: "[....] ele orador sabia que ainda no ano de 1829, no tempo do nefando *ministério clementino*, se projetou destruir o sistema jurado, achando-se dividido o Conselho de Estado, porquanto uns conselheiros queriam que se aclamasse o absolutismo, destruindo-se de uma vez a Constituição, e que viessem tropas estrangeiras, e outros que se devia dar outra Constituição, *que fosse verdadeiramente monárquica* [....] O Ministério havia encontrado muitos papéis interessantes no gabinete do senhor D. Pedro de Alcântara" (*Anais da Câmara – 1831*, tomo 1º, p. 16). Também Bernardo de Vasconcelos, em 1833, discutindo a falada volta de D. Pedro, no auge da campanha "caramuru" ou restauradora, afirmou: "É inquestionável que D. Pedro I se tenha persuadido de que não podia reger o Brasil com a atual Constituição, e que era necessário fazer nela reformas no sentido monárquico, de maneira que o elemento monárquico preponderasse muito; por isso D. Pedro I tentou todos os meios de reformar a Constituição neste sentido e quando viu que não era possível, o que fez D. Pedro I? Tentou dar golpe de estado, mas foi embaraçado pelas intrigas da corte" (*Anais da Câmara – 1833*, tomo 2º, pág. 35). "Intrigas da corte" equivaleria a indiscrições de cortesãos e íntimos.

da Independência". Assim coroado, o presidente da Assembleia Geral exclamara: "Viva o bom povo brasileiro. Viva o povo fluminense, que soube sustentar a Constituição brasileira."[919] Só a exaltação do ambiente político poderia explicar a aquiescência do prelado à cerimônia demagógica. Ambiente pré-revolucionário que deixava o governo perplexo. Em 1821-1822, o então príncipe D. Pedro afinava com os que promoviam a nova ordem de coisas e com eles se irmanara. Agora, menos de uma década passada, o imperador D. Pedro I sentia que a opinião cada dia tomava maior vulto contra ele. Vendo-a assim, não a cortejaria. Convencido de que ficara sempre dentro de suas atribuições constitucionais, não achava do que penitenciar-se. Mas, de qualquer forma, procedeu com tato diante do Parlamento – o rival – nesse fim de 1830: louvou-lhe os trabalhos na Fala do Trono, ao encerrar-se a sessão legislativa, e sancionou todos os projetos votados. Tato, prudência, ou já começo de inibição para prosseguir na luta encetada em 1826, ou melhor, em 1823, ao abrir-se a Constituinte?

---

919. *Astreia*, de 22 de novembro de 1830.

. . . .

Capítulo XXV

AGITAÇÃO LIBERAL. SEGUNDA VIAGEM DE D. PEDRO A MINAS. REGRESSO AO RIO. DISTÚRBIOS DE MARÇO DE 1831. MUDANÇAS DE MINISTÉRIO. A REPRESENTAÇÃO DOS PARLAMENTARES. O *TE DEUM* NA IGREJA DE S. FRANCISCO DE PAULA. A CRISE FINAL. A ABDICAÇÃO. A HONRA E NÃO O TRONO.

EM DISCURSO NA CÂMARA, a 25 de junho de 1831, diria Paula Sousa que, pelo menos desde 1826, se travara "uma luta constante entre a opinião nacional e o poder": este encarnado no monarca, aquela no Parlamento e na imprensa. No entanto, em 1822, D. Pedro contava com a quase unanimidade da opinião do país, já que as circunstâncias haviam reduzido enormemente a capacidade de irradiação e de proselitismo dos republicanos e, ainda em 1830, em vésperas de deflagrar-se a crise final do Primeiro Reinado, o jornalista da *Aurora Fluminense*, a propósito do oitavo aniversário da Independência, recordava com o senso de justiça que raramente lhe faltou: "Um príncipe que a Providência havia deixado no meio de nós abraçou voluntariamente a nossa causa, declarou-se brasileiro também, arrostou as iras de quem pretendera agrilhoar-nos [....] e tornou-se assim digno de reinar sobre os brasileiros por unânime escolha da nossa recente

associação política."[920] Soara, entretanto, a hora em que nenhum equívoco poderia subsistir: ou o imperador da escolha dos brasileiros daria ouvidos aos reclamos dos liberais, ou deveria conformar-se com uma ruptura tanto mais trágica quanto mais obstinado se mostrasse. O mau êxito de Barbacena, na tentativa de um Ministério com apoio parlamentar, desanimara os mais confiantes. E o certo era que a Câmara lograra noção bastante clara de seu papel nos sucessos em expectativa e se dispunha a exercê-lo no momento propício. Provara-o já na votação das leis de orçamento e de fixação de forças. E para estimular a resistência dos deputados crescia a combatividade, a audácia, o desassombro de uma imprensa eminentemente política, apaixonadamente partidária, a especializar-se em insinuações as mais ferinas antes de chegar sem rebuços ao doesto grosseiro.

"Contamos hoje no Brasil cinquenta e quatro periódicos de que tenhamos notícia, o que já é um número sofrível para quem há dez anos apenas tinha a magra *Gazeta do Rio de Janeiro*, que regularmente nos dava notícia dos príncipes da Europa, e a insulsa *Idade de Ouro*, da Bahia", dizia Evaristo jubiloso.[921] Só na corte havia dezesseis, em sua maioria liberais. À *Aurora Fluminense* e à *Astreia*, severas na crítica, mas buscando guardar regras de decência e polidez, juntaram-se, em fins de 1829, a *Nova Luz Brasileira* (em substituição à *Luz Brasileira*) e, em fins de 1830, o *Repúblico*, sem maior cautela nas acusações, bisbilhoteiros e atrevidos, mal encobrindo planos de agitação popular e subversão da ordem pública. As campanhas dos jornais de João Clemente Vieira Souto e de Evaristo ficavam num plano de pregação das doutrinas liberais e de censura a erros e desmandos do governo, sem nenhum intuito revolucionário, e só afinariam por esse diapasão na fase paroxística dos acontecimentos, depois da viagem do imperador a Minas Gerais. Já *Nova Luz*, dirigida por João Batista de Queirós, desde o seu aparecimento discutia questões de fundo mais social do que político, apontando a nefasta influência dos escravos sobre a educação das crianças, pugnando pela igualdade dos homens de cor, sobretudo dos mulatos, a favor dos "cabras" espezinhados pelos "brancalhões", atacando

920. *Aurora Fluminense*, de 10 de setembro de 1830.
921. *Aurora Fluminense*, de 26 de novembro de 1830.

não só os portugueses – "canalha recolonizadora" – , como os estrangeiros em geral, de preferência os franceses – a "*racaille* francesa" –.[922] O mesmo tom jacobino, nativista, mas particularmente lusófobo, feria *O Repúblico*, do jovem Antônio Borges da Fonseca, que tão grande participação iria ter nos meses crepusculares do reinado de D. Pedro e trouxera do Nordeste a prevenção e o ódio contra o antigo colonizador, ali porventura mais vivos do que em qualquer outro ponto do país.

Impulsionada por essa carga emocional – o ressentimento de brasileiros contra portugueses – nem assim a luta política, que teria remate na abdicação do imperador, deixaria de refletir acontecimentos ocorridos no estrangeiro. Os nativistas que se revoltavam com o ascendente de personagens nascidas em Portugal – e no rol já incluíam o próprio monarca – eram liberais convictos e exultavam com o advento de Luís Filipe. O regozijo pela vitória do que a *Aurora Fluminense* chamou de "movimento generoso" patenteou-se de várias maneiras, em artigos de jornais e até em manifestações de rua, como a dos estudantes do curso jurídico de São Paulo. *O Repúblico* exclamava: "Ditosa França! Feliz Revolução! Tu trouxeste a paz e liberdade ao gênero humano! A queda do desprezível Carlos; a liberdade da Bélgica; o desenvolvimento do espírito público das nações europeias; a queda de Bolívar; e mesmo a morte, a desastrosa morte do general Sucre, muito têm influído na política do Brasil. Os exemplos são recentes, era mister muita desvergonha para o governo da Boa Vista ao menos não se acomodar aparentemente à vontade nacional. Porém tarde vem este rapapé [....] já conhecemos, já sabemos o que somos e o que devemos ser."[923] Com a expressão "governo da Boa Vista" visava-se atingir a pessoa do monarca.

Aliás, por muito expor-se e em tudo intrometer-se, D. Pedro passava a ser alvo de ataques diretos dos panfletários do tipo de Borges da Fonseca e em linguagem de incrível violência. Em princípios de dezembro murmurava-se que o imperador ia empreender uma viagem a Minas Gerais. *O Repúblico*, dando disso notícia, sugeria diversas explicações, desde a simples ação de presença, a fim de aquietar lá os ânimos, até a mudança

---

922. *Nova Luz Brasileira*, de 24 de dezembro de 1829, 5 de janeiro, 9 de março, 21 de março e 12 de outubro de 1830.
923. *O Repúblico*, de 4 de dezembro de 1830.

de sede da monarquia, a conselho do bispo de Anemúria, em virtude de revolução prestes a estourar aqui. Mas afirmava não acreditar sequer na ida de D. Pedro, dizendo: "Contra a vontade soberana da nação brasileira, não podem *nem reis nem roques* [...]. O Brasil quer ser monárquico-constitucional e jamais sofrerá que um *ladrão coroado* se sente no trono que a nação ergueu para assento de um monarca constitucional."[924] Havia menos de cinco anos o imperador, à vista de um escrito doutrinário, fizera expulsar o jornalista francês Chapuis, sem falar no caso anterior da surra misteriosa em May. Agora, porém, lia sem cogitar de nenhum desforço insultos como os que lhe assacava o redator de *O Repúblico*. Ou progredira realmente como um liberal autêntico, aprendendo a ter paciência e desprezo, ou já se sentia superado pelos acontecimentos. Estes, na verdade, todos os dias se apresentavam mais temerosos, não só no Rio como em várias províncias. Em São Paulo, a 20 de novembro, João Batista Líbero Badaró, redator do *Observador Constitucional*, empenhado na campanha política dos liberais, caíra gravemente ferido. Sua morte, no dia seguinte, pronunciadas antes palavras de serena confiança na causa por que se sacrificara, tivera para logo a maior repercussão. E já não era apenas entre deputados, jornalistas e estudantes que o governo descobria inimigos francos ou velados: era também entre militares. O brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que prestara serviços a D. Pedro na repressão ao movimento da Confederação do Equador, decaíra de sua confiança e fora transferido do comando das Armas da corte para o da Província de São Paulo. Em torno dessa remoção a imprensa oposicionista desenvolveu tremenda ofensiva, buscando espicaçar os brios patrióticos e o espírito de classe do Exército. "Triunfou a intriga [....] não se podia encarar com bons olhos que um brasileiro nascido no Brasil exercesse um lugar de tanta ponderação", disse a *Astreia*.[925] "Mais um golpe dado à opinião pública", proclamou *O Repúblico*.[926]

Era nesse momento, em que os jornais nada faziam mais para disfarçar os ataques contra o monarca, e iniciavam, como a *Nova Luz* e *O Repúblico*, campanha em favor do estabelecimento da federação, era nesse

---

924. *O Repúblico*, de 4 de dezembro de 1830. Os grifos são do texto.
925. *Astreia*, de 14 de dezembro de 1830.
926. *O Repúblico*, de 18 de dezembro de 1830.

instante em que se procurava atrair o elemento militar – e a família Lima e Silva teria atuação decisiva em sucessos próximos – que D. Pedro se decidia a viajar para Minas. Por quê? Para quê? Sousa França, ministro da Justiça de 19 de março a 5 de abril de 1831 e devolvido ao cargo em seguida à abdicação, em relatório apresentado à Assembleia Geral, aludiu à "misteriosa viagem" do imperador.[927] Onde estaria o mistério? Certamente no seu objetivo real, que era, segundo se depreende do que disse o mesmo Sousa França, dar tempo a que se preparasse no Rio, por ocasião do regresso, um golpe absolutista. Mas o ministro da Regência nenhuma prova aduziu. A *Nova Luz Brasileira*, depois das noites das garrafadas, mencionou também esse plano.[928] Gomes da Silva, na Europa, explicou a excursão a Minas de outra maneira: "S. M. sabia que um deputado partira para se apresentar à testa de uma insurreição que devia rebentar nessa província; e correu a prevenir o mal que, justamente, considerava muito sério. Assim é que preencheu o seu fim, mas não tendo ministério, nem juízes, nem câmaras, que havia de fazer? Sucedia-lhe o que a Napoleão, quando traído ou mal servido por alguns de seus generais: vencia onde se achava e era vencido em todos os outros lugares."[929] Que deputado? Bernardo de Vasconcelos? O grande mineiro, fechada a Câmara a 30 de novembro, voltara à sua província, não com o intuito de chefiar nenhuma insurreição, mas, isto sim, de trabalhar resolutamente pela derrota eleitoral do deputado Silva Maia, que, nomeado ministro do Império, de acordo com o artigo 29 da Constituição, perdera o mandato e ia disputar a reeleição. Dispunha-se D. Pedro, em emulação com o homem que lhe pareceria o mais inteligente e temível dos opositores, a amparar, junto aos eleitores de Minas, com a sua presença, Silva Maia? João Loureiro, o indiscreto de sempre, confessando não poder "prognosticar [....] o motivo, fim e resultado da viagem de S.S. M.M. I.I", avançava três ou quatro explicações, entre as quais "estar em ausência à exigência dos pagamentos ingleses e à chegada do marquês de Loulé [....] e ver se a viagem e certas águas que há em Minas davam fecundidade à imperatriz".[930]

---

927. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4306.
928. *Nova Luz*, de 25 de março de 1831.
929. *Memórias*, p. 202.
930. *R.I.H.G.B.,* tomo 76, parte 2ª, p. 365.

Lembrando-se porventura da primeira estada em Minas, em 1822, que lhe dera noção clara do Brasil e consciência do papel nos sucessos da Independência, persuadia-se D. Pedro de que de lá volveria com renovado prestígio e em condições de enfrentar todas as dificuldades. E a 29 de dezembro de 1830, pelas 8 horas da manhã, acompanhado por D. Amélia e uma comitiva de 16 pessoas, inclusive o ministro do Império Silva Maia, deixou o Rio para fazer a viagem, de cujas vantagens políticas o convencera o ministro da Guerra, conde do Rio Pardo, a acreditar-se no pouco preciso Carl Seidler.[931] As primeiras jornadas foram através de sítios e paisagens familiares, com o desembarque no porto da Estrela, a parada na fábrica de pólvora da raiz da serra e a chegada à fazenda do padre Correia, depois de percorridas as terras do Córrego Seco, de propriedade imperial. Como sempre fazia, não se esqueceu o imperador de inspecionar, pelo caminho, serviços e obras. Em seguida a um pernoite na fazenda do Secretário, deteve-se em "miúdo exame", segundo a notícia do *Diário Fluminense,* acerca da administração do posto do registro fiscal de Paraibuna, ordenando a adoção de um formulário para a escrituração das rendas e corrigindo outros abusos e irregularidades, entre os quais o emprego de cinco escravos pertencentes ao administrador, com a diária de 640 réis. Aos escravos despedidos, substituíam homens livres com o abono da diária de 480 réis. O jornal oficioso, em revide a críticas da *Aurora Fluminense,* notando essa economia de 120 réis por cabeça (ao todo 600 réis por dia), dizia empertigado: "[....] vá marcando esses benefícios da viagem de suas majestades imperiais à província de Minas Gerais". Em Paraibuna D. Pedro também cuidou da igreja matriz, em péssimo estado, e, para estimular o zelo dos paroquianos, deixou em mãos do vigário a esmola de 100$000. O desgosto que lhe causara o desleixo do registro fiscal foi compensado pela ordem encontrada no quartel de Paraibuna: louvou o serviço de todos, "particularmente do escrivão, que lhe apresentou a escrituração em boa ordem exatamente em dia". Prosseguindo, já em território mineiro, o imperador passou pelas fazendas do Guarda-Mor, Chapéu d'Uvas, Rocinha de João Gomes, Boiada, fazenda de Manuel Vidal, Registo Velho, de onde se dirigiu em passeio à vila de Barbacena, jantando na casa do vigário

931. *Dez Anos no Brasil*, pág. 273.

Antônio Marques de S. Paio. Ligeiramente indisposto em Registo Velho, talvez em consequência de uma grande caçada, de lá seguiu para o Barroso e fazenda de José Francisco Pires, onde pousou. E a excursão continuou por São José do Rio das Mortes, São João d'el-Rei, com visitas à chácara do comendador João Batista Machado e às lavras da Sociedade Inglesa, Cachoeirinha, Lagoa Dourada, Olhos d'Água, Saçuí, Congonhas do Campo, Cachoeira, Rio das Pedras, Santo Antônio do Rio Acima, Morro Velho, Sabará, Caeté, Gongo Soco, Brumado, Nossa Senhora Mãe dos Homens, Catas Altas, Inficionado, Mariana e Ouro Preto.

Muitas foram as cerimônias civis e religiosas a que compareceu o imperador e inúmeras as homenagens recebidas, não faltando mensagens, odes, sonetos e hinos. Que impressão, porém, terá causado a viagem em D. Pedro? Através desse longo percurso em terra mineira notou por certo como era profundo o sentimento nacional brasileiro e como lá repercutiam todos os acontecimentos do país. Ninguém lhe recusou a reverência devida ao monarca. Em Morro Velho, Caeté e Gongo Soco os ingleses exploradores de lavras e minas – G. F. Lion, Oxenford & Cia. e outros – esmeraram-se num acolhimento o mais possível à altura do visitante, e em todos os lugares as câmaras recorreram aos retores municipais para as galas e o floreado das saudações votivas. Mas não havia entusiasmo, efusão, cordialidade, e isso o homem de nervos vibráteis que era D. Pedro percebeu sem dúvida. Por coincidência ou propositadamente, em Barbacena e outros lugares, no dia de sua chegada, celebravam-se exéquias em sufrágio de Líbero Badaró, o jornalista liberal assassinado em São Paulo. Nem por estar em pessoa ao lado do ministro Silva Maia, salvá-lo-ia da derrota eleitoral. No Rio os jornais de oposição censuravam atos e atitudes do imperador durante a viagem. A propósito das providências que tomara no registro fiscal de Paraibuna, *O Repúblico* protestava: "Só no tempo do governo absoluto é que os monarcas podem fazer destas coisas."[932] Era mister a referenda do ministro de Estado, no caso, o da Fazenda, para ter validade o que fizera. E atacava D. Pedro por ter injuriado o administrador, ao dizer-lhe que "ou tinha furtado muito ou fintado muito".[933] Se a frase é autêntica, vale

932. *O Repúblico*, de 16 de janeiro de 1831.
933. *O Repúblico*, de 2 de fevereiro de 1831.

pela concisão. O mesmo jornal narrava um caso desagradável ocorrido em Congonhas: "Um célebre Luís Coelho de Seabra tivera ilícita cópula com uma menina e recusava-se desposá-la: ação tão indigna não podia deixar de pungir o imperial coração." D. Pedro chamara o tipo e intimara-o a casar, sob pena de ter a cabeça cortada. Tempo perdido: "O nosso rústico mineiro estranhou a ameaça como sem apoio na Constituição."[934]

Não deixa de causar estranheza que, partindo do Rio a 29 de dezembro, só a 22 de fevereiro entrasse em Ouro Preto, e lá mal permanecesse dois dias. Desconfiava talvez da fidelidade dos ouro-pretanos ou adivinhava que a maioria dos mineiros se deixara empolgar pela propaganda dos liberais. Não estava em Ouro Preto o mais temível de todos, aquele Vasconcelos cujos discursos lhe doíam nos ouvidos desde 1826? Pela capital da província D. Pedro desfilou debaixo de pálio, como já acontecera em outras localidades, suscitando a indignação do jornalista de *O Repúblico*: "Não se pode suportar a baixa e antirreligiosa adulação de irem buscar o imperador debaixo do pálio [....] um homem, um pecador (embora tenha o título que tiver) conduzido debaixo do pálio consagrado pela nossa sacrossanta religião somente para conduzir o Sacramento da Eucaristia [....]."[935] Sempre sob o pálio, foi o imperador até a igreja do Carmo e, sob o pálio, dela saiu para o palácio antigo dos governadores. Próximo ao portão, "chegando-se ao parapeito do fortim [....] em frente, visto e ouvido pela tropa e pelo povo, que enchia a praça, leu uma proclamação"[936] endereçada não apenas aos mineiros, mas a todos os brasileiros, advertindo-os contra "o partido desorganizador que, aproveitando-se das circunstâncias puramente peculiares da França", pretendia revolucionar o país com "doutrinas que tanto tinham de sedutoras quanto de perniciosas". O imperador mencionou expressamente a propaganda que se fazia em favor da federação e não omitiu as "invectivas" que visavam em especial a sua "inviolável e sagrada pessoa".

A leitura dessa peça constituiu o maior feito de D. Pedro em Minas Gerais. Mas não produziu o resultado previsto. Aliás, a federação era pregada, sobretudo no Rio, por Borges da Fonseca em *O Repúblico*, e

---

934. *O Repúblico*, de 23 de fevereiro de 1831.
935. *O Repúblico*, de 19 de fevereiro de 1831.
936. *R.I.H.G.B.*, tomo 60, parte 1ª, pág. 359.

João Batista de Queirós na *Nova Luz*. Aqui mesmo, porém, homens influentes, como Evaristo, combatiam o federalismo, receosos de que viesse a dissolver a unidade nacional. Nem Vasconcelos, nem outro qualquer chefe mineiro, se declarara a favor, de sorte que não se atina bem com o motivo que induziu o imperador a lançar de Minas a proclamação. O certo é que D. Pedro deixou Ouro Preto e voltou para Cachoeira, onde já passara dez dias, de 29 de janeiro a 7 de fevereiro, e lá ficou mais quatro. Por que tamanha demora? A bisbilhotice de *O Repúblico* esclarecia o caso, informando que o imperador se entretinha "em examinar os seus animais e prover no melhoramento da raça".[937] Não estava longe da verdade o foliculário. D. Pedro comprara em Cachoeira terrenos para estabelecer uma coudelaria, conforme carta sua ao coronel Manuel Alves de Toledo Ribas, a 25 de abril de 1830: "Determino-lhe que examine se se pode comprar a fazenda pegada com a de Cachoeira e, se sim, quanto o dono quer por ela."[938] No rol de seus bens depois da abdicação figura essa propriedade. Consolava-se, pois, dos dissabores políticos, fazendo o que mais lhe agradava: lidar com cavalos e, cavaleiro exímio posto que apeado muitas vezes contra a vontade, domar os mais bravos, torná-los dóceis e ensinados. Havia já, porém, dois meses que deixara a corte. Era necessário regressar, a despeito de maus pressentimentos e até da expectativa de transe decisivo.

A chegada de D. Pedro ao Rio estava anunciada para 17 de março,[939] mas, inesperadamente, antecipou-a para o dia 11. Inesperadamente talvez só para o público em geral, porque em algumas rodas se suspeitava da volta adiantada. João Loureiro, por exemplo, escrevia a 5 de março: "O imperador talvez apareça aqui mais cedo, apressando a sua viagem, quando receber um correio, que levou notícias e sustos dos ministros. Apesar de ter sido bem recebido em toda a parte, tem tido os seus desgostos e cartas anônimas; é sabido que quando sai das vilas levam pedradas as casas em que habitou e têm sido assobiados alguns dos que mais o obsequiaram."[940] Por que precipitou o monarca o seu regresso? À vista das "notícias e sustos dos

937. *O Repúblico*, de 5 de março de 1831.
938. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXIX – doc. 4094.
939. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 291.
940. *R.I.H.G.B.,* tomo 76, parte 2ª, pág. 370.

ministros"? Desgostoso com o acolhimento em Minas? Ambos os motivos são plausíveis, além de outros, de natureza vária, como a saudade dos filhos que tinham ficado e o desejo de abraçar a irmã, a infanta Ana de Jesus Maria, marquesa de Loulé, desembarcada de França no último dia de fevereiro e que viera morar no Brasil a seu convite. Boas notícias não lhe poderiam mandar os ministros. A exaltação política de fundo nativista e liberal dos meses finais de 1830, desde o advento de Luís Filipe, só fizera crescer, não respeitando quaisquer barreiras. Todas as queixas e ressentimentos, que o ecletismo da solução da Independência havia abafado em 1822, vinham à tona em 1831. O jacobinismo pouco à vontade antes, graças ao papel preeminente de D. Pedro nos sucessos da ruptura com a antiga metrópole, irrompera com dobrado vigor e, aos olhos dos patriotas obcecados, não se fazia mais exceção da pessoa do jovem príncipe que ao seu país de nascimento preferira o Brasil. Entre os "pés de chumbo" ou "marinheiros" da odienta alcunha popular se incluía cada vez mais declaradamente o monarca. A imprensa do feitio da *Nova Luz* e de *O Repúblico* fazia garbo da linguagem irreverente e desrespeitosa com que se referia ao imperador. Certo, desde o começo do reinado sempre se soubera que por trás dos menores atos do governo estava D. Pedro, sobrepondo-se aos ministros, procurando manejá-los como bonifrates. Mas, a fim de salvar as aparências do regime político, as acusações recaíam sobre os secretários de estado, resguardada a pessoa do monarca. Debaixo dessa regra se processara toda a campanha parlamentar de Vasconcelos, toda a campanha jornalística de Evaristo. Agora, não: as críticas, as censuras, os ataques iam diretamente a quem parecia aos panfletários o verdadeiro responsável. *O Repúblico* aludia frequentemente ao "nosso *caro* imperador", com o adjetivo sublinhado, para indicar o sentido de dispendioso. Antônio Borges da Fonseca, seu redator, submetido a júri por defender a federação, fora absolvido unanimemente. Porque, em Minas, D. Pedro visitara as lavras exploradas por ingleses, *O Repúblico* dizia em tom de achincalhe: "Sabará, cabeça de uma importante comarca [....] não teve a honra de o possuir por mais de um dia, e o Gongo Soco o possuiu por dois dias, não tendo mais que uma lavra e ingleses."[941] A proclamação de Ouro Preto merecia os epítetos de "irrisória", "ilegal", "inconstitucional" e não passava de "uma prova de fraqueza".

941. *O Repúblico*, de 5 de março de 1831.

A 12 de março de 1831, o *Diário Fluminense* publicava: "Ontem pelas 3 horas da manhã suas majestades imperiais se recolheram ao paço da Imperial Quinta da Boa Vista, em perfeita saúde, voltando da visita que haviam feito à província de Minas Gerais." Este retorno sem aviso e a desoras intrigaria os liberais, e de "chegada noturna e extemporânea" tacharia Sousa França o regresso inesperado, em relatório às câmaras, como ministro da Justiça, depois da abdicação. Por outro lado, a fala imperial na capital mineira lhe pareceria o primeiro rebate de "que Aníbal estava às portas de Roma". Mais se justificaria a desconfiança dos liberais em face das notícias da subscrição que se fazia a fim de receber o monarca com arcos triunfais e luminárias. A campanha nativista, conduzida muitas vezes com excessos afrontosos, suscitara por parte do elemento português do Rio, numeroso, ativo, próspero, uma reação que renovaria em termos de lutas de rua o antagonismo entre nascidos no Brasil e reinóis, evitado ou atenuado em 1822. Choque de brasileiros contra lusos, choque de liberais contra autoritários, choque de brancos contra homens de cor – tudo isso se desencadeara nos dias inquietos do começo de 1831 e só ao cabo de alguns anos de turbulência se aplacaria. Segundo o julgamento pouco sereno da época, o imperador continuava, a despeito do 7 de Setembro, mais português do que brasileiro. Por quê? Porque, embora abdicando o trono de Portugal, não se desinteressava por completo dos negócios do velho reino. Não era fácil convencer a patriotas em delírio que sua intervenção em tais casos se dava como pai de uma rainha indefesa e por amor-próprio ferido. E de lado a lado, tanto dos brasileiros como dos portugueses, só se fazia alargar a separação entre o Brasil e o príncipe glorioso de 1822. O pior era que este se obstinava em dar as costas ao caminho que o levara naquele ano ao coração dos brasileiros. Um jornal como a *Astreia* ainda dizia em fins de fevereiro: "Nem é certo que S. M. tenha necessidade de deixar o Brasil: em um tempo quis ir-se e nós quisemos que ele ficasse: que, pois há de novo para que mudemos de opinião? As aberrações do governo? As prevaricações de alguns ministros? Isso é gente que a espada da lei em um momento reduz a pó, a terra, a cinza, a nada. O monarca nunca é tocado desse raio, salvo quando é obstinado, caprichoso, e com a existência do qual se torna incompatível a de nenhum bom ministério, a de nenhum governo jeitoso,

a de nenhuma felicidade nacional. Está neste caso o atual imperador do Brasil? Não."[942]

Aí estava o remédio: não ser obstinado e caprichoso e chamar um "bom ministério", "um governo jeitoso", isto é, cercar-se de gente que tivesse o favor da opinião pública e o apoio do Parlamento. A tal não se dispunha D. Pedro, prevenido contra os liberais que poucos dias depois salvariam o trono do filho de cinco anos, erigindo-o como escudo da unidade nacional. Desdenhoso dos que o poderiam ajudar, confundindo no mesmo anátema Vasconcelos e Barata, Vergueiro e Borges da Fonseca, Feijó e João Batista de Queirós, juntava-os todos contra a continuação do seu reinado, alienando a simpatia dos brasileiros, do mesmo passo que aglutinava em torno do trono vacilante a solidariedade dos nascidos em Portugal. Eram estes que se preparavam para recebê-lo, numa manifestação acintosa ao espírito liberal e nativista tão suscetível no momento. Para saudá-lo à volta de Minas Gerais reuniam-se de preferência portugueses do comércio, dos donos das casas aos caixeiros, portugueses remanescentes das agitações políticas de 1820 e 1821 e simpáticos à causa de D. Maria II, brasileiros adotivos, melindrados pela linguagem dos jornais jacobinos. Todos mereciam dos patriotas o apodo de "pés de chumbo", "marotos", "marinheiros". Estes, em troca, chamavam àqueles de "cabras". Como nos dias de 1822, os brasileiros natos ostentavam, qual insígnia distintiva, laços de cores verde e amarela, e muitos, os mais exaltados, traziam à cabeça chapéu de palha de taquaruçu e uma sempre-viva à lapela. De lado a lado havia grande tensão e a menor imprudência determinaria choques e conflitos perigosos.

Esses conflitos começaram efetivamente a 11 de março,[943] coincidindo com a notícia da chegada do monarca a São Cristóvão. À noite, os portugueses moradores nas Ruas da Quitanda, Direita, Pescadores e Rosário acenderam luminárias e fizeram fogueiras, dando vivas ao imperador e manifestando desagrado aos brasileiros que não haviam iluminado suas casas. Segundo *O Repúblico*, os gritos eram de "viva o imperador dos portugueses absoluto".[944] No dia seguinte, sábado, 12, os brasileiros retrucaram,

942. *Astreia*, de 26 de fevereiro de 1831.
943. *Diário Fluminense*, de 22 de março de 1831.
944. *O Repúblico*, de 21 de março de 1831.

em grandes grupos pelas ruas, com "vivas à Constituição, à soberania da nação, ao artigo 174, à federação, e ao imperador enquanto for constitucional". Na noite de domingo, 13, a situação piorou, porque os portugueses, munidos de armas e, sobretudo de fundos de garrafas, passaram à ofensiva, atacando os brasileiros capitaneados por Borges da Fonseca e outros agitadores, na Rua da Quitanda, no trecho entre São Pedro e Violas. Aí, conforme a narrativa de *O Repúblico*, "o ímpio e celerado padre Malheiros, apoiado por uma patrulha da polícia, à nossa vista brada – viva o imperador absoluto; o povo se exacerba, investe contra a patrulha e obriga-a a que dê vivas ao imperador constitucional, ao que prontamente obedeceu e, caminhando para diante da casa de João Domingues de Araújo Viana [....] dá um tiro de pistola, que feriu a dois brasileiros". Conta ainda o mesmo jornal (o depoimento, embora apaixonado, vale por ser de um dos participantes dos acontecimentos) que, depois disso, portugueses e soldados de polícia redobraram de violência não só nessa noite como durante o dia e a noite de 13, domingo, e noites de 14, 15 e 16. Gente do grupo jacobino de Borges da Fonseca e de Francisco das Chagas de Oliveira França, redator do *Tribuno do Povo*, apagou destemidamente algumas fogueiras, e alunos do seminário de São Joaquim atiraram pedras, quebrando vidraças e destruindo luminárias. A reação portuguesa não demorou e cacos e fundos de garrafas foram arremessados do alto das janelas dos sobrados. Houve várias pessoas feridas e a verdade é que, por mais bem preparados e por inação ou conivência da polícia, os caixeiros portugueses dominaram quase sempre os seus adversários. Afoitos e provocadores, ousaram ir até defronte da casa de Evaristo da Veiga, intimando-o em vão a pôr luminárias, e desacataram o deputado Batista Caetano por trazer no chapéu o laço patriótico. O jornalista de *O Repúblico* foi procurado por toda a parte com ameaças, e Chagas, redator do *Tribuno*, recebeu uma agressão de Francisco Soares, empregado da alfândega. As partes policiais mencionam numerosas prisões em vários lugares da cidade e dão muitas pessoas de cor dentre as que mais se empenharam na luta com os portugueses.

Tais sucessos provocariam o recrudescimento imediato do ódio entre brasileiros e portugueses. Mal serenaram os distúrbios das ruas o amor-próprio nacional deu provas de grande exaltação, colocando de novo D. Pedro nos transes do dilema de 1822. O príncipe que optara pelo Bra-

sil naquele ano, e confirmara essa opção em 1826 ao desistir da sucessão paterna no reino luso, veria posta em dúvida a sinceridade de sua conduta e seria impelido a tomar sem demora uma atitude inequívoca. As aparências pelo menos ajudariam aos que o incriminavam de hostil aos liberais e apegado a certo grupo português incurso no horror dos patriotas. Sua entrada na cidade, depois de alguns dias de permanência em São Cristóvão, transformou-se numa festa de que os brasileiros se sentiram naturalmente excluídos. "Parecia o imperador dos marinheiros", escreveu com desdém o redator de *O Repúblico*, ao referir-se aos quatrocentos ou quinhentos portugueses que, conforme os seus cálculos, precediam a carruagem imperial, "de jaqueta uns, outros de rodaque, outros de casaca e quase todos de chinelos".[945] De "bando de portugueses de baixa classe" chamaria Armitage a essa lamentável guarda de honra. Talvez não a pudesse evitar, ou, de tão acusado de continuar a ser português, aceitasse como um desafio aquele estranho corpo de batedores. Se os brasileiros o repeliam, voltava-se para os que lhe testemunhavam apreço e devoção. O mesmo historiador inglês, tratando das arruaças de meados de março, disse que D. Pedro "não estava ainda diretamente comprometido, pois havia permanecido na sua residência de São Cristóvão todo o tempo em que se passaram aqueles acontecimentos".[946] A afirmativa merece a maior atenção, conhecidas as ligações de Armitage com Evaristo, um dos chefes liberais e em condições de saber com clareza o que então se passou. Durante os distúrbios das "garrafadas", o imperador não saiu da Quinta da Boa Vista. A despeito disso, Borges da Fonseca afirmou que na noite de 13 D. Pedro esteve em casa do comerciante português Domingos Guimarães, na Rua da Quitanda, e de lá lhe disparara um tiro de pistola.[947] Acusação semelhante formulou o redator do *Tribuno do Povo*.

Sem responsabilidade pessoal nos sucessos, o monarca, que em tudo se ingeria, não deixaria de ser envolvido neles e, por cegueira, caprichos e pontos de honra discutíveis, apressaria o fim do seu reinado americano.

945. *O Repúblico*, de 21 de março de 1831.

946. Armitage – *op. cit.,* p. 211.

947. *Manifesto Político. Apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino de Melo.*

A insolência não reprimida e antes acoroçoada dos portugueses causou em todos os círculos brasileiros, e não apenas entre exaltados, a maior indignação, a que se seguiu imediatamente o propósito de obrigar o governo a uma definição de atitude condizente com os brios nacionais ofendidos. Já se previa como inevitável um movimento revolucionário e a tal se dispunham os menos pacientes, os que desde algum tempo conspiravam nas sociedades secretas "Jardineira" ou "Carpinteiros de São José", "Clube dos Amigos Unidos" e talvez outras – a primeira em guarda havia anos diante da ameaça da absolutista "Colunas do Trono", que pregava "o imperador sem trambolho", isto é, sem câmaras. Em reunião em casa do deputado mineiro José Custódio Dias, houve quem propusesse que os liberais recorressem logo às armas. Prevaleceu, entretanto, alvitre dilatório: representar energicamente ao imperador acerca dos acontecimentos do Rio, a fim de tornar possível a formação urgente de um Ministério liberal ou, em caso contrário, preparar a opinião nas províncias em favor da revolução tida por inevitável. O defensor máximo dessa solução contemporizadora foi o redator da *Aurora Fluminense*, cabendo-lhe o encargo de redigir o documento.

A representação, datada de 17 de março, não se esquivou ao calor que as paixões do dia emprestavam, e tinha, sem embargo da polidez formal, todas as características de um *ultimatum*. Diante da insânia do "partido lusitano", que maltratara e insultara "a honra e a dignidade" dos brasileiros, os signatários da representação pediam providências em "desafronta do Brasil, vilipendiado e pungido no mais delicado e sensível do brio e pundonor nacional". Todos os crimes tinham sido praticados "à sombra do augusto nome" do monarca, em festejos menos para "solenizar" a sua volta ao Rio do que para "ludibriar [....] os amigos da liberdade e da pátria". Cuidavam os representantes da nação que se dirigiam ao imperador que, "a despeito dos traidores" em derredor do trono, o clamor da justiça seria ouvido. E concluíam: "As circunstâncias são as mais urgentes e a menor demora pode em tais casos ser funestíssima. A confiança que convinha ter no governo está quase de todo perdida, e se porventura ficarem impunes os atentados [....] importará isto uma declaração ao povo brasileiro de que lhe cumpre vingar ele mesmo por todos os meios sua honra e brio tão indignamente maculados [....]. A ordem pública, o repouso do Estado, o trono mesmo, tudo está ameaçado se a representação [....] não for atendida e os seus votos completamente satisfeitos." Seguiam-se vinte e quatro assinaturas, do senador Vergueiro e de vinte

e três deputados, dentre os quais alguns já com fama e prestígio – Evaristo, Odorico Mendes, José Martiniano de Alencar, Henriques de Resende, José Custódio Dias –, outros em plena ascensão e destinados a papel relevante a partir de 7 de abril – Honório Hermeto, o futuro marquês de Paraná, e Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté.

Tudo estava ameaçado, "o trono mesmo", e o não atendimento imediato significava declarar aos brasileiros que do governo, ou melhor, do monarca, nada mais deveriam esperar. O despacho proferido na representação, a 18 de março, mais parecia dado em documento de rotina administrativa: "Tomaram-se as medidas, e têm-se dado as convenientes providências para manter o sossego e tranquilidade pública; e continuarão a dar-se todas as mais que forem necessárias para o mesmo fim." A calma e displicência seriam mais aparentes do que reais. Inclinado embora a não ceder e a enxergar nas palavras dos parlamentares uma espécie de desafio, e nas manifestações de rua de 11 a 16 provas de afeto e adesão à sua pessoa, começava a faltar a D. Pedro aquele misto de decisão, astúcia e desenvoltura que o ajudara nos anos difíceis de 1821, 1822 e 1823. Minguava-lhe também a antiga certeza do fascínio exercido sobre os brasileiros. As longas cavalgadas em terras de Minas lhe tinham deixado uma impressão incômoda de vazio e abandono, de frieza e surda hostilidade. Chegara ao Rio e encontrara um ambiente eletrizado, a cidade dividida em dois grupos que se detestavam. Chefe do governo, imperador, soberano, cumpria-lhe ficar acima das facções. Mas se não devia julgar os nascidos em Portugal com a paixão inspirada pela suscetibilidade exacerbada dos brasileiros, não podia de maneira alguma abandonar estes ao desespero, a menos que estivesse disposto a não exercer o papel que lhe criara o movimento da Independência, a deixar de ser brasileiro. A representação, encabeçada por Vergueiro e entregue em São Cristóvão pelo padre José Custódio Dias, não era papel que um despacho engrolado resolvesse. Exigia atos claros, explícitos, iniludíveis.

D. Pedro reuniu o Conselho de Estado, ouviu pareceres e depois de muito hesitar – o ministro austríaco Daiser informou que mudara de alvitre quatro vezes[948] – decidiu a 19 de março constituir novo Ministé-

948. Ofício de 6 de abril de 1831, *apud* Tobias Monteiro – *op. cit.,* p. 296

rio, só de brasileiros, ficando, do antigo, Francisco Carneiro de Campos, na pasta dos Estrangeiros, e Holanda Cavalcanti, na Fazenda. Os demais ministros nomeados foram o visconde de Goiana para o Império, Manuel José de Sousa França para a Justiça, José Manuel de Morais para a Guerra e José Manuel de Almeida para a Marinha, os dois últimos, oficiais generais do exército. Ministério só de brasileiros, mas que não poderia mudar o rumo dos sucessos. Nenhum deles era figura de primeira plana e dispunha de verdadeira popularidade. Um gabinete em que entrassem Vergueiro, Vasconcelos, Evaristo, Francisco de Lima e Silva lograria talvez restabelecer a confiança dos liberais e aplacar a excitação nativista. Mas a D. Pedro, pela convicção de que lhe competia constitucionalmente completo arbítrio na escolha dos ministros, não ocorreria chamar gente como essa. De qualquer modo, entretanto, a nomeação só de brasileiros natos importava uma satisfação aos melindres nacionais e à opinião liberal, como foi também a recondução de Francisco de Lima e Silva ao comando das Armas da corte, a soltura de oficiais brasileiros presos nas noites das garrafadas e a nota ao conde de Sabugal, ministro de D. Maria II no Rio, pedindo-lhe providências acerca de futuros excessos por parte de portugueses.

A substituição do Ministério "em nada veio melhorar a crise atual", foi logo dizendo Borges da Fonseca, que afirmou estar o monarca a mostrar-se sempre "melhor Pedro IV que Pedro I".[949] Como nos dias da Independência, o patriotismo evocava os primitivos donos da terra, sobretudo os que mais resistiram ao colonizador português. Um "Belmiro Tamoio, amante da liberdade" assinava versos lusófobos. E apelos à luta sucediam-se:

> *"Às armas! Brasileiros denodados!*
> *Às armas! que o chumbismo nos provoca;*
> *Às armas! é divisa que nos toca*
> *Às armas! contra os pérfidos malvados."*

Poesia falsa, mas entusiasmo verdadeiro. E se Borges da Fonseca, Chagas, Batista de Queirós e agitadores dessa marca não se aquietavam,

949. *O Repúblico*, de 26 de março de 1831.

homens da ponderação de Vergueiro, de Evaristo, de Odorico Mendes e da maioria dos signatários da representação de 17 de março não se tinham também convencido de que a mudança de Ministério, tal como se operara, viesse remediar a situação. Apegados ao regime monárquico-constitucional, que lhes parecia o mais conveniente às circunstâncias do Brasil, sem nenhuma flama revolucionária, esses políticos de índole conservadora viam-se de súbito atraídos por uma solução extralegal, para tornar realidade a Constituição jurada, para preservar as instituições livres. Os homens que em breve montariam guarda ao trono de um menino contra todas as investidas e todas as seduções confabulavam, entre perplexos e pesarosos, combinando o meio mais rápido de derribar o do fundador da dinastia, do príncipe a quem tanto devia o Brasil. Ou o meio de forçá-lo à execução do regime adotado, com um monarca forte, mas obediente à opinião brasileira, um monarca diligente e ativo, mas servido por ministros da confiança da Câmara eletiva.

Em vão o *Diário Fluminense*, dirigido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, conclamava "os brasileiros dignos deste nome" a se unirem em torno do imperador, apontando as desgraças que os ameaçavam. Em vão relembrava os benefícios devidos ao "grande Pedro I", que fizera do Brasil "uma respeitável nação do Novo Mundo" em contraste com as "proscrições" e "horrorosos atentados" da "deplorável América Espanhola".[950] Palavras de apaziguamento já não encontravam eco em quase ninguém. A propaganda de timbre revolucionário ganhava de hora em hora maior arrojo e só haveria um meio de neutralizá-la: uma atitude franca e destemerosa do imperador voltando-se sem desconfiança para os liberais, como em 1821 e em 1822, em que se ombreara não só com os patriotas do grupo da Maçonaria, como até com demagogos da laia de Macamboa. Liberal de ideias sempre fora – e demonstrá-lo-ia em Portugal com sacrifício da própria vida. Mas antes de ser liberal no plano das preferências ideológicas, era um obstinado, um voluntarioso, um presumido, a quem repugnava ceder, transigir, parecer fraco, e isto se processava no âmago de um temperamento excessivo e absorvente. Por não querer ir ao encontro

950. *Diário Fluminense*, de 23 de março de 1831.

da opinião brasileira, com esta se incompatibilizaria e dentro em pouco se acharia em melancólico isolamento.

A 25 de março passava o sétimo aniversário da Constituição. Doada embora pelo imperador e não votada por uma Assembleia de representantes do povo, os liberais estimavam-na como a melhor garantia das liberdades públicas e privadas e o núcleo de audaciosas reformas futuras. Comemorar a data, pois, pareceu-lhes de grande oportunidade, dando ensejo a uma demonstração dos anseios populares. E resolveram mandar celebrar um *te deum*, na Igreja de São Francisco de Paula, à noite, não convidando, porém, o monarca. Antes, à tarde, realizou-se grande parada militar no Campo de Santana. Como sempre, numerosa foi a assistência, mas nenhum entusiasmo suscitou a presença de D. Pedro e, ao contrário, não faltaram vivas à Constituição, à Independência e ao imperador "enquanto constitucional". Cláusula ou condição que não mais seria omitida e revelava a decisão dos exaltados, tão sem rebuços, já que no desfile se provava pelo aplauso aos batalhões tidos como simpáticos aos liberais, e pela assuada aos julgados fiéis ao monarca.[951] Mais uma vez se patenteava o dissídio, o afastamento, a ruptura. De um lado, o Brasil, os brasileiros, os liberais; de outro, D. Pedro, os portugueses, os absolutistas. Larga, imensa era a margem de equívocos e incompreensões nessa separação que aceleradamente se processava. Contra o Brasil, contra os brasileiros, contra os liberais, o príncipe revolucionário, amigo das ideias do século, que abandonara a terra de origem e outorgara a Constituição mais liberal do tempo? Mais do que ninguém D. Pedro se surpreenderia ao verificar os termos em que o situavam diante da pátria que escolhera e dos princípios que esposara. Rezar-se um *te deum* por motivo da Constituição, obra ou iniciativa sua, e não ser convidado, parecia-lhe impossível. Que deveria fazer?

Ainda não terminara a parada e do chamado palacete do Campo de Santana desciam pessoas da comitiva imperial com destino à igreja de São Francisco de Paula. Iam à cerimônia religiosa promovida pelos liberais. Um dos que não queriam faltar era o general José Manuel de Morais, ministro da Guerra. Antes de partir, comunicou ao imperador a sua intenção,

951. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 300.

perguntando-lhe se não pretendia comparecer também. Resposta negativa: não iria por não ter sido convidado. O militar que comandara a tropa no dia da dissolução da Constituinte estava agora um democrata: "Eu vou porque sou um homem do povo." Tais seriam as suas palavras peremptórias. E teria ainda aconselhado o monarca a fazer o mesmo, corroborando porventura opinião da imperatriz D. Amélia.[952] Por impulso pessoal ou sugestionado, D. Pedro começava a dar sinais evidentes de desorientação, perturbado ou superado pelo imprevisto dos acontecimentos. Ir sem ser convidado, quando a falta de convite significava um propósito acintoso de excluí-lo, não condizia com a majestade imperial, sequer com o amor-próprio de homem. Na festa comemorativa da Constituição, que estava ligada antes de tudo ao seu nome, aparecer como um intruso era diminuir-se e até humilhar-se. Mas outra terá sido a sua reação, desejoso de provar que continuava, como dantes, o mesmo adepto do constitucionalismo e, mais ainda, de que não conhecia o que fosse medo.

Destemidamente na verdade montou D. Pedro a cavalo e galopou para a igreja de São Francisco de Paula, a enfrentar os que de caso pensado o haviam excluído. Não lhe faltou calma e sangue-frio durante todo o tempo em que lá se demorou. Borges da Fonseca, um dos promotores da cerimônia, deu pelo *O Repúblico*, cinco dias depois, uma primeira versão de quanto ocorreu a 25 de março: "[....] fez-se notável o entusiasmo à noite quando inesperadamente chegou o imperador, que bastante se popularizou procurando uma folha verde e amarela que serve nestes grandes dias de distintivo aos nacionais. Ao entrar na igreja, um cidadão beijou a mão de S. M. e lhe disse: *Viva o imperador enquanto for constitucional!* e S. M., para dar uma prova de quanto transige com a opinião pública, respondeu: *Sempre fui e hei de dar provas de o ser, e tanto que sem me convidarem para a sua função aqui estou*. Ao que um outro cidadão respondeu: *Como primeiro cidadão, era do seu dever vir sem ser chamado*. [....] Findo o *te Deum* saiu S. M. e em sua presença recitaram-se várias peças poéticas que S. M. aplaudiu muito, e por muito tempo se conservou entre o povo."[953] Ainda segundo a

952. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 301.
953. *O Repúblico*, de 30 de março de 1831.

narrativa de *O Repúblico*, houve vários vivas à soberania da nação, à Constituição, à liberdade, à independência, à Assembleia Geral e à imprensa, e nenhum a D. Pedro, para que este não julgasse tratar-se de "lisonja", e só depois que se ausentou gritaram vivas ao "imperador enquanto constitucional". Armitage aludiu a um "viva D. Pedro II", respondido com ar inquieto – "ainda é uma criança", e o diplomata Daiser contou em ofício para Viena que, à saída da igreja, um homem detivera o monarca pelo braço e, fitando-o, perguntara-lhe se tencionava governar agora de acordo com a Constituição. "Certamente, nunca tive outra intenção", foi a resposta. "Neste caso, senhor, podeis contar com o nosso amor e fidelidade", teria dito o popular.[954]

Que impressões receberia D. Pedro desse contato direto com os liberais a caminho da insurreição? Julgaria readquirido o antigo prestígio? Parece que não, e ao regressar ao palacete do Campo de Santana, para assistir aos fogos de artifício, embora falasse nas manifestações que recebera, os circunstantes lhe notaram "o rosto pálido, as feições desfeitas, o olhar espantado", indícios da inquietação íntima que o sacudia.[955] Dera mostras de coragem, mas nada afinal conseguira. Perdera a confiança dos mais prudentes, dos que encaravam com temor um golpe revolucionário. Não só os demagogos estavam em campo oposto, senão também os espíritos lúcidos e cordatos. Até estes se haviam convencido de que era necessário "apelar para o juízo de Deus", como diria mais tarde Teófilo Otoni, provocar o destino, a fim de instaurar o governo verdadeiramente liberal.[956] Sem o juramento feito "sobre o sangue dos Canecas e dos Ratcliffes" pelos exaltados nesse fim de março de 1831, homens como Vergueiro, Evaristo e Odorico Mendes se juntavam em conciliábulos com agitadores do estofo de Borges da Fonseca, um dos mais audaciosos líderes populares do momento. Porque o então jovem paraibano não se limitava aos artigos de jornal: ia para a rua chefiar grupos e penetrava nas casernas para angariar adesões. Certo, ao escrever em 1867 um esboço autobiográfico, Borges superesti-

954. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 303.
955. *Idem, idem.*
956. Teófilo Otoni – *Circular*, pág. 69.

mou a própria ação e descambou para a fábula pura. Em pleno domínio da ficção estaria ao contar que só por sua exclusiva intervenção não fora D. Pedro assassinado na cerimônia do *te deum* em São Francisco de Paula. Forte parcela dentre os exaltados decidira o assassínio do monarca e, ao saber da chegada deste à igreja, o alferes Clemente, de Pernambuco, lhe comunicara o intento de aproveitar a ocasião que se oferecia. Tomara-lhe o punhal e procedera como alguém incumbido da guarda de D. Pedro: "[....] vou receber o imperador e fazê-lo descer do carro; e guiando-o, fui abrindo caminho até que o deixei no meio do povo no centro da igreja. Findo o ato reconduzi o imperador para evitar o assassinato."[957]

O conto de Borges será tão verdadeiro como o seu encontro com Bernardo de Vasconcelos na noite de 25 de março, numa reunião de revolucionários na Rua da Ajuda: o deputado mineiro estava então em Minas e só chegaria ao Rio em fins de abril. Mas o redator de *O Repúblico*, não obstante esses deslizes de imaginação um terço de século após os fatos, poderia jactar-se de ações numerosas e verídicas ligadas aos sucessos do fim do reinado de D. Pedro. Uma delas seria, por exemplo, a conquista do apoio de alguns corpos do exército. O meio militar não ficara impermeável à propaganda liberal e nativista. No aniversário da Constituição, os quartéis da artilharia de posição tinham posto luminárias, lendo-se em letras enormes, estes versos:

Eis dos livres artilheiros
Sinceras demonstrações,
Dos sentimentos que nutrem
Seus brasileiros corações.

"Livres artilheiros" com "brasileiros corações" acompanhavam e aplaudiam, não só a campanha cheia de equilíbrio de Evaristo pela *Aurora*, como a destemperada de Borges pelo *O Repúblico*. Relatou este, não no *Manifesto Político* de 1867, mas no seu jornal, contemporaneamente,[958] quando o desmentido seria fácil, que passara a noite de 25 de março nos

957. *Manifesto político. Apontamentos da minha vida* [....]
958. *O Repúblico*, de 30 de março de 1831.

quartéis, ao lado "de todos os bons artilheiros cordiais amigos de todos os amigos da liberdade do Brasil", até 2 horas da madrugada, num "bródio", obsequiado pelo brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos (um dos chefes da Sociedade Federal durante a Regência), pelo coronel Bittencourt "e todos os mais oficiais", e fora depois por eles acompanhado até a casa na expectativa de encontro com "malvados marinheiros". Certo da solidariedade dos elementos militares, Borges da Fonseca podia dizer: "É assim que a liberdade vai tocando a todos os corações, e os tiranos se iludem se pensam que há brasileiros que defendam seus iníquos e detestandos planos. Sirva-lhes a artilharia de posição de norte e por ela guiem seus passos, pois como ela são muitos outros corpos que se acham na corte."

Já não havia mais sombra de prudência ou dissimulação de parte dos exaltados. Só D. Pedro não se capacitaria de que nada adiantara a mudança de governo efetuada a 19 de março? Esses ministros, simpatizantes da causa liberal, não mereciam inteira confiança de ninguém: nem a dele, que os olhava como traidores em potencial, nem a dos liberais, que os julgavam capazes de transigir. Sem transigência não se salvaria o reinado, e a iniciativa deveria partir do monarca. A opinião pública, estimulada pela imprensa e pelo Parlamento, não aceitava mais um governo sem as aparências ao menos do regime representativo, sem Ministério responsável e prestando contas à Câmara. Assim pensavam os homens mais esclarecidos do país, de todas as províncias, e não apenas os demagogos das cidades. Era o voto de Vasconcelos, de Evaristo, de Vergueiro, de Araújo Lima, de Paula Sousa, de Lino Coutinho, de Feijó, de Costa Carvalho, de Honório Hermeto, de Limpo de Abreu, de Odorico Mendes, de José de Alencar, de Castro e Silva, de Carneiro da Cunha, de Luís, Antônio e Francisco de Paula Cavalcanti, de Francisco e Sebastião do Rego Barros, de Vieira Souto, de Cunha Matos, de José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos, quaisquer que fossem as divergências que os separassem. Por que não recorrer, para a tomada de novos rumos, a alguns desses homens, precisamente os que tinham alcançado renome nacional e disporiam com menos dificuldade do apoio da Câmara? Não ouvira o monarca, na sua inesperada aparição na Igreja de São Francisco de Paula, as palavras de Montalverne, de anátema à "tirania debaixo de qualquer nome, debaixo de qualquer forma"? Não o advertira o frade-retor contra os que, pregando o

absolutismo, lhe queriam apagar os brasões da glória? Não lhe anunciara que "qualquer tentativa para forçar o Brasil a descer da sumidade em que estava faria rebentar comoções"?[959] Falando desse modo, o orador sacro não deixara de manifestar-se contrário ao "sistema federal", o que lhe valeu censuras da *Nova Luz Brasileira*.[960] Não estava, pois, a serviço dos extremados, de um Borges da Fonseca ou João Batista de Queirós.

Enquanto D. Pedro, cego ou obstinado, descuidava-se de prevenir a tormenta que não tardaria, os jornalistas oficiosos só faziam irritar os patriotas. Respondendo em tom acrimonioso à *Aurora*, o *Diário Fluminense* atribuía toda a responsabilidade das cenas degradantes de 11 a 16 de março aos liberais, postos no mesmo saco personagens da moderação do redator daquele jornal e da turbulência de Borges da Fonseca. Isentos de culpa os estrangeiros, provocadores e criminosos os nacionais. Ora, nas arruaças em que os caixeiros lusos quase haviam dominado a cidade, houvera gente ferida e de preferência do lado brasileiro. Sem convidar seus patrícios a vinditas, contudo o jornalista da *Aurora Fluminense* dizia: "[....] o sangue derramado pede sangue", ou "os brasileiros querem a desafronta de todos os insultos: a sua paciência está exausta".[961] Quando um homem da cordura de Evaristo falava assim era porque o desespero já atingira os mais pacíficos, os menos inclinados às soluções violentas. E o clima propício a tais desfechos em nada melhorara com o novo Ministério. Ao contrário, o pensamento de que no governo só havia agora brasileiros como que impelia os patriotas a elevarem o tom de suas reivindicações. A 1º de abril recomeçariam os distúrbios e os ajuntamentos de rua sem que o Ministério de 19 de março tivesse força moral para impedi-los ou se dispusesse a lançar mão da força material para dissolvê-los. Tratava-se em verdade de ministros tolhidos de um lado pela desconfiança do monarca e de outro pelo sentimento íntimo de que não deveriam proceder *manu militari* contra seus compatriotas. Para o povo, influenciado pela propaganda do *Tribuno*, da *Nova Luz*, de *O Repúblico*, D. Pedro passara a ser o imperador dos portugueses, tão português como qual-

---

959. Montalverne – *Obras Oratórias*, tomo 4º, pág. 183.
960. *Nova Luz Brasileira*, de 29 de março de 1831.
961. *Aurora Fluminense*, de 21 de março de 1831.

quer dos detestados "pés de chumbo" da Rua da Quitanda. Ao contrário do que ocorrera em outros tempos, em que lhe prestava todas as homenagens, não temia agora demonstrar-lhe o desagrado. Foi o que aconteceu ao passar uma procissão diante do paço da cidade: embora estivesse o monarca numa das janelas, quase ninguém tirou o chapéu.

Isto se deu a 1º de abril. No mesmo dia, pouco depois, circulou o boato de que tinham sido assassinados vários brasileiros. Grupos de patriotas postaram-se defronte do Arsenal de Guerra pedindo vingança. Era o apelo aos militares, que seriam o fator decisivo. O brigadeiro Francisco de Lima e Silva, comandante das Armas, foi ao Largo do Moura assegurar a disciplina nos quartéis e aconselhar com bom êxito o imperador a recolher-se à Quinta da Boa Vista. Depois de vinte e quatro horas de pausa, a agitação recrudesceu no dia 3. Ou o governo tomava sem demora medidas repressivas ou perdia de todo o domínio da situação. Mas o Ministério, composto só de brasileiros, não se dispunha a determinar providências contra os manifestantes das ruas e, se o fizesse, receava não ser obedecido pela tropa. Não estariam os ministros traindo deliberadamente o monarca, como este suspeitava: sofriam a pressão do ambiente e sentiam-se faltos de iniciativa, perplexos e inibidos. Inibição que afetava o próprio imperador. A maior parte dos corpos do exército inclinava-se a favor do movimento liberal e nativista. Com ele estavam as simpatias de muitos chefes, a começar pelos da família Lima e Silva. A Manuel da Fonseca Lima, a *Astreia* chamava de "brasileiro puro e sem nódoa, amigo da liberdade e da independência do Brasil, decidido pelo sistema constitucional",[962] acusando o intendente de Polícia Caetano Maria Lopes Gama de intrigá-lo junto do monarca. Cumpria, entretanto, agir com presteza, com audácia, com desembaraço, e o que havia era lentidão, torpor, timidez. Para enfrentar a desordem sempre em progresso, o imperador reunia o Ministério e o Conselho de Estado, em sessões arrastadas, nas quais os alvitres se sucediam. A 3 de abril ficou decidida a convocação extraordinária da Assembleia Geral, cujos trabalhos começariam tão logo se verificasse número legal. Seria uma satisfação aos liberais, passando a pesar na direção dos acontecimentos o

962. *Astreia*, de 26 de março de 1831.

prestígio popular da Câmara e desviando-se as iniciativas da patuleia das ruas para o seu recinto.

Diligência tardia: entre a rua e o monarca, ou melhor, entre a rua apoiada pela tropa e pelos votos da grande maioria dos brasileiros e o imperador, a questão seria decidida antes que houvesse *quorum* parlamentar. *O Repúblico* defendia em longo artigo o "dever sagrado" da resistência legal ao "tirano".[963] Já se sabia quem era. Não obstante, ou porque ainda confiasse num fim conciliatório, ou porque, soberbo e obstinado, quisesse desafiar os que contra ele e os portugueses tão encarniçados se mostravam, D. Pedro não quis cancelar a festa de aniversário de sua filha, D. Maria II, no dia 4 de abril. Era o beija-mão da rainha de Portugal aos seus súditos, a muitos daqueles que nas noites de 11 a 16 de março haviam injuriado os brasileiros e concorrido para aumentar a atmosfera de ódios dos túrbidos dias do ocaso do reinado. À cerimônia compareceram membros do corpo diplomático, entre os quais Pontois, encarregado de negócios da França. Desejoso de conversar com ele acerca dos sucessos do momento, o imperador perguntou-lhe se já conhecia o palácio (tratava-se da antiga residência da marquesa de Santos) e, em face da resposta negativa, levou-o a percorrê-lo. Mal se encontrou a sós com o representante de Luís Filipe, foi dizendo: "Espero agora que as coisas melhorem. Acaba de chegar um batalhão de Santa Catarina. Sou liberal, o chefe dos constitucionais, mas nunca serei o cabeça dos revolucionários. Quero isso bem sabido de todos."[964] Redarguiu-lhe Pontois que ninguém duvidava dos sentimentos de D. Pedro, acrescentando: "Todos os diplomatas, todos os governos desejam, a França sobretudo, cuja simpatia por Vossa Majestade não padece contestação, que a ordem pública se mantenha e o trono constitucional brasileiro se firme." Declarou então o monarca que contava com Pontois e com Aston, encarregado de negócios da Inglaterra: "Não os comprometerei. As minhas medidas estão tomadas. Os senhores ficarão contentes comigo."

Na sua melomania, não dispensou D. Pedro um concerto, seguindo-se a ceia oferecida aos convidados e súditos da pequena rainha.

---

963. *O Repúblico*, de 2 de abril de 1831.
964. *R.I.H.G.B.,* tomo 74, pág. 182.

Eis que, porém, os temores de muitos dos presentes receberam confirmação: chegou da cidade, para o imperador, um despacho comunicando que tinham recomeçado as arruaças, havendo mortos e feridos. Num assomo, sem guardar reservas, o monarca leu o papel em voz alta e, dirigindo-se com vivacidade aos ministros da Justiça e da Guerra, exprobrou-lhes a conduta, sobretudo do general Morais, que lhe garantira a manutenção da ordem naquele dia, e ordenou-lhes que saíssem e tomassem sem demora as providências necessárias. Repugnando aos ministros o emprego de violência contra os manifestantes ou persuadidos já de que não contariam com a tropa para tal fim, teriam respondido ao imperador que não podiam reprimir a desordem.[965] Esta declaração é mencionada por Cruz Lima, amigo dedicado e panegirista de D. Pedro e, se verdadeira, exprimia a gravidade do transe. Ministros impotentes ou coniventes com os exaltados. Novo despacho, entregue ao monarca, confirmou o estado alarmante de insegurança pública. Era mister enfrentar sem perda de tempo os agitadores. Tal a opinião de várias pessoas presentes, a principiar pelo conde do Rio Pardo, ex-ministro da Guerra, que instou por uma deliberação enérgica de D. Pedro, sob pena de não restar mais salvação. Os membros do corpo diplomático apoiaram as palavras de Rio Pardo, autorizado então a mandar guardar os caminhos de acesso de São Cristóvão para a cidade, a fim de prevenir um possível ataque ao paço por parte dos grupos de populares.[966] Evidentemente, o pânico começava a dominar e, se não o inibia de forma alguma o medo, deixava-se possuir o imperador por enervante perplexidade. Afinal, já mais tarde, chegaram notícias momentaneamente tranquilizadoras e pôde terminar sem maiores peripécias a festa do aniversário da pequena rainha de Portugal, tão insensatamente comemorado.

Que medidas poderiam ser tomadas para vencer a crise? Proibição ou dispersão dos ajuntamentos populares? Seria necessário que o governo se visse sustentado pelas forças militares e do mesmo passo dispusesse de ascendente sobre a opinião. Ora, a verdade era que a tropa, pela

965. Cruz Lima – *op. cit.,* pág. 144.
966. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 316.

maioria de seus elementos, simpatizava com o movimento liberal, e no meio deste o Ministério merecia pequeno crédito. A insurreição latente desde algum tempo tinha maior extensão e profundidade do que aparentava. A audácia dos agitadores crescia sempre e já haviam principiado a organizar os seus adeptos em centúrias, capitaneadas por Borges da Fonseca, Chagas, Ezequiel Correia dos Santos e demagogos ou chefes de malta como Girão e Lafuentes. Homens de outro porte, como Vergueiro, Evaristo, José Custódio Dias, Odorico Mendes articulavam em conventículos a hora do levante armado cujo objetivo seria afinal atingido: fomentar uma conjuntura que obrigasse o monarca a abdicar. Num escorço autobiográfico de Odorico Mendes,[967] lê-se: "[....] Fui um dos escapados das garrafadas da Rua da Quitanda. Nos clubes que formamos fui o escolhido para tratar com os militares [....] na casa da Maçonaria, na Rua do Valongo, hoje da Imperatriz, sustentei que se D. Pedro abdicasse devíamos conservar a monarquia constitucional e durante a minoridade fazer as reformas necessárias, mormente as que dessem mais largas [atribuições?] às assembleias provinciais." Esta opinião, eloquentemente apoiada pelo célebre Evaristo Ferreira da Veiga, era a de todos os militares, à exceção de três ou quatro, que elogiavam Robespierre e ao depois tornaram-se todos absolutistas: o coronel Manuel da Fonseca Lima, hoje marechal ou tenente-general, que tinha influência muito maior que seu irmão Francisco de Lima, o que foi membro da Regência, declarou mesmo que estava pronto a aceitar a abdicação, "visto o mau passo em que se pusera D. Pedro, e a impossibilidade de conciliar de novo o ânimo dos brasileiros, todavia não contariam com ele, nem com os seus numerosos amigos, para a República; ao contrário, se esforçaria pela manutenção da dinastia".

Eis aí o plano dos liberais moderados, a quem caberia a vitória: a continuação da monarquia constitucional, feitas as reformas necessárias, mediante a abdicação de D. Pedro I, "visto o mau passo em que se pusera" "e a impossibilidade de conciliar de novo o ânimo dos brasileiros". Plano sustentado por militares prestigiosos que acorriam aos conciliábulos da Maçonaria. Que medidas, pois, estariam ainda ao alcance do governo?

---

967. Arq. do Palácio Grão-Pará.

Na manhã de 5 de abril o imperador convocou novamente o Conselho de Estado, do qual faziam parte os ministros. Em relação a estes D. Pedro demonstrava grande desconfiança, julgando-os talvez comparsas dos agitadores. Informa Daiser que lhes deu o prazo de 48 horas para que a calma se restabelecesse, sob pena de demissão. E exigia providências de rigor, quando o Ministério cuidava aconselháveis medidas de moderação.[968] A despeito da agitação das ruas que continuava, o imperador deixou a Quinta da Boa Vista e foi ao desembarque do batalhão 14 de caçadores, certamente o que esperava de Santa Catarina, conforme conversara na véspera com Pontois. Era uma prova de coragem que dava, uma temeridade de que se vangloriaria a bordo do *Warspite*, depois da abdicação, na palestra em francês com os diplomatas estrangeiros: *"Je n'ai jamais eu peur de ces gens-là; je me suis montré avant-hier dans les rues pendant qu'on se donnait de coups de poignard de tous les cotes."*[969] Medo não tinha o bravo D. Pedro, mas expunha-se ao que lhe aconteceu no regresso a São Cristóvão, quando grupos lhe cercaram desrespeitosamente a carruagem, obrigando-o a explicações: era constitucional, deviam confiar nele; entretanto, se as desordens não cessassem, procederia com rigor.[970] De nada serviram as admoestações. Novas arruaças sucederam-se à tarde, com grande indignação do imperador, a culpar pelas ocorrências o Ministério. Resolvera dispensá-lo. Antes, porém, quis reunir outra vez, à noite, o Conselho de Estado. À anarquia da rua respondia com conferências. Certo, conselheiros de estado e ministros deveriam ser ouvidos, mas tantas conversas e palavras significavam que perdera o senso da direção e, indeciso e assoberbado, ia-se deixando dominar pelos acontecimentos em vez de comandá-los. Censurou os ministros por incapazes, repeliu-lhes explicações que buscavam atenuar a gravidade dos fatos e acabou por demiti-los.[971]

Que decisão tomaria D. Pedro no limiar da crise final? Uma chuva bem-vinda dispersara os agitadores das ruas. Sem Ministério o país não poderia ficar um só segundo, mas como improvisá-lo? Mais do que

968. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 317.
969. Armitage – Nota 46 – pág. 249.
970. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 317.
971. Relatório Sousa França, de 7 de maio de 1831, à Câmara.

nunca, nessa hora crepuscular nenhum elemento de valor dentre os liberais aceitaria o governo. E só um Ministério liberal teria possibilidades de evitar o desenlace já previsto pela maioria. O imperador, porém, endurecendo-se em teimosia e erigindo em ponto de honra a exclusão dos que desde 1826 lhe apontavam o bom caminho, fixou-se em nomes justa ou injustamente malvistos pela opinião pública, portadores de títulos nobiliárquicos pomposos, todos a carregarem prevenções e antipatias provenientes de sua passagem pelo governo e de sua conhecida docilidade aos desejos imperiais. Eis o Ministério de 5 de abril, incumbido do funeral do reinado, Ministério de velhos e quase velhos ao lado do monarca de trinta e dois anos: marquês de Inhambupe, Império; marquês de Aracati, Estrangeiros; visconde de Alcântara, Justiça; marquês de Baependi, Fazenda; conde de Lajes, Guerra; e marquês de Paranaguá, Marinha. Dir-se-ia que o propósito de D. Pedro era excitar ainda mais os ódios nativistas e as exigências liberais. Nomear com a cidade em armas Aracati e Lajes, nascidos em Portugal, chamar de novo ao governo Paranaguá e Alcântara, ministros nos dias ominosos de março, parecia uma declaração de guerra ou o sinal de outra investida, contra os patriotas, mais cruenta do que a das garrafadas. Tal não estava provavelmente na intenção do monarca, apegado com intransigência à prerrogativa constitucional da livre escolha dos secretários de estado, e à míngua de outros nomes de valor fora do quadro dos políticos liberais ou dos antigos servidores com quem mais ou menos se incompatibilizara.

A notícia da nomeação do novo Ministério espalhou-se logo pela manhã do dia 6 de abril, circulando o boato de que um de seus primeiros atos seria a ordem de prisão contra os chefes liberais, Vergueiro, Evaristo e alguns outros. De vários pontos da cidade grupos numerosos de populares dirigiram-se para o Campo de Santana, onde se foi aglomerando massa que à 1 hora da tarde não passava de 600 pessoas, mas que às 3 horas lá era de mais de 2.000 e às 5 orçava em 3.000 a 4.000.[972] Evidentemente, toda essa multidão não afluíra para o mesmo lugar por iniciativa própria. Havia promotores, guias, organizadores, fazendo executar um plano antes combinado. Conspirava-se intensamente e a reunião no Campo de Santana obedecia a

---

972. Barão do Rio Branco – *Efemérides*, pág. 191.

um apelo de Odorico Mendes, Borges da Fonseca, padre José Custódio Dias, Vieira Souto e alguns mais, ajustados com os chefes militares, que, horas depois, fariam entrar em cena a tropa ao lado dos patriotas. Não queriam os chefes do movimento torná-lo triunfante por uma simples quartelada, nem que tampouco degenerasse em manifestação anárquica. Por isso, esforçaram--se por manter em ordem o impressionante comício e fazer órgão de suas reivindicações os juízes de paz, na qualidade de magistrados eletivos, contrariando os mais exaltados que lembravam a marcha sobre São Cristóvão e a proclamação da república. Nem uma coisa, nem outra. A assembleia popular ficaria irredutível numa única exigência: a recondução do Ministério de 19 de março. E para transmiti-la ao imperador, disfarçada em representação, foi-lhe enviada uma deputação de juízes de paz. Um destes – o primeiro a chegar ao Campo – antes da ida à Quinta da Boa Vista, procurou cientificar o brigadeiro Francisco de Lima e Silva da missão que, de parceria com os colegas, lhe fora cometida, e o comandante das Armas, num impulso de lealdade e desejoso de um desfecho pacífico, despachou prontamente o major Miguel de Frias e Vasconcelos, a fim de prevenir o monarca.

D. Pedro e os novos ministros, reunidos em São Cristóvão, nenhuma providência eficaz haviam tomado até aquele momento. Chegavam notícias do ajuntamento popular e nada se resolvia. Uma sensação de impotência paralisava as vontades. O príncipe, que ordenara a evacuação da Praça do Comércio, em abril de 1821, e dissolvera a Constituinte em 1823, hesitava agora, sem atinar com o meio de fazer valer a sua autoridade. Mas, amante das belas tiradas, incumbiu o major Frias, a quem declarou que receberia os juízes de paz, de levar ao Campo de Santana a seguinte proclamação: "Brasileiros! Uma só vontade nos una. Para que tantas desconfianças, que não podem trazer à pátria senão desgraças? Desconfiais de mim? Assentais que poderei ser traidor àquela mesma pátria que adotei para minha? Ao Brasil? Àquele mesmo Brasil por quem tenho feito tantos sacrifícios? Poderei eu querer atentar contra a Constituição que vos ofereci e que convosco jurei? Ah! brasileiros, sossegai. Eu vos dou minha imperial palavra que sou constitucional de coração e que sempre sustentarei esta Constituição. Confiai em mim e no Ministério: ele está animado dos mesmos sentimentos que eu; aliás eu não o nomearia. União e tranquilidade, obediência às leis, respeito às autoridades constituídas." Palavras que não seriam destituídas de verdade ao declarar-se "constitucional de coração" e alegar o que fizera pelo Brasil, mas de todo em todo inoperantes no

momento. Palavras sintomáticas de insegurança e fraqueza. Tom de lamúria, estranho pedido, quase súplice, quase humilde. Era, porém, um colapso de amor-próprio, recobrado sem grande demora.

Ao ser lida no Campo de Santana a proclamação, na parte em que o imperador exortava o povo a confiar no Ministério, foi o papel dilacerado e gritos estrugiram – "abaixo o Ministério". Nessa ocasião, cerca de 6 horas da tarde, já se achando presentes três juízes de paz – Custódio Xavier de Barros, padre João José Moreira e Manuel Teodoro de Araújo Azambuja –, seguiram para o paço de São Cristóvão, onde, recebidos por D. Pedro, falou Xavier de Barros: o povo representava pedindo a destituição dos atuais ministros e a volta dos antigos; o povo sustentava o trono e a Constituição, disposto para isso a derramar o próprio sangue. O príncipe, a quem Antônio Carlos chamara pessoalmente de *"sans culotte"*, defrontava os emissários do povo a lhe falarem de soberano para soberano. Cederia, transigiria, como o pai, que fez os mais contraditórios juramentos, mas morreu no trono? Mais facilmente do que D. João VI, rei de direito divino, poderia anuir à representação popular, ele, monarca "pela unânime aclamação dos povos". Não capitularia, procedendo na aparência como alguém que respeitava acima de tudo, não a sua hierarquia, mas a lei, a suprema lei, a Constituição, na parte em que lhe assegurava a atribuição de nomear e demitir os ministros de Estado. Atribuição privativa. E com um exemplar da Constituição em punho leu aos juízes de paz o artigo 101, n. VI. Não atenderia à representação. O Ministério passado não lhe merecia confiança; faria do presente o que melhor lhe parecesse. E mal contendo a cólera: "Digam que sou mais constitucional do que todo brasileiro nato e mais constitucional que os srs. juízes de paz. Não faço caso de honras", e apontou para a roupa simples com que estava vestido, sem insígnia ou distintivo.[973] Desdenhoso de honras e alardeando ideias liberais, tocava no ponto entre todos sensível – "mais constitucional do que todo brasileiro nato". Só essa qualidade lhe faltava na hora. Não ter nascido no Brasil estava a parecer-lhe, no fundo, o verdadeiro motivo daquele desencontro.

---

973. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 328.

Fotocópia do rascunho do decreto nomeando José Bonifácio tutor de D. Pedro II e irmãs. Letra de D. Pedro I.

Em outros tempos, como no levante de 5 de junho de 1821, montara a cavalo e se apresentara impávido diante da tropa insubmissa. Não faria, porém, o mesmo desta vez. Medo não era, e sim prudência. Na véspera vira de perto a exaltação popular, quando fora receber o batalhão de Santa Catarina. Capacitara-se de que perdera o ascendente sobre o povo. Não o enfrentaria: não era louco. Mas opor-lhe-ia resistência aos desejos, aos reclamos. Iria até o sacrifício do seu reinado, da sua coroa. Entrincheirava-se num amor-próprio bravio: "Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo." Não o dobrariam e, salvando o ponto de honra – a inviolabilidade de suas atribuições constitucionais –, estaria salvo. Não lhe ocorreria por certo, num exame de consciência, apurar se não concorrera para alienar a forte, a profunda afeição que o povo antigamente lhe dedicava. Sentia-se vítima de injustiça e de ingratidão, e isso ia aos poucos instilando-lhe nas fibras mais íntimas um profundo desgosto, precursor do desapego total. Arriscaria o trono, preservando a honra, que valia mais. Não repetiria o pai. E não raciocinava como rei, como monarca, pensava e agia como homem. Segundo a condição de homem que desde a adolescência afirmava primar sobre a de príncipe. Homem de honra, zeloso do seu amor-próprio.

Antes de despedir-se dos juízes de paz, D. Pedro lhes indagara quantas pessoas estavam reunidas no Campo de Santana e, à resposta de que havia de 3.000 a 4.000, dissera, incrédulo: nem 2.000. De volta, ao comunicarem os emissários a resposta imperial, irrompeu imediatamente uma grande exasperação, ouvindo-se gritos de "morra o tirano".[974] Os mais decididos inclinavam-se por uma ação direta, pelo recurso franco aos meios violentos. Mas em meio da multidão havia espíritos calmos, gente disposta a não sacrificar a causa popular por uma precipitação. Vieira Souto, deputado e militar, Odorico Mendes e outras pessoas dessa espécie, sabiam com certeza que nada se conseguiria sem pelo menos a simpatia das forças do Exército. Se falhara a embaixada dos juízes de paz, convinha recorrer a novo intermediário. E nenhum mais digno de fé do que o comandante das Armas da corte e província, brigadeiro Francisco de Lima e Silva, sem dúvida alguma no conluio, embora desejoso, como os chefes

974. *O Repúblico*, de 15 de abril de 1831.

liberais responsáveis, de atingir os fins suasoriamente, sem sangue, sem choques e comoções. O comandante das Armas estava no quartel fronteiro e, instado para ir a São Cristóvão entender-se com o monarca, aquiesceu. Que o Ministério antigo fosse readmitido e o povo se retiraria pacificamente mal tivesse a notícia. Tal a mensagem confiada a Francisco de Lima e Silva. Alguém poderia lembrar que, atendendo a apelos populares, o imperador reintegrara os Andradas no governo, em outubro de 1822. As circunstâncias não eram as mesmas, mas tinham semelhança. Tentativa inteiramente inútil: D. Pedro manteve-se irredutível. Um documento da época[975] afirma que ao brigadeiro Lima acompanharam os juízes de paz e que a resposta do monarca não foi "tão decisiva como a anterior". Mas era "pô-lo em estado de coação" quererem obrigá-lo a restaurar o Ministério demitido. Se dispensasse o que estava em exercício, nomearia outro, novo, aquele nunca. Tais teriam sido as palavras do imperador, ao que lhe teriam replicado que, dada a desconfiança da opinião pública, não havia ensejo para hesitações e só a adesão franca à vontade popular evitaria "as mais funestas consequências". E o brigadeiro Lima aduzira que se "se tratasse de derramar o sangue patrício e derribar as liberdades nacionais, não se devia contar com o Exército, aliás, fiel, subordinado e pacífico".

O certo era que, enquanto D. Pedro prosseguia no seu debate interior, a princípio obstinado em manter o Ministério dos marqueses, depois, já admitindo a possibilidade de nomear outro, vários corpos da guarnição da cidade se punham em marcha e iam postar-se no Campo de Santana, ao lado do povo. Por volta das 11 horas da noite ali se encontrava a artilharia de posição sob o comando do brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos, chegando, logo depois, o 1º Batalhão de Granadeiros, bem como o 3 e 26 de Caçadores, cujos quartéis ficavam no próprio Campo. À massa popular, em cujo seio se via àquela hora não só Odorico Mendes, Vieira Souto, José Custódio Dias, Borges da Fonseca, mas todos os deputados presentes no Rio, juntava-se grande parte da tropa. Era a solidariedade do Exército à revolução liberal, e não apenas uma sedição ou uma

975. "Resumo Histórico da Revolução Regeneradora do dia 7 de Abril", publicado em *O Repúblico* de 15 de abril de 1831, com várias notas e retificações acerca dos fatos narrados.

quartelada. Revolução liberal que irrompia em outros pontos do Brasil, a denunciar um movimento de raízes nacionais. E chegaram mais ao Campo de Santana, crismado no dia seguinte de Campo da Honra, o batalhão do imperador de guarda no paço de São Cristóvão, sob o comando do coronel Manuel da Fonseca Lima, o batalhão de artilharia da Marinha e os demais contingentes militares do Rio. Obedecessem a um plano preestabelecido ou agissem depois de apercebidos do rumo dos sucessos, os corpos militares haviam tomado posição e não seria possível a continuação por muito tempo daquela expectativa. Impunha-se uma decisão rápida. Se alguns demagogos de cabeça mais ardente sonhavam com um ataque a São Cristóvão, a prisão do monarca, a proclamação da república federativa, em tal não pensavam os elementos verdadeiramente responsáveis civis e militares. E numa prova de calma e paciência, o brigadeiro Francisco de Lima e Silva enviou pela segunda vez o major Miguel de Frias a expor ao monarca quanto ocorria e pedir-lhe que acedesse ao que lhe propunham o povo e a tropa.

Soara para D. Pedro o momento da grande opção: ceder a um pedido apoiado por canhões e baionetas ou retirar-se de cena. Porque, resistência ativa, naquela altura, só se fosse a disposição suicida de enfrentar com meia dúzia de amigos devotados a massa enfurecida, a tropa em armas. E D. Pedro preferiu a resistência, que se caracteriza pela simples fidelidade ao ponto de vista, transformado em ponto de honra, mas sem nenhum ato material para fazê-lo triunfante. A posição de quem se confessa vencido mas não convencido. De quem, para não transigir, demite-se. Nomear o mesmo Ministério, isso nunca. Não se despojaria da atribuição de nomear livremente os ministros; e, apegando-se à Constituição que outorgara, sentia-se forte moralmente para recusar o que lhe pediam e lhe queriam impor. Ao longo, entretanto, dessas horas dramáticas em que vibrava desde a véspera – aliás, desde meados de março, desde fins de 1830 –, apontava-lhe por vezes um pensamento menos intransigente. Um trono como o que criara no Brasil não poderia deixar de tocar-lhe a ambição, o gosto do mando, o sentido da glória. E não representava pequeno sacrifício a renúncia ao poder soberano. Seria possível salvar a coroa? Seduzido por esta esperança, lembrou-se D. Pedro de despachar o intendente de polícia Lopes Gama à procura do senador Vergueiro, para que se incumbisse

de organizar novo Ministério. Não capitulava, reconduzindo os ministros antigos que lhe pareciam traidores, mas recorria a um homem favorito da opinião liberal. Tardiamente, porém, buscava esse caminho, talvez o do apaziguamento e da vitória alguns dias antes. Nem o intendente de polícia encontrou o brasileiro adotivo acima de qualquer suspeita, nem, caso o avistasse, traria a sua anuência ao convite.

A procura de Vergueiro, noite alta, proporcionou a D. Pedro duas horas ou mais de crispação e angústia. A seu lado, no paço de São Cristóvão, além da imperatriz transida de emoção, dos ministros e de alguns serviçais dedicados, encontravam-se Pontois e Aston, encarregados de negócios de França e da Inglaterra, aos quais mandara chamar antevendo o desenlace que não demoraria. Abandonado pela tropa, inclusive pela que estava de guarda no palácio, não teria ilusões acerca da resposta de Vergueiro. Tomara a iniciativa de convidá-lo como uma satisfação a si mesmo, para que não pudesse um dia culpar-se de não ter esgotado todos os meios. Todos, menos um: a reintegração do Ministério de 19 de março. "Prefiro abdicar a receber imposições violentas, contrárias à Constituição, feitas pelo povo e pelo exército insurgido", disse ao diplomata francês, acrescentando: "Prefiro descer do trono com honra a governar desonrado e envilecido." E com admirável lucidez, antes própria de espectador do que de ator: "Não nos iludamos. A contenda se tornou nacional. Todos quantos nasceram no Brasil estão no Campo e contra mim. Não me querem para governo porque sou português. Seja por que meio for, estão dispostos a se livrarem de mim. Espero por isso de há muito. Durante a viagem a Minas, anunciei que o meu regresso ao Rio seria o sinal da luta entre nacionais e portugueses, provocando a crise atual. Meu filho tem uma vantagem sobre mim, é brasileiro, e os brasileiros gostam dele. Reinará sem dificuldade, e a Constituição lhe garante os direitos. Descerei do trono com a glória de findar como principiei, constitucionalmente."[976] Dominava nele nesse instante o homem de alta inteligência, a ver com clareza de repente o que não quisera antes enxergar. Dominava o homem que preferia a honra ao trono. Não repetiria o pai acomodatício, interessado em durar, em manter ao menos a aparência do mando.

976. *R.I.H.G.B.,* tomo 74, pág. 186.

O depoimento de Aston, em suas linhas gerais, coincide com o de Pontois. O diplomata inglês chegara a São Cristóvão antes do seu colega e assegurara ao monarca que, em caso de iminente perigo, os navios britânicos surtos no porto, em combinação com os franceses, protegeriam sua pessoa e demais membros da família imperial. Recusando esse oferecimento, D. Pedro declarou que havia muito tempo cogitava da probabilidade da abdicação e, à observação de alguém que afirmava estarem os portugueses e muitos brasileiros decididos a pegar em armas para defendê-lo, se assim o quisesse, retrucou que jamais consentiria expor o Brasil, por sua causa, às calamidades da guerra civil.[977] Só um meio havia de tudo resolver constitucionalmente e com honra – abdicar em favor do príncipe herdeiro. E num desabafo em que deixava transparecer a surpresa por ver-se apontado como português, como estrangeiro: "Contra mim objetam que nasci em Portugal. Eu imaginara que vinte e três anos de existência nesta terra, dos quais dez dedicados à causa pública, me haviam dado o direito de ser brasileiro." A ideia da abdicação tomava vulto no seu espírito e aparecia como uma solução em que salvaria a honra, pois não transigiria com a imposição do povo e da tropa. Tal pensamento dava-lhe força, emprestava-lhe confiança e serenidade. No plano da honra não seria vencido, e isto lhe bastava. Aston, Pontois, a imperatriz, os membros do Ministério procuravam dissuadi-lo, embora talvez intimamente persuadidos de que lhe assistia razão.

Todas as notícias vindas do Campo de Santana confirmavam a inabalável decisão dos que ali se reuniam: forçar o imperador a demitir os ministros novos e chamar outra vez os antigos. E já se propalava que, caso não anuísse antes do amanhecer, o povo e a tropa formariam o governo. Era a revolução em marcha passando a atos concretos, assumindo desde logo a direção dos acontecimentos. Capitularia D. Pedro, apegado ao trono? Dissipara-se a última esperança de um compromisso: ao Palácio de São Cristóvão chegara Lopes Gama inteiramente frustrado na sua missão de procurar o senador Vergueiro. Não capitularia. O mesmo Ministério que demitira? Nunca. Antes abdicar. Antes morrer. O major Miguel de Frias ficara esperando o resultado da incumbência dada ao intendente de polícia

---

977. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 331.

e, como Vergueiro não fora encontrado, queria voltar ao Campo com a resposta do imperador. Os relógios passavam das 3 da madrugada e a longa e enervante vigília continuava. Capitularia, como o pai, a ouvir Tomás Antônio, indeciso, frouxo, tímido? Conformar-se-ia com o poder aviltado pelo constrangimento da multidão e da força das armas? Seus grandes olhos refletiam o fogo interior em que ardia. Vincavam-lhe a face os sinais da luta que o dilacerava desde a primeira notícia do comício do Campo de Santana. Cederia? Não tomara parte, ao lado dos liberais, nos movimentos de 1821, em que tropa e povo representavam e exigiam? O pai não cedera, valendo-lhe isto a continuação do reinado?

Não, não cederia. Colocando de um lado o Brasil, o Império que fundara o trono, e do outro a honra, decidir-se-ia por esta, por sua honra, por seu ponto de honra. Não reintegraria o Ministério. Preferia a honra, preferia a Constituição, que lhe dava o arbítrio de escolher os ministros da sua confiança. E de volta de um gabinete contíguo, onde se recolhera alguns minutos, entregou ao major Frias um papel, dizendo-lhe: "Aqui tem a minha abdicação. Retiro-me para a Europa e deixo um país que muito amei e ainda amo." No papel escrevera: "Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e prezado filho o Sr. D. Pedro de Alcântara. Boa Vista, 7 de abril de 1831, décimo da Independência e do Império." "Mui voluntariamente" abdicara. Abdicara para salvar a honra. Se tivesse querido ceder à representação do povo e da tropa, continuaria no trono. Dependera de sua vontade. Assim raciocinava na madrugada de 7 de abril o ex-imperador. A honra valia mais do que tudo.

. . . .

Capítulo XXVI

POR QUE D. PEDRO ABDICOU. A BORDO DO *WARSPITE*. ÚLTIMA AUDIÊNCIA. QUESTÕES DE ESTADO E CASOS PESSOAIS. A SITUAÇÃO DOS FILHOS. NEGÓCIOS E TRANSAÇÕES. A PARTIDA DE UM BRASILEIRO. A VIAGEM NA *VOLAGE*.

As causas imediatas e a justificação do ato que acabava de praticar deu-as D. Pedro em depoimento de seu próprio punho, até agora desconhecido. Num grosso livro de capa preta por ele mesmo intitulado *Miscelânea*, teve o cuidado, já em viagem para a Europa, de copiar a maior parte dos documentos e cartas que escreveu no momento em que deixou o trono do Império americano. Em nota à transcrição do decreto nomeando José Bonifácio tutor de D. Pedro II, declarou: "Este decreto não apareceu senão depois do outro da abdicação, *ao qual procedi pelas* $3^1/_2$, *do dia 7, porque naquela ocasião não havia remédio senão ou ceder aos rogos da força armada e de uma população em anarquia que queria o Ministério que eu tinha demitido por incapaz e por desconfiar que fosse traidor, ou então abdicar para salvar a honra* e não ferir a Constituição naquela parte em que me era concedido nomear e demitir livremente os ministros de estado. Tomei o expediente de abdicar, e deste modo pondo de parte todas as considerações

salvei a minha honra que prezo mais que tudo."[978] Aí está o dilema que desafiara o ex-imperador: ceder à força armada e ao povo em anarquia e reconduzir o Ministério, ou abdicar e salvar a honra. Optara pela abdicação com honra ao trono envilecido. Não cedera diante da força armada e não queria que a sua coroa apenas nela se apoiasse. Em carta ao marquês de Resende, fazendo a narrativa do episódio final do reinado, D. Pedro disse: "*Eu poderia ainda ter usado de força, se ela não me tivesse desamparado* e se me achasse disposto a fazer fogo sobre os meus patrícios, mas como isto não era para homem como eu, que muito amo os brasileiros para no meio deles acender a guerra civil [....] abdiquei [....] e deste modo poupei sangue e vida de meus amigos e patrícios e busquei segurar a coroa em meu filho."[979]

"Desamparado da força", abdicara. Ainda que dela dispusesse, não concorreria para uma luta fratricida. Resguardara todavia a honra. "Soube melhor abdicar do que reinar", notou Pontois, testemunha do que lhe pareceu uma noite inolvidável. Na verdade, desde que D. Pedro não hesitou mais em dar maior valor à honra do que ao poder, os melhores dons de sua natureza começaram a predominar. Segundo o mesmo diplomata "ergueu-se acima de si próprio e mostrou constantemente presença de espírito, firmeza e dignidade notáveis".[980] Não difere a respeito o inglês Aston. Em vão seriam as súplicas e os conselhos de contemporização e adiamento. Tornara-se inabalável a resolução de não transigir com a honra. Já depois da partida do major Miguel de Frias com o decreto de abdicação, a instâncias dos ministros de estado e dos representantes da Inglaterra e da França, seguira em seu encalço alguém incumbido de tomar-lhe o decreto, a fim de dar ao abdicante ensejo de meditar sobre o ato até o dia seguinte. Cruz Lima, o encarregado da diligência, conseguiu trazer de volta o mensageiro, mas ao entrarem ambos no pátio do palácio, de uma das janelas do torreão D. Pedro gritou: "Deixe-o ir."[981] Que fosse. Já abdicara. Já se decidira. Vencera o transe máximo e horrorizava-o recomeçá-lo. Seu mais profundo desejo era deixar sem demora o cenário do drama, partir, ir-se embora, "co-

978. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará. Os grifos são do autor.
979. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará. Os grifos são do autor.
980. *R.I.H.G.B.*, tomo 74, pág. 188.
981. Cruz Lima – *op. cit.,* pág.137.

brir o rosto para não ver o Rio de Janeiro nunca mais", como teria dito a Pontois. Em vez de cólera, de exaltação – desgosto, tédio, náusea. E instava com os diplomatas inglês e francês por providências imediatas acerca do embarque, que se efetuaria em São Cristóvão mesmo, logo que chegassem os escaleres. Não quis que estes viessem armados, nem tampouco aceitou o oferecimento, feito por Aston e Pontois, de marinheiros para guardá-lo: violar-se-ia assim a Constituição. Queria partir depressa, despojado de tudo, "simples particular". Não era mais imperador, mas não passara, pela renúncia ao trono, à condição comum, igualado a qualquer dos antigos súditos. Disto se capacitara ao pensar nos filhos, no monarca de cinco anos e em suas irmãs, princesas brasileiras. Não levaria senão a filha mais velha, a rainha de Portugal, cujos reveses políticos tanto haviam concorrido para alienar-lhe a confiança dos brasileiros. O menino que, dormindo, herdara de repente o trono de um grande Império, e as princesinhas, no seu melhor sono, só ao despertarem saberiam o que lhes acontecera: o pai se fora para sempre. O pai cheio de carinho, o pai brincalhão embarcara e não mais voltaria.

Os escaleres que deviam conduzir D. Pedro e os seus aproavam na praia de São Cristóvão. As primeiras luzes do dia clareavam o céu. Chegara a hora da partida. Ninguém dormira no paço, salvo as crianças imperiais. Que nenhum servidor apressado as acordasse: era a ordem do pai. Delas se despediria sufocando lágrimas, mas em silêncio, para que não o vissem chorar e não tivesse de explicar-lhes o que acontecera. Ficara no berço o filho cujo trono garantira ao escolher o caminho da abdicação. Em caso de tentar resistência, não forçaria a solução da república? Talvez, à vista das dificuldades que se vinham acumulando, pensasse desde algum tempo em abdicar. Só assim salvaria as instituições monárquicas.[982] E o homem efusivo, que lograra domínio completo sobre si mesmo no lance supremo, acercou-se, na ponta dos pés, da cama do imperador de cinco anos, e disse-lhe para sempre um adeus desesperado, sem palavras e sem gestos. Só os olhos falavam através das lágrimas de vencido, porque aí sentiu que a

982. Carta de D. Pedro ao marquês de Resende, *in Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.

revolução liberal lhe fizera abrir mão do trono e lhe arrancava aquele filho e os outros, as meninas, as filhas, exceto a mais velha, estranha e odiosa ao sentimento brasileiro porque cingia a coroa de Portugal. Angustiava-lhe o coração paterno o pensamento do abandono em que deixava as quatro crianças, sujeitas aos imprevistos dos sucessos revolucionários. E isto o impelia a desejar partir sem nenhuma demora, dando talvez aos que não o conheciam bem a impressão de abatimento ou de pânico.

A notícia de que os escaleres estavam na praia, prontos para o transporte, como que paralisou em D. Pedro a crise emotiva em que se debatia, confinando-o de súbito nos atos necessários ao embarque. Tendo dado antes ele mesmo ordens para o preparo das carruagens, estas já o esperavam atreladas. Não se poderia dizer que fosse uma fuga, mas era uma retirada melancólica, sob a proteção de marinheiros estrangeiros. Ao paço de São Cristóvão pouca gente acorrera na véspera e os presentes na hora derradeira haviam escasseado. Com o ex-imperador tomavam os escaleres a jovem D. Amélia, a rainha de Portugal, os marqueses de Loulé, o marquês de Cantagalo, o conde de Sabugal, os diplomatas Aston e Pontois, o Dr. Tavares, alguns criados, entre os quais o fiel João Carlota, duas ou três pessoas mais. A última prova de afeição dos brasileiros pelo príncipe que tão grande papel desempenhara na emancipação nacional seria dada pelos mais humildes dentre todos, pelos que nada haviam ganho com a Independência: os escravos em serviço de D. Pedro. Negros e negras acompanharam as carruagens entre lágrimas e clamores e para não se agarrarem aos escaleres os marinheiros quase tiveram de usar de força. Dentro em pouco o abdicante de dois tronos chegava com o seu séquito a bordo do navio inglês *Warspite*, esperado nos primeiros degraus da escada pelo almirante Baker. Mas o ex-imperador não pensava nesse momento na renúncia que fizera, na coroa brasileira transmitida ao filho: cuidava como "simples particular" de pequenos assuntos e de coisas pessoais. O homem que na hora de abrir mão de um Império "se erguera acima de si mesmo", como disse Pontois, e, estabelecendo o dilema "ceder aos revolucionários ou preservar a honra", preferira esta – descia agora abaixo de si, em ditos e propósitos que lhe exibiam os lados grosseiros e mesquinhos da multíplice natureza.

Descuidado dos que lhe observavam os menores gestos e lhe registravam todas as palavras, passou D. Pedro a agir como se estivesse na

intimidade da Quinta da Boa Vista, entre áudios e serviçais. De início, na ocasião em que D. Amélia devia passar do escaler para o *Warspite*, disse à mulher, em português: "Lembre-se, querida, que está sem calças."[983] Conhecedor de minúcias tais do vestuário íntimo da ex-imperatriz – vira-a provavelmente vestir-se antes de deixarem o paço – e recomendava-lhe atenção, ao mesmo tempo em que pedia a um oficial acompanhante uma cadeira para que ela subisse sentada. Informado de que não havia, replicou em francês: "Mais elle n'a point de pantalons." Foi a marquesa de Loulé, irmã do ex-imperador, quem o tranquilizou: também ela, sem calças, descera e subira havia poucos dias aquela mesma escada, sem nenhum inconveniente. Aí, então, D. Amélia aceitou o braço do almirante Baker e galgou os degraus do navio. Esse episódio, como outros, passados a bordo do *Warspite*, tiveram um cronista cheio de curiosidade em oficial que sabia português e francês e anotou o que lhe pareceu particularmente interessante. Entre oficiais e tripulantes produziu forte emoção a chegada de D. Pedro e da ex-imperatriz, sobretudo pela tristeza que esta revelava. Todos "usaram lenços".[984] O almirante francês Grivel, que fora ajudante de campo, durante a campanha da Rússia, do príncipe Eugênio, acompanhou D. Amélia ao camarote que lhe estava reservado. Velhos conhecidos, buscou em vão animá-la: as lágrimas testemunhavam o sofrimento que a pungia.

D. Pedro não chorava, mas perdera o ar digno e sobranceiro da véspera. Sem a menor preocupação de impressionar pela presença, vestira roupa civil, um fraque marrom e chapéu redondo. Ao cronista do *Warspite* essa indumentária pareceu própria para um piquenique. A fisionomia não denunciava o transe por que passara. Estava calmo, mas como que ausente, a remoer sem dúvida uma série de questões que deveria regular antes de deixar o Brasil. Questões de alta importância, como a da tutoria do imperador menino, questões menores, de interesse material, de dinheiro. Também estas lhe mereciam cuidado porventura excessivo, ocorrendo, entretanto, em seu favor que ia de mudança para a Europa e lá não dispunha de recursos. Embora assim absorto, encaminhou-se para o camarote onde se recolhera D. Amélia

983. W. H. Koebel – *British Exploits in South America*, pág. 344.
984. Koebel – *op. cit.,* pág. 345.

e, abraçando-a, consolou-a como se tratasse com uma criança: "Fique tranquila, breve você vai ver de novo sua mãe."[985] E logo voltou a atenção para a numerosa bagagem, que começava a chegar a bordo. Ao príncipe doador de constituições, ao ex-monarca que preferira a honra ao trono, sobrepunha-se agora um ser trivial, miúdo, apegado ao imediato, a verificar malas e objetos pessoais, sem ter em conta o lugar em que se achava.

Cerca de meio-dia, troaram canhões, o que não deixou de assustar os portugueses que estavam a bordo e levou D. Pedro a procurar observar o que se passava em terra. Mas pouco depois chegavam os diplomatas acreditados junto à corte do Rio, a fim de apresentarem cumprimentos ao ex-imperador. Todos, menos os representantes dos Estados Unidos e da Colômbia. Era uma cerimônia que teria algo de fúnebre com outra personagem. Com ele, porém, tudo se passou diversamente, reagindo mais uma vez o seu amor-próprio. Recebendo pela última vez aqueles homens, ali, na coberta de um navio estrangeiro, buscava mostrar-se o mais possível calmo, por assim dizer satisfeito. Aliviara-se de um peso imenso. Às mesuras e reverências dos que o cercavam correspondeu quase sem mover-se, salvo quando o saudou o internúncio do Papa, diante de quem respeitosamente se inclinou.[986] Em seguida, conversou com alguns dos presentes, ora repetindo observações e comentários feitos durante a madrugada em São Cristóvão, ora avançando novas proposições, conforme o interlocutor a quem de preferência se dirigia. "Esperava uma revolução aqui como a que houve o ano passado na França. Havia tempos que eu vinha sendo traído. Os brasileiros não gostam de mim: consideram-me português. Mas eu nunca tive medo deles. Fui a Minas e estive nas ruas anteontem quando se combatia de todos os lados. Que podia eu fazer ao ter o povo reunido no Campo de Santana a audácia de me dizer que demitisse meus ministros? Estava pronto a me pôr à frente da minha guarda, mas a minha guarda me abandonara."[987] Tais palavras, divergentes em certos pontos de declarações anteriores, o cronista do *Warspite* emprestou a D. Pedro na ocasião em que

985. Koebel – *op. cit.,* pág. 346.
986. Koebel – *op. cit.,* pág. 347.
987. Koebel – *op. cit.,* pág. 348.

conversava com os diplomatas. Um destes, o barão Daiser, alude à acusação de traidor feita a Barbacena e registra esta frase do ex-imperador: "Tive sempre as melhores intenções: era liberal." De que o fora, ao menos em palavras, não tinha dúvidas o austríaco, como relataria, horrorizado, semanas depois em carta ao barão Filipe de Neumann: "Todas estas ideias de liberalismo, de independência brasileira, de americanismo e soberania do povo, de ódio contra os portugueses, de sistema recolonizador, foi ele que lançou o germe em todas as suas proclamações, seus decretos e seus discursos. Fiquei amedrontado percorrendo uma obra publicada há alguns meses com a coleção das leis, decretos e proclamações desde 1821 e nela achando estabelecidos pelo ex-imperador os mesmos pensamentos, até as mesmas explosões, que tanto me enojaram nos jornais mais desenfreados."[988]

Daiser não simpatizara com o monarca junto ao qual viera acreditado e este lhe retribuía a antipatia. Assim se explica melhor que, depois de ter afirmado, entre outras coisas, que era liberal, D. Pedro dissesse ao diplomata austríaco: "Sei que por esse motivo tive a felicidade de desagradar ao Sr. de Metternich."[989] Daiser não respondeu, mas vingar-se-ia na correspondência para Viena acerca das ocorrências e no libelo que enviou a um colega do corpo diplomático. Com a inclinação do ofício para a maledicência, contava: "Desde sua chegada a bordo do *Warspite* perdeu ainda o pouco prestígio que até então o rodeara; não há oficial subalterno da equipagem que não se tenha indignado com o seu proceder. Unicamente ocupado com seus interesses particulares, que não são talvez tão brilhantes como se poderia crer, mas decerto são infinitamente melhores do que ele diz, prestou menos atenção a seus papéis: asseguram-me que deixou muitos em São Cristóvão que podiam comprometer bastantes pessoas. Quando Rio Pardo, o antigo ministro da Guerra e seu ajudante de campo, que se mantivera fiel até o último momento, e teve de fugir porque a sua vida corria perigo, chegou a bordo, D. Pedro soltou grandes gargalhadas e caçoou do fugitivo. Paranaguá, antigo ministro da Marinha, tendo de se esconder pelo mesmo motivo, apresentou-se a bordo e pôs-se à sua disposição. D. Pedro disse-lhe que dele

---

988. *R.I.H.G.B.*, tomo 84, pág. 300.
989. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 338.

não se podia encarregar, que já trazia muita gente às costas. Respondeu-lhe o outro que, neste caso, só lhe restava tornar a Portugal, onde tinha direito a uma pequena aposentadoria como professor. Disse-lhe o ex-imperador: 'Espero que não irá para Portugal antes de minha filha estar estabelecida no trono; proíbo-lhe'. 'Mas, senhor, que quer que eu faça? Não tenho fortuna, só tinha meu subsídio.' 'Faça o que quiser, não é da minha conta: por que não roubou como Barbacena? Estaria bem, agora'".[990]

Não estaria inventando por conta própria o diplomata austríaco, mas aqui e ali repetiria narrativas deturpadas de cenas que não vira, de diálogos que não ouvira. Do caso, por exemplo, da acolhida escarnecedora de Rio Pardo, há versão menos desairosa escrita pelo intérprete do *Warspite*: "Pouco depois chegou [....] o antigo marechal de campo conde do Rio Pardo, que fugira de terra temendo ser assassinado. Com um braço D. Pedro envolveu o general, passando o outro nos ombros de seu íntimo amigo e criado de quarto Carlota. Assim apoiado ficou entre eles absolutamente silencioso e imóvel, por mais de dez minutos, a fitar com seus grandes olhos negros, ora o tombadilho a seus pés, ora o céu no alto."[991] Não que D. Pedro não fosse sujeito a frouxos de riso, como o que o acometeu ao defrontar, em 1822, no seu uniforme antiquado, o capitão-mor de Itu. Escarninho, zombeteiro, sim. Mas, com todos os defeitos e vícios, arrebatado e injusto, caprichoso e mesquinho, não lhe minguavam dons de coração. Ao contrário de Daiser, que o pinta, num assomo de crueldade, a mofar de Rio Pardo, o oficial inglês no-lo mostra num flagrante de comoção enternecida, reunindo num abraço longo e sem palavras o ex-ministro da Guerra e o velho e fiel criado João Carlota. Aliás, tratando-se de criatura tão vária e contraditória, talvez as duas versões se combinem e haja verdade em ambas. D. Pedro não primou pela compostura nesses dias decisivos de sua vida, e seria querer o que não estava em sua natureza pedir-lhe comedimento, exigir-lhe moderação. Mas quando a Daiser e a outros maldizentes só impressionavam a desenvoltura de certas atitudes e o afinco no cuidar de questões materiais, um doloroso caso de consciência atormentava o ex-imperador.

---

990. *R.I.H.G.B.*, tomo 84, pág. 301.
991. Koebel – *op. cit.,* pág. 356.

Meu querido filho. Grande prazer me
causou o recebimento de tua carta
dattada de 8 de Fevereiro: ella segu-
ramente se fosse toda escripta
por ti conteria os mesmos senti-
mentos de amor e de respeito p.ª
comigo. Estou summamente
contente por saber que já assignas
o teu nome. Remetto-te p.ª
mandares lêr essa Proclama-
ção que fiz na occasião em q.
entrei nesta Imperial Cidade.
Todos os trabalhos que tenho tido
em viagens serão mui bem
empregados se delles resultar o
bem de meus subditos, e a pros-
peridade do Imperio que espero
deixar-te por minha morte em paz.
Ouro Preto 22 de Fe-
vereiro de 1831 — Teu Pai e amigo
Pedro.

Fotocópia da carta do punho de D. Pedro I, escrita de Ouro Preto, a 22 de fevereiro de 1831, ao filho, depois D. Pedro II.

Esse caso de consciência ou problema de coração era a guarda das filhas. Se, obviamente, o filho, o imperador D. Pedro II, embora menor e sob uma Regência, deveria ficar no Brasil, entrava em dúvida quanto às três princesas. Não deveria levá-las? O pai atento, sensível, carinhoso, pendia para a afirmativa. Privar-se também das meninas, parecia-lhe demais. À mais velha, D. Januária, agradecendo cartinhas que lhe escrevera, D. Pedro respondia: "Elas me têm aliviado um pouco este aflito coração";[992] à mais nova, a quem chamava de "Minha querida Chiquinha", dizia: "Tu não podes fazer uma ideia (nem a tua idade to permite) do que são saudades, elas me rasgam o coração a ponto que o meu consolo é chorar."[993] Não representava uma comédia diante das filhas pequeninas, e ao seu "aflito coração", a rasgar-se de saudades, repugnava perdê-las também. Aí procurou a ajuda de Aston e de Pontois a fim de que obtivessem do novo governo a entrega das princesas. Criava-se para os diplomatas um caso difícil, a ser resolvido com uma presteza incompatível com a índole de suas funções, afeiçoadas antes à lentidão e à paciência. O inglês e o francês reuniram seus colegas do corpo diplomático e dispunham-se a cuidar do assunto, a despeito de não estarem em relações com o governo recém-instalado. Mas ao "aflito coração" de D. Pedro vencera a razão política. Não deveria levar as meninas: suas filhas eram irmãs do imperador do Brasil, eram brasileiras, eram princesas interessadas na sucessão do trono.

Impunha-se, entretanto, regular sem demora a situação em que ficariam. Menores, como o imperador, necessitavam de um tutor. Quem poderia assumir tal encargo? Na escolha, o ex-imperador daria prova de que sabia discernir o valor dos homens com quem lidara. Seria José Bonifácio, o brasileiro que mais o ajudara na fase da Independência, sem contestação possível o homem mais eminente dentre os seus patrícios. Perseguira-o, exilara-o, mantendo-o arredado da vida pública longos anos. Durante o reinado, conhecera outros políticos e alguns lhe haviam sido dedicados e fiéis. Mas ninguém à altura da missão, como o velho paulista, um verdadeiro sábio, um grande patriota. Com a data de 6 de abril, D. Pedro redigira do seu punho este decreto: "Tendo maduramente refletido

992. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4274.
993. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4274.

sobre a posição política deste Império, conhecendo quanto se faz necessária minha abdicação e não desejando mais nada neste mundo senão glória para mim e felicidade para a minha pátria: hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no capítulo 5º, artigo 130, nomear, como por este imperial decreto nomeio, tutor dos meus amados filhos ao muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo." O escolhido, desgostoso da ação política, morava no "retiro filosófico" de Paquetá, longe do tumulto da corte, e raramente saía de casa. Não quis D. Pedro tornar pública a nomeação sem a prévia aquiescência de José Bonifácio. E escreveu-lhe, também com data de 6, a seguinte carta: *"Amicus certus in re incerta cernitur*. É chegada a ocasião de me dar uma prova de amizade tomando conta da educação do meu muito amado e prezado filho, seu imperador. Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que, educando-o naqueles sentimentos de honra e patriotismo com que devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar, ele venha um dia a fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudoso. Eu espero que me faça este obséquio, acreditando que a não me fazer eu viverei sempre atormentado."

O decreto e a carta retratavam o ex-imperador num dos seus momentos de elevação moral, desprendido de mesquinharias, à altura do transe que vivia. Apelo de quem só se reservava a "glória" e já se pressentia no papel de herói, que lhe caberia em Portugal. A carta, pelo menos, foi escrita depois do embarque, no navio a que se recolhera na manhã de 7 de abril. Di-lo o próprio D. Pedro, no livro *Miscelânea*: "Escrevi a José Bonifácio de Andrada e Silva de bordo da nau inglesa *Warspite* para o consultar e ver se ele queria encarregar-se da tutoria de meus amados e prezados filhos, ao qual ele me respondeu favoravelmente aceitando o decreto. Copiarei a carta dele, mas não a minha em que lhe participei a nomeação que nele havia feito porque não tive a precaução de tirar uma cópia."[994] Parece, pois, certo que o decreto e a carta foram antedatados, não procedendo o que assevera Cruz Lima, quando apresenta o vice-cônsul da França Henrique de Gazotte, em caminho de Paquetá, às "9 horas da manhã do dia 6 de

994. Arq. do Palácio Grão-Pará.

abril", a fim de procurar José Bonifácio[995], e de volta a São Cristóvão, às 10 horas da noite do mesmo dia. Talvez D. Pedro já pensasse então no nome do grande Andrada e tivesse mandado fazer uma sondagem. Aliás, dada a tensão dos acontecimentos e o propósito em que estava de não ceder a imposições, nada mais natural que a ideia de abdicar viesse desde algum tempo amadurecendo no seu espírito.

Armitage informa que, na viagem de volta de Minas, "desgostoso e com o ânimo abatido", D. Pedro falara da "intenção em que estava de abdicar a favor de seu filho e de retirar-se para sempre do Brasil".[996] Ainda em Minas, encontrando na estrada Manuel Antônio Galvão, que ia assumir a presidência da província, notificara-o da resolução de abdicar logo que chegasse ao Rio.[997] Uma vez na corte, em reunião do Conselho de Estado, à vista de discurso do marquês de Caravelas salientando a parte que lhe tocava nas dificuldades do momento, o então imperador prorrompera em palavras enérgicas acerca dos sacrifícios feitos ao Brasil e concluíra que estava decidido a retirar-se.[998] Tal o depoimento do visconde de São Leopoldo, confidente de Caravelas; e Cruz Lima, panegirista e íntimo de D. Pedro, afirma que este, desde 1830, pensava em abdicar, convencido de que o marcava um "pecado de origem": não ser brasileiro nato. Dessarte, "revelou o seu pensamento a um dos ministros de estado de então, depois conselheiro de estado e senador, dizendo-lhe até que lhe desse uma minuta do preciso decreto, esperando talvez alguma reflexão dissuasiva".[999] Ao invés, porém, de protestos em contrário, forneceu-lhe o ministro, logo no dia seguinte, a minuta desejada. D. Pedro agastou-se e rasgou o papel.

Sem dúvida, não abdicara num gesto de impulsivo. A crise política, que o separava do Brasil, vinha de longe e o seu germe estava no "pecado de origem", em não ter nascido em Macacu, como lhe sugeriu um interlocutor chistoso na noite de 6 de abril. Mas um mês e meio antes da grande renúncia, escrevendo de Ouro Preto ao filho e mandando-lhe um exemplar

---

995. Cruz Lima – *op. cit.,* pág. 144.
996. Armitage – *op. cit.,* pág. 209.
997. Discurso de Manuel de Araújo Porto Alegre – *R.I.H.G.B.*, tomo 15, pág. 540.
998. *R. I. H. G. B.*, tomo 38, parte 2ª, pág. 24.
999. Cruz Lima – *op. cit.,* pág. 142.

da proclamação que ali fizera aos brasileiros, afirmava: "[....] Todos os trabalhos que tenho tido em viagens serão mui bem empregados se deles resultar o bem de meus súditos e a prosperidade do Império que espero deixar-to por minha morte em paz."[1000] "Espero deixar-to por minha morte." Dir-se-ia que não cuidava pudesse outro evento afastá-lo do trono. Pela morte, normalmente, o filho receberia o Império que fundara. Tudo, porém, se precipitara e a Coroa fora para a cabeça de uma criança de cinco anos. Menos inquieto ficara ao saber da anuência de José Bonifácio. "A carta de V. M. veio servir de um pequeno lenitivo ao meu aflito coração, pois vejo que apesar de tudo V. M. ainda confia na minha honra e pequenos talentos para cuidar na tutoria e educação de seu augusto filho o senhor D. Pedro II." Assim respondia o tutor a 8 de abril,[1001] com a declaração de que "nunca soubera desamar a quem uma vez amara" e os votos de felicidade para o soberano que "fora de sua escolha" e para o seu amigo. Que significaria a locução "apesar de tudo" usada por José Bonifácio? Lembraria a desavença de 1823, o exílio? Ou os conselhos não ouvidos nos últimos tempos?

Recebendo a resposta e como temesse dúvidas a respeito da nomeação de tutor, em face do dispositivo constitucional que cogitava dessa nomeação mediante testamento,[1002] deu-se pressa D. Pedro em comunicar o ato à Assembleia Geral, salientando: "Não vos hei, senhores, feito esta participação logo que a augusta Assembleia Geral principiou seus importantíssimos trabalhos porque era mister que o meu amigo [José Bonifácio] fosse primeiramente consultado e que me respondesse favoravelmente, como acaba de fazer, dando-me deste modo mais uma prova de sua amizade: resta-me agora, como pai, como amigo de minha pátria adotiva, e de todos os brasileiros, por cujo amor abdiquei duas coroas *para sempre*, uma oferecida e outra herdada, pedir à augusta Assembleia que se digne confirmar esta minha nomeação. Eu assim o espero, confiado nos serviços que de todo o meu coração fiz ao Brasil, e em que a augusta Assembleia Geral não deixará de querer aliviar-me desta maneira um pouco as saudades que me atormentam, motivadas pela separação de meus caros *filhos* e da *p*átria que adoro. Bordo da nau inglesa

1000. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4265.
1001. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4272.
1002. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.

Warspite surta neste porto aos oito de abril de mil oitocentos e trinta e um. Décimo da Independência e do Império. Pedro."[1003] No mesmo dia em que teve certeza de que José Bonifácio aceitara a nomeação de tutor, dirigiu-se às câmaras, ansioso por ver regularizada a situação dos filhos, e fê-lo em termos de verdadeiro apelo ou até de súplica de pai inquieto. O pedido era também do "amigo do Brasil e de todos os brasileiros", "por cujo amor abdicara duas coroas *para sempre*, uma oferecida e outra herdada". Despojava-se de qualquer arrogância, em resguardo do que mais intimamente lhe tocava o coração. Ao conde Fries, que fora apresentar-lhe despedidas, disse entre lágrimas: "A única coisa que me aflige é deixar meus filhos e minha pátria: estes dois sentimentos balançam-se de tal modo em minha alma que não posso dizer qual dos dois mais me entristece."[1004]

Mas nesse grande sentimental e nesse homem atento a preceitos quase quixotescos de glória e de honra, havia em zonas profundas de sua personalidade um deplorável apego a interesses materiais pouco compatíveis com a flama do heroísmo. Tendo resolvido a questão política com a nobre decisão de retirar-se de cena e cuidando bem encaminhada a da guarda e educação dos filhos, não mais dominaria o desejo de tratar pessoal e sofregamente dos pequenos, mas inelutáveis casos de pecúnia que enredam quem quer que transfira de surpresa residência de um país para outro. Não possuindo bens na Europa (dos que lhe pertenciam não poderia lançar mão), nada mais natural era que se preocupasse com os meios de subsistência lá e diligenciasse mobilizar com urgência os recursos de que aqui dispunha. Escandalosa, entretanto, tornou-se a maneira pela qual se empenhou em transações, contas, dívidas, avaliações, venda de imóveis e de títulos. Bem diferente seria a atitude do filho meio século mais tarde, ao deixar também o trono e o Brasil. O desinteresse deste contrastaria com a avidez minuciosa do pai, terrível contabilista a encher no camarote do *Warspite* inumeráveis laudas de papel, nas quais se alinhavam parcelas e cálculos com o valor de todos os seus haveres, de todos os seus bens – casas, terrenos, mobílias, carruagens, animais, arreios. Tudo arrolado, descrito, catalogado por letra do seu punho. Objetar-se-ia, em defesa, que não tinha quem desempenhasse por

1003. *Idem, idem.*
1004. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 340.

ele esse mister de guarda-livros, contador ou escrevente. Na verdade, estava abandonado, e o homem capaz de ajudá-lo nessa tarefa – o *Chalaça* – achava-se ausente na Europa. Mas, ainda cercado de amigos dedicados, não lhes deixaria a incumbência. Muitos dos lançamentos dos livros da mordomia do paço não escriturara, quando ostentava a coroa de imperador? Daiser não o desfigurou ao asseverar: "Tem a mania de escrever."

Grafômano, em permanente atividade e pouco disposto a confiar nos outros, D. Pedro, com escândalo dos oficiais do *Warspite* e de várias testemunhas, entregou-se à liquidação de seus negócios no Brasil, como se fosse o "simples particular" que se intitularia pouco depois em cartas a amigos. O cronista do navio a que se acolhera mencionou o seu trato com corretores e comerciantes, alguns de má fama, não perdendo esta advertência a um deles: "Oh, Sr. Buschental, também está aqui! Asseguro-lhe que se não fosse minha ausência em Minas, não teria tido êxito naquele negócio de moedas de cobre do banco."[1005] Esse judeu, genro dos barões de Sorocaba, sobrinho afim da marquesa de Santos, que falira e conseguira arrumar de novo a vida, ali mesmo no *Warspite* soube propor ao ex-imperador uma transação que o seduziu, como se depreende de carta de José Bonifácio: "Samuel Filipps me mostrou a procuração que V. M. lhe passou, que achei muito em regra; mas deu-me uma notícia que me aflige e é que o célebre Buschental entra também neste negócio como Pilatos no Credo. Como? E quer fiar-se V. M. em um maroto, como tal reconhecido, e amigo do seu maior inimigo? Pense V. M. no que faz e não vá entregar nas mãos de um traste os seus interesses pecuniários."[1006] Ligava-se a um "maroto", um "traste", o "célebre Buschental". Mas seguiu o conselho do Andrada puritano e não fez o negócio proposto pelo genro dos Sorocabas. Este pretendia que D. Pedro vendesse logo as apólices que possuía, em número de 1.308, pela importância de 948:300$000, recebendo por conta 20.000 pesos e 40.000 libras em letras sobre Londres e restando-lhe o saldo de 408:300$000. Em 8 de agosto de 1831, Buschental escrevia ao ex-imperador para dizer-lhe que, por não o ter ouvido, se quisesse vender agora as apólices, seu prejuízo seria de 300:000$000: a cotação baixara de $72^1/_2$ para 50.[1007]

1005. Koebel – *op. cit.,* p. 389.
1006. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4272.
1007. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4389.

Senhor.

Folgarei infinito que V. Mag.e e toda a Sua Augusta Familia passassem bem a noite. Senhor, Samuel Filippe me mostrou a Procuração q V. Mag.e lhe passou, que acho muito em regra; mas deu-me hũa noticia q. me affligio e he que o celebre Buschental entra tambem neste negocio como Pilatos no Credo. Como? e quer fiar-se V. Mag.e em hum marôto, como tal reconhecido, e amigo do seu maior inimigo? Pense V. Mag.e no que faz, e não va entregar nas mãos de hum traste os seus interesses pecuniarios.

Beija as mãos de V. Mag.e

11. de Abril
2.a fr.a

Jozé Bonifacio de Andrada.

Fotocópia da carta de José Bonifácio, de 11 de abril de 1831, a D. Pedro I, prevenindo-o contra o homem de negócios Buschental.

Os procuradores constituídos por D. Pedro foram Samuel Philipps & Cia., parentes e correspondentes dos Rotschild, de Londres, comerciantes e homens de negócios no Rio de Janeiro durante pelo menos o Primeiro Reinado e a Regência. Servindo de consultor jurídico, José Bonifácio achou o instrumento de mandato em boa forma. Não encontrara o ex-imperador um brasileiro que quisesse representá-lo, ou julgara-se melhor defendido pela firma inglesa? Fosse como fosse, parecia-lhe urgente fazer um inventário de quanto possuía. Considerava-se pobre, fadado a enfrentar dificuldades na Europa. Dispunha-se a levar vida modesta: "Se não pudesse andar a quatro cavalos, andaria a dois." O pior era que, assustados com a partida brusca, surgiam a bordo da nau inglesa credores vários: dívidas de D. Pedro, dívidas de D. Amélia, dívidas da marquesa de Loulé. O marquês de Jundiaí, antigo barão e visconde do Rio Seco, ricaço cujas baixelas estiveram mais de uma vez de empréstimo no paço imperial, escrevia ao ex-monarca cobrando 52:000$000, saldo do empréstimo de 76:000$000 contraído, sem juros, em julho de 1824[1008]: "Humildemente suplico a V. M. o meu pagamento em apólices ou como V. M. for servido." Pagar naquele instante? D. Pedro queria, ao contrário, receber tudo quanto fosse possível. Depois ajustaria contas com os credores. Exaltara-se-lhe a parcimônia, contava tostões. Em resposta a D. Amélia, que intercedia em favor de certa pretensão, teria dito alto, com grosseria, ouvido por várias pessoas: "Não; é impossível; não posso fazer nada; em geral nosso casamento só me tem custado muito dinheiro; e é tudo quanto tenho dele até agora."[1009] Isto, num jantar a bordo de uma fragata francesa, provavelmente *La Seine*, em que viajaria D. Maria II.

Infatigavelmente, durante horas seguidas, D. Pedro enchia folhas e mais folhas com as relações de seus bens. De nada se esquecia, inteiramente entregue a cálculos e avaliações. No arquivo imperial e no livro *Miscelânea*[1010] lê-se sob o título "Disposições que faço das minhas propriedades particulares":

1008. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4278.

1009. Daiser – *in R. I. H. G. B.*, tomo 84, p. 302. A D. Amélia, D. Pedro dera as joias que tinham sido da primeira imperatriz, tomadas de empréstimo aos filhos. (Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4177.)

1010. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4281, e *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.

> "Para vender
> O palacete chamado da Rainha como está mobiliado .... 300:000$000
> Sem mobília .... 200:000$000
> A Quinta do Macaco sem escravos .... 150:000$000
> Os escravos em hasta pública e quando haja comprador a todos juntos
> .... 130:000$000
> A casa do Botafogo .... 50:000$000
> O palacete Leuchtenberg em São Cristóvão .... 20:000$000
> A chacrinha chamada Biju defronte da Joana .... 12:000$000
> A chácara que foi do Elias contígua à da Boa Vista pelo
> lado do Pedregulho nove décimas partes .... 40:000$000
> A casa da chácara na Praia Grande sem as cocheiras ....12:000$000
> As cocheiras só .... 30:000$000
> E tudo junto ....40:000$000
> Fazenda da Concórdia no Córrego Seco .... 40:000$000"

Também desejava vender os terrenos que comprara em Cachoeira do Campo, Minas, sem fixar preço. Era um leilão de tudo: casas, terras, mobílias, escravos. A soma das parcelas acima arroladas atingia a mais de mil contos de réis. Perfeitamente integrado na sociedade brasileira de então, possuía numerosos escravos: só aos da Quinta do Macaco dava o valor de 130:000$000, no caso de aparecer um comprador único para o lote; do contrário, recomendava venda em hasta pública. Tal a importância do trabalho servil.

Longas e minuciosas foram as listas de carruagens feitas por José Jerônimo Monteiro, tesoureiro da Imperial Casa – (substituíra Plácido de Abreu) –, e à margem das quais D. Pedro escreveu os preços e o destino que deveriam ter, deixando algumas ao filho e mandando vender as demais. Ao todo mais de sessenta carruagens, de diferentes feitios e tamanhos, carros ingleses, franceses, portugueses e alemães, uns ricos, outros simples.[1011] Se alguns o ex-imperador queria vender por 3:200$000, 2:000$000, 1:000$000, 800$000, 400$000 e até 200$000, com certeza em mau estado, para um grupo de onze carruagens – "1 coche rico à portuguesa forrado de veludo encarnado e franjas de ouro, 4 ditos, 4 berlindas francesas e 2 pacabotes" – arbitrou

1011. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4276.

o preço considerável de 200:000$000. Valeriam esses carros tanto quanto o palacete, sem mobília, que fora da marquesa de Santos, e cinco vezes o Córrego Seco, núcleo da futura Petrópolis. Ao imperador menino destinou, por exemplo, três ricas carruagens francesas, mas não permitiu que passasse o equívoco de J. Jerônimo Monteiro ao mencionar como sendo da marquesa de Loulé uma carruagem nova também francesa. Onde se lia "da dita senhora", riscou e escreveu "é minha". Ainda nessa relação de carros, lançou de seu punho a seguinte nota: "Todas as librés deixo a meu filho, tanto as grandes como as pequenas. N.B. Em casa de João Batista está se pondo almofada em uma carruagem que me deve ser enviada "[....] "De bestas e cavalos deixo 32 bestas e outros tantos cavalos. Todos os cavalos que estão na coudelaria de Euxocim e que são meus deixo-os a meu filho." Pelos preços marcados, a venda dos carros alcançaria a soma de 251:000$000.

Ainda do punho de D. Pedro lê-se: "Tudo o mais que eu não tenha declarado que deixo para o serviço de meu amado filho e meu soberano é para ser vendido." Nem doou ao "amado filho e soberano", nem mandou vender os objetos de prata que lhe pertenciam: quis levá-los para a Europa. Entregues por ordem da Regência, assinada pelo visconde de Goiana, ministro do Império, figuram em extensa relação, na qual o ex-imperador escreveu: "Mandem-me toda esta prata para bordo da fragata *Volage*."[1012] E ainda reclamou a que servia na procissão do Corpo de Deus e que estava em casa do ourives Manuel Teodoro Xavier.[1013] O comandante inglês faria o possível para cercar de conforto, durante a viagem, o monarca que abdicara o trono, mas seria bom que do paço viesse algum auxílio. João Valentim Faria de Sousa Lobato, servidor fiel, enviou "18 lençóis finos, 12 fronhas finas, 24 toalhas finas de mão". E não ficou nisso a sua solicitude: até dois urinóis imperiais foram encaminhados para bordo. D. Pedro, atento, minucioso, com uma memória de mordomo ou despenseiro, relacionava sem cessar as mais diversas coisas que lhe pertenciam, como fossem "livros que ficaram em mãos do Peçanha sobre contas de Barbacena", quadros de todos os palácios, prata da fazenda de Santa Cruz, roupa

1012. Arq. do Cast d'Eu – maço XCII – doc. 4275.
1013. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4288.

da mantearia – a nova para o filho, a velha para a Misericórdia –, castiçais e serpentinas de prata, pingalins, selins, livros e pastas, *Hotentote* (um de seus cavalos), "os minerais que trouxe de Minas e que o Manuel Antônio conhece e sabe quais são, todos os livros e mapas existentes, quer no meu quarto, quer na biblioteca, bem como os grandes livros, encadernados em papelão cor-de-rosa com estampas da antiguidade, livros, desenhos, mapas completos que estiverem na biblioteca, bustos de bronze que estavam no gabinete, piano de Viena".[1014]

Por estranhável que pareça esse apego aos bens materiais, cumpre lembrar que, partindo definitivamente, não poderia D. Pedro esquivar-se a providências a respeito de seus negócios particulares. Apenas, dado o feitio que o caracterizava, excedia-se em pormenores e recomendações. Nada mais natural, porém, do que o empenho de levar consigo objetos de estimação, lembranças de outros tempos. Notável é a insistência no tocante aos livros, desenhos e mapas existentes no quarto ou na biblioteca. Estará aí mais uma demonstração de que se tem posto ênfase demasiada na sua ignorância. Desde pelo menos 1828 dispunha de um bibliotecário privativo, Germano Lasserre, a princípio ganhando 400$000 por ano pela incumbência do "arranjo de minha livraria particular", e depois 1:000$000 como "bibliotecário da minha biblioteca particular",[1015] como diziam os atos de nomeação. Levava os seus livros – em português, em espanhol, em francês, em latim, em inglês –, e deles cuidaria pessoalmente ao chegar em França, arrumando-os e limpando-os.

Em abono também de seus sentimentos, não se deverá esquecer que o arrolador e reivindicador meticuloso de valores e propriedades cedeu nessa hora de inventário e leilão a bons impulsos e não omitiu a nota generosa e humana. Pouco mérito teve doando a fazenda do Corgo da Anta, em Cantagalo, ao filho e sucessor no trono. Mas eis o parcimonioso rapaz a doar, a servidores e protegidos, casas e terras, como fez da "casa e terreno chamado do Doudo a Alexandre Fortuna, casa e chácara chamada do Lima a João Carvalho Raposo, casa que foi do Possolo na Rua do Imperador a Manuel Alves", e ainda cem braças de terra da frente da Quinta do Macaco

1014. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4281.
1015. *Livros da Mordomia* – Registros diversos – 1824/1828 – págs. 28 v. e 24 v.

ao administrador Manuel Tomás, um pequeno terreno, na Praia Grande, a José Maria Pinto e outro a Manuel Joaquim de Paiva junto à Quinta da Boa Vista.[1016] Doações para cuja efetivação outorgou os poderes necessários a Samuel Philipps & Cia. Bom impulso igualmente o que o faria, durante a viagem, perdoar diversas dívidas – 4:000$000, a João Carlota Ferreira, 1:560$000, a Antônio Joaquim de Carvalho, 1:900$000, a José da Costa Oliveira.[1017] Não praticaria jamais tais atos um avarento típico. Mas a verdade era que ligava grande importância a questões de dinheiro. Em carta a Samuel (da firma Samuel Philipps & Cia.), não se esquecia de dizer: "Como não esteja certo se lhe deixei os preços marcados das diferentes chácaras, casas, escravos, etc. faço esta para o pôr ao fato do que desejo. Os preços abaixo notados são aqueles abaixo dos quais não deverá vender. Certo do interesse que me tem mostrado como meu verdadeiro amigo, escusado é recomendar-lhe que, tudo quanto puder puxar acima dos preços marcados, bom será."[1018]

Além dessas transações com particulares, D. Pedro tinha negócios a regularizar com o Tesouro Público. O assunto era melindroso, mas não hesitou em tratá-lo numa longa epístola ao marquês de Caravelas, que, juntamente com o senador Vergueiro e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, assumira a Regência em nome de D. Pedro II. Sem constrangimento, declarava de início: "Eu desejo que o Tesouro me pague o que me deve e que espere o pagamento do que eu lhe devo para quando se venderem as minhas propriedades particulares e a mobília de que estão cheios os palácios, quer nacionais, quer meus, deixando eu para meus filhos o que for preciso para o seu serviço particular [....]." E pedia uma ordem para Londres de 50.000 libras, quinta parte da herança de D. João VI, ali depositada, fixando-se, no caso de não poder ser expedida a ordem, as taxas de juros e amortização. Bem sabia que pelo referido depósito haviam sido feitas grandes despesas com a viagem e estada da filha D. Maria II na Europa. Omitia a autorização pelo menos tácita que dera para se realizarem tais despesas, mas como se

---

1016. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4281.
1017. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.
1018. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4281.

convencera de que o marquês de Barbacena procedera inescrupulosamente, acusava-o de ter gasto tudo "fundado no seu direito todo particular" e persuadido de que "o que era do avô passava por herança à neta". "Nem um *farthing* existe", proclamava, acrescentando: "Não tendo eu nada com as transações que neste negócio tiveram lugar, só reclamo o meu direito do qual não posso ser despojado senão por um ato despótico e atentatório contra a Constituição." Bem se apercebia quão deselegantemente se apresentava nesse papel de cobrador, diante do novo governo e, num assomo de decoro, punha esta ressalva: "Eu nunca falaria em coisa alguma de dinheiro, principalmente agora, se eu tivesse com que com decência aparecer na Europa." E arrolava as 1.308 apólices de conto de réis que possuía, as quais, vendidas a 72½, produziriam 948:300$000, e mais algum "papel e cobre que pouco" daria, em ouro 15:000$000, em prata 200$000, diamantes no valor de 80:000$000, "e mais a baixela, louça e tudo que decora todos os palácios, porque tudo foi comprado por mim e muita coisa deixada por meu pai".[1019]

A resposta do marquês de Caravelas, embora só em parte satisfizesse o pedido de D. Pedro, constitui modelo de polidez e boas maneiras. Era um antigo ministro e conselheiro que, a despeito de sua situação preeminente na nova ordem política, manifestava todo o seu apreço pelo monarca decaído: "Não posso terminar esta carta sem protestar a Vossa Majestade imperial do modo o mais positivo os sentimentos daquele profundo respeito e verdadeira gratidão que sempre me animaram e ainda hoje me animam para com a augusta pessoa de Vossa Majestade imperial, de quem conservarei sempre a mais viva saudade." Parece que D. Pedro não se comoveu à leitura de tais expressões, já que não lhe viera a solução pronta e completa de quanto solicitara, e novamente se dirigiu a Caravelas reclamando contra a apreensão de dinheiro que mandara trocar: "Participo-lhe que vindo para bordo da corveta *Volage* onde me acho e em que devo sair amanhã, o número de setecentos e vinte peças de 6$400, em mão de um oficial inglês pertencente à guarnição da nau *Warspite* e acompanhadas pelo irmão de meu procurador, Diogo Samuel, dinheiro este que é propriedade minha por ter comprado as ditas peças pelo exorbitante preço

1019. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.

de 25$600, foram tomadas. Eu espero e mesmo não ponho dúvida que elas me serão entregues para que o meu procurador, o Sr. Samuel Philipps, mas venha imediatamente trazer. Este negócio não admite demora, devendo eu, como já disse, partir sem falta amanhã. Lembro pela mesma ocasião a resposta à minha antecedente."[1020]

Datada de 12 de abril, já de bordo da corveta *Volage,* para onde se transferira, D. Pedro anunciava nesta carta a sua partida para o dia seguinte. Caravelas tomou as medidas necessárias e o dinheiro apreendido foi restituído. No caderno *Miscelânea* lê-se, a propósito, do punho do ex-imperador: "A resposta foi a entrega das peças [no original pessas] que o meu procurador me veio trazer muito fora da rasa e também me entregou um papel pelo qual se vê que o ministro reconhece que o Tesouro, não encontrando com o que eu lhe devo, me é devedor de 139:932$864 [....]." D. Pedro faz ainda algumas observações, transcreve um ajuste do Tesouro com Samuel Philipps, e comenta ironicamente: "Existe em meu poder esta peça na qual se deixa ver o braço forte de um financeiro de polpa que declara aquele sobre cuja casa tem de sacar, aquele que põe e dispõe do câmbio, o tempo em que há de sacar."[1021] No documento glosado, José Inácio Borges, ministro da Fazenda, ajustava com Samuel Philipps sacar sobre sua casa em Londres, a favor de D. Pedro, por ocasião da partida do primeiro paquete.

Assuntos de difícil trato, sobretudo para quem acabara de exercer funções majestáticas, o ex-imperador como que se comprazia neles. Entre 7 e 12 de abril, cuidou de transações e negócios com um afinco que lhe confirmou a fama de avaro. Cinco longos dias haviam decorrido e ainda não se ausentara do Brasil. Homem de mais tato teria abreviado o mais possível a incômoda permanência no porto do Rio. Rejeitara um tanto desdenhosamente o oferecimento do governo regencial de uma fragata brasileira para transportá-lo à Europa e estava a criar problemas para os diplomatas, principalmente para Aston, visto que se acolhera sob a proteção da bandeira inglesa. Se o triunfo dos liberais, com a abdicação, favorecera uma atmosfera de apaziguamento e cordura, a protelação da viagem de D. Pedro envolvia ameaças e suscitava temores. As tropas e numerosos popu-

---

1020. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.
1021. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.

lares continuavam em armas no Campo de Santana ou da Honra. Aston e o almirante Baker julgaram conveniente advertir o ex-imperador acerca da necessidade de deixar quanto antes o Rio de Janeiro, indo para tal fim a bordo do *Warspite* no dia 12. Nessa mesma data, D. Pedro e D. Amélia passaram para a *Volage,*[1022] não sem que antes o primeiro tivesse estarrecido os tripulantes da *Warspite* por atitudes pouco adequadas a um príncipe, a um imperador. Pois não andou pessoalmente a carregar objetos de sua bagagem?[1023] E a noite em que, percorrendo o navio inteiro, se permitira apagar as luzes das sentinelas sob a alegação de que importavam em perigo, dada a existência de grande quantidade de pólvora a bordo? O cronista do *Warspite* mostra ainda o ex-imperador sobraçando uma caixa de colheres e garfos de prata e anota a sua última entrevista com Buschental, que lhe teria entregue alguns sacos de couro cheios de ouro em pó. Ao recebê-los, D. Pedro repetiria entre sorrisos a frase latina que usara na carta a José Bonifácio participando-lhe a nomeação de tutor – *amicus certus in re incerta cernitur.*[1024] Não perdeu o oficial britânico a ocasião de pôr em foco, num contraste satírico, o lado mesquinho do ex-imperador: "As últimas palavras que se ouviram do legítimo Campeão dos Direitos Constitucionais do Homem [....] foram – vender meus escravos tão barato! O papel-moeda excessivamente baixo! seis pence de cobre."[1025] E ainda registrou mais um aspecto da parcimônia imperial: nenhuma gorjeta, nenhuma gratificação deu D. Pedro à equipagem, sem embargo do trabalho extraordinário que sua presença acarretara durante quase seis dias.

Nem só, entretanto, de questões materiais se ocupou o ex-imperador nessas horas de tumulto íntimo e de urgentes decisões. Na sua instabilidade e inquietação, buscou prover e prever o mais possível todos os casos, dos dinásticos e políticos aos pessoais e afetivos. Poderia abandonar o Brasil ao menos com fundada esperança de que a coroa seria mantida sobre a cabeça do filho. Não tivera a bordo os ecos do entusiasmo popular por aquele que Evaristo, em artigo da *Aurora Fluminense*, chamava com

---

1022. Ofício n. 35, de 12 de abril, de Aston. Tobias Monteiro – *op. cit.,* pág. 344.
1023. Koebel – *op. cit.,* pág. 359.
1024. Koebel – *op. cit.,* pág. 362.
1025. Koebel – *op. cit.,* pág. 363.

D 1286

904

Não sendo possivel dirigir-me a cada hum
dos meus verdadeiros amigos em particular
[illegible]
para me despedir, como lhes agra-
decer, ao m[esm]o tempo, os obsequios que me fizerão
[illegible] e p.ª lhes pedir perdão de alguma of-
fensa que de mim possão ter, ficando
certos que em alguma coisa os agra-
vei foi sem a menor intenção. [illegible]
[illegible] Faço esta carta [illegible]. Eu me retiro p.ª a Europa,
saudoso da Patria, dos filhos, e de todos
os meus verdadeiros Amigos. Deixar
objectos tão charos he summamente
sensivel ainda ao coração mais duro;
mas deixal-os para sustentar a honra
não pode haver maior gloria. [illegible]
Adeus Patria, Adeus Amigos, e Adeus para
sempre Bordo [illegible] 12 de Abril. D. Pedro de B. e B.

Fotocópia do rascunho escrito por D. Pedro I da despedida do Brasil, a 12 de abril de 1831.

ufania e segundas intenções o "pequeno imperador, nosso patrício [....] símbolo da união e integridade do Império"?[1026] A essa "união e integridade" fazia o sacrifício de separar-se dos filhos. Sacrifício imenso para quem se deixara hipertrofiar como pai. Sacrifício também de perder velhos amigos de ocasiões várias – de momentos alegres e de transes amargos. Muito lhe haveria de doer uma carta que assim acabava: "Aqui fico pobre, doente e desamparado, mas na decidida resolução de sair do Brasil e ir mendigar um asilo e um bocado de pão por esse mundo até que a morte termine a minha dor, meus sofrimentos; mas ao menos terei a consolação de acabar sendo de V. M. servidor fiel – bispo de Anemúria."[1027] Era o mestre dos anos da infância, o guia, o confessor, o amigo fidelíssimo. E outros, tantos outros, que ficavam? Chegara a hora da despedida, e D. Pedro, sempre pronto a escrever, formulou estas linhas nas quais se misturavam, segundo o seu estilo habitual, frases feitas, lugares comuns e gritos do coração: "Não sendo possível dirigir-me a cada um dos meus verdadeiros amigos em particular, para me despedir, e lhes agradecer ao mesmo tempo os obséquios que me fizeram, e outrossim para lhes pedir perdão de alguma ofensa que de mim possam ter, ficando certos que, se em alguma coisa os agravei, foi sem a menor intenção de ofendê-los: faço esta carta para que, impressa, eu possa deste modo alcançar o fim a que me proponho. Eu me retiro para a Europa, saudoso da pátria, dos filhos, e de todos os meus verdadeiros amigos. Deixar objetos tão caros é sumamente sensível, ainda ao coração mais duro; mas deixá-los para sustentar a honra não pode haver maior glória: Adeus pátria, adeus amigos, e adeus para sempre. Bordo da nau inglesa *Warspite,* 12 de abril de 1831. D. Pedro d'Alcântara de Bragança e Bourbon."[1028]

Da atitude comovida do indivíduo que se despedia e humildemente rogava perdão de ofensas, passava para a posição sobranceira de quem, para sustentar a honra e alcançar a glória, punha de lado pátria, filhos, amigos, e ainda um trono e o Império que fundara. Talvez estivesse a

1026. *Aurora Fluminense*, de 11 de abril de 1831.
1027. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4303.
1028. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4286.

dar um acento exagerado à verdadeira concepção de honra, confundindo-a, sobretudo, com obstinação e capricho. Mas não se lhe poderá recusar inteira sinceridade nesse lance. Trocara pela honra – vista em termos de intransigente apego a suas prerrogativas – o que melhor possuía. Porque, na verdade, ao negar-se terminantemente a reintegrar o Ministério de 19 de março, colocando-se contra a opinião liberal, contra o Exército, contra o povo, D. Pedro perdia o Brasil sem que outro objetivo o atraísse. Nem se diga que o empenho em defender a coroa da filha em Portugal o desinteressara da terra de adoção. Os fatos testemunham em contrário: bastaria lembrar a missão Santo Amaro, que significava um recuo de seus pontos de vista na questão portuguesa. E por muito que desejasse derribar a usurpação de D. Miguel, não abandonaria por isso o trono que criara na América. Também não o levaria a deixar o Brasil o sonho de tornar-se imperador da Ibéria. O marquês de Barbacena, na carta-intimação de 15 de dezembro de 1830, dissera: "Estes homens [Gomes da Silva e Rocha Pinto], sendo admitidos, em Londres, ao Clube Central Hispano-Lusitano, não perderam ocasião de exaltar a imaginação de V. M. com a ideia de ser V. M. aclamado imperador constitucional da península."[1029] Desde 1826, "patriotas peninsulares"[1030] acenavam a D. Pedro com esse trono e, anos depois, próximo à abdicação, chegara ao Rio de Janeiro um emissário de nome Barreros, enviado por todas as lojas maçônicas da Espanha e Portugal para oferecer-lhe a coroa da península.[1031] Buscavam porventura alguns liberais espanhóis atrair o príncipe doador de constituições, e é possível que ao primeiro impulso o plano lhe agradasse. Mas não se decidiria a encerrar o seu reinado aqui em troca de simples miragens.

Não mentiria o ex-imperador ao dizer que deixar pátria, filhos e verdadeiros amigos era "sensível ainda ao coração mais duro". Nascido embora em Portugal, vinte e três anos de permanência aqui haviam feito dele um brasileiro completo. Que português, aliás, chegado ao Brasil, menino de 9 anos de idade, não se sentirá, decorrido aquele tempo, inteira-

---

1029. A. A. Aguiar – *op. cit.,* pág. 805.
1030. Sérgio Correia da Costa – *As quatro coroas de D. Pedro I*, pág. 192.
1031. A. A. Aguiar – *op. cit.,* pág. 815.

mente identificado com a terra? Brasileiro não apenas por força de ficções legais, por disposição da própria vontade, ou por uma série de atos que o vincularam ao novo país: brasileiro por assimilação do que havia de mais genuíno e característico na mentalidade, nos sentimentos, nos costumes, nas idiossincrasias, nos defeitos, nas virtudes; brasileiro por contatos íntimos e profundos, por conquista do meio sobre o homem. O monarca que abdicara com 32 anos só conhecia afinal uma pátria – o Brasil. Da terra de nascimento guardaria as imagens da infância, nítidas, vivazes, mas a elas se sobrepunham, fazendo sombra, as da adolescência e da mocidade. A Quinta da Boa Vista, Santa Cruz, o paço da cidade, o Rio de Janeiro em seus menores recantos e arredores, a Tijuca, Paineiras, o Corcovado, mais longe além do porto da Estrela, na serra, a fazenda do padre Correia, os caminhos de Minas ou de São Paulo, tudo lhe era ao cabo mais próximo, mais familiar do que Lisboa, o paço de Queluz, o Ramalhão. Sem dúvida esteve sempre perto de companhias, amigos, vozes, assuntos, interesses portugueses. Mas o Brasil, a que não faltavam traços lusos, emprestou-lhe, incutiu-lhe outros próprios de sua formação social e, no fim de tantos anos, o fez um bom brasileiro.

No abrasileiramento de D. Pedro, aos motivos telúricos inconscientes, externos, de contágio e sedução, somavam-se os de opção deliberada, depois de longo e dilacerante debate interior. Porque não se tratava de um português comum transplantado para cá em plena infância e paulatinamente absorvido pelo novo meio: era o filho do rei de Portugal e o herdeiro do trono. Se desde 1808 começara o processo de naturalização por influências diversas e poderosas, em fins de 1821 e mais cabalmente no decorrer de 1822, os sucessos políticos em que se envolveu lhe colocariam no plano da consciência o problema de – ficar ou não ficar no Brasil, ser ou não ser brasileiro. Decidira-se, ficando, declarando-se pelo Brasil, contra Portugal. Não obstante isso e tudo quanto fizera, via-se incompatibilizado com os brasileiros pela suspeita de portuguesismo. "Pátria que adoro" dissera, referindo-se ao Brasil, na carta do dia 8, comunicando às câmaras a escolha de José Bonifácio para tutor dos filhos. De Paris escreveria a D. Pedro II: "Eu não cesso de fazer ardentes votos ao Céu pela prosperidade do Império do Brasil: eu tomo um vivo interesse por aquela pátria que adotei e a cuja existência dei começo no dia 7 de setembro de 1822, na ocasião em que, no alto do Piranga, [*sic*]

proclamei eu mesmo a Independência do Brasil: por todos estes motivos, o Brasil é também meu filho, não és só tu."[1032]

Nenhum sentimento mais forte, mais enérgico, mais autêntico poderia D. Pedro manifestar: "O Brasil é também meu filho, não és só tu." Pai do Brasil, a cuja existência política dera o seu entusiasmo, não seria fingida a mágoa que exteriorizava nas palavras da despedida. Ao filho que lhe sucedera no trono, dizia: "Meu querido filho e meu imperador. Muito lhe agradeço a carta que me escreveu; eu mal a pude ler porque as lágrimas eram tantas que me impediam a ver; agora que me acho, apesar de tudo, mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua e para certificar-lhe de que, enquanto vida tiver, as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração." E repetindo ao pequeno D. Pedro II, como um refrão, as palavras da despedida geral, em que estabelecera o contraste – sacrifício da pátria, dos filhos, dos amigos, e honra preservada –, terminava com extrema lucidez, sereno e resignado, por se ter convencido de que a sua partida representava um benefício: "Eu me retiro para a Europa: assim é necessário para que o Brasil sossegue."[1033] Queria o Brasil sossegado e feliz. Como que dava razão aos liberais, aos nativistas. Ou retirava-se para assegurar o trono do filho, brasileiro nato, o "pequeno imperador nosso patrício", da frase de Evaristo.

Enquanto o ex-imperador, D. Amélia e pessoas da comitiva partiam pela fragata inglesa *Volage*, D. Maria II, acompanhada pelos marqueses de Loulé, D. Leonor da Câmara, o conde de Souzel, o barão da Saúde, o engenheiro Pézerat, seguia pela fragata francesa *La Seine*. Era com apreensão que D. Pedro fazia a viagem separado da filha e, a fim de prevenir qualquer possível cilada, escreveu uma carta em francês ao capitão Thibault, comandante da *La Seine*, em nome dos seus direitos de pai e "tutor legal e legítimo" da jovem rainha, proibindo não só que o navio tocasse na ilha Terceira ou em outro qualquer porto dos domínios portugueses, como que a filha tivesse qualquer comunicação com súditos portugueses embora manifestassem estes as melhores intenções.[1034] Rainha *de jure*, tinha D.

1032. Carta de 9 de janeiro de 1832. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4448.
1033. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4448.
1034. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4293.

Maria II direito a ser saudada, ao embarcar, com salva: que já não mais cabiam ao pai; mas, insinuada provavelmente pela dama de honra, pedira ao almirante Grivel que não lhe prestasse tal homenagem. O cronista inglês do *Warspite* sugeriu que a iniciativa em tal sentido seria antes de D. Pedro.[1035] Grande engano: não se colocaria em emulação com a filha e só revelaria certos lados mesquinhos de sua alma em questões de dinheiro. Tudo o que possuía de generoso e de grande no momento da partida do Brasil se concentrava no bem, no futuro e na felicidade dos filhos, sobretudo do que deixara no trono americano e da que ia restaurar no trono luso. Tratando-se de D. Pedro, nunca se devera esquecer que o sentimento de paternidade superava todos os outros.

Às 6$^1/_2$ da manhã de 13 de abril de 1831 deixava a *Volage* o porto do Rio de Janeiro. O Brasil devolvia, ao cabo de vinte e três anos, tostado pelo seu sol, marcado por seus estilos de vida, homem feito, monarca abdicante de duas coroas, o príncipe menino que nele se abrigara, com os pais, os irmãos, a corte, a administração pública, e bem se pode dizer o Estado português, contra a invasão napoleônica, mais espantalho do que realidade. Ou realidade enfrentável, combatível, dominável. O Brasil devolvia um português desnacionalizado, desnaturalizado. Devolvia, na cegueira das paixões de um lado e de outro, um português abrasileirado, um brasileiro adotivo, um brasileiro adotado. Deixando a terra em que se enraizara e na qual dera tantos frutos, D. Pedro tinha a sensação de dirigir-se para terras estranhas. Sua terra, a que lhe suscitava lembranças de três quartos de vida pregressa, tumultuada de acontecimentos, era o Brasil. Chão, céu, ar, cores, vento, águas, flores, bichos, tudo brasileiro, como a gente, os filhos, os numerosos filhos, a mulher entre todas amada. Lá se ia, no navio inglês, um ex-imperador que só poderia ser do Brasil. Pois, na *Volage*, com as damas e criadas de D. Amélia, com João Carlota Ferreira e Antônio Joaquim de Carvalho, com o médico Dr. Tavares, senhora e filhos, com o fidelíssimo João Carlos Pardal, com o jornalista Plasson, não embarcaram também seis escravos, seis negros?[1036] Ex-imperador, que desde criança se

---

1035. Koebel – *op. cit.,* pág. 359.
1036. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4339.

acostumara com a presença de pretos e mulatos, em Santa Cruz, na Boa Vista, no paço da cidade, nas ruas, nas igrejas, nas repartições públicas e tivera negros na intimidade de sua vida doméstica. Em 1829, serviam no seu quarto dez escravos – Manuel do Nascimento, Nicolau José, Fernando Pereira, Amaro Batista, João Bernardo, Firmino Alves, Joaquim Maria, Manolino Antônio, Vicente Cozinheiro e José Pequeno. A cada um deles mandara abonar uma pataca diária.[1037] Estarão entre estes os seis que compartilharam do exílio imperial?

Homem como D. Pedro acharia a vida confinada de bordo uma espécie de prisão. Mas sua atividade frenética não daria ensejo a nada que se parecesse com o tédio. Se não lhe faltavam vagares e curiosidade para acompanhar atentamente tudo quanto ocorria no mar e no navio, a maior parte do tempo ocupava na "mania de escrever" de que o acusava o austríaco Daiser. Ainda o mesmo diplomata dizia: "Previno-lhe que D. Pedro tomou consigo, na qualidade de secretário particular, um português, redator do jornal *O Moderador*, espécie de *Quotidiennes* e leva a ideia de escrever memórias ou, para melhor dizer, a história do seu reinado e os motivos de sua abdicação."[1038] Na verdade, Plasson, esse jornalista-secretário, ajudou a bordo o ex-imperador no artigo sobre os sucessos de 6 e 7 de abril, a ser publicado pela imprensa francesa logo à chegada da *Volage* à Europa. Mas a despeito do escriba auxiliar, D. Pedro trabalhou incessantemente, escrevendo, escrevendo sempre. O livro *Miscelânea*, copiador anotado dos principais atos da abdicação, foi feito em grande parte a bordo. A *Volage* encontrara bons mares e ventos favoráveis até fins de maio, mas nos dias 27, 28 e 29 um grande temporal fez sofrer muito D. Amélia, aumentando-lhe o mal-estar e o enjoo de uma gravidez de três meses. O espetáculo da borrasca interessara vivamente o ex-imperador, que, para fixá-lo, fez um desenho, enviado a D. Pedro II, e por este colocado ao pé de seu retrato.[1039] A 30 de maio a fragata inglesa fundeou na ilha do Faial, onde se refez de provisões – frutas, hortaliças, gado –, que já começavam a faltar. O cônsul

---

1037. *Livros da mordomia* – Registro de docs. e ords. – 1827/1831, pág. 34.
1038. *R. I. H. G. B.*, tomo 84, pág. 302.
1039. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4448.

britânico esteve a bordo. Depois de dez horas de parada, prosseguiu de novo o navio em sua marcha, tendo D. Pedro gratificado com peças de ouro alguns mercadores de aspecto miserável que apareceram a bordo.[1040]

Lenta, vagarosamente, a viagem aproximava-se do fim. Do Rio ao Faial, 47 dias, do Faial a Falmouth, mais 10. Ao avistar o cabo Lizard, ponto extremo-sul britânico sobre a Mancha, o ex-imperador ofereceu a lorde Colchester um anel de ouro com a assinatura de D. Amélia e aos oficiais bocetas do mesmo metal, tendo-lhes dado permissão para abrirem nas tampas a coroa e o timbre das armas da Casa de Bragança.[1041] Em Falmouth a *Volage* esteve entre $9^1/_2$ da manhã e 5 horas da tarde de 9 de junho. Vieram a bordo os irmãos Fox, cônsules do Brasil e de Portugal, carregando presente de "frutas, flores, e outros mimos próprios da estação e do país". Numerosos escaleres rodearam a fragata com as pessoas mais notáveis da cidade. Havia naquele porto inglês quem soubesse das proezas de D. Pedro e, entre comerciantes ou marinheiros afeitos à travessia do Atlântico, quem o conhecesse pessoalmente. Queriam rever o príncipe cuja imagem guardavam de recordações do Rio de Janeiro, num dia de procissão ou de desfile militar. Não lhe notariam nenhum abatimento. A longa viagem marítima fizera-lhe bem, começando a dar-lhe talvez a gordura que os retratos de Paris algum tempo depois acusariam. Habituara-se à ideia de não ser mais imperador e descobria porventura superioridade na nova posição. Num rascunho de carta ao filho, afirmava: "Eu nasci muito livre e amigo da minha independência para gostar de ser soberano em uma crise em que eles têm ou de esmagar os povos que governam ou de serem esmagados por eles."[1042] Preferia a liberdade que agora desfrutava ao poder com todas as suas lutas. Breve seria a pausa, mas era o engano que lhe dava tranquilidade no momento. Refugiava-se na condição do homem comum, consolado, satisfeito. Ainda ao filho, o pequeno D. Pedro II, escrevia reafirmando esse estado de alma: "[....] Eu acho-me de perfeita saúde, e o sofrimento tem sido no espírito pela separação dos filhos e pátria que adoro, mas quando considero que me acho simples particular sinto alívio a meus tormentos, pois nada é melhor que ser livre e independente."[1043]

1040. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.
1041. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará. B. Nacional – Ms II – 30 – 32 – 12.
1042. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4317.
1043. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4319.

"Simples particular", "livre e independente", iludia-se o ex-imperador quanto à possibilidade da realização desse ideal de sabedoria. Se não estivesse em seu destino, num futuro próximo, o encargo de reconquistar para a filha o trono de Portugal, não lhe permitiria a majestade, de que havia pouco se despira, a imersão no anonimato, e a prova teria ao chegar à França. Mas enquanto não deixava a *Volage* insistia em julgar que mudara de condição. Ao conde de Vila Flor, escrevendo de passagem pelo Faial a respeito de sua viagem e da de D. Maria II, protestava: "O pai, simples particular, se voltará de todo o coração, como o fez soberano, em favor da causa da legitimidade e da Constituição."[1044] Terá sido como "simples particular" que, de Falmouth, recomendou a Samuel Philipps a venda de um cúter que estava no Arsenal de Marinha do Rio. Mais de antigo soberano, porém, foram as cartas que endereçou a Aston e ao almirante Baker agradecendo o bom tratamento na *Volage* e reafirmando a afeição *"d'un ami naguère couronné qui n'a pas abdiqué ses sentimens en même temps que son pouvoir"*; e a Pontois, e ao núncio apostólico, e ao almirante Grivel; e a *sir* Thomas Hardy recomendando lorde Colchester. Do D. Pedro de sempre foi esta carta ao querido *Chalaça*: "Meu Gomes e amigo. Triunfou [*sic*] a cabala e a intriga, da razão e da justiça; não importa, salvei a minha honra e hoje me acho simples particular por ter abdicado a coroa do Brasil na pessoa de meu querido filho, hoje, o Sr. D. Pedro II. Não te cansarei, nem a mim, descrevendo nesta a coisa por miúdo, pois isso fica para a vista; mas envio-te este artigo escrito por Mr. Plasson (que escapou a unhas de cavalo) para que no jornal o mais acreditado seja imediatamente, depois de religiosamente traduzido, impresso quanto antes, pois muito me convém que na Europa se saiba o que realmente se passou no Rio, a fim de que a minha honra salva lá (como é público) não padeça cá se por acaso os periódicos assalariados por meu infame e traidor irmão puderem por algum tempo ofuscar a minha glória. Eu espero que, como amigo, tu me farás o que te peço. Recados ao Rocha; eu te tinha escrito do Rio no dia 10 de abril pelo paquete que saiu a 11, mas creio que tu ainda não recebeste a carta: nela te dizia que ia a Brest, nesta te digo que vou a Cherburgo. Tua senhora a

---

1044. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.

quem mandei oferecer passagem, não aceitou, porque espera tuas ordens, enfim, meu amigo, fiz tudo o que pedia a minha honra como soberano e o meu dever como homem e teu amigo. Esta carta vai com direção em tua ausência ao cônsul-geral Paiva, contando que ele continuará a ser para com Pedro simples particular o mesmo que foi para com Pedro imperador do Brasil; portanto, se esta te não encontrar, encontrará ao Sr. Paiva a quem peço que execute religiosamente o que te peço quanto à publicação do artigo, o que eu considerarei como um dos maiores serviços que nas atuais circunstâncias se poderá fazer a este teu constantemente amigo do coração D. Pedro."[1045]

Abria-se com o amigo predileto e já o encarregava, antes de pisar na Europa, de serviço de confiança. "Pedro simples particular" porfiava salvar em outro cenário a "honra de Pedro imperador do Brasil". Temia que jornais pagos por D. Miguel – "infame e traidor irmão" – por algum tempo "lhe ofuscassem a glória". Palavras tão grandíloquas, em carta a pessoa da maior privança, mostravam que no "simples particular" subsistia, em toda a sua força e autenticidade, o homem público, o chefe, o príncipe, predisposto a novas lutas. Em 1827, Benjamin Constant, referindo-se ao destino europeu de D. Pedro, anunciara: *"En Europe, il sera d'emblée en première ligne et il sera l'homme de la liberté Constitutionnelle."*[1046] Coerente com o passado de que se orgulhava, o ex-imperador, que deixara o Brasil suspeitado pela opinião liberal, chegava como o homem da liberdade, pronto para defendê-la de armas na mão.

1045. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.
1046. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXIX – doc. 3320.

. . . .

Capítulo XXVII

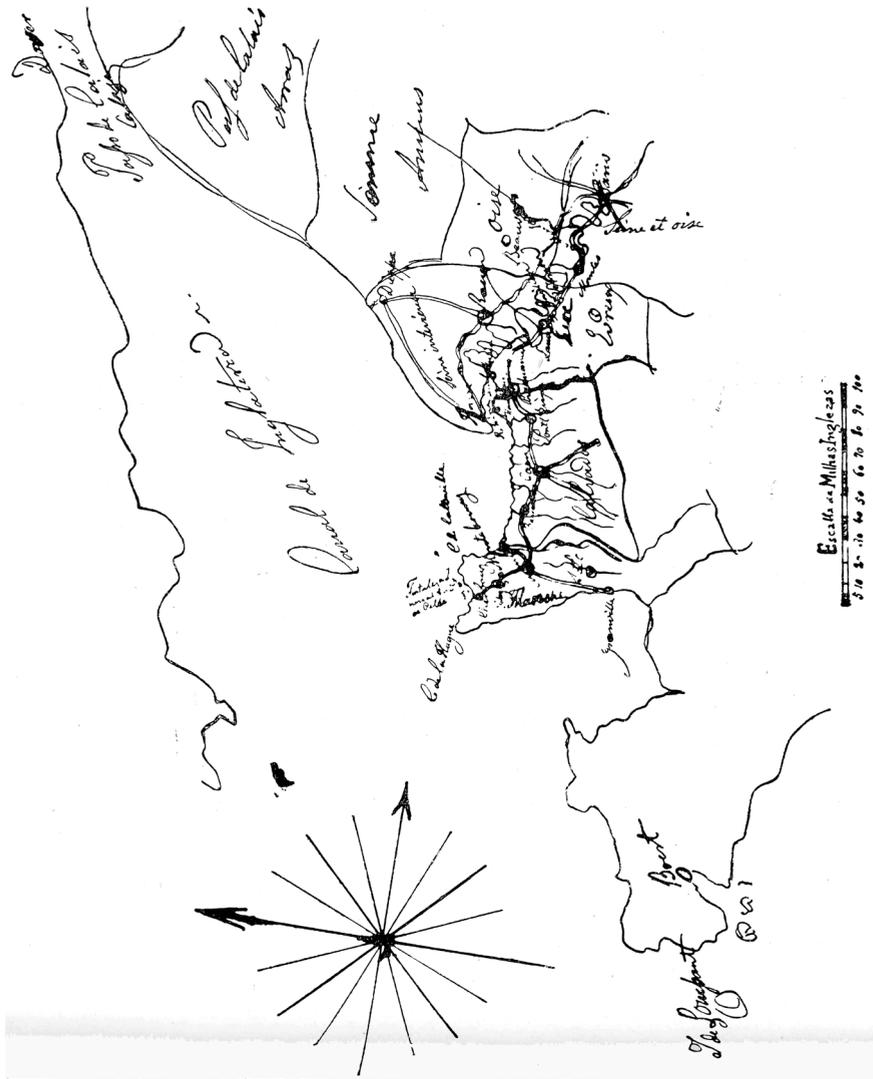
CHEGADA À EUROPA. FALMOUTH. RECEPÇÃO EM CHERBURGO. PRIMEIROS CONTATOS. ASSÉDIO DOS EMIGRADOS PORTUGUESES. VIAGEM A LONDRES. CONVITE DE LUÍS FILIPE. VISITA A PARIS. ACOLHIDA AMISTOSA. NOVA VIAGEM A LONDRES. REGRESSO À FRANÇA. MEUDON E A RUA DE COURCELLES. A VIDA DE D. PEDRO EM PARIS. A POLÍTICA PORTUGUESA. PREPARO DA EXPEDIÇÃO LIBERTADORA. O NASCIMENTO DA PRINCESA D. MARIA AMÉLIA. O EMBARQUE EM BELLE-ISLE.

AO AMANHECER DO DIA 10 DE JUNHO, avistaram-se da *Volage* terras francesas. D. Pedro pensara a princípio desembarcar em Brest, decidindo-se depois por Cherburgo, segundo comunicou a Gomes da Silva,[1047] e deste porto pretendia seguir logo para Paris. Escrevendo a D. Pedro II, de Falmouth, dizia: "Seguiremos para [....] Cherburgo para de lá irmos para Paris."[1048] Curioso e inquieto como sempre, esboçou do seu punho um mapa do norte da França, com diversas indicações geográficas.[1049] Às 8 horas fundeava a fragata inglesa e logo subiam a bordo as principais autoridades, sendo oferecido ao ex-imperador o palácio da prefeitura marítima para

1047. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.
1048. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4319.
1049. Vide a estampa na página seguinte.

sua residência enquanto se demorasse em Cherburgo.[1050] O desembarque realizou-se às $3^{1}/_{2}$ da tarde, com grande aparato: os marinheiros britânicos em primeiro uniforme e seguros às sirgas deram nove vivas a D. Pedro e no mesmo momento a fragata e todas as fortalezas de terra salvaram com vinte e um tiros. Mudou-se então o imperial passageiro, acompanhado de D. Amélia, para uma galeota de quarenta remos, forrada de veludo, seguindo em duas outras as pessoas da comitiva. Esperavam-no em terra três ricos coches, formando alas, do cais até a sede da prefeitura, cerca de 5.000 homens dos corpos de linha e da Guarda Nacional. Não se poupavam honras ao imperador que renunciara, e o calor da acolhida demonstrava que a sua fama chegara à França em núpcias com a monarquia burguesa, não como a de um déspota e sim como a de um monarca liberal.

Uma vez no palácio em que se ia hospedar, D. Pedro recebeu logo a visita das autoridades civis e de quase duas centenas de oficiais. Entre as pessoas presentes ninguém pareceu mais entusiasmado do que Briqueville, deputado da extrema esquerda, que "saudou o herói doador de duas constituições e que abdicara para não deixar de ser constitucional".[1051] Às 6 horas da tarde, serviu-se o jantar, continuando a festa até meia-noite, quando o ex-imperador e sua mulher se recolheram. Cherburgo vibrava com as personagens chegadas de tão longe e todos queriam dar-lhes demonstrações de simpatia. No dia seguinte, 11 de junho, o resto da oficialidade da guarnição apresentou-se para cumprimentar D. Pedro. Eram cerca de trezentos oficiais, entre os quais muitos já reformados e que haviam servido com o príncipe Eugênio de Beauharnais, pai de D. Amélia. Também esta, pela glória de sua filiação e pelo prestígio de sua beleza, dominou a pequena cidade normanda: muitas dezenas de senhoras estiveram a visitá-la. Sem que esperasse recepção de tanta cordialidade, o ex-imperador continuou cercado de homenagens significativas de um apreço acima porventura do tributado convencionalmente a outros hóspedes de qualidade. A 12, nova parada militar, formados 6.000 homens. Ao chegar, vivas ao seu nome. A 13, teve ensejo de fazer, como convidado, o que realizava no Brasil como soberano: inspecionar os arsenais, os estaleiros, e também o imenso dique começado ao tempo de Luís XVI e continuado por Napoleão.

1050. Biblioteca Nacional – Ms II – 30 – 32 – 12.
1051. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.

Desenho feito por D. Pedro I ao chegar a Cherburgo.

Embora sem os meios fáceis de comunicação de hoje, não tardaria a espalhar-se pela Europa a notícia da chegada de D. Pedro. Ele mesmo, antes de pôr o pé em terra, escrevera aos reis da Inglaterra e da França anunciando-lhes que abdicara a coroa do Brasil. Ao primeiro disse: *"Dés événemens qui sont du domaine de l'histoire m'ont amené après dix ans de règne, du Trône Imperial du Brésil aux rivages français. J'ai tout fait pour le peuple au milieu duquel je m'étais fixé, dans l'esperance de le rendre heureux. Je lui ai tout donné: j'ai tout abandonné pour lui: mais je n'ai pu lui faire le sacrifice de mon honneur."*[1052] Ao segundo, insistindo sobre os motivos de honra que determinaram a sua resolução, afirmou que preferira deixar o trono a *"plonger le nouvel Empire dans les horreurs de la guerre civile"*, esperando que os contemporâneos lhe fizessem justiça. Falava com ênfase, comunicando-se com os monarcas de cujas simpatias iriam depender em boa parte quaisquer pretensões que acaso ainda tivesse. Tinha-as sem dúvida, mas até que se dispusesse a entrar em ação por elas, deveria vencer íntimas relutâncias, tomar contato com os diferentes grupos de adeptos da causa da filha e de adversários do reinado do irmão, ambientar-se nessa Europa em pleno surto burguês, liberal e romântico.

A serviço da filha rainha não demoraria muito a colocar-se. Da ilha do Faial já se dirigira ao conde de Vila Flor acerca da restauração de D. Maria II. De Cherburgo escrevia ao conde de Funchal convidando-o a trabalhar com "os seus talentos e a sua experiência" nas missões diplomáticas em favor da mesma causa. Repontava o antigo português: "A pátria que a ambos nos deu o nascimento e que ambos serviremos até o túmulo."[1053] Mas em Cherburgo ainda não se esquecia de outra filha, a duquesinha de Goiás, bem brasileira, que viera educar-se em França ao chegar ao Brasil a segunda imperatriz. O pai exemplar, o pai arquissolícito, lembrava-se de "Bela", a pequena bastarda recolhida ao pensionato do *Sacré Coeur*. Também era filha e dela sentia saudades. Iria revê-la em breve. Em Paris encontraria Luís Filipe, de quem esperava ajuda, e encontraria aquela menina que lhe lembraria do mais ardente amor da sua vida. Não queria que "Bela" tivesse por estranhos a

---

1052. *Miscelânea* – Arq. do Palácio Grão-Pará.
1053. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4339.

notícia de que chegara. Num colégio, em França, havia dois anos, a duquesa de Goiás pouco saberia da língua materna. Escreveu-lhe, pois, em francês, linhas ao mesmo tempo de suave ternura e fino tato: *"Ma chère et bien aimée fille. Me voici à Cherbourg d'où je partirai pour Paris dans huit à dix jours. Si tu étais d'un âge plus avancé je prendrais la peine de te raconter tout ce qui s'est passé à Rio et qui m'a enfin decidé à abdiquer la couronne que les bons brésiliens m'avoient offerte, dans le temps de leur enthousiasme pour celui qui avait declaré l'Indépendance de leur patrie et qui leur avait donné une Constitution et qui avait rendu au Brésil autant de services que ses forces le lui permetaient; mais comme tu es mon chère enfant dans 1'heureux âge de ne penser qu'à tes poupées, je me bornerai à te dire que je me porte três bien ainsi que 1'ex-imperatrice, et que je desire ardemment te voir, afin de t'embrasser et de donner moi même la benédiction comme celui qui este ton père et ami."*[1054] À filha, em idade de pensar em bonecas, contava sem pormenores a abdicação, embora recordando os dias da Independência, a outorga da Constituição e os serviços que prestara ao Brasil. Queria, sobretudo, dar-lhe notícias da chegada e significar quanto ansiava vê-la e beijá-la. Vale salientar a maneira discreta de que se servia para falar de D. Amélia: *"Je me porte très bien ainsi que 1'ex-imperatrice."* Nas cartas aos filhos legítimos mencionava a madrasta como – "tua mãe" – ou a – "mamã".

Os planos de ficar oito ou dez dias em Cherburgo e partir depois para Paris seriam logo modificados. A permanência de D. Pedro ali se prolongaria até 24 de junho e, em vez do rumo da capital francesa, tomaria o de Londres. Naturalmente preocupado com os recursos de que dispunha para manter-se, dirigiu-se a um agente de câmbio a fim de obter dinheiro francês. Tocou a João Carlota procurar, em Cherburgo, um tal Bouvitre, que faria a operação, recebendo de parte do ex-imperador *"29 portugais, une pièce d'argent de 5.15"* e dois sacos *"contenant l'un 1003$^1/_2$ pièces de 960 réis et l'autre 1041 mêmes pièces"*.[1055] D. Amélia mandou também *"54 piastres portugaises"* e, num lenço, um certo número de *"petites pièces portugaises"* no valor de *"250 piastres brésiliennes"*. Já no dia 14 de junho começava

1054. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4339.
1055. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4323.

a chegar a Cherburgo, vinda de Paris e de Londres, gente para visitar D. Pedro. Eram brasileiros amigos ou emigrados portugueses. A notícia do seu desembarque correra, através de comunicados das autoridades francesas, de cartas particulares e de comentários da imprensa. O jornal de Paris *L'Echo Français*, de 12, anunciava: *"L'empereur et l'imperatrice du Brésil ont debarqué à Cherbourg le 10 de ce mois. LL.MM. sont descendues à l'hotel de la prefecture maritime."* A mesma novidade, com boatos a respeito da revolução de 6 de abril, publicavam o *Moniteur, Temps, National, Courrier, Constitutionnel, Gazette*. Uma das primeiras pessoas que se apresentaram ao ex-imperador foi o general João Carlos Saldanha, grande liberal português, que lhe disse ser desejo dos liberais espanhóis, partidários de Mina e Torrijanos, fazerem-no rei da Espanha, recebendo como resposta que não queria senão ser tutor da filha e que não bulissem com o trono espanhol.[1056] Do círculo de antigos amigos logo apareceram o marquês de Resende, Paulo Martins de Almeida, José Marcelino Gonçalves, o dedicadíssimo Francisco Gomes da Silva, e também os condes de Parati e Lumiares.

Cartas e mensagens das mais diversas personalidades mostravam como o nome de D. Pedro se tornara conhecido. Bernard Raymond, grão-mestre dos cavaleiros da milícia do Templo, exaltava quem, *"en déposant une des plus belles couronnes du monde, a su donner un exemple admirable d'abnégation et de philosophie et a montré à l'univers, qu'en descendant les marches d'un trône, on peut le rendre encore plus grand"*.[1057] M. A. Glynn, *ci-devant* Da Costa (viúva de Hipólito da Costa), lamentava, em carta em francês, escrita de Caen, 13 de junho, não poder acompanhar o filho Augustus Frederick Hipólito da Costa, que pedira audiência ao monarca sem trono.[1058] Gilberton, advogado em Paris, colocava sua fortuna e sua vida à disposição das *"vertus libérales et glorieuses"* de D. Pedro.[1059] Uma epístola assinada estranhamente "Cochrane Marañâo" dizia: *"I solicit permission to offer my humble services to your magesty"*; e mais estranhamente protestava:

1056. Lavradio, *Memórias*, vol. II, pág. 11.
1057. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4326.
1058. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4326.
1059. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4338.

"I desire no recompense."[1060] Era de lorde Cochrane, marquês do Maranhão, que se punha gratuitamente à disposição do imperador a quem servira no Brasil. O coronel de Brack, tão útil nas negociações do casamento com D. Amélia, também oferecia os seus serviços. Hyde de Neuville, em conversa com Mousinho da Silveira, incumbia este de levar ao conhecimento de D. Pedro que lhe faria grande honra se aceitasse, para morar, sua casa em Paris; se não conviesse, talvez servisse para residência de D. Maria II. E estava decidido, caso o imperador a empreendesse, a tomar parte na expedição contra D. Miguel.[1061] Não seria fácil a posição de D. Pedro. Atordoado ainda com o que acontecera no Brasil, mal saído de uma luta cujo desfecho de qualquer modo o surpreendera, ali mesmo em Cherburgo, pouco depois de desembarcar e sem que ainda tivesse tido tempo de tomar decisões acerca de sua vida particular, já o solicitavam, o empurravam, o disputavam para uma campanha áspera e difícil, a mesma em que vinha sofrendo, desde a morte do pai, golpes sobre golpes, reveses sobre reveses. Era certo que até então pelejara de longe, com armas desiguais, inibido nos seus movimentos por estar sentado no trono brasileiro e dever respeitar a suscetibilidade da pátria adotiva. Certo também era que a mudança no ambiente político da Europa se verificara em favor da causa que a filha representava. Já agora poderia contar, senão com o apoio, ao menos com as simpatias da Inglaterra e da França. Nesta, a Carlos X sucedera Luís Filipe, naquela, depois do advento de Guilherme IV, o gabinete *tory* de Wellington e Aberdeen fora substituído pelo *whig* de Grey, Palmerston e Holland. Mas entre os adeptos do constitucionalismo em Portugal havia grande divisão e fundas rivalidades, desde o liberalismo "bem entendido", moderado, desejoso de salvar o prestígio das instituições monárquicas até o vintismo empenhado o mais possível em defender a pureza dos princípios de 1789 e a preeminência do soberano Congresso. De um lado homens do tipo de Palmela, de outro, figuras como Saldanha, José da Silva Carvalho, Agostinho José Freire. Ou Cândido José Xavier, moderado, embora vintista.

1060. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4342.
1061. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4367.

A política portuguesa, que tentava D. Pedro desde 1826, ia empolgá-lo agora por completo. Logo depois de sua inesperada chegada à Europa, os jornais ainda se ocuparam dele como ex-imperador do Brasil, procurando esclarecer as causas da abdicação. *L'Echo Français* atribuiu-lhe declarações, com visos de autenticidade, por coincidirem com palavras suas bastante conhecidas – inclusive as famosas "tudo para o povo, nada pelo povo". Aos facciosos, que o queriam coagir a reintegrar o Ministério demitido, entre outras coisas dissera: *"Je ne veux pas me depouiller de mes droits, je suis bien résolu à faire tout pour le peuple, mais rien par le peuple. Ma couronne m'a toujours été moins chère que mon honneur. J'aimais mieux perdre l'une que compromettre l'autre. L'agitation allait toujours croissant. Je tins bon; mais, le 6 avril, me voyant abandonné de mes troupes, et voulant, par les seuls moyens qui me restassent encore, ramêner le calme, j'ai abdiqué ma seconde couronne en faveur de mon fils, qu'ils ont fait empereur sous le nom de Pierre II."*[1062] Mas o Brasil era um país longínquo, ao passo que Portugal, com as suas complicações dinásticas e seu rei usurpador e absolutista, ficava perto e estava a irritar os liberais do mundo inteiro, de preferência os da França, à vista de maus tratamentos infligidos a cidadãos franceses, um deles sentenciado à pena de açoite nas ruas de Lisboa,[1063] o que determinaria a ação destemperada do almirante Roussin, forçando o Tejo com a sua esquadra e impondo as maiores humilhações ao governo de D. Miguel. Tal situação sugeriu a um jornal de Paris este comentário: *"C'est un bien singulier jeu de sort que l'arrivée en Europe du chef de la maison de Bragance au moment où l'imprudent demêlé de D. Miguel avec la France, le fait chanceler sur un trône usurpé. L'occasion serait belle pour D. Pedro de réclamer la couronne de Portugal, soit pour lui-même, soit au nom de dona Maria; le peuple français verrait avec joie régner à Lisbonne l'epoux de la fille d'Eugène. Et pour cela, aucun déploiement nouveau des forces de la France n'est nécessaire. Il suffit, pour ainsi dire, de laisser suivre leur cours aux événemens."*[1064] Outro jornal parisiense, noticiando o desembarque de D. Pedro em Cherburgo, instigava-o a restabelecer a ordem constitucional em Portugal, assumindo o mais cedo possível a Regência do reino em nome da filha.

1062. Biblioteca Nacional de Paris. *L'Echo Français*. LC2, 1216.
1063. Oliveira Lima – *D. Miguel no trono*, pág. 124.
1064. Biblioteca Nacional de Paris – *Commerce, apud L'Echo Français*. LC2, 1216.

O projeto do ex-imperador, formulado antes mesmo de sua partida do Rio de Janeiro, exposto em várias cartas aos filhos e confirmado pelo câmbio de dinheiro francês, era dirigir-se para Paris, onde pelo menos por algum tempo se fixaria. Cogitava também de uma visita à sogra, na Baviera. D. Leonor da Câmara escrevia de Brest ao conde do Lavradio que a tenção do imperador, à saída do Rio, era ir para Munique [....] e de lá talvez levar a rainha para seu avô, o imperador da Áustria. O mesmo lhe contava Resende, em carta de Cherburgo. A despeito, porém, do ambiente favorável em França, decidiu-se a ir antes a Londres. Por quê? Talleyrand, em carta a madame Adelaide, dizia que D. Pedro via no nome da mulher, certamente devido às suas ligações bonapartistas, um obstáculo à ida a Paris.[1065] Teria recebido um convite do governo britânico, como noticiou o *National*, dirigido por Thiers, Mignet e Armand Carrel? Parece que não houve convite, como se depreende da comunicação de Talleyrand a Sebastiani – *"Les motifs du voyage de l'empereur Don Pedro à Londres ne sont pas encore connus";*[1066] mas tudo indica que entre as pessoas que cercaram D. Pedro poucos dias depois de sua chegada a Cherburgo se formou a crença da necessidade da ida à Inglaterra. Sobrariam as razões, primando, entretanto, as seguintes: era a velha aliada de Portugal e era o país onde mais facilmente se arranjariam recursos financeiros. Por liberal e bem disposto que fosse o governo francês, cumpria não esquecer o britânico. Aliás, com o advento de Luís Filipe, se havia o partido do "movimento", propugnador de uma política externa audaciosa, de auxílio aos povos revoltados contra a Santa Aliança, mais poderoso se apresentava o partido da "resistência", de fundo conservador, querendo a ordem no interior da França e a paz no exterior. Para este pendia o rei, rei da burguesia, como era interessado na manutenção da ordem pública e preocupado com as questões de dinheiro,[1067] monarca do *juste milieu*.

A Luís Antônio de Abreu e Lima, em Londres, o marquês de Resende escreveu, a 23 de junho, acerca da viagem de D. Pedro àquela cidade a fim de entender-se com o rei da Inglaterra, informando-o mais de que Palmerston já fora prevenido.[1068] O rascunho existente no arquivo

---

1065. Talleyrand, *Mémoires*, vol. III, págs. 248-249.
1066. Talleyrand, *op. cit.,* pág. 235.
1067. Georges Weill – *op. cit.,* pág. 103.
1068. Arq. do Cast, d'Eu – maço XCII – doc. 4339.

imperial está riscado. Não terá sido enviada essa carta? De qualquer maneira, faz supor que não houve convite por parte do governo britânico, tratando-se porventura de uma iniciativa de conselheiros como o marquês de Resende, homem extremamente inteligente e testemunha atenta desde 1823 dos acontecimentos da política europeia. Aliás, é certo que Abreu e Lima, em Londres, mal soubera da chegada de D. Pedro e de sua filha à Europa, conversara com Palmerston e dele recebera esta carta: *"J'ai consulté mes collègues [....] et nous sommes d'avis, tout considéré, que dans l'état actuel de l'Europe, et surtout du Portugal, il serait à souhaiter que la Reine Dona Maria proposât de passer d'abord en Angleterre."* Recado semelhante trouxera da Inglaterra D. Tomás de Mascarenhas.

Pondo-se a caminho de Londres a 21 de junho, chegou D. Pedro a Caen, onde pernoitou no palácio da prefeitura. No dia seguinte partiu para Rouen, entre 7 e 8 horas da noite, na companhia do marquês de Resende, antigo ministro do Brasil em Paris, de Francisco Gomes da Silva e, segundo o *Journal de Rouen*, de um general de nome Pinto. Ao ex-imperador o prefeito marítimo de Cherburgo concedera passaporte com os seguintes dizeres: *"Sa Magesté Impériale le duc de Bragance, allant à Calais et de là en Angleterre."* Ainda o mesmo jornal de província, referindo-se a D. Pedro, descrevia-o em termos de grande simpatia: *"Don Pedro est fort bel homme, le teint un peu brésilien. Il parait gai et très affable [....] Il doit partir ce matin sur les neuf heures. Il occupe au grand hôtel de Rouen une portion des appartemens du premier."*[1069] A 23 chegava a Calais o ex-imperador, ou melhor, o duque de Bragança, título que passara a usar, conforme comunicação feita, oito dias antes, ao conde Sebastiani, ministro dos Negócios Estrangeiros de França, pelo marquês de Resende: "*S. M. I. et 1'Imperatrice son auguste épouse ont résolu de prendre les titres de duc et duchesse de Bragança, qui leur appartiennent et qui rappellent des souvenirs également chèrs à son auguste famille et à la dynastie que la Providence a placée sur le trône de France."* De Calais, Gomes da Silva escreveu a Palmerston, de ordem de D. Pedro, avisando-o do próximo embarque e cientificando-o de que tomara conhecimento da opinião do estadista inglês sobre o melhor lugar para a residência de D. Maria II: a Inglaterra.[1070]

1069. Biblioteca Nacional de Paris – LC2, 1216.

1070. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4340, e Conde do Lavradio, *Memórias*, vol. II, pp. 9 a 11.

A Londres chegou D. Pedro a 26 de junho, hospedando-se no Clarendon Hotel, O *National* de Paris, órgão avançado que em 1832 se tornaria republicano, escrevia: *"Le gouvernement anglais a engagé Don Pedro à venir à Londres, afin de conférer avec lui sur l'état du Brésil et sur les mesures à prendre contre l'usurpation de Don Miguel, et pour la conservation des droits de la jeune reine de Portugal, lesquels ont été garantis par les arrangemens solennels auxquels ont pris part les cours d'Angleterre et d'Autriche. On assure que l'ex-impereur est dans l'intention de repasser le plus tôt possible sur le continent pour aller s'etablir en Bavière. Le gouvernement français ne parait pas avoir insisté bien vivement pour le retenir en France."* Desinteressado o governo francês de abrigar na França o ex-imperador do Brasil e defensor em expectativa do trono usurpado à filha, empenhado o governo britânico em ajudá-lo nessa empresa, fosse o que fosse, começava D. Pedro, com duas semanas apenas de Europa, a campanha que lhe daria verdadeira glória e o redimiria de muitas ações mesquinhas. Não obstante a presteza com que entrou a cuidar da questão portuguesa, não lhe faltaram na ocasião e mais tarde increpações de pouco solícito e de indeciso. Nada mais natural que hesitasse ou só se dispusesse à ação depois de convencido do bom êxito dela. Inúmeras eram as dificuldades, tornadas, aliás, bem patentes nessa estada na Inglaterra.

Quase um mês se demorou D. Pedro em Londres – de 26 de junho a 23 de julho. Foram quatro semanas consagradas a visitas, conversas e festas oficiais. Logo no dia da chegada, lorde Palmerston procurou-o no Clarendon Hotel, assim como um oficial da casa real, sendo outro posto à sua disposição. A 27 o ex-imperador foi recebido por Palmerston e a 29 pelo rei, em St. James, para onde se transportou em coche magnífico mandado pelo soberano britânico. A Guilherme IV, segundo depoimento de Abreu e Lima, D. Pedro logo falou no negócio político da filha, dizendo que o amor de pai o forçava a não atender a outras considerações. Que lhe desculpasse o rei a precipitação. Acrescentou que só à Inglaterra cabia participar da questão portuguesa, mas não requeria apoio direto para derribar o usurpador. Poderoso auxílio, de largo efeito, seria mandar o governo britânico buscar D. Maria II em Cherburgo, num vaso de guerra. Guilherme IV, que reinava e não governava, respondeu habilmente que tinha esperança de que tudo terminasse da melhor maneira e, oferecendo a D.

Pedro um palácio para residência, carruagem e cavalos, deu na noite de 29 uma recepção em sua honra, presente toda a corte. Um cronista inclinado ao elogio salientou "a polidez, gravidade e delicadeza"[1071] com que se portou o monarca chegado de terras da América. Provavelmente terá pensado na simplicidade de suas festas no Rio ao contemplar a magnificência da que se realizava em Londres. Mas não lhe faltou presença de espírito e, falando correntemente francês, demorou-se a conversar com diversas personalidades, inclusive uma cuja fama lhe suscitara a curiosidade – o embaixador de França, príncipe de Talleyrand. O Brasil, tão presente no seu espírito como na sua pele tostada, foi assunto que não evitou e bem lhe perceberam quanto o amava. Deixando a festa às $3^1/_2$ da madrugada, já recebera aviso para outra, no dia seguinte. Ao baile de 30, dado pela rainha, compareceram algumas das damas da melhor aristocracia inglesa. D. Pedro dançou pouco (o jovem marquês de Fronteira, lançado nos salões de Paris da Restauração, afirmou que o ex-imperador possuía fracos dons coreográficos), mas manteve-se em palestra até 4 horas da manhã.

As homenagens ao ex-imperador continuaram. No dia 1º de julho, o rei convidou-o para um jantar, seguido de recepção. O verão londrino predispunha à conversa e a festa só terminou às 2 horas da madrugada. O autor do diário de sua estada na Inglaterra faz menção do "desembaraço varonil" de D. Pedro nessa ocasião. A 2 de julho era ele que reunia num jantar um grupo de "pessoas de alta distinção" e saía depois a cavalo, com grande acompanhamento, a passear nos parques reais. A 3 jantou em casa da duquesa de St. Albany, e a 4, na embaixada francesa, com Talleyrand, que repetiu o convite no dia 22. Do primeiro jantar os jornais comentaram a magnificência da mesa e dos salões. O antigo bispo de Autun, que conhecera tantos regimes e tantos homens, parecia ter simpatizado deveras com o ex-imperador do Brasil, elogiando-lhe as maneiras e a penetração.[1072] Ou, como bom diplomata, queria informar o seu governo acerca das ideias e planos de quem havia vários anos criava problemas de política

1071. Biblioteca Nacional. – Ms. II – 30 – 32 – 12, e Conde do Lavradio *op. cit.,* vol. II, p. 15.
1072. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.

internacional de difícil solução. Teria ainda D. Pedro pretensões ao trono do Brasil? Estaria decidido a combater D. Miguel em Portugal e a colocar D. Maria II no trono desse país? Abrigaria por acaso o intento de cingir a coroa luso-espanhola com que lhe acenavam maçons peninsulares? Como Talleyrand, diversos membros do gabinete inglês procuravam conhecer-lhe os projetos. Repetidas foram as conferências do ex-imperador com Grey, Palmerston, Holland. O governo britânico, aparentando neutralidade em face da querela dinástica portuguesa, almejava no fundo o triunfo dos constitucionais, sem, contudo, expor-se em manifestações inequívocas. A seu parecer, cumpria aos defensores da menina rainha realizar maiores esforços e não perder tempo, pois este, tudo legitimando, daria ganho de causa à usurpação. Mais ou menos isso dissera Palmerston a Abreu e Lima, ministro da Regência da Terceira em Londres.[1073] O reconhecimento de D. Miguel, que atingira fase bastante adiantada ao tempo de Wellington, fora posto de lado depois da mudança do cenário político europeu e só poderia perder terreno com a súbita aparição de D. Pedro, em carne e osso. Tudo dependeria do que ele estivesse disposto a fazer – comunicaria o mesmo Palmerston.

Inteirando-se dos desígnios nem sempre explícitos do gabinete britânico, tomando porventura as primeiras providências sobre a expedição militar contra o governo usurpador, D. Pedro nem por isso se esquivava às festas protocolares que se sucediam em comemoração de sua permanência na capital inglesa. No dia 20 de julho, efetuou-se talvez a mais pomposa festividade dentre todas que então se celebraram: o jantar da municipalidade de Londres, precedido da cerimônia tradicional que figurava o visitante batendo às portas da cidade. O ex-imperador do Brasil, tido como príncipe-cidadão, libertador de dois mundos e fundador de governos livres,[1074] encontrou-as abertas e pôde transpô-las sem necessidade de pedir permissão. O jantar foi uma verdadeira ostentação das mais variadas iguarias. Houve centenas de pratos e abriram-se milhares de garrafas de vinho. A uma personagem obscura ou desconhecida não se tributaria

1073. Oliveira Lima – *op. cit.,* pág. 128.
1074. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.

tamanha distinção. Era um monarca sem trono, mas na verdade caro a todos os liberais do mundo, sem embargo do que lhe imputavam com fundamento os do Brasil. E era um moço de irradiante presença, cheio do prestígio de precursor, na América, das ideias vitoriosas na Europa depois de 1830, tocado do mistério das terras de onde chegava e da fama de múltiplas aventuras.

Novo convite dirigiu o rei a D. Pedro, desta vez para passar um dia em sua casa de campo, em Windsor, lá dormindo a noite de 21 para 22 de julho. Houve uma reunião a que compareceram todos os ministros e é de presumir-se que se tenha tratado da questão portuguesa, à vista do que fez o ex-imperador mal regressou ao hotel Clarendon: convocar para o dia 23 todos os negociantes portugueses estabelecidos em Londres, a fim de obter os recursos necessários à sonhada expedição contra o governo usurpador. Grande decepção: chamados mais de quarenta, compareceram apenas vinte e um capitalistas, e destes só quatro se prontificaram a entrar com quantias ínfimas. Esbarrava D. Pedro num dos maiores obstáculos da campanha libertadora: a míngua de recursos pecuniários. O pior era que muitos dos mais graduados partidários da causa da filha, como Palmela, julgavam-no riquíssimo, em condições de arcar em grande parte com os ônus da expedição; e, como não se resolvesse a custear de mãos abertas as despesas, passaram a pintá-lo mais sovina do que realmente era. Palmela, dando notícia à mulher da chegada do ex-imperador e de D. Maria II à Europa dizia: "Para nós o que bastaria é que quisesse desatar os cordões da bolsa, que suponho estar bem recheada, pois duas fragatas que nos desse bastavam para colocar a rainha no trono."[1075] Longe estava D. Pedro de poder fazer a guerra ao irmão com os bens que possuía, mas, se não hesitaria, na hora decisiva, em expor a vida, como em verdade o fez, recusava-se a despojar-se de todos os haveres e ficar sem "ter o que comer" e não "andar de camisa branca e engomada", segundo palavras suas.

Outros testemunhos existem acerca do comportamento de D. Pedro, em Londres, que não o deixam mal. Abreu e Lima escrevia: "O imperador admirou-me por suas maneiras e pela nobreza e *desinteresse*

1075. Maria Amália Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2.º, pág. 357.

absoluto com que pretende advogar e promover a causa da rainha. Aqui tem sido bem recebido e estou certo de que fará furor porque ninguém esperava o desenvolvimento de inteligência e de polidez que adquiriu por seu trabalho pessoal [....] chegou aqui domingo pelas 7 da tarde e tem-se prestado a receber toda a gente que o quer visitar. Já vieram o ministro da Áustria, Esterhazy, Beresford, etc. e muitos brasileiros e emigrados."[1076] O marquês de Resende, em longa carta ao conde do Lavradio, fazia minucioso relatório sobre as visitas recebidas por D. Pedro. Além do príncipe de Esterhazy, avistaram-se com o ex-imperador do Brasil o barão de Wessemberg, Neumann, o almirante Otway, grande amigo do rei da Inglaterra, lorde Clinton, tendo deixado cartões Wellington e Aberdeen. À visita de Palmerston seguiram-se as de Grey e Holland, todos membros do Gabinete. Não se esquecia Resende de salientar certas passagens bem características do feitio de seu amo. Assim é que, procurado por Melo Matos e Timóteo, diplomatas brasileiros, ministro e adido respectivamente, tratou com efusão o segundo e secamente o primeiro, talvez porque não lhe tivesse beijado a mão. Lorde Holland, encantado com D. Pedro, observou a Resende: "Temos um homem que felizmente é bem diferente do infante D. Miguel"; mas Wellington não o terá achado simpático, já que "a uma profunda cortesia o imperador retribuiu com uma vênia e nada mais", isto é, a uma curvatura de corpo respondeu com um simples cumprimento de cabeça, e ainda disse ao rei e à rainha da Inglaterra, fazendo-os rir: "Aquele é lorde Wellington; nunca lhe contestei nem contestarei seus talentos militares, mas afora eles, nada mais direi dele."[1077] E às visitas sucediam-se os convites para jantar em casa de lorde Hill, de *sir* Robert Otway, de Palmerston, de Holland, de lorde Saint Vincent, da duquesa de Kent, de lorde Hertford.

Em Londres, muita gente mais o procurou pessoalmente ou por meio de cartas. Ou porque soubessem que iria organizar a expedição em favor da filha, ou o imaginassem com grandes recursos, o certo é que não faltou quem se colocasse à sua disposição. Assim procederam James Ew-

---

1076. Lavradio, *op. cit.,* vol. II, pág. 15.
1077. Lavradio, *op. cit.,* vol. II, pág. 18.

bank, Bernard Castle e Baron de Bulow.[1078] A "Literary Union" nomeou-o membro honorário e os "Cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém" solicitaram audiência, que não obtiveram por falta de tempo. Quem logrou ser recebido por D. Pedro foi Neukomm. Uma dama austríaca, Marianne de Vogel, enviou seis bilhetes de uma rifa de quatro quadros pintados "par le moderne Claude Lorrain". No alto da carta, lê-se do punho do ex-imperador: "Responder negativamente."[1079] Nem por estar longe, esquecia-se dos filhos, fosse, embora, o que não conhecera nem conheceria jamais. Da última estada no Rio, a marquesa de Santos regressara grávida para São Paulo e, com a chegada de D. Amélia, D. Pedro não pudera ou julgara imprudente reconhecer o filho que ainda tivera com a paulista. De Londres, em seu nome, o marquês de Resende escrevia a D. Domitila, a 19 de julho, comunicando-lhe que a celeridade da partida do Brasil não permitira ao amo fazê-la ciente de suas intenções a respeito de Maria Isabel, nascida a 28 de fevereiro de 1830; mas queria que a menina viesse para a Europa, a fim de ser educada "com aquele cuidado e decência que exige a sua categoria", a exemplo do que fizera com a irmã "a Sra. Duquesa de Goiás".[1080] Não abandonava nenhum filho e não recuava diante das despesas com o seu sustento e a educação. A resposta da marquesa, decorridos cinco meses, exprimia certo despeito: "Quando ele se dignar de mandar buscar sua filha eu estou pronta para acompanhá-la por ter há longo tempo projetado, ainda antes dele dar essa grande prova de amor paternal, de ir a Paris a fim de dar a minha estimada filha a educação que ela merece."[1081] Simples projeto jamais realizado. O pai, às voltas com a guerra civil em Portugal e logo depois morrendo, não pôde cuidar mais de Maria Isabel, a futura condessa de Iguaçu, senão ao fazer testamento. Quanto à mãe, enlevada nos novos amores com Rafael Tobias de Aguiar, deixou que essa filha se educasse como a generalidade das meninas de então.

A ex-imperatriz D. Amélia e D. Maria II tinham ficado em Cherburgo. Isto concorreu para que D. Pedro não se demorasse mais

1078. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – docs. 4343 e 4360.
1079. Arq. do Cast. d'Eu – maço XVII – docs. 4344, 4358 e 4366.
1080. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4374.
1081. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIV – doc. 4480.

em Londres. O autor do *Diário da Viagem* diz que sua partida, a 24 de julho, se deu em consequência de convite de Luís Filipe, mandado por um expresso, para assistir em Paris às festas do primeiro aniversário das *"trois glorieuses journées"*.[1082] *L'Echo Français*, de 27 de julho de 1831, informou a respeito, transcrevendo notícia do *Moniteur*: *"L'empereur Don Pedro, arrivé aujourd'hui à Paris, a diné avec le Roi, et a assisté au concert qui a eu lieu au Palais Royal. L'empereur, qui devait repartir demain pour Cherbourg, a accepté avec empressement 1'invitation que lui a faite le Roi d'accompagner demain S. M., à cheval, dans les solennités qui auront lieu au Panthéon et à la Bastille. On espère que l'empereur pourra différer encore son départ, afin d'assister à la revue du 29, qui doit être une des plus belles revues militaires dont la capitale ait encore eu le spectacle."*[1083] Pela notícia do *Moniteur* dir-se-ia que o convite feito em Londres, a que alude o *Diário da Viagem*, fora apenas para os festejos do dia 27, inclusive o jantar no Palais Royal, pretendendo D. Pedro regressar a 27, a Cherburgo, onde deixara a mulher e a filha. Mas Luís Filipe queria que o convidado o acompanhasse, a cavalo, nas solenidades de 28, no Panteão e na Bastilha, e assistisse à parada militar a 29. Impossível seria recusar tais honras tanto mais que em conversa com Lavradio o rei qualificara de *"une insulte"* a hesitação do ex-imperador em ficar. Às homenagens de Londres e do governo britânico somavam-se as de Paris e do rei burguês. Na longa notícia de *L'Echo Français*, do dia 28, vale a pena destacar este trecho: *"A onze heures Louis Philippe, précédé et suivi d'une escorte de cavalerie, s'est rendu place de la Bastille, pour y poser la première Pierre d'un monument funèbre destiné a perpetuer le souvenir des trois journées. Le cortège a suivi la rue Saint Honoré, la rue Richelieu et les boulevards de Montmartre, Poissonnière, Saint-Denis, Saint-Martin du Temple. Don Pedro était à coté de Louis Philippe [....]; Le Roi a été accueilli par d'unanimes acclamations; il est descendu de cheval derrière le pavillon où il est monté accompagné de Don Pedro avec lequel il paraissait s'entretenir très familièrement. On le*

1082. Biblioteca Nacional – Ms II – 30 – 32 – 12.

1083. Biblioteca Nacional de Paris – *L'Echo Français* – LC2, 1246, e Conde do Lavradio, *op. cit.,* vol. II, pág. 32.

voyait faire remarquer à l'ex-empereur, avec une vine satisfaction, l'affluence du peuple et la brillante tenue de la garde nationalle et des troupes de ligne."

Aos liberais do Brasil, brigados com D. Pedro, haveria de intrigar essa acolhida cordial dos liberais de França e por certo lhes sugeriram interpretação menos lisonjeira estas palavras de *Le Temps*, a propósito da chegada do ex-imperador à capital francesa: *"On s'entretenait dans quelques groupes des circonstances assez singulières de l'arrivée inattendue à Paris de Don Pedro. Ce prince s'est fait annoncer hier au Palais Royal à l'instant où le Roi allait se mettre à table; introduit aussitôt, il a dit au Roi: Je viens demander à diner à Votre Magesté, c'est une visite que je lui fais, et je retourne ce soir à Londres. C'est avec peine que S.M. a decidé l'empereur à rester pour voir au moins une de nos fêtes."* A acreditar-se em tal versão, D. Pedro, que chegara a Paris a 26, de improviso, apresentara-se no Palais Royal sem convite, forçando como intruso um lugar na mesa de Luís Filipe. Boato malévolo e infundado. Convite houve, mas o que parece certo é que o ex-imperador não teve meios de comunicar que o aceitava e só chegou à última hora. Isso se depreende da carta de madame Adelaide a Talleyrand, de 30 de julho: *"Don Pedro est arrivé ici le 26, au moment où nous allions nous mettre à table; nous avions un grand diner ce jour-lá qui a été un peu retardé pour lui, et de la musique le soir, à laquelle il a aussi assisté, ainsi qu'aux trois jours de fête suivants."*[1084]

A versão da irmã do rei dos franceses é confirmada pelo conde do Lavradio. Narra este que, estando em Cherburgo, onde fora ao encontro de D. Maria II, se avistara com D. Pedro, ali chegado da Inglaterra na tarde de 24 de julho, e este lhe participara que partiria a 25 para Paris, a fim de cumprimentar Luís Filipe, fazendo-lhe sentir que gostaria de tê-lo em sua companhia; e Lavradio acrescenta: "Posto que o meu dever fosse acompanhar Sua Majestade Fidelíssima, enquanto se achasse em França, pareceu-me, contudo, que o mesmo serviço da rainha exigia que eu obedecesse aos desejos que me haviam sido manifestados por ordem do senhor D. Pedro; saí, portanto, de Cherburgo no dia seguinte, mas só cheguei a Paris no dia 27, havendo Sua Majestade chegado no dia 26, ainda a horas de aceitar o

1084. Talleyrand, *op. cit.,* vol. III, pág. 252.

convite que o rei lhe havia feito para jantar."[1085] O conde do Lavradio menciona expressamente o convite que fora dirigido ao ex-imperador do Brasil e diz ainda que este mereceu de Luís Filipe todas as honras e obséquios, guarda à porta da casa onde se hospedou, carruagens e cavalos à sua disposição e teve a acompanhá-lo o general barão Athalin, ajudante de ordens do rei. Comparecendo às festas no lugar que lhe competia, tornou-se figura de relevo nas comemorações do primeiro aniversário da Monarquia de Julho. Em meio aos vivas ao rei, a Lafayette, à liberdade, ouviram-se também vivas a D. Pedro. O jornal *Commerce*, frisando que o ex-imperador estivera sempre ao lado de Luís Filipe, aludiu aos cumprimentos que recebeu e ao interesse que despertou. Imitando o rei burguês, apertou a mão de quantos dele se aproximaram, esquecido do costume arcaico de sua corte do Rio, de beija-mão que aboliria pouco depois em Portugal.

Não surgira em Paris para tirar partido da ocasião, como um vulgar aventureiro, mas na qualidade de hóspede a quem se cercava do maior respeito e de reiteradas demonstrações de apreço. *L'Echo Français*, de 30 de julho, noticiava: *"Aujourd'hui Don Pedro a déjeuné avec le Roi; M. le baron Athalin a été le chercher à son hôtel dans une voiture de la Cour. Le Roi, à neuf heures, est sorti en calèche découverte, pour aller à la barrière du Trône, ayant à sa droit Don Pedro [....] à la revue, Don Pedro portait le grand cordon de la Légion d'honneur."* Depois de descrever o desfile das tropas, em meio das quais formavam sessenta e quatro batalhões da Guarda Nacional – a burguesia armada, o mesmo jornal dizia: *"L'empereur Don Pedro paraissait émerveillé de ce qu'il voyait."* Mas não se limitou o ex-imperador a maravilhar-se com o espetáculo que lhe era dado presenciar: procurou sondar o governo francês acerca de sua posição em face de D. Miguel. O ato do contra-almirante Roussin, forçando o Tejo e aprisionando navios portugueses, merecera apoio, e a prova estava na sua promoção a vice-almirante. O *National*, liberal avançado, escrevia: *"Don Pedro, après avoir accompagné le Roi pendant les fêtes et assisté jeudi dernier, au Palais Royal, à un conseil, dans lequel certains details sur la situation du Portugal, extraits des depêches du commandant de notre escadre du Tage, lui ont été communiqués,*

1085. Conde do Lavradio, *Memórias*, vol. II, pág. 33.

est parti avant-hier pour Cherbourg, afin d'y rejoindre son épouse et sa fille, et de s'embarquer avec elles pour l'Angleterre. D. Pedro continuera de s'y concerter avec le ministère anglais, sur tout ce qui a rapport aux droits de dona Maria et à sa reinstallation sur le trône du Portugal. Le Ministère français restera probablement étranger à ces transactions."

Acerca da reunião ou conselho realizado no Palais Royal, a que se referiu o *National*, Lavradio dá informações mais precisas. Estiveram presentes, além de Luís Filipe e D. Pedro, Casimir Périer, Sebastiani e o marquês de Resende, e o assunto principal foi a entrega da corveta *Urânia* e da charrua *Orestes*, tomadas pela esquadra francesa e surtas no porto de Brest. O governo francês dispunha-se a entregá-las desde que os tripulantes se declarassem a favor de D. Maria II, podendo em seguida tomar o rumo da ilha Terceira. De sua parte, o imperador queria a entrega pura e simples, visto que, segundo declarou, não podia responder pela sinceridade da submissão dos portugueses que guarneciam os barcos. Não houve, pois, acordo, mas Luís Filipe pediu a D. Pedro que se demorasse mais alguns dias em Paris, recebendo resposta evasiva, seguida de carta na qual o ex--imperador afirmava ter dado palavra de honra ao rei da Inglaterra de que logo regressaria a Londres. E D. Pedro partiu às 5 horas da manhã do dia 30 para Cherburgo, sem aquiescer sequer aos apelos de Luís Filipe para que deixasse a mulher e a filha. *"J'aurais voulu qu'il nous laissât ici sa femme et la petite reine sa fille"*, escreveu madame Adelaide a Talleyrand.[1086]

D. Pedro, ao contrário do que lhe increpava a mais que explicável sofreguidão dos emigrados portugueses, empenhava-se na defesa do trono da filha, antes mesmo de ter um pouso certo na Europa, e não alheio, indiferente ou hesitante. Só uma grande solicitude pela causa do liberalismo luso fá-lo-ia transpor de novo a Mancha e tornar a Londres, embora Luís Filipe quisesse retê-lo em Paris. Desta feita, levava em sua companhia a imperatriz D. Amélia e a rainha de Portugal e demorar-se-ia de 2 a 16 de agosto, habitando como da primeira vez o Clarendon Hotel. Renovaram--se as conversas com Palmerston e Grey sobre o meio mais eficaz de restabelecer a vigência da Carta constitucional, e o único plausível pareceu

1086. Lavradio, *op. cit.,* vol. III, págs. 34-35; Talleyrand, *op. cit.,* vol. III, pág. 252.

ser uma expedição militar organizada pelos partidários de D. Maria II, uma vez que não se poderia contar com a intervenção franca dos governos britânico ou francês. Mas para a expedição, tornava-se necessário levantar fundos, fazer um grande empréstimo, o que só se conseguiria captando a esquiva boa vontade dos homens da finança, dos banqueiros e prestamistas. Diante disso, surgia um certo desânimo. Tão cordial, porém, como da outra estada, foi a acolhida feita a D. Pedro. Cumprimentado logo à chegada em nome do rei, a 3 retribuía ele a visita em St. James, e no dia 4, a família real vinha ao Clarendon Hotel. A 13, Guilherme IV hospedou o ex-imperador, D. Amélia e D. Maria II na residência de campo em Windsor. A presença em Londres dessas personagens interessou a muita gente. Diante do Clarendon repetiram-se por vários dias grandes aclamações e no dia 14 mais de quatrocentos emigrados portugueses desfilaram diante de sua destronada rainha, pela segunda vez na capital britânica. Houve tempo para longos passeios e para uma visita ao túnel do Tâmisa. Afinal, a 16, depois de despedir-se do rei, partiu D. Pedro com os que o acompanhavam rumo a Paris. "Por estes sete dias parto para a França, pois Londres é mui caro e eu não posso com a despesa, apesar de andar com o prumo na mão; veremos se em França será melhor. Vou vender a minha prata e as joias para fazer um fundo, para poder viver e andar de camisa branca e engomada, sem dever a ninguém coisa alguma", escrevera no dia 9 a um amigo do Rio. Ideal burguês, preocupações de homem poupado.

L'Echo Français, reproduzindo nota do *Commerce*, dizia que, segundo cartas particulares mandadas de Londres, o ex-imperador do Brasil voltava à França devido ao embaraço em que se encontrava o rei da Inglaterra, às vésperas da sua coroação, em reconhecer abertamente D. Maria II como rainha de Portugal, embora isso não impedisse os mais ardentes votos pelo bom êxito dos planos contra D. Miguel. Como a indicar as disposições do governo francês, o mesmo jornal anunciava que a esquadra sob o comando de Roussin permanecia no Tejo e conservando em seu poder os navios portugueses apresados em garantia do pagamento das indenizações estipuladas. Outro jornal, de oposição ao regime inaugurado com a monarquia de julho – *La Quotidienne* –, propalava que a participação feita por D. Pedro ao conde Grey, sobre o ajuste de casamento de D. Maria II com o duque de Nemours, desagradara profundamente ao governo inglês e, em consequência, já

este se opunha a que continuassem sob a guarda do vice-almirante Roussin os navios portugueses apresados em Lisboa. Intrigas e boatos que não cessavam. Também se espalhou que o ex-imperador fora sondado em Londres por elementos *tories*, convencidos de que voltariam em breve ao poder, acerca de uma transação, em virtude da qual recuperaria o trono do Brasil, em troca do casamento da filha com D. Miguel, rasgada antes a Carta constitucional de 1826. Recusa formal: nem se sentaria num trono que já era do filho, nem se acumpliciaria com o irmão contra a Carta.

Bem feitas as contas, a causa da rainha menina não avançara substancialmente na segunda viagem de D. Pedro a Londres. A propósito da estada em Paris, Abreu e Lima, sem temer a cacofonia, escrevera a Lavradio: "Parece que há alguma avessa fada que envenena o que é bom e embrulha tudo." A fada avessa manifestara também seus poderes na capital inglesa. O mesmo missivista referia-se à impossibilidade de obter-se ali dinheiro e sem este não se poderia "pôr a procissão na rua", segundo a expressão jocosa do marquês de Resende. Embora o ex-imperador se tivesse prontificado a arriscar uma parte do que possuía, não encontrou maior acolhida entre os portugueses de Londres, e os capitalistas estrangeiros reclamavam garantias. Eram as informações de Abreu e Lima. Mais pessimista ainda se mostrava D. Leonor da Câmara, e a sua carta londrina refletia antiga má vontade contra D. Pedro: "Depois de estarmos aqui alguns dias, de ter andado a rainha sempre atrás da duquesa de Bragança, de ter aparecido em público sem distinção alguma, posta à mesa diante de todos, não só abaixo dos ditos duques, mas também da Hortênsia e de seu filho, acordou o imperador com a lembrança de que o governo inglês a não tratava como rainha e, tendo a certeza de que não, cara a cara com lord Palmerston, diz hoje que quer ir já para Paris. Os conselheiros têm sido como os figurantes de teatro; Ele é que fala, Ele é que escreve, ele é, enfim, quem tem ouvido *não* a tudo e a todos. Eu estou com dó dele, porque tudo lhe sai torto."[1087]

Não fora sem razão que, no Rio, D. Pedro apelidara D. Leonor da Câmara de "a rezingona", mas a verdade é que as coisas não caminhavam em Londres como desejavam os liberais portugueses. Não se arranjara

1087. Lavradio, *op. cit.,* vol. II, pág. 39.

dinheiro (o ex-imperador subscrevera inicialmente doze mil libras) e, embora já se tivesse conversado com Sartorius, futuro almirante a serviço da causa constitucional, em última análise, o governo inglês não se dispunha a declarar-se abertamente a favor de D. Maria II e esquivava-se a qualquer compromisso de ação militar. "Tornamos a achar quinta-essências do alambicado princípio da não interferência, e este governo está cada vez mais receoso da fortíssima oposição que lhe fazem os *tories*", queixava-se decepcionado o marquês de Resende, ao mesmo tempo em que aludia à anuência do Gabinete inglês em D. Pedro aproveitar-se dos oferecimentos e da boa vontade do governo francês. Ao ex-imperador do Brasil, Palmerston dissera que, embora não intervindo ostensivamente a favor de D. Maria II, seus partidários poderiam arranjar navios e soldados (salvo espanhóis); mais ou menos o que prometera Talleyrand. A homem do temperamento de D. Pedro não satisfaziam promessas vagas e logo se irritou, deliberando partir para a França, depois de escrever a respeito uma carta a Luís Filipe. Antes, porém, que chegasse a resposta, deixou a Inglaterra. A propósito, D. Tomás de Mascarenhas informava a Lavradio: "Não foi possível persuadi-lo [....] o *homem* que, segundo geral opinião, está louco, respondeu aos argumentos com injúrias, chufas e pulhas, e, apesar dum grande defluxo da imperatriz, meteu-se na carruagem e foi-se às carreiras." Talleyrand de seu lado confidenciava a madame Adelaide: *"Don Pedro est parti hier avec toute sa famille; il est peu content de son dernier séjour en Angleterre."*

Em França, D. Pedro que, na primeira estada em Paris, ficara em casa do marquês de Resende, foi habitar o castelo de Meudon, posto à sua disposição pelo governo de Luís Filipe. Era uma residência à altura da jerarquia do hóspede, com todos os requintes de gosto e beleza que dissimulavam um desconforto só perceptível por indivíduos afeitos a certos hábitos adquiridos na segunda metade de século XIX. Mais que precário seria tudo que dissesse respeito a água, banho e limpeza, mas, além dos salões, móveis, alfaias, tapeçarias, objetos de arte, tudo impregnado de passado ilustre e tradição, havia os jardins desenhados por Lenôtre, a vista, o panorama, a paisagem. *"La residence de Meudon parait plaire beaucoup à Don Pedro et à sa famille. C'est lui même qui a fait la distribution des logemens aux personnes de sa suíte"*, escrevia o *Courrier*, sem assinalar a propensão do ex-imperador para acumular funções, no caso, as de mordomo. Sempre fora

assim e não mudaria. Quem não deve ter gostado muito da hospitalidade concedida ao monarca destronado terá sido o conde de Castries, governador do castelo, que se viu obrigado a *"déguerpir"*, segundo anunciou o *Commerce*. Hospitalidade sóbria ou burguesa a que ofereceu a D. Pedro a França do *juste milieu*: *"les dépenses de Don Pedro et de sa famille sont à sa charge; mais il lui a été offert une sorte de garde d'honneur prise dans les voltigeurs du 16.ᵉ regiment"*, acrescentou o mesmo *Commerce*. Com dinheiro curto e mão parcimoniosa faria todas as suas despesas. Da letra de *Chalaça* existe uma folha de ordenados mandados pagar pelo ex-imperador em agosto de 1831. São nove nomes, da baronesa de Sturmeffeder ao cocheiro João, este com 125 francos mensais, aquela com 375. Quem mais ganhava era o médico, o dedicadíssimo Dr. Tavares, com 416 francos.[1088]

Nada mais natural que D. Pedro pretendesse gozar um período de repouso e de recolhimento antes de empenhar-se na grande aventura da reconquista do trono de Portugal. Mal saíra da luta do último triênio no Brasil e chegava a uma Europa que lhe disputava a atenção e a curiosidade não apenas nos aspectos da vida política. Estava em Paris e havia muita coisa ali que o interessava. Se o antigo erotismo parecia em declínio (nenhum caso amoroso lhe registrou a crônica nessa época), se a admirável dedicação de D. Amélia, grávida e nem sempre passando bem, o inclinava ao comedimento e à discrição, o teatro, a música, a leitura o atraíam mais do que nunca. E também toda a novidade da Europa a transformar-se materialmente sob o impulso da revolução industrial, e socialmente pelo triunfo completo da burguesia. Não lhe queriam permitir, porém, essa pausa e esse contato mais demorado com o mundo de que procedia, os emigrados portugueses, exaustos de tanto sofrer o tédio, as decepções, a amargura, as privações e as saudades de um longo exílio. *"Les esperances des refugiés portugais et espagnols se sont vivement réveillées depuis que Don Pedro est arrivé* [....] *Le projet des refugiés est de contracter un emprunt; ils en viendront facilement à bout si Don Pedro se prête à le demander en son nom, en manifestant l'intention de se servir des fonds de cet emprunt pour replacer sa fille dona Maria sur le trône de Portugal. Une fois la Constitution rétablie en*

1088. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4414.

Portugal elle ne tardera pas de l'être aussi en Espagne" – avançava o *Courrier,* misturando perigosamente a Espanha à questão portuguesa.

Solicitado embora pelos partidários políticos da filha a uma ação imediata, as dificuldades no preparo da expedição retiveram D. Pedro em Paris de agosto de 1831 a fins de janeiro de 1832. Foram quase seis meses, durante os quais se não lhe escassearam cuidados e preocupações, pôde conhecer algumas das personalidades mais em evidência na política e nas artes. Sem falar em Luís Filipe, passou a ter encontros frequentes com Lafayette, que pôs todo o seu prestígio a favor da causa de D. Maria II. Ministros como o conde Sebastiani ou o presidente de Conselho Casimir Perier foram visitá-lo[1089] em Meudon, onde parecia mais um monarca em vilegiatura do que um imperador sem trono. Retribuiu essas visitas, como as de Soult, Rigny, baron Louis e outros ministros. O marquês de Resende e Francisco Gomes da Silva não tinham descanso no trabalho de marcar audiências e responder cartas. O embaixador britânico Granville, o coronel Wilson, recomendado de Palmerston, o abade Garibaldi, encarregado de negócios do papa, diplomatas, militares, aventureiros de todas as marcas, alguns brasileiros, numerosos portugueses concorreram para que D. Pedro não tivesse a impressão de isolamento e abandono. O assunto das conversas e conferências era quase invariavelmente a política de Portugal. Não só portugueses se ofereciam para lutar, mas gente de várias nacionalidades, liberais franceses, espanhóis, ingleses. Um que se prontificou a colaborar foi Eugène de Monglave, saudoso dos anos que passara no Brasil. Não duvidando um instante de que a falada expedição militar contra D. Miguel só não se punha em marcha por falta de dinheiro, diligenciou encontrar quem quisesse financiá-la. Em carta de 8 de setembro, comunicava a D. Pedro: *"Un homme riche et constitutionnel vient me trouver et me charge d'offrir à Votre Magesté plusieurs millions de francs."*[1090]

Os milhões oferecidos por intermédio do tradutor da correspondência de D. Pedro com o pai parece que pouco tinham de moeda sonante. E era acima de tudo de dinheiro que se necessitava para a grande

1089. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4430.
1090. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4426.

empresa. O retardamento desta prevenia contra o ex-imperador os exilados portugueses, a sofrerem horrivelmente em Londres, em Paris e em diversas cidades marítimas da Inglaterra e da França. Murmurava-se no meio deles que o pai de D. Maria II se esquivava por medo, por covardia: o "cheiro de pólvora" fazia-lhe mal e saberia inventar "um de seus ataques" para não tomar parte na expedição. Os ataques a que se referia a maledicência recolhida por Rocha Pinto, em carta escrita de Londres a Francisco Gomes, não seriam as conhecidas crises epileptiformes, mas cólicas renais de que sofria D. Pedro desde 1828, quando, de Paris, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, ali estudando medicina, mandava ao então imperador um "aparelho de litotrícia – um litotritor – segundo o método do Dr. Civial", destinado a desfazer cálculos e facilitar a sua eliminação com as urinas.[1091] Convidado a assistir às festas da coroação de Guilherme IV, D. Pedro deixara de comparecer, desatendendo ao conselho que em tal sentido lhe dera Luís Filipe, e alegando um "ataque de areias", conforme carta autógrafa sua, de 3 de setembro de 1831, ao coronel Webster,[1092] emissário de Palmerston. Cólicas simuladas, segundo os constitucionais lusos. O *Chalaça* contou ao amo o que lhe mandara dizer Rocha. A injustiça magoou o ex-imperador e ele mesmo respondeu ao antigo valido, justificando-se. Trata-se de um documento altamente esclarecedor da conduta de D. Pedro na época e dos embaraços políticos e financeiros que o impediram de agir com a presteza sonhada pelos emigrados.

Recapitulando as acusações, o ex-imperador, sem se irritar, responde: "[....] quanto aos portugueses eu sei dar o desconto a infelizes que vendo que não se faz o empréstimo e julgando-se perdidos deitam a culpa de ordinário sobre quem a não tem e não olham as circunstâncias; quanto ao Webster nada digo, só lhe farei ver que ele é inglês e que é criatura de um governo que de combinação com este [o da França] quer ver como se poderá desembaraçar de minha filha, e por isso já até o *Cidadão* [o grifo *é* do original] me disse: *porquoi donc D.*

1091. Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXII – doc. 3783.
1092. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4418; Talleyrand, *op. cit.,* vol. III, pág. 293. Carta de Luís Filipe.

Marie ne va-t'elle pour les Açores? [....] O meu procedimento respeitante à causa da rainha é bem público, o que eu tenho dado e efetuado desde o Rio todos o sabem; o que os portugueses convocados em Inglaterra deram consta das suas respostas nas quais se prova que nada deram, que nem mesmo nada quiseram emprestar. Dizem que eu por cá nada tenho feito, isso é o que eles não sabem. V. sabe como o *Cidadão* [o grifo é do original] e o Ministério estão já comigo que lhes falei na ação indigna de Mr. Roussin pedindo providências [....] Que culpa tenho eu de se não fazer o empréstimo? Não emprestava eu na proposta aos portugueses 25.000 libras? Não me prestei a assinar como tutor, aprovando, como os contratadores exigiam? Não falei tantas vezes ao ministro inglês (como sabe) até que ele me desenganou, que nada faria tendo admitido o princípio da não intervenção e que bom seria (disse lorde Palmerston) que eu visse se França faria alguma coisa, vistas as propostas que me havia feito nos gloriosos [por ocasião do primeiro aniversário da revolução?]. Não vim eu, desenganado de que esse governo nada faria mais do que fechar os olhos ao que não fosse contra a lei, procurar auxílio neste, que nenhum quer prestar temendo que pela Áustria seja prestado ao *petit Bordeaux?* Que culpa tenho eu de se não fazer o empréstimo, quando todas essas propostas foram, segundo agora se me diz, manobra da Sta. Aliança? É preciso achar e direi que Lafayette procura por todos os modos ver se poderemos aqui contrair um empréstimo [....] Por que no ano próximo passado se não fez a expedição? Por falta de dinheiro. Logo o culpado do ano próximo passado é o culpado deste [é] a falta de dinheiro e não eu. Minha consciência não me acusa de ter deixado de fazer o que posso."[1093]

Palmela, chamado por D. Pedro, da ilha Terceira a Londres, para tratar da questão portuguesa, escrevia cheio de otimismo: "As conferências que nesses dias tive com lorde Palmerston e seus colegas não me deixaram dúvida alguma de que poderíamos contar pelo menos com o apoio moral do governo inglês, assim como com os seus bons ofícios junto do gabinete francês, e com a tolerância necessária para nos prestar um auxílio indireto

1093. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4422.

nos aprestos da expedição que se quisesse preparar."[1094] Um diplomata do feitio de Palmela saberia extrair das meias palavras e das reticências dos governantes ingleses motivos de esperança, senão de confiança; já um homem suspicaz como o ex-imperador tenderia a não esperar nada uma vez que não lhe prometiam tudo. Nessa carta a Rocha Pinto, de 6 de setembro, duvidava D. Pedro igualmente do governo britânico e do governo francês, achando que Luís Filipe, a quem tratava de "o cidadão", e Palmerston, não fariam mais do que "fechar os olhos ao que não fosse contra a lei". No fundo, seria o apoio moral a que se referia Palmela, mas isso lhe parecia muito pouco, desejando certamente ajuda mais concreta – dinheiro pelo menos, no caso de não lhe fornecerem tropas e navios. Mas, embora desconfiado, não poderia, sem flagrante ofensa à verdade, ser acusado de indiferente à causa da filha ou dela pouco zeloso. Acreditava na intervenção de Lafayette e estava à espera da obtenção do empréstimo. Sem dinheiro nada se poderia fazer, não bastando a bravura mais arrojada e o hábito do "cheiro de pólvora". Neste particular, mostraria em breve, na hora mais difícil, uma coragem tal, que deixaria atônitos os de maior abnegação e o faria ídolo de todos os soldados.

Enquanto não se conseguia o tão desejado empréstimo, D. Pedro dava a muitos dos adeptos da filha a impressão de dubiedade e incerteza. Mais: de alheamento e inclinação a vadiar. Lavradio escrevia: "Sua Majestade Imperial passa o seu tempo ou em divertimentos de caça ou em outros igualmente fúteis"; Abreu e Lima bradava: "Falta a paciência quando se considera que um homem, que poderia sem custo algum terminar tantas misérias e ganhar barato uma glória imortal, anda cuidando em cozinha e nos rabos de cavalo; bem diz ele que nasceu para carvoeiro"; e a condessa de Ficalho profetizava: "Se o imperador continua a passear e mais nada, Portugal acabou-se."[1095] A Palmela, chegado a Paris, a 27 de setembro, o ex-imperador não respondeu de maneira decisiva ao apelo feito para pôr-se à frente dos defensores de D. Maria II e assumir quanto antes o título e as funções de regente. Só no dia seguinte anuiu, buscando apoio para o seu ato na solicitação em tal sentido do governo e da deputação das ilhas dos Açores. Segundo o marquês de Resende, a

1094. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 389.
1095. Lavradio, *op. cit.,* vol. II, págs. 64, 68, 69 e 70.

imperatriz D. Amélia influiu bastante na decisão do marido. Constituiu-se logo uma espécie de conselho composto de Palmela, do conde de Funchal e de Cândido José Xavier, D. Francisco de Almeida, José da Silva Carvalho e Agostinho José Freire, declarando D. Pedro ao primeiro que o considerava como presidente do Conselho de Ministros e o incumbia de propor-lhe os outros membros do Ministério. Não tardou, porém, que Palmela notasse no ex-imperador hesitações ou reservas, levadas pelo grande diplomata à conta de versatilidade de caráter ou de intrigas de Agostinho José Freire.[1096] Acessível a intrigas e de seu natural desconfiado era sem a menor dúvida D. Pedro, que não mudaria ao aparecer como duque de Bragança. Mas nenhum desses portugueses "constitucionais" considerava a vida pregressa do príncipe a quem aflitos recorriam e de quem tudo esperavam. Até Palmela, tão inteligente, tão fino, tão sagaz, tão vivido, parecia esquecer-se de que o pai de D. Maria II se tornara brasileiro não apenas por ambição política, senão também por múltiplos laços e vínculos capazes de prender um homem a uma terra: a longa residência de mais de duas décadas para quem contava ao deixá-la apenas 32 anos de idade, a infância, a adolescência, uma exuberante juventude, a grande aventura da Independência brasileira, o nascimento dos filhos, o trono de um deles, recordações afetivas, lembranças do espírito, um passado a que não faltava glória. Por ter abdicado não eliminara de repente tudo isso da memória, não se metamorfoseara em português. Adotara o Brasil porque nele se integrara, com ele se fundira para sempre. Por essa mesma época, em que se dispusera a chefiar o movimento de reconquista do trono de Portugal usurpado à filha, escrevia para o Rio de Janeiro ao filho D. Pedro II: "Não posso [....] deixar de por este modo como bom brasileiro felicitar-te pelo dia de hoje." E pouco depois: "Não posso deixar de te recomendar que estudes e que te faças digno de, um dia, imperar no Brasil, minha pátria."[1097] "Bom brasileiro", "Brasil, minha pátria", eis as palavras do duque de Bragança, que no seu brasão de armas inscrevera como legenda o título de "Defensor Perpétuo do Brasil".

1096. Maria Amália Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 392.

1097. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCII – doc. 4448 – Cartas de 19 de outubro e 5 de novembro de 1831.

Tais sentimentos atuariam em D. Pedro para torná-lo, aos olhos dos portugueses, menos decidido no propósito de assumir a direção da campanha contra D. Miguel. Não teria ele, entretanto, a natureza multíplice que sempre se lhe reconheceu se não apresentasse essas alternativas, essas variações. Mas outros fatores determinariam o que pareceu vacilante na sua conduta de então. Em primeiro lugar estava a decepção que lhe causou não poder contar com o apoio decisivo, franco, material dos governos inglês e francês. Menos sutil do que Palmela, acreditaria com dificuldade em apoio moral de governos. Depois, custaria a orientar-se em meio aos grupos e correntes em que se dividiam os emigrados portugueses. Se havia entre alguns divergências superficiais, outros se contrapunham como adversários inconciliáveis. Onde estivesse Palmela, com a sua moderação de gentil-homem liberal, não poderia ficar Saldanha, frequentador das rodas dos políticos mais avançados da França e amigo do chefe revolucionário espanhol general Mina, a cuja recente tentativa de rebelião contra o governo da Espanha se associara. Palmela, que tão grandes serviços já prestara e prestaria a D. Maria II, não inspirava simpatia a D. Pedro, sujeito como qualquer indivíduo a essas atrações ou repulsas pessoais nem sempre explicáveis. Por tudo que se sabe do filho da "sempre noiva", do amante de madame de Staël, do Osvaldo idealizado em *Corina,* devia ser um tipo encantador, mas que desagradou, pela polidez a que não faltava franqueza, pela autoridade disfarçada em cortesia, a esse outro sujeito encantador à sua maneira que era o duque de Bragança. Juntou-os a mesma causa e com ela foram juntos até o fim, até a vitória, sem que, porém, nunca realmente se entendessem.

Talvez entre Palmela e Saldanha, D. Pedro preferisse pessoalmente este, mas a verdade é que, por conveniências políticas, para não provocar a Espanha e não desgostar a França, dele se mantinha distante e na hora da expedição o excluiria, informando-o de que assim procedia por exigências do Ministério francês.[1098] Não obstante o afastamento em que se conservou de Saldanha, não lhe seria possível, até por uma questão de delicadeza, evitar todos contatos com elementos ultraliberais franceses e espanhóis, que o visitavam. Parece que a esse respeito foi interrogado por Sebastiani e Casimir

---

1098. Maria Amália Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 393.

Perier, resultando daí a sua mudança do castelo de Meudon para a casa que alugou em Paris, na Rua de Courcelles nº 10. Melindrara-se com a interpelação[1099] ou preferira ficar mais à vontade, mais perto do centro da cidade e provavelmente despendendo menos, visto que a hospedagem em Meudon não incluía alimentação e outros gastos forçados. Viveu aí "com a maior economia, regularidade e ordem", disse o autor do *Diário da Viagem.*[1100] A mudança para a Rua de Courcelles efetuou-se nos últimos dias de setembro ou primeiros de outubro e não trouxe aparentemente pelo menos nenhuma alteração nas relações de D. Pedro com Luís Filipe. *L'Echo Français* noticiava: *"L'Empereur Don Pedro et l'imperatríce sa femme étaient hier soir à l'Opéra dans la loge du roi."* Isto acontecia a 12 de setembro, conforme se verifica da carta do barão Athalin ao marquês de Resende, oferecendo o camarote real[1101] na Ópera para a representação do *Comte Ory.* A 27 de setembro o barão Berthier escrevia a Resende convidando D. Pedro e D. Amélia para um concerto no dia seguinte, no Palais Royal.[1102] Pouco depois o mesmo jornal informava: *"Don Pedro a fait dans la soirée une visite au roi et à la reine."* Se algumas dessas trocas de cortesias eram anteriores à passagem do duque de Bragança para a Rua de Courcelles, outras seriam posteriores e prosseguiriam até a ocasião de sua partida para a Terceira. Desconfiado com o "Cidadão", nem por isso se portaria D. Pedro como um energúmeno. Afinal, não obstante as precauções e reservas do governo francês, contava com a sua simpatia e estava a aproveitar-se o mais possível dela. Sentia-se melhor em Paris do que em Londres, talvez porque falava bem a língua francesa, talvez também por

---

1099. Oliveira Lima – *D. Miguel no trono*, p. 159. Com a mudança para a Rua de Courcelles, voltava D. Pedro ao trem de vida que almejara ao chegar à Europa, como se verifica da carta que dirigiu de Cherburgo a José Marcelino Gonçalves: "Tomo a liberdade [....] de lhe pedir que haja de me alugar uma casa na Rua de St. Honoré [....]. Como poderá pensar que eu desejo um palácio mister é que o advirta que fui imperador que tratou da pátria e não de si, e por isso nada possuo: portanto, uma casa barata e decente é o que me convém." Recusara antes o oferecimento do hotel de Mônaco por não poder acomodar nele toda a família. Carta de Resende, *in* Lavradio, *op. cit.,* vol. II, p. 84.

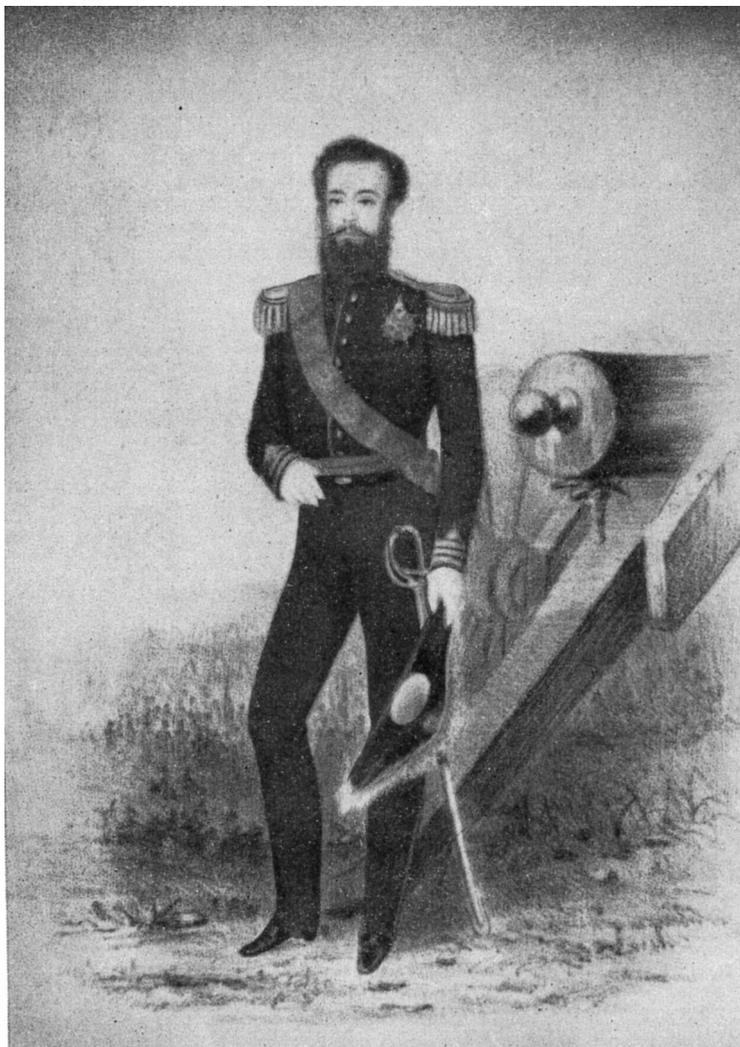
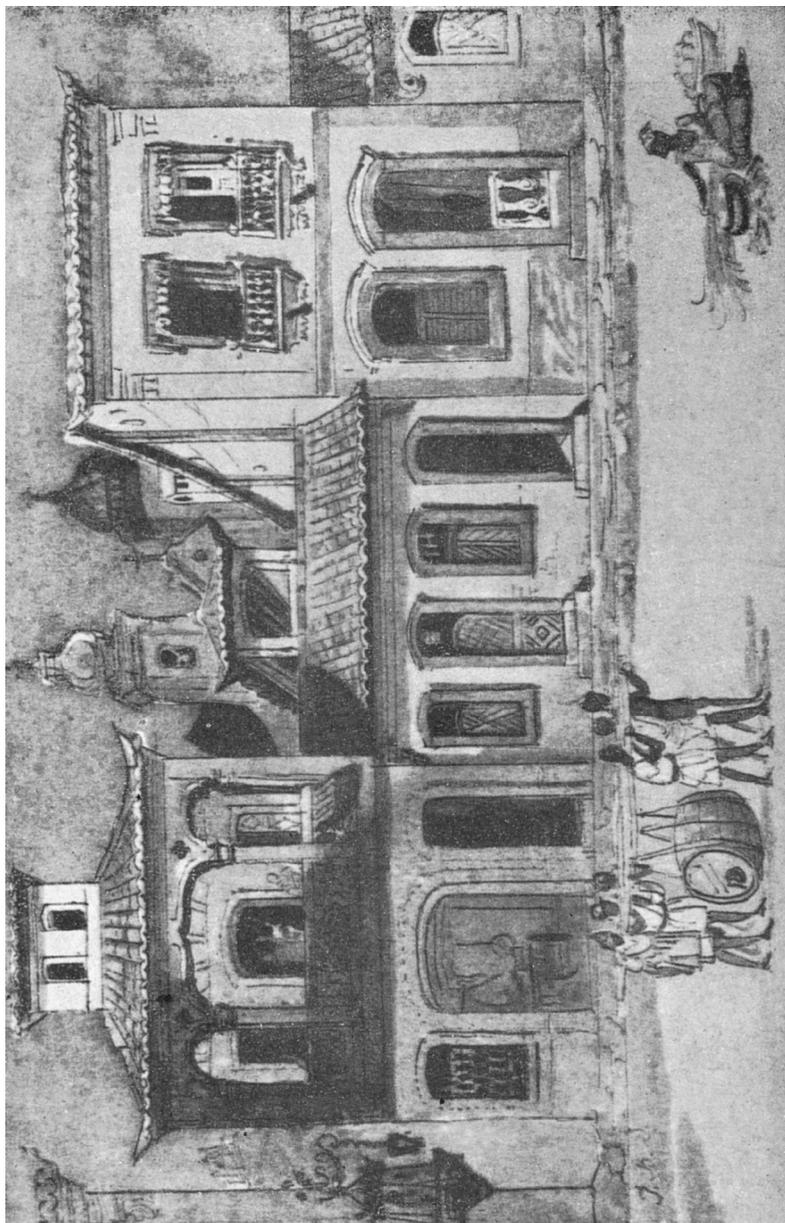
1100. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.

1101. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4428.

1102. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4437.

sugestão de D. Amélia. Em Paris, sobretudo depois que se mudara para a Rua de Courcelles, fazia longos passeios, entrava em lojas como "simples particular", embora, ao aparecer em certos lugares, logo houvesse quem o identificasse, de tal maneira se transformara numa personagem parisiense de que tanto se ocupavam os jornais. Também ele se aprazia em surpreender brasileiros de passagem na capital francesa ou nela radicados por algum tempo. Foi o caso do seu encontro com o então jovem Manuel de Araújo Porto Alegre, a estudar Belas-Artes em Paris. Conta o depois barão de Santo Ângelo que, estando no Bulevar das Capucines, a ver umas estampas, "sentiu uma forte pancada no ombro, olhou e ficou atônito vendo D. Pedro I a rir-se para ele: – Que faz aqui, Sr. Araújo, pois também emigrou? – Não, senhor, vim estudar a minha arte e vim com o Sr. Debret".[1103] E o ex-imperador, perguntando por Debret e dizendo-o homem virtuoso, teria oferecido a sua casa "na Rua da Pepinière nº 27".

Deve haver engano de Porto Alegre quanto ao endereço dado por D. Pedro, mas o episódio demonstrava mais uma vez a simplicidade do príncipe que gostava de ser tratado como homem. Em Paris podia entregar-se em larga escala a um dos seus divertimentos preferidos – o teatro. Não ia só à Ópera a convite de Luís Filipe: esgotava todos os gêneros, sem desprezar a comédia ligeira, em que a nota satírica alternava com a erótica. Mas o seu espetáculo favorito, dada a antiga melomania, era o musical. Aparecia assiduamente no Théâtre des Italiens; lá o viu pela primeira vez o marquês de Fronteira;[1104] e frequentava também o Théâtre Français, no camarote real. Grande prazer teve em conhecer pessoalmente um compositor que admirava desde o Brasil – Rossini. Este lhe ofereceu partituras e D. Pedro acabou mostrando ao maestro italiano composições de sua lavra. Habituado a ouvir no Rio de Janeiro músicas e hinos seus tocados e cantados em cerimônias públicas, não recusou a proposta de Rossini para a apresentação de uma de suas sinfonias, pela orquestra do Théâtre des Italiens, na noite de 30 de outubro de 1831.[1105] Um crítico teatral da época, alemão Ludwig Boerne, no livro *Cartas de Paris,*

1103. Hélio Lobo – *Manuel de Araújo Porto Alegre,* p. 113.
1104. *Memórias,* partes 3ª e 4ª, p. 203.
1105. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.

D. Pedro, duque de Bragança.
Desenho de A. J. Rocha – Lit. de A. de Pinho

Casas do Rio de Janeiro no tempo de D. Pedro I
Aquarela de J. B. Debret.

dá dessa exibição a seguinte notícia: "Domingo passado houve no Théâtre des Italiens um concerto a que eu não assisti. Começou por uma '*ouverture à grand orchestra*' e calcula o senhor de que compositor? De D. Pedro, imperador do Brasil. É supérfluo dizer que a música era detestável. O senhor imperador andaria mais acertado enxotando o seu irmão sanguinário de Portugal e não os pacíficos espectadores do teatro. Falei pelo menos com 'alguém' que não gostou da música imperial e por causa dela deixou o teatro."[1106] Provavelmente Boerne teria razão, mas opinou por informação de terceira pessoa, visto que não ouviu a *"ouverture à grand orchestre"*.

Primeiro em Meudon, depois na casa da Rua de Courcelles, formara-se em torno de D. Pedro uma pequena corte, na qual figuravam não apenas Resende e Gomes da Silva, Palmela e Cândido Xavier, Lavradio e Agostinho Freire: o marquês de Fronteira, por exemplo, então com 28 anos, exilado por suas ideias constitucionais, sentia-se feliz em visitar D. Pedro, jactando-se depois de ter sido, juntamente com o conde da Taipa e o comendador Almeida, mestre de dança do pai de D. Maria II.[1107] Não sabia dançar, como assevera Fronteira em suas *Memórias,* ou ignorava as últimas danças em moda, talvez a quadrilha marcada à francesa? Afirma ainda o memorialista que frequentava os mesmos bailes a que ia o duque de Bragança, aludindo a um, de grande aparato, oferecido pelo embaixador da Rússia, Pozzo di Borgo, a externar as preferências do seu imperador pela legitimidade representada pela jovem rainha sem trono, mas omitindo o oferecido por Casimir Perier em que o ex-imperador esteve presente. Grandes bailes deu também Luís Filipe nas Tulherias e neles a personagem mais festejada era Lafayette, que comparecia de casaca e sem nenhuma condecoração. Não faltavam convites a D. Pedro, e a sua estada em Paris teve esse lado mundano, que servia para compensá-lo dos aborrecimentos decorrentes do desgosto causado em certos círculos da emigração pela demora no preparo da expedição. "Começaram a aparecer libelos também contra o imperador", registrou Palmela,[1108]

1106. Citado por Victor Wittkowski – "Notas sobre D. Pedro I", *Correio da Manhã,* de 9 de setembro de 1951.

1107. *Memórias,* partes 3ª e 4ª, p. 204.

1108. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 392.

afirmando Fronteira que o general Saldanha, Rodrigo Pinto Pizarro e os irmãos Passos tentaram desacreditá-lo.[1109] Embora evitando ingerência direta na questão portuguesa, Luís Filipe timbrava em demonstrar a D. Pedro a maior consideração, como se vê desta carta do barão Athalin, ajudante de campo do rei, de 22 de outubro de 1831, ao marquês de Resende: *"Le roi a pensé qu'il pourrait être agréable* à *S. M. I. le duc de Bragance d'assister à la revue qui doit avoir lieu demain, dimanche, 23, dans la Cour des Tuileries et sur la place du Carroussel, et Il m'a chargé de vous demander de faire connaitre* à *S. M. que cette revue aura lieu à 11 heures, à moins qu'elle ne manifeste l'intention d'y point venir. Les ordres seront donnés pour qu'un cheval soit tenu prêt à sa disposition. Après cette revue, à 2 heures après midi, le roi a l'intention de se rendre à Vincennes, pour y assister a un exercice à feu. Si S. M. I. esperait trouver du plaisir dans la vue de cette experience et s'il entrait dans ses vues d'y assister, je suis également chargé de vous demander de faire connaitre à Sa Magesté Imperiale que le roi la menerait avec plaisir avec lui à Vincennes, où un cheval serait également tenu à sa disposition."*[1110]

Não poderia D. Pedro recusar tal convite e no pátio das Tulherias, na Praça do Carrossel e em Vincennes apareceu a cavalo, ao lado de Luís Filipe, como nas festas do primeiro aniversário da Revolução de Julho, diante de uma multidão na qual se encontrava Heine, conforme o registro em *Atualidades francesas:* "[....] Sua Majestade [Luís Filipe] a cavalo sobrelevava a multidão, em parte como triunfador forçado, em parte como prisioneiro voluntário, obrigado a fazer figura decorativa num cortejo triunfal; um imperador destronado cavalgava simbolicamente ou quiçá profeticamente ao lado dele [....]."[1111] Se um poeta via assim sem simpatia o ex-imperador, outro, embora de menor fama, o italiano Briccolani, tradutor dos *Lusíadas,* prestava-lhe homenagem, numa carta em que se socorria de versos de Camões:

1109. *Memórias,* partes 3ª e 4ª , pág. 206.
1110. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4428.
1111. Victor Wittkowski – "Notas sobre D. Pedro I", *Correio da Manhã,* de 9 de setembro de 1951.

Só me falece ser a vós aceito
De quem virtude deve ser prezada.[1112]

Outro versejador, E. F. C. Dubois enviava-lhe um poema contra a usurpação do trono português, chamando o usurpador *"l'ogre Miguel"*.[1113] Ainda que D. Pedro quisesse escapar ao papel que lhe ia tocar na defesa do trono de D. Maria II, as circunstâncias não lhe permitiriam, sem grande desdouro, essa evasão. De todos os lados um cerco de apelos, pedidos e até intimações o premia a não retardar mais a expedição reivindicadora. Nem ele quedava indiferente, nem os mais prestigiosos adeptos se conservavam inativos. Ao contrário, as diligências continuavam com afinco e tudo dependia da obtenção de recursos, do arranjo do dinheiro indispensável à mobilização de tropas e navios.

Talvez o duque de Bragança lobrigasse uma vantagem na demora de sua partida para os Açores: estar ao lado de D. Amélia por ocasião de seu parto. Tal era o homem, tal era o pai a cuidar dos filhos desde o primeiro vagido. D. Leopoldina não dera à luz uma vez agarrada ao pescoço do marido, como este contou em carta a D. João VI? O príncipe, que se sagraria breve um guerreiro bravo entre os mais bravos, nem por isso perdia nada da sua solicitude paternal, antes a apurava em requintes de ternura. Com os filhos que tinham ficado no Brasil derramava-se em cartas da maior efusão, para "Nhonhô", que era apenas D. Pedro II criança, "Chiquinha", futura princesa de Joinville, nora de Luís Filipe, Paula e Januária. Desforrava-se das saudades dos filhos ausentes, desdobrando-se em carinhos com a pequena bastarda, a duquesinha de Goiás, que saía de vez em quando do convento do *Sacré Coeur,* na Rua de Varennes nº 41, para passar uns dias na Rua de Courcelles. D. Amélia, prestes a ser mãe, vencera a prevenção dos primeiros tempos e acolhia generosamente a menina. Não, certamente não desejava D. Pedro deixar a mulher nas últimas semanas de gravidez e queria estar presente ao nascimento do filho. Para acompanhar D. Amélia viera de Munique sua mãe, a receber obséquios do rei-cidadão. Mas era o

---

1112. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4382.
1113. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4420.

marido e cabia-lhe amparar a mulher na hora difícil. O outono estava ainda em meio, mas a temperatura começava a baixar um tanto bruscamente, obrigando a grandes agasalhos o ex-imperador, afinal um brasileiro afeito ao calor tropical do Rio e que com o clima frio só possuía a experiência das estadas na fazenda do padre Correia, na serra da Estrela, já que pouco se recordaria de Lisboa. A 4 de novembro presenciava espetáculo inédito para um carioca adotivo: as primícias de neve de um inverno temporão.

A entrada da nova estação não alterou os hábitos de D. Pedro. Vale a pena acompanhar-lhe, em resumo, a vida quotidiana, através do diário[1114] que a registrou. Dia 1º de novembro: ouviu missa em companhia de D. Amélia na igreja de S. Filipe de Roule. Dia 2: recebeu o secretário particular da 1 às 3 da tarde, saiu, demorando-se na rua até 5 horas e jantou às $5^1/_2$. Dia 3: recebeu uma grande comissão de emigrados, que o convidou a tomar parte na expedição; entre os presentes se encontrava o capitão-tenente Limpo de Abreu, patriota português, irmão do futuro visconde de Abaeté. À tarde, saiu e comprou pessoalmente "várias galanterias" para mandar aos filhos. Denotava grande comoção, provavelmente dominado pelas saudades. Dia 4: chuva, neve. Ficou em casa a arrumar os livros e a fazer do próprio punho um catálogo. Dia 5: conferência de três horas com Cândido José Xavier e o conde de Funchal. À noite foi com D. Amélia, grávida de oito meses, e D. Maria II, ao teatro "des Italiens", onde cantavam Lablache e Rubini, "maravilha de toda a Europa". Voltou para casa à meia-noite. Dias 6 e 7: não saiu. O frio aumentava. Divertiu-se tocando clarinete e flauta. Dia 8: recebeu o secretário particular e saiu às 2 da tarde, entretendo-se por mais de uma hora em atirar ao alvo com diferentes armas de fogo, em que era exímio. À noite, ocupou-se em tirar para música de pianoforte as marchas de sua composição, tocadas durante as paradas imperiais no Rio de Janeiro. Ofereceu-as depois às filhas de Luís Filipe. Dia 9: recebeu a visita da sogra, princesa D. Augusta Amélia, viúva do príncipe Eugênio. Dias 10, 11 e 12: trabalhou com o secretário. Dia 13: foi ao teatro "des Italiens". Dia 14: ficou em casa lendo cartas dos filhos e de amigos chegadas pelo último paquete. Dias 15 e 16: ocupações

1114. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.

habituais, conversas com amigos. Dia 17: visita a uma exposição de pintura no Palácio de Luxemburgo. Dias 18 e 19: não saiu de casa. Dia 20: esteve à noite na Ópera. Dia 22: jantou nas Tulherias com Luís Filipe. Jantar em homenagem à duquesa de Leuchtenberg. Dia 1º de dezembro: D. Amélia deu à luz uma menina, a princesa Maria Amélia.

O nascimento de mais um filho deveria causar pequeno alvoroço em pai tão numerosamente prolífero. Tal não seria, porém, o caso de D. Pedro. Todos os filhos lhe eram bem-vindos e a todos reservava uma afeição vigilante. Vários motivos faziam-no particularmente atento e preocupado na ocasião do nascimento dessa menina. Antes de tudo, era uma filha que lhe dava a segunda imperatriz, ao cabo de dois anos de casados. A demora em fecundar D. Amélia produzira-lhe grande aborrecimento, dando-lhe porventura uma impressão de incapacidade. Depois, estava em país estrangeiro, num exílio que, a despeito de circunstâncias extraordinárias, não deixava de ser forçado, e o parto da mulher ali lhe criava casos de consciência e problemas políticos. Mas não hesitou um instante: brasileiro, a filha nascida embora em Paris seria também brasileira, princesa brasileira. Alguns dias antes, o marquês de Resende, em seu nome, escrevera a José Joaquim da Rocha, ministro do Brasil, prevenindo-o de que D. Amélia estava prestes a ter um filho com direitos eventuais à coroa brasileira, na forma do artigo 117 da Constituição, e convidando-o a assistir ao ato e a assinar o termo como testemunha.[1115] Ao termo de nascimento da menina, que recebeu os nomes de Maria Amélia Augusta Eugênia Josefina Luísa Teodolinda Elói Francisco Xavier de Paula Gabriela Rafaela Gonzaga, assinaram dezoito testemunhas, das quais quinze introduzidas no quarto afirmaram tê-la visto ainda presa pelo cordão umbilical. Entre as testemunhas estavam o ministro J. J. da Rocha, o barão Pheffel, ministro da Baviera, Gustavo C. F. Lavenhieln, ministro da Suécia, o conde de Flahaut, par de França, o conde de Montesquieu, Planat de La Faye, gentil-homem da casa ducal de Leuchtenberg, o marquês de Resende, o marquês de Maceió, os indefectíveis Francisco Gomes da Silva e João da Rocha Pinto, os antigos médicos do paço barão de Inhomirim e barão da Saúde, o diplomata brasileiro Luís

1115. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4474.

de Sousa Dias, o Dr. Tavares, médico que fez o parto, o professor Orfila, médico da duquesa de Goiás. Houve quem se recusasse a comparecer: o cônsul-geral em Paris Francisco de Paula Ferreira de Amorim, talvez com escrúpulos políticos que não assaltaram José Joaquim da Rocha, o patriota do "Fico" e homem de confiança da Regência.

Assediado por portugueses, na iminência de partir à frente da expedição vingadora da causa de D. Maria II, continuava D. Pedro a considerar-se brasileiro. A 1º de dezembro nascera a filha e fizera questão de que estivesse presente o ministro do Brasil; a 2 completava seis anos o imperador D. Pedro II e lá se foi à casa de José Joaquim da Rocha apresentar-lhe cumprimentos pela data. Nesse mesmo dia, deu um grande jantar de mais de quarenta talheres a que estiveram presentes D. Maria II, a duquesa de Leuchtenberg, José Joaquim da Rocha e um filho, dois adidos da legação brasileira, o conde de Appony, ministro da Áustria, o barão de Pheffel, ministro da Baviera, o ministro da Suécia, D. Francisco de Almeida, ministro de Portugal, o barão Athalin, ajudante de campo do rei dos franceses, representando este, o deputado e jurisconsulto Vatemesnil, a infanta e o marquês de Loulé, o marquês de Resende, Gomes da Silva e Rocha Pinto. Jantar demorado, que se prolongaria de 6 horas da tarde às 9 da noite e teria desagradável remate. Para o homem de nervos vibráteis a cerimônia perderia o caráter convencional no momento em que uma centelha emotiva lhe tocasse o fundo da sensibilidade. No fim do banquete, com os brindes de costume, ao serem lembrados os pequenos príncipes que tinham ficado no Brasil, D. Pedro sentiu-se mal, sendo obrigado a abandonar a mesa. Falou-se em vertigem e com certeza foi um acidente nervoso da natureza dos que sofria desde a infância, ora mais violentos, ora mais ligeiros, embora uns e outros característicos do mesmo mal. Comovera-se em extremo com a lembrança dos filhos e, fatigado pela vigília da véspera, fraqueara. Recolhido ao quarto, ainda às 11 horas da noite continuava a queixar-se de grande mal-estar. No dia seguinte, 3 de dezembro, indisposto, não saiu, recebendo a visita de Luís Filipe e da família real francesa. No dia 4, embora bastante melhor, permaneceu em casa e por certo repetiu o que tantas vezes já fizera em outras ocasiões e com outros filhos: contemplou longamente no seu berço Maria Amélia, a decifrar-lhe na face minúscula traços de semelhança. Com quem? Com ele, com a mãe, com a avó Carlota Joaquina, com a avó materna, com a bisavó Josefina?

A 5 D. Pedro amanheceu bem e saiu às 2 horas a passeio até as Tulherias, voltando depois das 4. Entre os dias 6 e 10 de dezembro fez novos passeios, às vezes de carro, devido ao tempo. A ex-imperatriz, de resguardo, passava muito bem. A 11, o duque de Bragança foi à missa em São Filipe de Roule e recebeu de volta, na Rua de Courcelles, o almirante Sartorius, vindo de Belle-Isle, e com ele se entreteve em conversa até ao meio-dia. Saiu depois em visita à duquesinha de Goiás, trazendo-a para jantar. À noite fez uma sessão de música. O encontro com Sartorius era sinal de que a expedição contra D. Miguel passara do terreno de simples plano e conjetura para o da realidade. Conseguira-se afinal o tão desejado empréstimo, não do Tesouro britânico, como no começo levianamente se pensara, sem cuidar que só o Parlamento poderia autorizar a operação, nem tampouco por subscrição de patriotas constitucionais, embora alguns a isso se prestassem – Henrique José da Silva e Manuel Joaquim Soares, por exemplo –, mas por intermédio de homens de negócios estrangeiros, o francês Ardoin e o israelita espanhol Mendizabal, este último agindo também movido por impulso idealista, visto que, liberal sincero, fiava que a implantação do constitucionalismo em Portugal se propagasse à Espanha.[1116] A muitas portas se batera em vão – de Poulain, dos Fould, Rougemont de Lowemberg, Lafitte, Dériles, Benard, Bersolle, Marberly[1117] – e por não poucas humilhações se passara, como a da casa Rothschild ter deixado de honrar um crédito de 12.000 libras aberto pelo ex-imperador.

Estava vencida a fase em que, embora disposto a ir defender em Portugal o trono da filha, D. Pedro hesitava no tocante aos meios e à oportunidade, dando aos emigrados constitucionais a impressão de cuidar antes de seus interesses particulares e preferir a quietude da vida de família aos riscos de uma campanha política. Assim o haviam julgado em Londres Abreu e Lima, Mousinho da Silveira, José da Silva Carvalho, quando ele protestava que possuía pequena fortuna suficiente apenas para viver com a família; que não queria ser dependente e não arriscaria o futuro em empresas pouco seguras; que não acreditava em empréstimos; nem confia-

1116. Oliveira Lima – *op. cit.,* pág. 157.
1117. Vitorino Nemésio – *Exilados,* pág. 191, e Lavradio – *Memórias,* vol. II, pág. 104.

va em governos.[1118] Menos cordiais tinham sido alguns de seus encontros com os emigrados londrinos e só anuíra em arriscar 25 a 30.000 libras no empréstimo a ser negociado, depois de ouvir recriminações e queixas pouco lisonjeiras. Forte repulsa opusera também a assinar o empréstimo, na qualidade de tutor de D. Maria II, como exigia o banqueiro Ardoin; Mousinho da Silveira chegara a dizer-lhe que "não tratasse negócios políticos como questões de cifras", e Abreu e Lima, mais impetuoso, alvitrara que se abandonasse a causa liberal, uma vez que o ex-imperador se negava a uma formalidade que apenas daria força moral à operação. Cedera por fim, e todos, D. Pedro, Abreu e Lima e José da Silva Carvalho, reciprocamente se desculparam da veemência de certas palavras. "Nossos sofrimentos, senhor, a lembrança de termos nossas famílias perseguidas e martirizadas, devem servir-nos de desculpa", teriam dito os dois últimos. Em seguida a essa conversa com o duque de Bragança, Abreu e Lima escrevera a um correligionário em Paris: "Esta conferência deixou-me convencido de que Sua Majestade carece de que se lhe fale com energia, de que o seu caráter e o seu coração são excelentes, mas de que, não obstante o seu juízo claro, lhe falta ânimo resoluto, séquito nas ideias, constância e firmeza nos projetos, e o esquecimento generoso das considerações mesquinhas de dinheiro que deviam desaparecer à vista dos grandes interesses e da perspectiva de glória e mesmo de felicidade própria que se apresentam a Sua Majestade Imperial."[1119]

Não se poderia dizer que o modelo estivesse grosseiramente desfigurado no retrato pintado por Abreu e Lima, mas o que nem ele nem os seus companheiros de emigração queriam admitir era a mais leve dúvida em D. Pedro a respeito dos riscos da empresa que ia ser tentada. Desesperados por tantos reveses e sofrimentos, horrorizava aos liberais portugueses a ideia de que se estava perdendo a melhor ocasião e de que concorria para isso o instrumento ideal para o triunfo – o pai da rainha, o autor da Carta constitucional. Aos temores de julho e agosto, quanto ao desânimo do imperador, juntavam-se novos em fins de outubro, quando o empréstimo já

1118. Carta de Abreu e Lima a Mousinho de Albuquerque, de 4 de julho de 1831, Alberto Pimentel – *A corte de D. Pedro IV,* pág. 63.
1119. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 67.

estava arranjado e prosseguiam os aprestos da expedição. Palmela fora para Londres interpor o seu prestígio e a sua diligência junto do governo inglês, obter, se não a ajuda direta, ao menos a passiva cumplicidade, já que em porto britânico se armavam os navios necessários, embora da França devessem eles partir em demanda dos Açores. Lá andava em constante azáfama, das entrevistas com Palmerston e Holland às conferências na embaixada francesa, com Talleyrand, seu companheiro no Congresso de Viena, dos encontros com Mendizabal e Sartorius às conversas com Abreu e Lima, quando lhe chegou às mãos uma carta de D. Pedro, de 28 de outubro, comunicando que só partiria em março, a menos que Sartorius, escolhido para comandar a esquadra, respondesse por escrito que a expedição se poderia fazer com proveito durante o inverno. E desejava ainda a segurança do governo inglês de que a Espanha não interviria na luta.[1120] Cândido José Xavier, remetendo a Palmela essa carta do duque de Bragança, resumia-a em outra ao mesmo destinatário e procurava explicá-la. Estariam em cena, como sempre, intrigantes que se serviam do marquês de Resende para "assustar o *homem* sobre o estado de Portugal, sobre as dissidências [....] na Terceira, sobre a impressão que faria na mulher a partida"; e "ajudado por manobras ocultas", o *homem* "recalcitrava" e falava em partir só em março.

Imediatamente, Palmela respondeu a D. Pedro em termos que lhe atingiriam o próprio pundonor: "[....] V. M. deve, com a generosidade que o caracteriza, fazer este sacrifício (bem que penoso no momento atual) à grande causa em que se acham interessadas a sua honra e a sua consciência [....] o seu crédito exige que (no meio de tantas vítimas sacrificadas pela adesão à legitimidade e à Carta constitucional) não possa nem mesmo suspeitar-se que V. M. compromete interesses tão sérios pelo desejo, aliás, natural e louvável, de permanecer no seio de sua família."[1121] O apego à família manifestado pelo ex-imperador parecia àqueles que a tinham imolado à política um motivo de censura; retardava a partida à espera que a mulher desse à luz, como um marido piegas; ficava em Paris, manejado talvez por insinuações da sogra, a duquesa de Leuchtenberg.

1120. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 398.
1121. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 401.

Não deixaria de influir em D. Pedro, para levá-lo a protelar a expedição, o parto de D. Amélia. Mas a verdade era que em Londres tinham surgido sérios embaraços. Dos navios adquiridos depois de tanto custo só um poderia navegar; os outros, por denúncia de agentes miguelistas, de estarem armados e se destinarem ao estrangeiro, receberam das autoridades inglesas ordem de embargo. Só a 25 de novembro Palmela escrevia participando que lograra a revogação da medida. Trabalhara para isso com o empenho de sempre, e fora auxiliado por Talleyrand, a serviço dos emigrados portugueses por interferência de Lafayette.[1122] Muito haveria ainda que fazer até que a expedição estivesse em condições de partir, mas em D. Pedro já se dissipara qualquer indecisão, como deixava claro a carta que escreveu a 26 de novembro a um amigo no Brasil, na qual, gabando-se do acolhimento que tivera na Europa "desde os reis, quer de Inglaterra, quer dos franceses, até o mais ínfimo da plebe de qualquer das duas nações", respeitando nele "o homem sinceramente liberal e honrado a toda a prova", concluía: "Estou satisfeito; mas ainda não para aqui a minha ambição de glória: eu quero fazer conhecer a todo o mundo mais claramente até que ponto eu sou capaz de me comprometer pela minha honra: eu parto por estes dias, o mais tardar um mês, para as ilhas dos Açores a fim de marchar de lá em frente da expedição contra o tirano usurpador do trono de minha filha (depois de ter tomado conta da Regência à qual sou chamado pela Carta constitucional) com o intento de restabelecer a ordem e a autoridade legítima em Portugal, e acabando com a tirania fazer este incomparável serviço à humanidade oprimida pelo maior dos déspotas que o mundo civilizado tem visto: imediatamente que minha filha for maior depositarei com sumo gosto, e coberto de glória, em suas mãos aquele poder que em consequência de sua minoridade me é confiado pela lei fundamental, e passarei contente a viver retirado da carreira pública e descansado em qualquer canto da Europa aonde possa dar a meu filho ou filha que está a nascer aquela educação de que há de carecer, bem como aos mais que possa para o futuro ter."[1123]

1122. Vitorino Nemésio – *op. cit.,* pág. 199.
1123. A. D. de Pascoal – *Rasgos memoráveis do senhor Dom Pedro I* [...], pág. 135.

A expedição tomava vulto sob as vistas benevolentes dos governos britânico e francês. O levantamento em Londres do embargo sobre os navios provava a boa vontade, a simpatia, quase a parcialidade do gabinete inglês. Outra não seria a posição do Ministério de Luís Filipe. *L'Echo Français* de 13 de dezembro transcrevia da *Gazette* a seguinte nota: *"Il se confirme que l'expédition de Don Pedro contre Don Miguel est reunie et se prépare à Belle-Isle-en-Mer. Cet endroit écarté parait avoir été choisi pour eviter les inconvéniens de la publicité. La flotille a, dit-on, commencé à armer. On parle de deux officiers anglais, les colonels Lillie et Lesley, comme recrutant en Angleterre; ce dernier était il y a peu de temps en Irlande. Les partisans de Don Pedro ne font pas difficulté d'annoncer dans les salons de Paris que, dès que leur maître sera en possession du Portugal, il fera entrer une armée en Espagne. On ajoute à ce sujet que le gouvernement anglais a fait insinuer au cabinet de Madrid qu'il se portait garant qu'une Constitution ne serait pas établie en Portugal, mais que le gouvernement espagnol compte peu sur une garantie qu'on n'oserait pas avouer à Londres. Quant au gouvernement français, il parait que son rôle dans cette affaire se borne à donner l'hospitalité à Don Pedro, à son monde et à sa flotille; mais qu'il a déclaré ne vouloir se mêler en aucune façon de cette expedition, et qu'il ne permettra ni recrutement, ni approvisionement de munitions de guerre."* Notícia inverídica em vários pontos, sobretudo no referente à invasão da Espanha, de cuja neutralidade o ex-imperador fazia grande empenho, tendo a respeito pedido os bons ofícios da Inglaterra. Pelo mesmo motivo excluiria Saldanha da expedição. Mas os comentários da imprensa deixavam evidente que não tardaria o começo da grande aventura e que em Londres e em Paris os governantes faziam o que Palmerston prometera: fechar os olhos, fingir que não viam.

O comandante da esquadra constitucionalista, vice-almirante Rose Georg Sartorius, viera a Paris e mantinha com D. Pedro longas conversas, na presença de Palmela. Depois que se arranjara algum dinheiro, tudo se tornara mais fácil, mas havia ainda muitos obstáculos a transpor. Na expedição prestes a fazer-se ao mar, aos liberais curtidos por longos anos de emigração a que não faltariam desgraças e sofrimentos misturavam-se mercenários de conduta mais que suspeita. Por obra de elementos miguelistas desertaram cerca de noventa marinheiros ingleses.

Como sempre em horas tais, os finórios tentavam tirar partido. Um sujeito chamado Vareigne propunha aos que iam combater o despotismo de D. Miguel a utilização de um invento maravilhoso: "uma espécie de navio fantasma, invulnerável ao fogo e à borrasca", que obrigaria todos os fortes de Lisboa e da costa portuguesa a se renderem em poucas horas.[1124] Em dois meses se construiria o barco, com a despesa de duzentos mil francos, e o inventor se contentava com um milhão de francos logo depois de restabelecida D. Maria II no trono. Ninguém acreditou no prodígio e a frota dos constitucionais seria formada com os "calhambeques" a que se referiu Abreu e Lima.

Mais tranquilo depois do parto feliz de D. Amélia, D. Pedro, ao mesmo tempo em que se preparava para uma vida inteiramente nova – a de soldado em guerra crua –, lendo de preferência autores militares, não perdia na ociosidade as últimas semanas de estada em Paris. Muitos foram os dias de dezembro de 1831 em que ficou em casa, ora a receber visitas, ora impedido pela chuva e pela neve. Tal aconteceu a 14, 15, 21, 22 e 23. A 20, entretanto, saiu às 2 horas e exercitou-se no esporte do tiro ao alvo até às 4; depois do jantar, foi ao teatro "des Italiens" ver a representação de *Guilherme Tell.* Nos dias 21, 22 e 23 estiveram na Rua de Courcelles as figuras mais graduadas da emigração, algumas vindas de Londres, e compridamente debateram pormenores da viagem. No dia 26 D. Pedro saiu a cavalo, às 11 horas, convidado por Luís Filipe para assistir a uma revista de tropas no Campo de Marte – duas divisões, a primeira comandada pelo duque de Orléans e a segunda pelo duque de Nemours. O rei dos franceses pediu ao ex-imperador que determinasse "alguma manobra do seu gosto" e este o fez com "elegância e rapidez incrível".[1125] No dia 29 esteve no Palácio das Tulherias em visita a Luís Filipe. A 30 reuniu mais uma vez os chefes liberais, retomando assuntos tratados em conferências de 27 e 28. Para encerrar o ano de 1831, de maneira que espantará os pregoeiros de sua tão falada ignorância, passou no dia 31, de meio-dia às 4 da tarde, na Biblioteca Real. Começou 1832 recebendo para jantar o almirante Grivel,

1124. Lavradio – *op. cit.,* vol. II, pág. 77.
1125. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.

seu conhecido quando comandante da divisão naval francesa estacionada no Rio de Janeiro e que tão correto se mostrara no 7 de Abril. Presente D. Amélia, o ex-imperador assim saudou ao almirante francês, apontado no momento para chefiar a esquadra expedicionária: "Ao desejo que tenho de que nos vejamos muito breve nas águas do Tejo." Depois do jantar, sortearam-se presentes pela entrada do novo ano, tocando e cantando em seguida D. Pedro, a ex-imperatriz e a duquesa de Goiás, integrada na família paterna. No dia 2, com a curiosidade de um homem dos trópicos, lá se deixou atrair pelo espetáculo dos patinadores sobre o gelo, e a 3 esteve no teatro "des Italiens", a ouvir Lablache, o maior "baixo" da Europa. No Dia de Reis jantaram na Rua de Courcelles os Loulé, servindo-se, segundo a tradição, a cada um dos convivas, um pedaço de bolo. A quem tocasse o que continha uma amêndoa caberiam as honras da realeza. Por acaso ou não, encontrou-a D. Maria II. D. Pedro recusou servir-se, dizendo que "em semelhante época tinha medo de tal encargo até por graça".

No dia 8 de janeiro, teve o ex-imperador uma grande notícia: chegado de Belle-Isle, Mendizabal comunicou-lhe que os navios estavam prontos. O judeu liberal era dos que mais se esforçavam para que tudo corresse bem e a partida não tardasse mais. Palmela regressara definitivamente de Londres a 26 de dezembro e as reuniões na Rua de Courcelles a que comparecia, juntamente com o conde de Funchal, Cândido José Xavier, Agostinho José Freire, eram quase diárias e duravam três e quatro horas. Aparecia também Silvestre Pinheiro Ferreira, a lembrar-se do então príncipe herdeiro durante os sucessos de 1820-1821 no Rio de Janeiro. Opinava como jurisconsulto, rebatendo a argumentação dos panfletos de Rodrigo Pinto Pizarro contra a atribuição da Regência a D. Pedro. A 11 de janeiro, entre os íntimos, correu que a expedição se poria em marcha de 20 a 25. Boato fundado. Na antevéspera, o ex-imperador recebera numerosas cartas do Brasil, dos filhos e de amigos, e a um deles, o marquês de Cantagalo, respondera, dizendo: "[....] por estes vinte dias embarco para me ir pôr à testa da expedição contra o désposta usurpador do trono de minha filha e assassino de meu pai e da Carta constitucional."[1126]

1126. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 72.

A 12, D. Pedro, D. Amélia, D. Maria II e a duquesa de Leuchtenberg jantaram no Palácio das Tulherias. Um parentesco espiritual unia o rei e a rainha dos franceses aos ex-imperadores do Brasil: eram padrinhos da princesinha Maria Amélia. A 13 recebeu o duque de Bragança a visita de Lafayette, espécie de bênção liberal propiciadora do feliz desfecho da cruzada a iniciar-se.

De 14 a 22, sofregamente, ultimaram-se os aprestos da viagem. No seu jeito de confiar pouco nos outros, D. Pedro dirigiu pessoalmente o preparo de sua bagagem e arrumou os livros de assunto militar que resolvera levar. A 23, despediu-se de Luís Filipe e fez outras visitas. O *Courrier* noticiava: *"Don Pedro assistera lundi prochain au bal chez le président du conseil; mardi, plusieurs des portugais marquans qui se trouvent encore à Paris et qui doivent faire partie de l'expédition de Don Pedro se mettront* en *route; mercredi Don Pedro quittera Paris.*" Os jornais publicavam antecipadamente o dia da partida. Nenhuma dúvida restava mais. A 24 realizou-se na Rua

D. Pedro e D. Miguel
Caricatura de Daumier. Coleção do caricaturista Álvarus.

de Courcelles um jantar de despedida e houve lágrimas em muitos olhos. D. Pedro deve tê-las contido a custo: o homem de grandes rasgos e de pequenos feitos, generoso e mesquinho, oscilava dos apelos da vida pública às solicitações de um exigente privatismo. O estadista não sufocara o indivíduo, o pai, o marido. Embora contasse apenas 33 anos não se esqueceu de fazer testamento, contemplando equitativamente todos os filhos legítimos ou não. Antes de partir posou para um retrato em que aparece com uma farda de general português, ostentando a grã-cruz da Legião de Honra, e gordo, mais feio, com os cabelos ondulados, suíças e pera. *"Le départ de Don Pedro n'est plus douteux. Il doit quitter demain Paris pour aller se mettre* à *la tête de l'expédition qu'il a réunie à Belle-Isle",* escrevia o *Courrier* de 24 de janeiro. Nessa mesma data, Casimir Perier, presidente do Conselho da França, enviava ao ex-imperador do Brasil o passaporte pedido.[1127]

A 25, às 6 horas da manhã, o duque de Bragança madrugava num almoço de despedidas. Enchera-se depois a casa: grandes de Portugal emigrados em Paris, com suas famílias, e políticos vintistas; Lafayette e alguns outros generais; ministros e deputados franceses, ao todo mais de duzentas pessoas. Às 7,45 D. Pedro abraçou D. Amélia e, dirigindo-se à filha, por cuja causa ia bater-se, disse-lhe estar decidido a fazer os últimos esforços para lhe repor a coroa na cabeça e tornar efetiva a promessa da Carta, e que para merecer o afeto de Portugal, por uma educação digna de uma grande rainha, em tudo obedecesse à madrasta. E saiu rápido, tomando a primeira carruagem, em companhia dos marqueses de Palmela e Loulé e de Cândido José Xavier e Paulo Martins de Almeida. Um jornal, a soldo dos miguelistas e partidário de Carlos X, chamava-o, num trocadilho fácil, de "D. Perdu". Ao contrário, porém, os fados lhe reservavam, ao cabo de ingentes pelejas, a vitória, uma vitória inacreditável, dada a desigualdade de forças. E mais do que isso: a redenção, pelo desapego à vida, pelo dom total de sua pessoa, pela glória mais pura, de erros e fealdades morais, de fraquezas e vulgaridades.

1127. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4494.

D. Pedro

Caricatura de Daumier. Coleção do caricaturista Álvarus.

. . . .

Capítulo XXVIII

PARTIDA DA EXPEDIÇÃO. HETEROGENEIDADE DA TROPA. D. PEDRO NOS AÇORES. O REGENTE EM NOME DA RAINHA. UM PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO. MOUSINHO DA SILVEIRA E PALMELA. A VIDA NAS ILHAS. UM CASO DE AMOR DE D. PEDRO. EM DEMANDA DE PORTUGAL. O DESEMBARQUE EM ARNOSA DE PAMPELIDO. A TOMADA DO PORTO.

DE PARIS D. PEDRO foi a Nantes, cujo percurso de 100 léguas fez em quatro dias, passando por Orléans, Tours e Angers. Em Nantes demorou-se até 1º de fevereiro. Recebido pelas principais autoridades, estas lhe ofereceram hospedagem no hotel de France, onde se realizou um baile de mais de 400 pessoas, demorando-se ele na festa até 3 horas da madrugada.[1128] Em retribuição, o duque de Bragança deu um jantar arranjado por Mendizabal.[1129] O jornal da terra, *Breton,* depois de noticiar a visita feita ao ex-imperador pelos oficiais da Guarda Nacional, falou nesse jantar: *"Lundi dernier Don Pedro a donné à l'hôtel de France un grand diner*

1128. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.
1129. Fronteira – *op. cit.,* parte 4ª, pág. 209.

auquel étaient invitées les principales autorités de la ville." Temente a Deus, quis o expedicionário, antes de partir, confessar-se e comungar, recebendo a hóstia das mãos do bispo da diocese, que fez uma prédica.[1130] De Nantes para Belle-Isle seguiu em barco a vapor. O mesmo jornal informou: *"Don Pedro s'est embarqué pour Belle-Isle hier à deux heures et demie, sur le paquebot* The Superb; *mais à la passe de Chantenay il y a été arrêté par les bas-fonds et forcé d'attendre la marée jusqu'à 3 heures de la nuit. Ce petit incident n'a causé aucun accident à bord."* O pequeno incidente não provocou nenhum acidente, como asseverou o jornalista, e o duque de Bragança chegou indene a Belle-Isle, ilhota situada a 6 léguas da costa meridional da Bretanha. Não lhe seria possível dar logo a ordem de partida, já que nem tudo estava preparado nos navios e ainda se esperava a chegada de alguns deles. Aos "calhambeques" mencionados por Abreu e Lima, o marquês de Fronteira não menos depreciativamente se referiu: "Em frente de Belle-Isle estava ancorada a nossa famosa esquadra, composta de três velhos navios comprados em Londres à Companhia das Índias, um vapor fretado e algumas embarcações de pequeno lote, tendo sido todos estes vasos batizados com os pomposos títulos de fragatas, corvetas e brigues."[1131] Eram o *Congress,* que passou a chamar-se *Rainha de Portugal* e possuía quarenta e seis peças, o *Ásia,* crismado como *D. Maria II,* com quarenta e duas, o *Juno,* que recebeu o nome de *Amélia,* com 20 canhões, a escuna *Terceira,* um transporte e poucos barcos mais.

Nesses navios deviam embarcar os remanescentes de soldados e patriotas portugueses de malogradas expedições anteriores – a Belfastada, contra o Porto, em 1828, a tentativa de Saldanha, em 1829, contra a Terceira –, gente que penara antes no barracão de Plymouth e depois nos depósitos de Brest, Nantes, Fougères, Laval, Hédé, Ostende, à espera de uma hora propícia. Fora para a grande maioria um doloroso feito de toda sorte de privações, que deveria durar até que mudassem os ventos desfavoráveis ao liberalismo, a cuja causa serviam. A esses homens amargurados, mas que não haviam perdido a fé, juntavam-se outros menos infelizes, que

---

1130. Biblioteca Nacional – Ms. II – 30 – 32 – 12.
1131. *Memórias,* partes 3ª e 4ª, pág. 210.

suavizavam o desterro vivendo em Londres e em Paris. Por último, iam bater-se também em defesa da rainha e da Carta constitucional mercenários ingleses e franceses recrutados entre elementos heterogêneos – aventureiros de vária espécie, indivíduos desajustados, sonhadores à cata de glória, vagabundos, heróis em disponibilidade. Iam também voluntários de origem ilustre, como o conde de Saint-Léger, sobrinho de Hyde de Neuville, e de Lasteyrie, sobrinho de Lafayette. De bordo da fragata *Rainha de Portugal,* na qual viajaria, em companhia desses dois franceses, de Palmela, do marquês de Loulé, de Cândido José Xavier, Agostinho José Freire, Mousinho da Silveira, Paulo Martins de Almeida, do padre Marcos Pinto Soares Vaz, seu capelão, do capitão Bastos, que o seguia desde o Rio de Janeiro, e do médico Dr. Tavares, D. Pedro a 2 de fevereiro tornou público um manifesto, escrito por Palmela, em que, rememorando os sucessos da política portuguesa desde a morte de D. João VI, declarava que ia "reunir-se aos portugueses que à custa dos maiores sacrifícios se tinham sustentado por seu heroico valor contra todos os esforços da usurpação".

Havia pressa em partir na maioria dos expedicionários, sobretudo nos portugueses. Mas à última hora surgiam dúvidas e embaraços. Não fora possível reunir todos os que deviam ou queriam embarcar e, ao largar a esquadra a 10 de fevereiro, ficava em Belle-Isle, por ordem do ex-imperador, a corveta *Juno,* encarregada de comboiar quatro transportes que seguiriam depois com alguma tropa regular, voluntários e munições.[1132] No dia 5 a guarnição dos navios formara, prestando juramento. O vice-almirante Sartorius fora buscar o pai de D. Maria II na câmara da *Rainha* e levara-o ao tombadilho, onde estavam o corpo de oficiais da armada e o batalhão da Marinha em armas. "D. Pedro, abandonando o capote de embuço e o belo barrete de peles, trajava de oficial português com a banda das três ordens; os restantes oficiais envergavam grande uniforme. Então Sartorius, empunhando a bandeira, pronunciou a fórmula de juramento à rainha, à Regência e à Carta constitucional, ressalvados apenas os feitos que fossem de encontro à integridade da pátria de cada um."[1133] Todos os

---

1132. Vitorino Nemésio – *op. cit.,* pág. 207.
1133. Vitorino Nemésio – *op. cit.,* pág. 206.

oficiais repetiram o juramento, e os navios deram vinte e uma descargas. A 6 D. Pedro passou em revista as guarnições e a 10 a esquadra se fez ao mar. *"C'est le 10, à neuf heures un quart"*, noticiou *o National,* de Paris, *"que les navires de guerre la* Rainha de Portugal*, frégate du prémier ordre, portant Don Pedro et l'amiral; la* Dona Maria II*, la goëlette la* Terceira*, le trois mâts* l'Edouard [*era o* Edwards], *le trois mâts la* Terceira [era o Tyrion] *et un bateau à vapeur, ont fait voile, par un bon vent de nord-est, pour l'île de Terceire. Tous ces navires avaient le pavillon tricolore au haut du grand mât; ils* se *sont avancés majestueusement dévant le grand quai de la ville de Calais, et le vaisseau-amiral a salué la rade de vingt-cinq coups de canon. L'escadre a ensuite continué sa route pour Terceire. Don Pedro, avant de quitter la rade a ecrit une lettre très flatteuse au maire de la ville de Calais pour le remercier des soins genereux que ses administrés ont donnés aux Portugais. Il le prie en même temps d'accepter une somme de 1.000 fr. pour les pauvres de la commune. Tout fait présager que l'expédition sera heureuse et tous les bons et loyaux patriotes de ce pays s'intéressent vivement à son succès."*

Em grande aparato, que correspondia menos à força material do que ao prestígio da causa a cujo serviço se lançava, a esquadra liberal, arranjada ao cabo de esforços desmedidos, deixava a França "majestosamente", D. Pedro a distribuir esmolas e a agradecer serviços prestados, tal como o suprimento de carvão favorecido pelo governo francês. Parece que a fragata *Rainha* merecera mais apuro no seu preparo por dever nela transportar-se o ex-imperador, mas em nenhum dos navios haveria qualquer coisa que se aproximasse de conforto. O marquês de Fronteira, que se alojou a bordo da *D. Maria II,* informou que no dia do embarque o mar estava agitado, havendo necessidade de içar a toques de apitos, presos com cordas a uma cadeira, os condes de Lumiares e de Parati.[1134] Viagem das mais incômodas assevera Fronteira, e "arriscada pela estação invernosa, pouca disciplina das equipagens e mau estado dos navios quase sem lastro". Na Biscaia enfrentou a expedição um grande temporal, separando-se a fragata *D. Maria II* das outras embarcações e, persistindo o tempo desfavorável, decidiu Sartorius tomar o rumo da ilha de São Miguel e não o da Terceira. Em águas dos

1134. *Memórias,* partes 3ª e 4ª, pág. 212.

Açores, D. Pedro, o melomaníaco de sempre, compôs a música do hino para o qual Luís Mousinho escreveria a letra. A 22 de fevereiro desembarcou em Ponta Delgada, cujos habitantes e guarnição o acolheram "com delirante entusiasmo", a acreditar-se em Palmela. Um poeta de voo curto assim celebrou a sua chegada ali:

Salve cidade ditosa
Que em teu seio recebeste
O dador da liberdade
Para nós um dom celeste
....
....
....
....
Ponta Delgada feliz!
Foste a terra portuguesa
Que primeiro pisou Pedro
Velando sua grandeza.[1135]

O "dador da liberdade" ficou em São Miguel até o dia 2 de março, a executar satisfeito um improvisado programa de festas. A 23, ouviu um *Te Deum* em ação de graças e compareceu a um jantar cujos doces preparados por freiras atingiram quinze arrobas; a 24, passou revista às tropas e esteve no baile oferecido pelo cônsul real; a 27, visitou quartéis e assistiu a manobras, indo depois a uma recepção dançante na Câmara; a 28, novos exercícios militares; a 29, mais um baile, seguido de ceia.[1136] A 2 de março partiu D. Pedro para a Terceira, chegando a Angra no dia seguinte. A chuva que caía não prejudicou a recepção entusiasta. Desembarcava já investido da qualidade de regente em nome da filha e praticando imediatamente atos de governo. Desde logo organizou o seu Ministério: Palmela, ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, Agostinho José Freire, da Guerra e

---

1135. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 73.
1136. Vitorino Nemésio – *op. cit.,* pág. 209.

Marinha, e José Xavier Mousinho da Silveira, da Fazenda e Justiça. Palmela, melindrado com razão por não ter sido ouvido na formação do Gabinete, recusou inicialmente o posto, só o aceitando a instâncias do regente. O príncipe, de tão decantadas convicções liberais e constitucionalistas e que se pusera à frente de uma campanha dessa natureza, reincidia, ao iniciar a sua Regência em Portugal, nas mesmas práticas erradas que o haviam perdido no Brasil: organizar Ministério sem consultar antes os chefes políticos de maior ascendente na opinião pública, desprezar os conselheiros mais avisados, dar audiência a intrigantes. Prescindir das sugestões de um homem como Palmela naquele passo só se explicaria por excessiva presunção pessoal ou prevenção derivada de mexericos e enredos.

Alguns dos navios da expedição e outros partidos posteriormente de França tinham antecedido o em que viajara o duque de Bragança. A *Juno,* que ficara em Belle-Isle para acompanhar quatro transportes, só aportaria em Angra a 18 de março. Nessa fragata viriam como soldados voluntários um moço de vinte e dois anos, chamado Alexandre Herculano, e outro, ainda jovem também, mas autor já de *Catão, Camões, Dona Branca, Carta de Múcio Scevola, Adosinda,* a *Lírica de João Mínimo* – Almeida Garrett. Esses dois, que seriam das maiores figuras da literatura portuguesa de todos os tempos, juntamente com Joaquim Antônio de Aguiar e José Silvestre Ribeiro e tantos outros intelectuais adeptos da ideologia liberal, viam em D. Pedro o salvador de Portugal e seguiam-no dispostos ao choque das armas. Garrett viera de Londres e, para reunir-se aos companheiros em França, tomara dinheiro emprestado e vendera algumas roupas;[1137] mas, como Herculano, sentiria vexame, ao partir de Belle-Isle, em envergar os uniformes militares à última hora distribuídos, e não sem desgostos diria: "Usarei por qualquer modo decente do meu fraco braço e da minha mal-aparada pena em favor da causa da liberdade e da rainha; mas peço que me dispensem desta vestimenta. Servir à pátria vestido de palhaço está acima de minhas forças. Se queriam arlequins, em vez de soldados, deviam ter dito isso lá em terra."[1138] O escritor, o poeta, o crítico não deixavam em Garrett, em inteiro abandono, o patriota e o sol-

---

1137. Vitorino Nemésio – *op. cit.,* pág. 216.
1138. Vitorino Nemésio – *op. cit.,* pág. 224.

dado. Outros, menos exigentes, estariam à vontade nas vestes de palhaço e saberiam, mal-amanhados nelas, morrer como heróis. Muito das aparências de farsa ou peça burlesca, além dos uniformes, havia em verdade nessa expedição chefiada por D. Pedro, em prol da reconquista do trono da filha, e só realmente uma grande paixão expungiria da arremetida liberal os aspectos ridículos. Não tomava feitio cômico o projeto de, com meia dúzia de calhambeques, um diminuto e improvisado exército e contando apenas a base distante dos Açores e a fluida simpatia da Inglaterra e da França, acometer o Portugal de D. Miguel, apoiado por um exército de 75 mil homens e bafejado pela solidariedade de quase todo o povo? Não lembraria algo de opereta esse governo que, proclamando-se de âmbito nacional, de fato só mandava em algumas ilhas? E não apresentava tons picarescos a tardia volta ao cenário político português do príncipe que preferira o Brasil, lá fundara um dos mais vastos impérios do mundo e agora surgia simples regente, em nome da filha menina, nos estreitos domínios dos Açores?

Tais pensamentos não ocorreram a D. Pedro ou, homem de ação, logo os abafou. Decidindo-se a dar combate mais de perto ao usurpador do trono da filha, revestiu-se de toda a autoridade que ela simbolizava e, mal desembarcado na Terceira, entrou a praticar atos de governo em longa série, uns de caráter transitório ou impostos por circunstâncias ocasionais, outros de largo alcance, envolvendo transformações revolucionárias na estrutura social e econômica de toda a nação. No seu primeiro Ministério, composto de três figuras, duas se destacavam por grandes qualidades – o marquês de Palmela e Mousinho da Silveira. Não predominaria, porém, na orientação do governo, ao menos nos negócios internos, o fidalgo, diplomata e homem do mundo que era Palmela. Deste, tão experiente, tão em contato com o que vingara ou fenecera em matéria de reforma política na Europa das primeiras décadas do século, liberal sem dúvida, mas de molde britânico, o ex-imperador desconfiava, retraindo-se. Quem lhe empolgara a confiança fora Mousinho da Silveira, um ideólogo, um doutrinário, um sistemático, ávido de pôr em prática as ideias e planos hauridos em longas leituras e acalentados num exílio preenchido em pesquisar o que convinha a Portugal. Grande, imenso devia ser o poder de persuasão desse homem para impor-se de tal maneira a D. Pedro, em cuja natureza a desconfiança constituía um dos traços psicológicos mais marcados. E desconfiança que

se confundia com soberba e até com o vezo de reconhecer dificilmente superioridade em outras pessoas. Os numerosos ministros que o serviram no Brasil guardaram desagradável impressão do convívio com o imperador, que não lhes permitia maiores iniciativas. Até José Bonifácio, com o ascendente que logrou em 1822 nos dias da Independência. Pois Mousinho da Silveira soube sem demora induzir D. Pedro a assinar tantos decretos e de tal importância que só governo emerso de um movimento revolucionário triunfante teria coragem de elaborar.

E isso logo após a instalação efetiva da Regência, a 3 de março de 1832. A 7, nomeados o conde de Vila Flor general em chefe das tropas dos Açores e o vice-almirante Sartorius comandante da esquadra, ambos debaixo das ordens de D. Pedro, já se publicava o decreto levantando o sequestro dos bens dos liberais. A torrente não pararia: a 16 eram extintos os dízimos; a 4 de abril abolidos os vínculos e capelas; a 13 garantia-se a liberdade e a segurança individuais; a 17 suprimia-se a pena de confiscação de bens em qualquer delito, proibidos os sequestros; a 20 extinguia-se, a partir de 1º de janeiro de 1833, o pagamento da sisa, com exceção apenas nas transações de vendas e trocas de bens de raiz, que neste caso seria de 5% sobre o preço do prédio e nos de troca sobre a diferença do valor das propriedades; a 25, acabaram-se nos Açores com os batalhões de milícias e ordenanças; a 16 de maio, em três copiosos decretos, reorganizavam-se os serviços administrativos da Fazenda e da Justiça; a 17 desse mesmo mês iniciavam-se as medidas contra os conventos, designando-se os que deveriam ser mantidos ou suprimidos; a 18, regulava-se a tutela dos órfãos e a administração de seus bens.[1139] Realizava Mousinho da Silveira, com a aquiescência do regente, uma verdadeira reforma liberal, demolindo o que subsistia do antigo regime – forais, dízimos, vínculos, direitos de portagem, ao mesmo tempo em que se asseguravam as liberdades individuais. Reforma econômica, reforma social, reforma política.

Circunscrita à área das ilhas dos Açores, dir-se-ia que se tratava de reforma teórica, simples *papier noirci* de nenhuma consequência efetiva. Do ponto de vista deste ensaio biográfico importa mais constatar a capa-

---

1139. Antônio Ferrão – *op. cit.,* pág. 246.

cidade de D. Pedro para endossar tais medidas do que investigar a oportunidade e a repercussão delas. Reaparecia com ênfase renovada o príncipe liberal que na revolução da independência brasileira preferira a investidura da soberania popular à do direito divino ou procurara conciliá-las. No movimento para restaurar o trono da filha em Portugal, se invocava a legitimidade, não abria mão da Carta constitucional. Permanecia fiel ao passado, a despeito dos deslizes que neste se pudessem apontar. Era afinal um príncipe bem do seu tempo, a praticar atos em que se manifestava de preferência o espírito da classe que assumia a direção política da sociedade: a burguesia. Um escritor português que representa porventura o melhor espírito liberal do seu tempo disse da obra de Mousinho da Silveira: "[....] foi salutar que tivesse havido um homem, um sonhador que, do Portugal miserando, de que restavam como salvados os que dele tinham fugido, fizesse com o seu idealismo doutrinário um Portugal novo, que, com todos os seus defeitos, nos tem abrigado há sessenta anos, na paz, na relativa prosperidade, na independência possível e na progressiva civilização. Essa ditadura *abstrata* de Mousinho salvou a revolução liberal de um inevitável aborto, de novas perturbações, de novos perigos."[1140]

Não era Mousinho da Silveira um excêntrico nas fileiras dos combatentes constitucionais, nem a influência que lograra sobre D. Pedro causava espanto: quase toda aquela gente que defendia D. Maria II, embora julgando que a grande tarefa a realizar era derribar pelas armas a usurpação e acabar com o despotismo, participava de suas ideias. Discordariam, sim, da conveniência de reduzi-las a atos legislativos, quando a ação militar mal se iniciava. O ex-imperador, porém, cedo se convencera de que os decretos propostos por Mousinho não deviam ser adiados, seduzido pela possibilidade de virem provocar em Portugal uma reviravolta liberal capaz de tornar desnecessário o recurso à força. Disto se jactava o ministro da Justiça e da Fazenda, antigo magistrado, preso como maçom depois da Vila Francada e que antes passara por um Ministério de D. João VI. Palmela, que discordava da oportunidade e da extensão de certas reformas de Mousinho da Silveira, escreveu: "O imperador abundava no mesmo sentido,

1140. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 422.

possuído de uma atividade quase direi exagerada; não queria que se passasse um só dia sem que se apresentassem leis ou decretos à sua assinatura, mostrando-se por assim dizer sequioso de tudo que fosse inovação."[1141] E, salientando que na repartição dos Negócios Estrangeiros não havia margem para modificações de vulto, acrescentou: "Na repartição dos Negócios do Reino foi-me necessário, para satisfazer o senhor D. Pedro, seguir, em ponto pequeno e muito de longe, o exemplo de Mousinho, apresentando-lhe, entre outros, um decreto em que se estabeleciam as bases da instrução pública, nos seus três graus sucessivos, um decreto sobre casas de órfãos e asilos, outro para formação de cadastro e organização dos municípios."

O chefe supremo da campanha constitucionalista procedia como ditador, legislando por meio de decretos-leis. Tratava-se de uma contingência do momento que não permitia sequer um simulacro de câmaras. Mas tal era no fundo a sua forma predileta. O ciúme do poder e a sofreguidão não lhe propiciavam desinteresse e paciência para esperar pelo trabalho das assembleias. Não soubera contemporizar com a Constituinte brasileira e, dissolvendo-a violentamente, apressara-se em outorgar uma Constituição. Mal tivera notícia da morte do pai, concedera uma Carta a Portugal. Que Mousinho, Palmela e Agostinho Freire lhe submetessem reformas, atos, decretos, leis, de caráter liberal, de acordo com as ideias do tempo: possuído da atividade que espantava o diplomata, logo adotaria tudo. Impelia-o nesse ensejo, a proceder assim, não apenas o gosto do mando sem contraste que se chocava com a doutrina política de que se tornara campeão, mas o estímulo de um ponto de honra: deixar claro que era e sempre fora um liberal. Não se lhe dissipara ainda a mágoa de ter saído do Brasil brigado com os liberais e queria que lá soubessem que estava lutando pela liberdade em Portugal. Três dias depois de chegar à Terceira, escrevera a D. Pedro II: "Eu aqui me acho no lugar que minha honra me ditou e daqui partirei à testa dos fiéis súditos de tua irmã a derribar a tirania em Portugal, dando deste modo mais uma decidida prova do meu amor pela liberdade."[1142]

Assinava satisfeito todas as medidas revolucionárias de Mousinho da Silveira e instava com Palmela para que seguisse o exemplo daquele mi-

1141. Maria Amália Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 424.
1142. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIV – doc. 4505.

nistro, porque não renegara as ideias esposadas desde muito moço no Rio de Janeiro. Permanecia o mesmo homem. Em carta de 11 de março de 1832, servindo-se dos lugares comuns que deslumbravam os mais generosos, contava ao filho: "Eu estou bom de saúde, porém muito ocupado com a grande e mui gloriosa empresa de fazer uma expedição, à testa da qual marcharei, a fim de derribar a tirania, restabelecer o império da lei, a paladina da liberdade, a Carta constitucional, que quando rei de Portugal dei espontaneamente à hoje mui desgraçada nação portuguesa. Eu não podia de modo algum, tendo abdicado em ti a coroa do Brasil, para não fazer verter o sangue de meus concidadãos, deixar de colocar-me à frente da causa portuguesa, visto ser a causa da humanidade e da liberdade, e de tua irmã [....]."[1143] D. Pedro emprestava a ação em que se empenhara um caráter mais do que nacional e português: lutava pela "humanidade" e pela "liberdade". Para isso não deixara de ser brasileiro. "Tenho até aqui cumprido com os meus deveres de pai para com minha filha, e de homem livre para com a humanidade e a liberdade", dizia na mesma carta. Deveres de pai e de homem livre, estritamente cumpridos, não implicavam abandono da pátria de eleição, para a qual continuava voltado: "Muito estimarei que esta te ache de saúde e adiantado nos teus estudos; sim, meu amado filho, é mui necessário, para que possas fazer a felicidade do Brasil tua pátria de nascimento e minha de adoção, que tu te faças digno da nação sobre que imperas, pelos teus conhecimentos, maneiras. etc., etc., pois, meu adorado filho, o tempo em que se respeitavam os príncipes por serem príncipes unicamente acabou-se; no século em que estamos, em que os povos se acham assaz instruídos de seus direitos, é mister que os príncipes igualmente o estejam e conheçam que são homens e não divindades [....]. Esta minha linguagem é nascida daqueles mesmos princípios que sempre tive e que jamais abandonarei. Espero que tu leias com atenção esta minha carta; nela verás o interesse que tomo por ti como teu pai e teu amigo, e pelo Brasil, que desejo ver bem governado, como brasileiro que sou, e muito amigo da minha pátria adotiva, à qual pertence meu coração."

"Como brasileiro que sou", proclamava o duque de Bragança, o regente de Portugal. Pusera-se à testa dos liberais que se batiam contra o

---

1143. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIV – doc. 4505.

despotismo de D. Miguel, quem continuava a considerar-se brasileiro. E por que se decidira a lutar? Em carta de 16 de abril, doutrinando sempre o filho de seis anos e justificando os próprios atos, afirmava: pelo "amor que eu consagro e que sempre consagrarei às instituições livres". E desabafava queixa que o fazia sofrer: "Fui pelos meus concidadãos tachado de lhe [*sic*] ser desafeto e ao Brasil; mas o que eu sei é que quanto à primeira que vou pela causa da liberdade (que é uma só causa) bater-me e expor a minha vida, e quanto à segunda que eu sempre fui verdadeiramente brasileiro e de coração, o que não são aqueles que, posto que nascidos no Brasil, não concorrem senão para a sua ruína [....]."[1144] Amara sempre as instituições livres e o Brasil. Era um liberal brasileiro que não recuaria nem diante da morte para defender a "causa da liberdade [....] uma só causa". Posição que seria a de muitos liberais do tempo, a combaterem em outros países, além do de nascimento, e que os faria em certos casos alvos de suspeitas, como sobrepondo à pátria uma ideologia. Na hora em que se dava todo à restauração do trono da filha em Portugal e em seu nome assumia a Regência, D. Pedro reafirmava a sua condição de brasileiro. Simples cálculo, na esperança de retomar o que perdera no Brasil? Fatos inequívocos demonstrariam em breve que não o animava nenhuma intenção oculta nesse sentido.

Não se limitava o ex-imperador a expedir os numerosos decretos que a facúndia legislativa de Mousinho da Silveira lhe propunha, sob a grata, mas ilusória expectativa de que bastariam acaso para atrair a favor da rainha todo ou quase todo Portugal. Com mais apego à realidade, cuidava pessoalmente dos preparativos militares da expedição contra o continente, abandonado, depois de uma tentativa de bloqueio, o plano mais de uma vez aconselhado por Talleyrand, nas conversas em Londres, de ocupação da ilha da Madeira. D. Pedro, com a necessidade de movimento e as disposições multiformes de chefe, comandante, capataz e mordomo, conhecidas desde o Brasil, não parava um instante. "O imperador que cada dia se ia tornando mais popular, desenvolvia uma atividade prodigiosa [....]."[1145] Aos homens que iam enfrentar a tirania miguelista sobrava entusiasmo, mas a sua efici-

1144. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIV – doc. 4505.
1145. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 86.

ência bélica se ressentia de graves faltas. Era mister dar a muitíssimos deles, simples recrutas, instrução adequada, formar soldados, organizá-los em corpos disciplinados. Todos os complexos serviços de um exército expedicionário improvisado estavam a exigir cuidados minuciosos, e o depoimento dos contemporâneos não discrepa na afirmativa de que D. Pedro servia de exemplo aos mais solícitos. À frente das menores iniciativas, dirigia e fiscalizava tudo, fiel ao sistema de não desprezar miudezas impróprias de sua jerarquia. Dava ordens e ia ver como as cumpriam. A diversidade dos homens que compunham o exército constitucionalista impunha na verdade cuidados especiais. Ao lado dos patriotas estavam os mercenários, nem sempre adstritos à disciplina. O batalhão naval comandado pelo coronel Hodges, no dia do desembarque em Angra, aparecera quase todo embriagado e desandara a praticar distúrbios.[1146] Melhor conduta não tivera o que o general Salazar Freire engajara nas ruas de Paris. Não tardaram por outro lado rivalidades entre os oficiais do quadro efetivo do pequeno e disciplinado exército, que já se encontravam na Terceira, e os que chegaram de Belle-Isle. Estes, segundo o marquês de Fronteira, em nada eram inferiores àqueles e, por falta de efetivos em que se pudessem enquadrar, constituíram-se em batalhão, o "batalhão sagrado", tal como o do Rio de Janeiro, em 1831.

Embora sem a rapidez desejada, a comissão que ficara incumbida em Londres de enviar armas, munições e equipamentos ia-se desempenhando de seus encargos, o que permitia dar forma menos precária à expedição. Estabeleciam-se as divisões (mais propriamente – brigadas) do exército libertador, em número de três, comandadas por oficiais que haviam feito antes a campanha dos Açores, sendo escolhido como local de concentração das forças a ilha de São Miguel, do mesmo passo que se inaugurava no Faial um arsenal de marinha. Com o gosto deambulatório que sempre o assinalara, D. Pedro passou a navegar entre as ilhas do arquipélago açoriano, ansioso por que não se retardassem nelas os aprestos navais e militares. Da Terceira dirigia-se ligeiro à ilha de São Miguel, voltava, e logo partia para o Faial, tocando em São Jorge. Ao deslocar-se de uma para outra das pequenas frações do seu território insular, o homem das viagens

---

1146. Fronteira – *op. cit.,* partes 3ª e 4ª, pág. 218.

espantosamente rápidas, como a de volta de Minas Gerais em 1822, haveria de lamentar que, em vez de cavalos, se visse obrigado a usar barcos de vela. Pena é que com o atraso de um século raiasse a era do avião. Porque voar condizia com a sua necessidade de poupar tempo.

Dessas excursões aos diversos pontos dos seus então restritos domínios ficaram ecos e reminiscências em que algumas vezes à verdade histórica se misturou a ficção, aproveitando-se de traços do caráter e de episódios da vida pregressa do ex-imperador. A fama de príncipe galante, de *homme à femmes,* não se desmereceria com a saída do Brasil. Certo, mudara muito depois do casamento com D. Amélia. Paris já era então uma grande cidade e cheia de ciladas para os amorosos, mas não se lhe aponta um só deslize durante os seis meses de estada em França. Nas ilhas, porém, estava sozinho, sem a imperatriz, e a castidade não lhe parecia um ideal a cultivar. Se muitas foram as ocasiões em que as saudades da mulher e dos filhos o assaltaram, não faltaram também as em que pôde expandir o vigor, a alegria, os dons de comunicação de sua natureza multiforme. Na Terceira, fizera às vezes de paço real o antigo colégio dos jesuítas. Aí, em horas de evasão aos trabalhos quase ininterruptos, D. Pedro distraía-se, não apenas jogando bilhar, mas recebendo convivas de ambos os sexos. E bailava, a iniciar, em danças aprendidas em Paris, damas de Angra. "Sua Majestade convidava-nos amiudadas vezes a jantar e deu grandes bailes à sociedade angrense, onde a *toilette* das senhoras era muito pouco parisiense."[1147] Parece, entretanto, que a nenhuma dessas senhoras vestidas fora da moda o regente requestou, merecendo-lhe as preferências uma dama de indumentária inconfundível. Amor freirático, tão português, teria sido o seu, na Terceira. Cita-se o nome da monja: Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste, linda sineira do convento da Esperança.[1148]

Não foi D. Pedro o único expedicionário a cortejar uma freira, no seu caso uma rapariga de 23 anos [20 completaria D. Amélia a 31 de julho de 1832]: outros, muitos outros profanariam os claustros terceirenses. Ouça-se a informação de Fronteira: – "O convento das freiras de São Gon-

1147. Marquês de Fronteira – *Memórias,* partes 3ª e 4ª, pág. 221.
1148. Alberto Pimentel, *op. cit.,* pág. 79.

çalo era um grande recurso para a oficialidade dos corpos, principiando pelo general em chefe. Todos ali tinham um *derriço,* como lhe chamavam, e nunca vi nada mais ridículo do que uma quinta-feira de Endoenças na igreja de São Gonçalo. As lamentações eram aplaudidas com o mesmo entusiasmo com que são as árias e cavatinas no teatro de São Carlos."[1149] E o memorialista não se esqueceu de informar que à ligeireza das freiras da ilha já se referira o conde de Ségur, em viagem para a América, no século XVIII. Desse amor com Ana Augusta, clarista do convento da Esperança, resultaria mais um Bragança bastardo, menino nascido já quando D. Pedro estava em Lisboa. Levado à roda dos expostos, segundo uns, confiado a um criado de Luís Mousinho de Albuquerque, segundo outros, veio a receber o nome do pai e, ao morrer com quatro ou cinco anos, teve enterro pomposo promovido pelo partido liberal.[1150] Menos feliz teria sido o ex--imperador numa investida ao convento de São Gonçalo ao cobiçar uma das reclusas já com parceiro ciumento – Teotônio de Ornelas: nada feito, sem embargo dos bons ofícios da madre-abadessa.[1151]

Na Terceira, certas noites, repetindo procedimento comum no Brasil, D. Pedro saía sozinho, disfarçado num uniforme de oficial, e entrava como qualquer pessoa em botequins, a tomar uma bebida (em pequena dose, sempre foi muito sóbrio) ou a comprar tabaco.[1152] O que não se ajustaria nunca ao seu temperamento seria ficar quieto, tranquilo, apático. Continuava, noutro cenário e entre personagens tão diferentes, o mesmo homem, ativo, trabalhador, inquieto, que o Rio de Janeiro conhecera. Ir, pois, ao Faial e voltar a São Miguel, mover-se, andar, rodar, representaria para o duque de Bragança não apenas um dever do ofício de regente, mas uma necessidade orgânica. No Faial, onde se ultimavam os preparativos navais da expedição, foi recebido com grande entusiasmo, hospedando-se em casa da família Terra Brun da Silveira, na cidade de Horta. Fronteira, sempre atento aos aspectos mundanos, assevera que as senhoras de Horta eram mais belas e elegantes do que as de Angra, mencionando os bai-

---

1149. *Memórias,* pág. 221.
1150. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 79. Vitorino Nemésio – *op. cit.,* pág. 238.
1151. Vitorino Nemésio – *op. cit.,* pág. 262.
1152. Alberto Pimentel – *op. cit.*, pág. 78

les, jantares e festas que lá se realizaram, inclusive na casa de campo, em madeira, vinda do seu país, que o cônsul dos Estados Unidos ofereceu. De regresso à Terceira, o regente, com a presunção que o caracterizava, convencido de que entendia de tudo, tomou em certo momento conta do leme do navio e dispôs-se a navegar no meio das fragatas e transportes ancorados entre o Pico e o Faial. Péssima demonstração de marinheiro deu então, abalroando um transporte, avariando o barco em que viajava e quase o pondo a pique.[1153]

A primeira estada de D. Pedro na cidade de Horta, provocada por exigências de governo – a inspeção ao arsenal de marinha –, suscitaria outra, de pura galanteria, a que não se esquivou a despeito da premência do momento. Acolhido no solar da família Terra Brun, e não tendo permitido que o depois barão da Lagoa e os seus se retirassem, deixando-lhe a casa, soube que a filha mais velha do hospedeiro fazia proximamente anos e, como sempre, haveria um grande baile. Não dissimulou Terra Brun quão honrado se sentiria em ver o ex-imperador naquela noite em suas salas, lamentando que a necessidade de voltar à Terceira o impedisse de estar presente. Inesperadamente, porém, D. Pedro, que também deplorara não poder assistir à festa, disse na sua voz de timbre brasileiro: "Pois deixe estar, hei de vir de propósito."[1154] No dia do baile, e este já em grande animação, o dono da casa cuidou que a promessa imperial não seria cumprida. Certamente, motivos políticos ou administrativos haviam retido o duque de Bragança na ilha Terceira. Enganava-se, porém, o futuro barão da Lagoa: aquele que lhe desfrutara a hospitalidade amava os gestos cavalheirescos. De Angra a Horta, o ex-imperador fizera uma viagem no mar, de dezenove léguas, chegando antes de acabar a festa. Mas não se apresentou no solar de Terra Brun como faria qualquer pessoa: quis impressionar os convidados e talvez particularmente a moça que fazia anos. Da tradição oral colhida pelo visconde de Castilho, Alberto Pimentel compôs o seguinte quadro: – "Pelo meio da noite, quando se estava dançando uma quadrilha, entra pelos jardins iluminados,

1153. Fronteira – *op. cit.,* partes 3ª e 4ª, pág. 223.
1154. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 80.

sobe aos salões resplendentes alguém misteriosamente embuçado numa ampla capa, que lhe encobre o rosto. Encosta-se a uma coluna, contempla o aspecto da sala, a alegria do baile. Presumem que seja um parente, um amigo que vem fazer uma surpresa. E o desconhecido, imóvel, observa tudo e todos, sem arrancar o disfarce. Chega, porém, o momento em que a curiosidade se impacienta. É preciso que o misterioso adventício se dê a conhecer. Então, ele deixa cair a capa, o disfarce, e aparece D. Pedro, de casaca, gravata branca, grã-cruz de Cristo a tiracolo."[1155] Melhor caracterizando o episódio romanesco, Pimentel empresta ao embuçado, no momento de revelar a sua identidade, estas palavras: "Vê meu amigo! Assim cumpre o duque de Bragança a palavra do imperador."

Extraordinário realmente foi que o regente tivesse tempo de permitir-se essa fuga em ocasião de tanto atropelo. Porque ele, mais do que no Brasil, não sossegava um instante, a visitar quartéis e oficinas, a passar incansavelmente revista às tropas. No dia 7 de junho, pouco mais de dois meses depois de sua chegada aos Açores, os preparativos para a nova e mais difícil etapa da campanha de restauração de D. Maria II estavam quase concluídos. Era o que D. Pedro comunicava, em carta de 8, escrita ao marquês de Resende, da ilha de São Miguel, onde se concentrava o grosso das forças expedicionárias: "Meu Resende e amigo. Recebi com muito prazer sua carta de 11 do mês passado. Agradeço os conselhos que me dá tirados do seu juízo e da longa experiência de lidar com os velhacos diplomáticos de todas as cores: e por certo que esses senhores desejam estorvar a minha partida e principalmente a da expedição; mas há de estalar-lhes a castanha na boca, porque em seis dias, o mais tardar, eu parto daqui, o que não tenho feito já, *primo,* por causa do tempo, *secundo,* porque tem sido necessário consertar as embarcações que sofreram com o temporal e arranjar nelas tarimbas, obra de carpinteiros que, logo que metem o pé em barcos, começam a vomitar. A tropa ficou ontem completamente pronta, o que não me tem custado pouco, porque tudo faltava, sendo mister que eu trabalhasse incessantemente desde que cheguei à ilha Terceira até on-

---

1155. *A corte de D. Pedro IV,* pág. 80. Ferreira Deusdado, em *Quadros açóricos,* confirma o fato, mas, na sua versão, D. Pedro não chegou disfarçado.

tem."[1156] Ao amigo de todos os tempos contava a labuta a que se dedicara para aprestar com rapidez soldados e navios. Estalaria a castanha na boca dos diplomatas traiçoeiros: a expedição partiria contra Portugal miguelista porque à frente dela havia quem soubesse obter dos homens empenhados na causa o máximo de esforço.

A deficiência de recursos financeiros que já afligira em França os liberais portugueses continuava a molestá-los nos Açores. Na mesma carta a Resende, D. Pedro dizia: "A principal falta que tínhamos era a de dinheiro, porque as pessoas com quem se contratou o empréstimo faltaram à convenção adicional, e até hoje não mandaram uma só libra, devendo-se-nos, por conseguinte, 20.000 libras, que nestes quatro meses nos deviam ser pagas em prestações de 5.000. Apesar disto, tudo está pago, sem que se tenham feito violências. No mês passado despenderam-se, não obstante uma grande economia, 120.000 libras. Nós não temos dormido: mas não temos podido fazer milagres." O ministro da Fazenda, Mousinho da Silveira, soubera arranjar dinheiro; Sartorius conseguira manter a esquadra em forma sem embargo de frequentes temporais e da ausência de abrigos nas costas da ilha de São Miguel, o que forçava as embarcações a estarem "constantemente sobre vela", como lembrava Fronteira; Vila Flor, Schwalbach, Brito, Henrique Silva, Sebastião Drago Cabreira e muitos outros inculcaram disciplina em tropas que, se pelo aprumo e fervor de certos corpos não requereram trabalho excessivo, pela improvisação de outros exigiram esforços extenuantes; mas tudo se consumara sob a vigilância implacável do regente, homem à conta de cujos pecados nunca se arrolaria o da preguiça.

De acordo com o que expusera D. Pedro ao marquês de Resende, a 7 de junho de 1832 os preparos da expedição pareciam terminados, esperando-se a largada temerária para dentro de poucos dias, a 14, no máximo. Tal, porém, não se deu. À última hora surgiram embaraços que não tinham sido previstos, um deles de grande monta: o mau tempo, os ventos desfavoráveis. Afinal, a 23, no campo do Relvão, próximo de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, pôde efetuar-se a última formatura de

1156. Marquês de Resende – *Elogio histórico do senhor rei D. Pedro IV,* pág. 47.

todas as tropas, ao mesmo tempo em que o padre Marcos, capelão imperial, celebrava, em barraca e altar ali armados, missa campal, a que assistiu contrito o duque-regente. Depois, o exército da rainha menina desfilou já em direção ao ponto de embarque, "o qual se fez com a maior prontidão e boa ordem, estando um tempo magnífico",[1157] debaixo de vivas a D. Pedro, a D. Maria II, à liberdade. O ex-imperador recorrera sempre, em todos os lances de sua vida política, a proclamações, confiante no valor das palavras, sobretudo das que tocam os sentimentos ou envolvem belas promessas. Lá vieram as afirmativas solenes, em duas proclamações, uma de despedida aos açorianos e outra dirigida aos soldados. Também circularam volantes com a música e a letra de um hino patriótico – a primeira, composta pelo regente na viagem de Belle-Isle para os Açores. Os versos, bem melhores do que os provindos da canhestra musa imperial eram de Luís Mousinho:

Da rainha e da Carta o pendão
Já nos mares se vê tremular
Nobre esforço, que a honra dirige.
Vai de Lísia a desgraça acabar.

O coro intimava D. Miguel a abandonar Portugal:

Foge, foge, ó tirano, e não tentes
Férreo cetro mais tempo suster;
Deixa a pátria, que escrava tornaste,
Livre agora teu nome esquecer.

Só no dia 27, às 2 horas da tarde, a esquadra liberal, que crescera muito depois da partida de França, levantou ferro. Os navios propriamente de guerra eram as fragatas *Rainha de Portugal* e *D. Maria II,* a corveta *Amélia,* os brigues *Conde de Vila Flor* e *Liberal* e as escunas *Eugênia, Terceira e Coquette,* e os que transportavam tropas passavam de cinquenta, entre os quais alguns a vapor, e o *Borodino,* em que viajava o então jovem Alexandre Herculano:

1157. Fronteira – *op. cit.,* partes 3ª e 4ª, pág. 228.

Com seus irmãos as sacrossantas juras,

Beijando a cruz da espada,
Repetiu o poeta: Eia, partamos!
Ao mar! – Partia a armada.
Pelas ondas azuis correndo afoitos,
As praias demandamos
Do velho Portugal, e o balsão negro
Da guerra desprezamos.[1158]

D. Pedro, talvez por dedicação conjugal, preferiu instalar-se a bordo da corveta *Amélia,* em companhia de Agostinho José Freire, Mousinho da Silveira, José da Silva Carvalho, Paulo Martins de Almeida, o padre Marcos, o Dr. Tavares, a música e uma companhia de granadeiros do Regimento 18.[1159] Ia também nessa embarcação o marquês de Fronteira, que registraria mais tarde as impressões de bordo, notando antes um traço curioso do ex-imperador: "Como todos os senhores da Casa de Bragança, não tinha grande predileção por nós outros, aristocratas. Apesar dos seus relevantes serviços, não eram o marquês de Palmela e o conde de Vila Flor os que mais privavam com Sua Majestade. Cândido José Xavier, Mousinho da Silveira, Agostinho José Freire e José da Silva Carvalho eram os indivíduos da plena confiança do imperador."

Justificando a primazia dada por D. Pedro aos homens da revolução de 1820 – "todos muito inteligentes, probos e honrados" –, Fronteira conta que do primeiro ao último dia da viagem o mar esteve calmo, o horizonte claro e o vento favorável. A vida a bordo era muito alegre, conversava-se à grande, comia-se excelentemente, graças a Mr. Bonnard, cozinheiro-chefe do duque de Bragança, observando-se ao jantar certa etiqueta, visto que ninguém se sentava à mesa sem estar uniformizado. Depois, havia uma sessão musical, a que se seguiam danças. "Era a mania do imperador, e eu tive a honra de dançar com ele algumas vezes." Danças

1158. Vitorino Nemésio – *op. cit.*, pág. 300.
1159. Fronteira – *op. cit.,* partes 3ª e 4ª, pág. 228.

entre homens, como nas festas dos oficiais da Divisão Auxiliadora, no Rio, em 1821. Tratando de assunto mais sério, o marquês de Fronteira diz que ao deixar a esquadra os Açores não havia nenhum projeto, variando as opiniões quanto ao lugar do desembarque – ao norte ou ao sul do Douro, ou uma investida contra Lisboa, por Cascais; e só no dia 7 de julho, à vista de Vila do Conde, havia o ex-imperador decidido com os seus ministros que as tropas desembarcassem nas praias do Mindelo.[1160] Palmela informa mais ou menos a mesma coisa: "A expedição estava já na altura do Porto, e ainda o senhor D. Pedro não tinha decidido na sua mente o ponto que escolheria para o desembarque. A esse respeito havia diversos votos. Inclinavam-se uns para o desembarque ao norte de Lisboa, nas vizinhanças de Peniche ou da Ericeira, outros aconselhavam que se tentasse forçar a barra e dar um golpe imediato na capital."[1161] E tanto Palmela como Fronteira aludem à crença que se generalizara entre muitos conselheiros do regente de que bastaria o prestígio de sua aparição para fazer baquear a situação miguelista. Era "a entrada triunfal" a que se referia o marquês de Resende em carta de 9 de abril: "Falta portanto somente que V. M. I. apareça em Portugal do mesmo modo que o seu avô paterno, o senhor rei D. João IV, e seu avô materno, o senhor rei Henri IV, da França, apareceram um em Lisboa e outro nesta cidade de Paris, isto é, como um verdadeiro e completo restaurador e anjo da paz."[1162] E repetia a D. Pedro o diálogo que tivera com Chateaubriand: "Que belo papel pode fazer o vosso amo", dissera o autor do *Gênio do cristianismo,* ao que respondera: "Que belo papel há de certamente fazer meu amo!"

Não afirmava Resende em vão com antecedência o belo papel que iria desempenhar o ex-imperador. Maria Amália Vaz de Carvalho chama-o de "soldado épico". Na verdade começava a fase final de sua vida e nela prevaleceria o que possuía de melhor, de mais generoso e alto. Palmela apontou a expedição para a reconquista do trono de D. Maria II como uma das "coisas mais romanescas" que a história de qualquer país

---

1160. *Memórias,* partes 3ª e 4ª, pág. 229.
1161. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 449.
1162. *R.I.H.G.B.,* tomo 80, pág. 412.

possa apresentar. Prodigiosa aventura essa a que se afoitara D. Pedro. Deixar os Açores para ocupar Portugal, sem prévia escolha do ponto de desembarque, constituiria sem dúvida mais que episódio de caráter romanesco: seria imprevisão raiando a loucura. Talvez ainda durante a viagem subsistissem opiniões contraditórias no tocante a assunto tão importante; mas pelo Porto já se inclinava o ex-imperador antes da partida de São Miguel, como se infere do último tópico de sua carta de 8 de junho ao marquês de Resende: "Parece-me que tenho tido com o marquês toda a franqueza; concluindo com dizer-lhe que quanto antes iremos em direitura para onde me diz (o Porto) e sou seu amo e amigo. D. Pedro, duque de Bragança."[1163] Do pai lhe restara porventura uma ponta de indecisão, e o certo era que os conselheiros divergiam acerca do local mais adequado. Toda hesitação cessaria, porém, na altura de Vila do Conde, e logo o regente ordenava a Sartorius que fizesse examinar o ponto mais conveniente para o desembarque nas praias que já se avistavam. Iam pôr o pé em terra os depois tão celebrados heróis do Mindelo, os 7.500 soldados da rainha e da Carta constitucional.

Heróis do Mindelo, porque cedo se começou a afirmar que nessa praia se efetuara a descida. Mentira histórica: heróis de outro lugar, de outra praia de nome menos falado – Arnosa de Pampelido, ou Labruge, isto sim. De bordo dos navios liberais enxergavam-se tropas em terra e constando a D. Pedro que obedeciam ao comando do brigadeiro Cardoso de Meneses, decidiu enviar-lhe um parlamentário, anunciando a sua presença à frente da expedição reivindicadora dos direitos de D. Maria II, intimando-o a unir-se às forças da rainha e comunicando-lhe proclamações e manifestos que deixavam claro os objetivos visados. Depois de içado o pavilhão constitucional na fragata capitânia e de uma salva de vinte e um tiros, o major Bernardo de Sá Nogueira, o bravo que, mais tarde, mutilado em combate, seria visconde Sá da Bandeira, escolhido para o desempenho da missão, desembarcou em busca do general miguelista. Esse recebeu o emissário do duque de Bragança com a maior aspereza e,

1163. Pelo desembarque no Porto opinara, em Paris, o marechal Soult. (Lavradio – *op. cit.,* vol. II, pág. 264).

debaixo de ameaças, gritou-lhe que não via em D. Pedro mais que "o chefe de uma quadrilha de salteadores".[1164] Seria a primeira decepção para os que esperavam que pela ação catalítica do regente e de seus homens ruísse toda a resistência do governo de D. Miguel. Erravam nas suas previsões os ideólogos da marca de Mousinho da Silveira e José da Silva Carvalho, que haviam impressionado o espírito irrequieto e presumido de D. Pedro: os liberais venceriam, mas ao cabo de lutas e sofrimentos em que o desânimo atingiria por vezes os mais fiéis e convictos.

Esse desengano inicial não afetou em nada a resolução dos soldados constitucionalistas, e nos navios ancorados na pequena enseada de Arnosa de Pampelido aguardava-se com impaciência a ordem de desembarque. Numa operação de sondagem, o próprio vice-almirante Sartorius, acompanhado do capitão Baltasar Pimentel, tinha ido na véspera, numa embarcação ligeira, reconhecer a costa e lograra informações de pescadores acerca do general que comandava as tropas miguelistas e de como se achavam colocadas.[1165] O mesmo Sartorius, desde cedo, num pequeno vapor, navegava aproximando-se de todos os navios, atento ao momento propício. Afinal, às 2 horas da tarde de 8 de julho, começou a desembarcar o exército de D. Maria II. Pisando primeiro em terra o comandante do brigue *Vila Flor,* com um troço de soldados, cravou logo na praia o estandarte azul e branco. Seguiram-no algumas companhias de caçadores 5, corpos da divisão ligeira e do batalhão inglês, sob o comando do coronel Schwalbach e do major Xavier. Às 3 horas o general em chefe e o seu estado-maior já tinham deixado os barcos, lobrigando-se vedetas inimigas marchando em direção a Leça. Forte ressaca dificultava o desembarque. O marquês de Fronteira, indo de ordem do conde de Vila Flor pedir instruções a D. Pedro, a bordo da fragata *Amélia,* caiu ao mar e ficou cerca de trinta horas de roupa molhada.[1166] As ondas revoltas retardaram o transporte dos poucos cavalos, só chegando a terra os do general em chefe e de Schwalbach. Às 6 horas da tarde, todos os homens haviam desembarcado menos os de um

---

1164. Antônio Ferrão – *op. cit.,* pág. 291.
1165. Fronteira – *op. cit.,* partes 3ª e 4ª, pág. 230.
1166. Fronteira – *op. cit.,* partes 3ª e 4ª, pág. 231,

corpo cujo navio se atrasara. Fronteira refere-se ao "mais belo espetáculo" por ele presenciado: a chegada em terra do ex-imperador num grande escaler a cuja popa se via, em primeiro uniforme, o almirante Sartorius, com o estandarte real na mão. Todos os navios, com a guarnição nas vergas, salvavam saudando o duque-regente, o mesmo fazendo "uma parte da esquadra do almirante Parker que apenas se descobria no horizonte", enquanto os soldados, que já se achavam na praia, davam vivas com os bonés na mão.

Depois de passar em revista as tropas formadas, o ex-imperador entregou a um soldado do batalhão de voluntários da rainha – Tomás de Melo Breyner – a bandeira bordada pela própria D. Maria II. Tornava a Portugal, ao cabo de quase cinco lustros, o príncipe que o deixara aos nove anos de idade. Se sob alguns aspectos, como que se sentia restituído a quadros familiares aos dias da infância, sem embargo de encontrar-se nos arredores do Porto, e ter, antes da ida para o Brasil, vivido sempre em Lisboa, sob outros parecia-lhe estar no estrangeiro, um pouco como na França e na Inglaterra. A língua, a despeito de variações, sobretudo prosódicas, não discrepava muito da que lhe enchera os ouvidos até abdicar a coroa americana. E numerosos eram os traços da fisionomia e do espírito português, transmitidos aos súditos do Império de além-mar, que reencontrava na terra de sua origem. Muita coisa havia, porém, de diferente, de novo, de estranho. Portugal e Brasil apresentavam extraordinárias semelhanças, mas, oposições e contrastes marcantes os separavam e os dividiam. Ao regente que vinha, como pai da rainha legítima, repô-la no trono dos antepassados, cabia esconder o espanto, dissimular o mais possível essa desagradável impressão de ádvena. Aliás, no momento do desembarque de um exército invasor, não haveria grande ensejo para reflexões e pensamentos alheios aos problemas de cuja solução dependia o bom êxito da empresa a que tantos se arriscavam.

À primeira vista, os soldados da Carta constitucional não se encontravam em posição lisonjeira, uma vez que poderiam ter que enfrentar fogo de dois lados: as tropas do general Cardoso, em Vila do Conde, e as do visconde de Santa Marta, no Porto. Sem motivos militares plausíveis, porém, o exército de D. Miguel omitiu-se, deixando o caminho livre a D. Pedro. Pouco depois de desembarcar, os soldados liberais ocuparam Perafita, Pedra Ruiva e a colina que desce até a margem direita do Leça, tomadas as posições estratégicas, "que não só permitiam observar os movimentos das forças miguelistas como

impediam a brigada de Cardoso de se reunir com o grosso das forças de Santa Marta".[1167] Estas abandonaram Leça, passando o Douro, e aquela tomou a estrada de Amarante. Ficou, assim, o Porto à mercê dos liberais, e tomá-lo sem luta constituiu o primeiro resultado feliz da expedição. Palmela, muito mais diplomata do que soldado, comunicava em carta à mulher e à irmã: "Custou-nos [a ocupação do Porto] somente uma marcha bastante trabalhosa de noite, marcha que o imperador fez em grande parte a pé, e eu toda."[1168] Na manhã de 9 de julho chegaram lá os caçadores 2 e 3, sob o comando de Schwalbach, que entraram na cidade pela Rua Cedofeita, chegando D. Pedro ao meio-dia, montado num garrano pouco marcial, já que os bons cavalos rareavam. Menos contrariado por certo se sentiu o ex-imperador em ter como alimento, durante a vigília da noite de 8, apenas algumas fanecas fritas, comidas numa tasca do caminho, do que, conhecedor e dono, desde a infância, de ótimos cavalos, aparece no Porto cavalgando um equino ridículo.

Os soldados da rainha menina, cansados, mas felizes pela vitória fácil, surgiam com o cano das espingardas enfeitados com uma flor que se tornaria simbólica do constitucionalismo luso – a hortênsia de pétalas azuis e brancas, cores da bandeira adotada pela Regência da Terceira. As hortênsias abundavam então no caminho percorrido pelos expedicionários e era um prazer colhê-las e guardá-las como um bom presságio. A acreditar-se em certos informantes a acolhida feita pelos portuenses ao exército constitucionalista foi franca e cordial. A retirada das tropas miguelistas, na véspera, animara os liberais da cidade, que se tinham preparado para receber os libertadores. Numerosas pessoas do povo enchiam as ruas e iam ao encontro das forças que chegavam; os presos, forçando as portas das cadeias, haviam escapado, sendo executados os dois algozes da cidade; derribaram-se as forcas da Praça Nova e da Cordoaria; as janelas da Rua Cedofeita estavam cheias de senhoras vestidas de azul, e flores da mesma cor ornavam os chapéus dos homens; rapazes em bando cantavam o hino constitucional e os vivas a D. Pedro, a D. Maria II e à Carta retumbavam.[1169]

1167. Antônio Ferrão – *op. cit.*, pág. 291.

1168. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.*, tomo 2º, pág. 452.

1169. Raimundo José da Cunha Matos – *Memórias da campanha do senhor D. Pedro d'Alcântara, ex-imperador do Brasil, no reino de Portugal,* tomo 1º, pág.149.

Certo, os elementos liberais do Porto não perdiam a ocasião de festejar o que lhes parecia o triunfo ou a promessa do triunfo da causa. Mas nem tudo era favorável nesse primeiro contato de D. Pedro com seu país de origem. Palmela, sempre lúcido e não querendo enganar-se a si próprio, mandava dizer à mulher, depois de contar o que ocorrera de bom: "Agora o reverso é que a gente graúda do Porto saiu toda com medo, e antes de nossa chegada. Nas províncias vizinhas os capitães-mores e os frades vão entusiasmando contra nós as ordenanças e armando-as [....] a tropa inimiga, à medida que recua, vai-se reunindo aos seus reforços de modo que na marcha sobre Lisboa havemos de encontrá-la em número quádruplo da nossa."[1170] Fronteira, também participante dos sucessos, observou que nos grupos imensos que ostentavam laços e fitas de cor azul e branca havia "poucas pessoas das classes elevadas", salvo negociantes ingleses sem receio de se comprometerem festejando a entrada de D. Pedro. Cunha Matos, presente no Porto na ocasião, caracterizou os dois partidos em que encontrou dividida a cidade, como liberal ou constitucional conhecido sob a alcunha de "malhado", e absolutista ou real, apelidado de "corcunda", e deu como pertencentes ao primeiro "alguns negociantes, muitos caixeiros, quase todos os operários, poucos fidalgos, clérigos e militares, e muito menos religiosos", ao passo que se filiavam ao segundo "a maior parte dos empregados públicos, a alta nobreza da cidade, muitos negociantes, militares e quase todo o clero secular e regular".[1171]

Esse recenseamento, com as suas contradições no tocante à dispersão de elementos de classes e categorias sociais, retratava não apenas a situação do Porto – reduto liberal – mas a de todo o país. A "gente graúda" a que se referiu Palmela, a aristocracia, a parte do comércio que fora prejudicada com a Independência brasileira e sofria a pressão do imperialismo britânico, o clero regular em massa e a maioria do secular, numerosos militares de Portugal inteiro queriam a permanência de D. Miguel. E mais ainda o povo em geral, fanatizado pela influência clerical e, talvez – elemento menos tangível, mas nem por isso menos ponderável – o espírito nacional português traumatizado pela perda da grande colônia americana e ressen-

---

1170. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 452.
1171. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 1º, pág. 122.

tido com o responsável mais notório – o príncipe liberal e maçom, que preferira o Brasil e voltara as costas a Portugal. Sem dúvida, D. Pedro foi recebido com grandes aclamações. Mas os que manifestavam entusiasmo seriam de preferência empregados do comércio, caixeiros, estudantes, intelectuais, e elementos populares sempre inclinados a aplaudir o vencedor ou o que parece tal, e que festejariam, em situação inversa, D. Miguel. O bispo, muitos eclesiásticos e as chamadas pessoas importantes pela fortuna e posição retiraram-se do Porto, inclusive algumas que se diziam liberais, temerosos da repetição do malogro de 1828.[1172]

Causou surpresa a muitos dos expedicionários menos sonhadores a retirada imprevista do exército miguelista. Palmela foi dos que estranharam o fato: "Custa a crer que o general visconde de Santa Marta, com tropas superiores em número e instruções para defender o Porto até a derradeira extremidade, apoiado pela divisão do general José Cardoso, postada em Vila do Conde, e imediações, retirasse quase sem disparar um tiro. Se os dois chefes não perdessem a cabeça ter-lhes-ia sido fácil, durante a marcha da expedição constitucional sobre Pedra Ruiva e Perafita, metê-la entre dois fogos, atacá-la vigorosamente, obstar talvez que entrasse na cidade do Porto, e mais tarde impedir que ocupasse Vila Nova."[1173] Cunha Matos, testemunha dos acontecimentos e oficial-general, formulou duas hipóteses para explicar essa retirada "sem a perda de um só homem, um só cavalo, um só cartucho": "Um mistério de Gabinete" ou o plano "mais malconcebido, mais desgraçado que poderia estabelecer o mais ignorante e estúpido oficial".[1174] Mas repeliu para logo a segunda alternativa. No seu entender, Santa Marta agiu em obediência a ordens expressas do governo de D. Miguel, e tal ordem não visaria a poupar efusão de sangue, como fizeram os constitucionais na Belfastada, nem também atrair mais tarde por esse ato de cordura os portuenses, mas esperar "a ocasião de esmagar a cidade pelo peso das bombas e granadas, choques das balas rasas e chamas fulminantes dos foguetes incendiários".[1175] As tropas expedicionárias tinham

---

1172. Maria Amália Vaz de Carvalho – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 454.
1173. *Idem, idem.*
1174. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 1º, pág. 153.
1175. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 1º, pág. 154.

caído numa armadilha. Tratava-se, pois, de estratégia militar das melhores, a transformar o Porto, como diria depois Oliveira Martins, numa jaula. E jaula para supliciar feras.

A olhos leigos não parece que a decisão de Santa Marta previsse tais consequências e bem se pode filiá-la a outros móveis menos maliciosos ou perversos. Um autor que não dissimula simpatias por D. Miguel assim se reporta ao caso: "Ao principiar o desembarque, o brigadeiro (Cardoso) recebera um ofício do general (Santa Marta) com ordens de retirar. Os oficiais, em conselho, patentearam a sua indignação. Então, o brigadeiro informou Santa Marta de que à brigada repugnava retirar na presença do inimigo. Nova ordem imperativa para retirar. Razão tinha o pescador João da Nova, testemunha ocular, ao dizer mais tarde: *Foi o visconde de Santa Marta que perdeu D. Miguel.* Decerto, as suas instruções eram de retirar e passar à margem esquerda do Douro, no caso de ser atacado por forças superiores. Ora, nem foi atacado nem o exército liberal excedia em número o seu. Santa Marta dispunha de 13.000 homens, mas não possuía valor militar. Podia ter destroçado o inimigo."[1176] A verdade estará hoje mais com Carlos de Passos e contemporaneamente com Palmela do que com Cunha Matos, cuja opinião decorre do espanto que lhe causou o procedimento de Santa Marta. Evitar combate como fez o general miguelista, a não ser por inépcia ou cobardia, só poderia ser movido por "instruções secretas", segundo aventou. Só para armar um laço em que se deixariam prender os incautos constitucionalistas compreender-se-ia o abandono da cidade sem a inutilização prévia das "embarcações miúdas" que ajudariam os expedicionários a atravessar o Douro e sem cuidar de fortificar e guarnecer o convento da Serra. Mas o próprio Cunha Matos, um dos precursores da justificação da retirada de Santa Marta, estranhou como "uma anomalia" que o general absolutista deixasse em poder dos constitucionalistas "a artilharia e munições existentes no Castelo da Foz e no Trem do Ouro", e não tomasse "aquelas medidas que outro homem de guerra procuraria arranjar" para compelir o inimigo a embarcar antes de quinze dias ou a resolver de outro modo a questão do trono luso. "Pode ser", concluiu Cunha Matos,

---

1176. Carlos de Passos – *D. Pedro IV e D. Miguel I,* pág. *288.*

"que o Gabinete do Sr. D. Miguel não contasse com tanta intrepidez da parte dos constitucionais e por isso permitisse ou ordenasse que o general Santa Marta cometesse tantos erros".[1177]

D. Miguel, durante o seu curto reinado sacudido de paixões e tinto de sangue, teve a apoiá-lo a maioria dos portugueses, que nele certa ou erradamente viam o defensor da mais autêntica tradição nacional. Mas, salvo honrosas exceções, não contava com os homens mais inteligentes do país, em sua maioria adeptos ou simpatizantes do liberalismo e, portanto, partidários de D. Maria II. O miguelismo sofreu da falta de estadistas, da penúria de dirigentes e servidores civis e militares. Ao passo que entre os constitucionais como que sobravam, os líderes políticos, homens de governo, diplomatas e generais escasseavam ao lado dos absolutistas. Medíocres eram os chefes do exército miguelista e dessa balda não escaparia o visconde de Santa Marta. Ao primeiro rebate da chegada dos expedicionários liberais faltou-lhe a flama, que não exclui outros elementos mais concretos – preparação técnica, armas, abastecimento. Minguou-lhe a intrepidez dos adversários apontada por Cunha Matos. Errava mais uma vez quando, para desculpar-se, escrevia algumas semanas depois de ter abandonado o Porto e à vista das dificuldades com que se defrontavam os soldados de D. Pedro: "[....] hão de morrer ou por bala ou a fome ou queimados no Porto [....]."[1178] O que não quisera ou soubera fazer, aqueles executariam em condições incomparavelmente menos favoráveis. Em breve convencidos de que a restauração da Carta constitucional não seria o *veni, vidi, vici* de sonhadores da marca de Mousinho da Silveira, sitiados, quase perdidos, tiveram não obstante ânimo para lutar, apoiados não só pela fé na causa liberal, como pelos recursos que a imaginação e a coragem suscitam e estimulam.

Diante dos sete mil e quinhentos soldados da rainha, o visconde de Santa Marta ordenara a retirada dos treze mil sob seu comando, e assim D. Pedro desembarcava em Portugal sob as aparências de uma vitória de rápido desfecho. Numa de suas proclamações o ex-imperador do Brasil dizia: "Portugueses! É chegado o tempo de sacudir o jugo tirânico que vos

1177. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 1º, pág. 158.
1178. Cf. Carlos de Passos – *op. cit.,* pág. 290.

oprime. À frente do exército libertador [....] eu vos ofereço a paz, a reconciliação e a liberdade. Vinde, portugueses, unir-vos às bandeiras de vossa legítima rainha [....] Não hesiteis um só instante [....] Ajudai-me a salvar a pátria que me viu nascer.” A causa era da rainha e não dele, que se colocava no papel de simples defensor do trono da filha. Daria tudo, daria a vida. Santa Marta retirara, mas não se unira às bandeiras da rainha. A ocupação do Porto, segunda cidade de Portugal, se não fora produto de um ardil do general miguelista, visando ao extermínio dos “malhados” recém-vindos e dos que lá antes se disfarçavam, traria, entretanto ao exército expedicionário sofrimentos inauditos e pelejas de desanimar os mais endurecidos na adversidade.

. . . .

Capítulo XXIX

D. PEDRO CERCADO NO PORTO. OS COMBATES DE PONTE FERREIRA E SOUTO REDONDO. REGENTE, GENERAL, SOLDADO. INÉPCIA DO COMANDO MIGUELISTA. AS FORTIFICAÇÕES DA CIDADE SITIADA. D. PEDRO E D. MIGUEL DIANTE DA LUTA. CONFIANÇA DO USURPADOR. DESÂNIMO ENTRE OS AMIGOS DA CAUSA LIBERAL. A POSIÇÃO DA INGLATERRA. PALMERSTON E PALMELA. MALOGRO MILITAR DE SOLIGNAC. APARIÇÃO DE SALDANHA. A "EXPEDIÇÃO DOS VAPORES". NAPIER NO LUGAR DE SARTORIUS. OCUPAÇÃO LIBERAL DE LISBOA.

SE A TOMADA DO PORTO, sem luta e sem danos, não foi uma cilada em que incautamente se deixaram prender as forças constitucionalistas, longe ficou também de representar a primeira vitória, precursora de uma série de triunfos fáceis. Inicialmente, a decepção de não encontrar na cidade grande número das pessoas mais importantes, inclusive as que campavam de liberais, juntou-se nos chefes expedicionários a de não receber, como esperavam, a adesão quase em massa das tropas de D. Miguel. Houve sem dúvida deserções nas fileiras absolutistas, mas na maioria de milicianos, que não desejavam servir nem a uma nem a outra bandeira e pretendiam voltar tranquilamente para suas casas.[1179] Em vão fez-se a promessa do prê-

---

1179. Cunha Matos – *op. cit.*, tomo 1º, pág.163.

mio de uma moeda de ouro, 4$800, a cada soldado de infantaria miguelista que se apresentasse no Porto com o seu armamento, e 48$000 ao de cavalaria, armado e montado: os poucos trânsfugas de um lado compensavam os do outro. O pior é que da parte dos que desembarcavam com o intuito de restaurar as liberdades e as garantias individuais não faltaram violências, abusos e extorsões, inevitáveis por certo em tais momentos, máxime estando em cena o exaltado facciosismo de portugueses e a desenvoltura cínica de mercenários estrangeiros, mas nem por isso menos chocantes.

Ao contrário do que lhe prometiam os emigrados lusos, sempre prontos a lhe censurarem qualquer dúvida, qualquer hesitação nas conversas em Cherburgo, Londres e Paris, D. Pedro não só não encontrara Portugal disposto a acolhê-lo entusiasticamente, como esbarrava de partida em poderosos obstáculos. Com a ausência das principais autoridades civis e eclesiásticas, foi-lhe necessário organizar sem demora a administração da cidade e tomar todas as providências exigidas pelos serviços do exército expedicionário. Começava assim, horas depois de desembarcado, a lida ininterrupta em que se aprazia o seu dinamismo algo mórbido e em que ao cabo baquearia a sua resistência orgânica, feita mais de ímpetos nervosos do que de autêntica robustez. Tinham abandonado o Porto os desembargadores da relação, os membros da Câmara Municipal, os dirigentes da Companhia do Alto Douro e até a suprema autoridade eclesiástica. Impunha-se a substituição imediata de todos, e o regente, nos Paços do Conselho ou no palacete chamado das Carrancas, de propriedade de Manuel Mendes de Morais e Castro, onde foi habitar, entrou logo a assinar numerosos atos, em seguida publicados na *Crônica Constitucional.* Já a 10 de julho D. Tomás de Mascarenhas era nomeado governador das Armas do Porto, Francisco Lourenço de Almeida, presidente da Relação, com a faculdade de prover os cargos da magistratura e da administração, Antão Fernandes de Carvalho, corregedor interino da comarca, e suspendiam-se algumas formalidades garantidoras das liberdades individuais, extinguiam-se ou licenciavam-se batalhões de voluntários e regimentos de milícias, criavam-se batalhões nacionais. Diante da dificuldade de improvisar uma nova Câmara, foi nomeada uma comissão que exerceria as atribuições municipais, e, no lugar do bispo, que se retirara, ficou como vigário capitular o reverendo padre-mestre Santa Inês, do convento da Formiga, dos agos-

tinhos reformados, "frade de setenta anos, cheio de conhecimentos e de virtudes, grande partidário da dinastia e da liberdade".[1180]

Não poderia D. Pedro esquivar-se à prática dessas medidas exigidas pelas circunstâncias, mas como que se retardava a ação militar. A um exército de desembarque conviria passar sem perda de tempo à ofensiva, conquistar terreno, aproveitar-se da vantagem inicial. Para isso, porém, faltavam às forças liberais aparelhamento técnico, eficiência bélica, meios próprios. E a verdade era que prevalecera no espírito dos promotores da expedição a esperança ou a certeza de que uma vez em terras de Portugal os soldados da rainha seriam recebidos como libertadores e a eles se juntariam, exultantes, o povo e a tropa, todos quantos antes pareciam estar com D. Miguel. Como isso não acontecera, cumpria agir com cautela e fazer operações de pequena monta. A primeira consistiu na travessia do Douro e ocupação de Vila Nova de Gaia, pelos caçadores sob o comando de Schwalbach, que tomaram posições no convento da Serra, Bandeira e Santo Ovídio e estenderam vedetas até aos Carvalhos.[1181] Mas dois dias depois, a 12 de julho, já voltavam ao Porto, retomando os miguelistas Vila Nova, de onde romperam fogo de fuzil contra a cidade. A 16, nova operação, dirigida pelo coronel Caiola, mandado a Braga à frente de 400 homens, a fim de fazer aclamar ali D. Maria II. Resultado negativo: a 21 tornava Caiola ao Porto sem nada ter conseguido. Mais feliz foi aparentemente Hodges na investida contra Penafiel e Valongo, com parte do batalhão inglês, o 1º batalhão de infantaria 18, quatrocentos voluntários da rainha, quarenta guias a cavalo e duas peças de artilharia guarnecidas por vinte e cinco acadêmicos: logrou ocupar Penafiel, depois de muitas horas de combate, expulsando os miguelistas. Mas, vendo-se ameaçado por forças superiores, "retirou-se para o Valongo, onde recebeu ordens para regressar ao Porto".[1182]

Desembarcado havia já uma semana, o exército constitucionalista nenhum progresso fizera e as incursões levadas a cabo só mal tinham causado. Durante a operação de Hodges, os soldados ingleses saquearam o mosteiro de Bustelo e incendiaram o convento de Santo Antônio, em Penafiel. A notícia desses excessos acirraria mais ainda contra os liberais as populações fa-

---

1180. Fronteira – *op. cit.*, partes 3ª e 4ª, pág. 238.
1181. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 1º, pág. 162.
1182. Fronteira – *op. cit.,* partes 3ª e 4ª, pág. 243.

natizadas pela prédica insistente da maioria do clero regular e secular. Para as almas simples, os constitucionais portugueses, "malhados", pedreiros-livres, de parceria com hereges estrangeiros, vinham destruir a religião, profanar as igrejas, perseguir os ministros de Deus. Destarte, surtiam resultado contrário as operações determinadas por D. Pedro ou pelo alto comando constitucionalista: nem atraíam as forças miguelistas, nem suscitavam a adesão das populações locais. Tinha razão, pois, o ex-imperador quando, mal chegado do Brasil, não participava do otimismo das maiores figuras da emigração. Também ele com o tempo se deixara contagiar e era com profunda decepção que ouvia de Hodges, por sua vez surpreso, a narrativa da indiferença ou da hostilidade do povo nos lugares em que estivera.

A 18 de julho as forças miguelistas davam sinais de haverem recobrado a calma e a presença de espírito perturbadas logo após o desembarque da expedição liberal. O general Póvoas, nesse dia, chegou a Souto Redondo, juntando suas tropas com as do visconde de Santa Marta. "No dia 20 Santa Marta passou o Douro, em Carvoeiro, e a 21 fortificou-se em Ponte Ferreira. Dispunha de 12.000 homens aproximadamente, com 200 cavalos e cinco peças. Para Valongo foi um esquadrão de cavalaria, que até próximo do Porto destacou vedetas. Por sua ordem, o visconde de Montalegre fixava-se na Venda da Serra (caminho de Braga) e o de S. João da Pesqueira, em Alferim e Carneiro (caminho de Guimarães). Com Póvoas ao sul, o Porto ficava encerrado num círculo de baionetas. Era o princípio do cerco."[1183] O perigo da situação não passou despercebido a D. Pedro, que estava afinal a estrear os seus dotes guerreiros. Palmela, cujo papel em todos os complicados episódios da querela da sucessão portuguesa foi dos mais destacados, o que o levaria depois a pretender uma espécie de primazia, inclusive nos conselhos sobre assuntos militares, disse que o ex-imperador, em vez de perder tempo em incursões de destacamentos, deveria ter cuidado logo de fortificar a sua posição no Porto. Não o tendo feito, ver-se-ia em breve obrigado a tentar a sorte dos combates para não se deixar encerrar na cidade: "Daí [....] a ação de 22 de julho em Valongo [....] e o encontro [....] a 23 em Ponte Ferreira."[1184]

1183. Carlos de Passos – *op. cit.*, pág. 296.
1184. Maria Amália Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 456.

Na verdade, depois do desembarque ia realizar-se a primeira operação militar de vulto. Diante das notícias da passagem de forças miguelistas para a margem direita do Douro, o duque de Bragança determinara um reconhecimento sobre o Valongo, pondo-se em marcha o coronel Henrique Fonseca e o quartel-mestre-general Baltasar Pimentel com os batalhões ingleses, de caçadores 5, infantaria 18, quarenta guias a cavalo e quatro peças de artilharia. Passado rio Tinto e ao dirigirem-se para Valongo, avistaram nessa localidade numerosa força de cavalaria. Num gesto temerário, o major Arrobas, que comandava os quarenta guias montados, gritou – "Esquadrões! Frente formar! Carregar!" – como se dispusesse de grande tropa. A farsa heroica no primeiro momento produziu efeito, pois que, diante dos guias que avançavam, os cavalarianos de D. Miguel fugiram ou recuaram. Ao seu encalço puseram-se os atacantes e continuaram a avançar afoitamente, quando se viram de repente envolvidos por forças miguelistas, emboscadas entre o rio de Ponte Ferreira e Baltar. Forte foi a luta, e o Batalhão de Caçadores 5 que caminhara em socorro teve de enfrentar tropas de efetivo muito superior enviadas pelo visconde de Santa Marta. Ao reforço do batalhão de voluntários da rainha, recebido pelos liberais, opuseram-se novos batalhões absolutistas, que obrigaram aqueles a recuar até o Valongo e rio Tinto. Tais ocorrências impuseram ao comando supremo constitucionalista uma ação imediata, de grande envergadura, e daí "a famosa e gloriosa batalha da Ponte Ferreira", como hiperbolicamente escreveu o marquês de Fronteira, acrescentando que dela dependeu "a sorte não só do exército, mas da causa dinástica e da liberdade".[1185]

Nada ou quase nada restaria mais do enganador estado de espírito de tantos expedicionários acerca de vitória sem combate, de triunfo por simples ação de presença e de promessas miríficas: era mister lutar e lutar duramente. Portugal não parecia comover-se com o espetáculo da chegada dos defensores da rainha menina e da Carta constitucional e, ao contrário, principiava a opor-lhes cruenta resistência. A notícia dos riscos que tinham corrido e ainda corriam os liberais na refrega – as perdas subiram a 19 mortos, 102 feridos e 16 extraviados – repercutiu desfavoravelmente no Porto e

---

1185. *Memórias,* partes 3ª e 4ª, pág. 247.

logo na noite de 22 começaram os preparativos do ataque aos miguelistas. Decidira-se jogar na peleja todo o peso das forças constitucionalistas. D. Pedro demonstrou grande calma, seguindo para Rio Tinto com cerca de sete mil homens, desguarnecidas a serra do Pilar e Vila Nova. No Porto ficou apenas uma pequena guarnição. Pelo rio Douro subiram as escunas *Liberal, Prudência* e *Coquette* com o fim de proteger as operações militares. Disposto o exército liberal em três colunas de ataque – a da direita comandada pelo coronel Antônio Pedro Brito, a do centro pelo coronel Fonseca e a da esquerda pelo tenente-coronel Hodges –, às 11 horas da manhã do dia 23 defrontaria o inimigo em número de 12.000 homens, "habilmente postados em três divisões sobre o rio de Ponte Ferreira, tendo a retaguarda apoiada na serra do mesmo nome".[1186]

"A batalha durou várias horas e foi renhida de parte a parte, como imparcialmente reconheceu Palmela, acrescentando que alguns momentos houve em que os liberais recuaram e o resultado se lhes afigurou desfavorável."[1187] A divisão ligeira de Schwalbach, os batalhões inglês e francês e duas companhias de infantaria 18 quase levaram de roldão, à baioneta, a direita miguelista, salva pelos dragões de Chaves, que destroçaram os atacantes. Indecisa parecia a sorte da luta, ao cabo de longos esforços, quando as tropas do centro do exército liberal fizeram pender a vitória, já no fim do dia, para os partidários da rainha. Para esse resultado concorreu poderosamente o tenente de artilharia Manuel Tomás dos Santos, que desfez com dois tiros de peça uma coluna absolutista. Debandaram então as tropas do visconde de Santa Marta pela estrada de Baltar, em caminho de Penafiel. O general Póvoas, que ficara inativo na margem esquerda do Douro, vendo a retirada de Santa Marta e ouvindo o repique festivo dos sinos do Porto, deu a batalha por perdida e retirou-se ligeiro para Oliveira de Azemeis.[1188] Ficaram, pois, senhores do terreno os liberais, ali acampando naquela noite todo o exército, presente o ex-imperador. Durante as oito horas de fogo, o regente acompanhara atento as peripécias da luta, inspirando aos combatentes confiança e entusiasmo. "Apesar de ser um príncipe

1186. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 1º, pág. 198.
1187. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.*, tomo 2º, pág. 457.
1188. Antônio Ferrão – *op. cit.*, 304.

da casa de Bragança – disse o desabusado Fronteira – todos feitos mais para a paz do que para a guerra, D. Pedro tinha nascido guerreiro, possuía as grandes qualidades do soldado bravo sem ser fanfarrão, de grande sangue-frio, muita atividade e disposto a todos os trabalhos e privações." Não procurou no combate de Ponte Ferreira resguardar-se, antes se expôs mais de uma vez, como na "posição das Cruzes, debaixo de um vivo fogo de artilharia e fuzilaria [....] não denunciando no rosto que era a primeira vez na sua vida que estava numa batalha" e só a instâncias do conde de Vila Flor e de outras pessoas concordou em colocar-se mais à retaguarda.[1189]

A vitória de Ponte Ferreira a 23 de julho de 1837 não evitou o que se temia: o encurralamento dos liberais na cidade do Porto. Por falta de cavalaria tornou-se impossível perseguir o inimigo e conquistar novas posições. Além disso, à alegria do feliz desfecho do primeiro choque de vulto, depressa se seguiram horas inquietas, de quase pânico. D. Pedro, que passara a noite em bivaque no meio de oficiais e tomara parte numa ceia alegre,[1190] foi surpreendido pelo que ocorrera no Porto, onde, depois de ter havido repique de sinos e luminárias pelo triunfo, circulou de madrugada a falsa notícia do desbarato completo das tropas constitucionais, apanhadas inesperadamente pelo visconde de Santa Marta. O próprio regente, segundo constou, fugira para embarcar na praia de Matosinhos. Sem maior calma, o governador das Armas, D. Tomás de Mascarenhas, acreditara no boato e concorrera para o susto generalizado mandando embarcar os papéis e arquivos do governo e fazendo retirar a tropa para a Torre da Marca. Fora um vergonhoso "salve-se quem puder" de ministros e, aliás, autoridades, a estimularem com incoercível medo o instinto de conservação da maioria da população. Só aos acadêmicos não se propagara o terror, firmes na Praça Nova, com duas peças, à espera do inimigo[1191] e prontos sem dúvida a escarnecer de muitos liberais, cujo pavor chegara até ao sacrifício dos grandes bigodes e longas barbas, símbolos da fé constitucionalista.

Ciente do que se passava no Porto, D. Pedro para lá voltou à frente das tropas, sendo recebido com grandes aclamações. "Às 5 horas da tarde –

1189. Fronteira – *op. cit.*, partes 3ª e 4ª, pág. 250.
1190. Fronteira – *op. cit.*, partes 3ª e 4ª, pág. 254.
1191. Carlos de Passos – *op. cit.*, pág. 300.

informa Cunha Matos em *Memórias da Campanha*[1192] – começaram a entrar as divisões na cidade, vindo os soldados, cavalos, peças de artilharia, carros de munições e bestas de bagagem, cobertos e ornados de tão altos ramos de louro e outras árvores, que tudo junto parecia um bosque ambulante; os feridos e alguns prisioneiros seguiam as colunas, e as ruas por onde as tropas transitaram [....] estavam esmaltadas de senhoras que já livres dos sustos da manhã e vestidas novamente de cores constitucionais davam altos vivas ao senhor D. Pedro e ao bravo exército que se recolhia cheio de glória." E logo o duque-regente baixou uma proclamação aos portuenses declarando que, à testa do exército libertador e depois de forte batalha que durara sete horas, lograra vitória completa: "Tranquilizai-vos, pois, [....] tomai parte comigo na salvação da pátria e em breve vereis aniquilado o governo usurpador, que já vos massacrou."[1193] Certo, fora uma vitória, mas sem nenhuma vantagem nova: continuavam os liberais de posse do Porto, tal como duas semanas atrás, mas já agora sem nenhuma esperança mais de adesão das tropas miguelistas e de rápido desmoronamento da frente interna portuguesa. O ex-imperador seria menos sincero ao anunciar para dentro em pouco tempo o fim da usurpação e, embora não manifestasse desânimo, estaria intimamente apercebido da situação em que se encontrava.

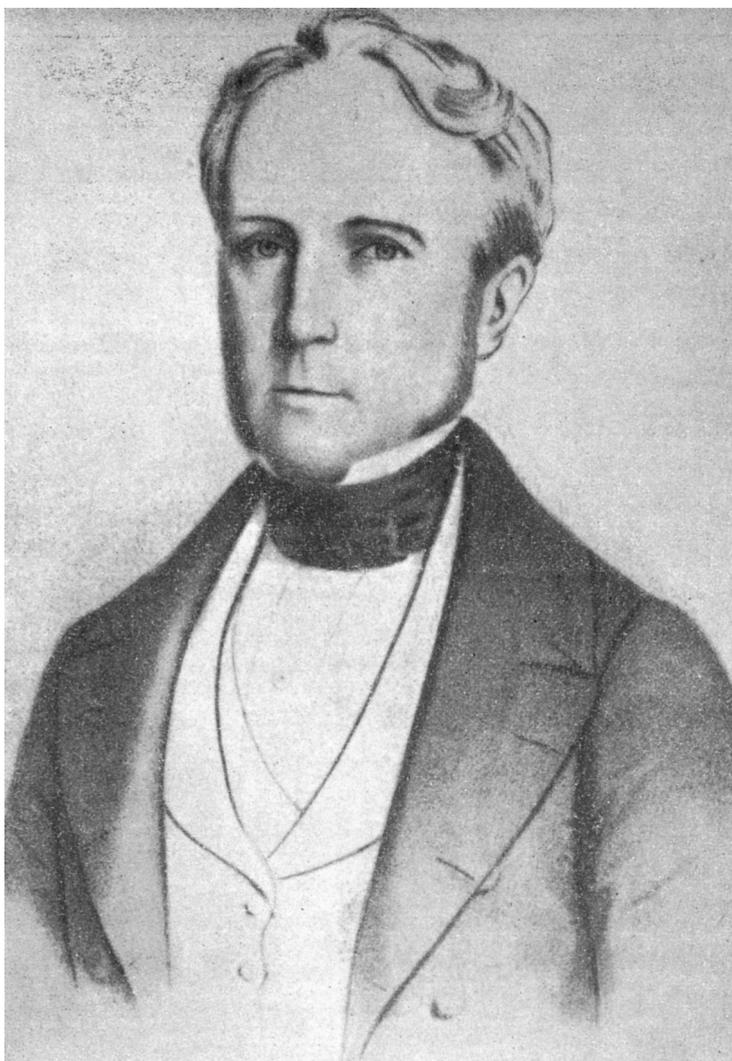
Uma vida difícil começara para os liberais, menos para os que meio embuçados tinham ficado em Portugal do que para os aventureiros da emigração. De volta à terra de nascimento, ainda os de maior fantasia se capacitaram de que os esperavam longos dias de sofrimentos. Na noite mesma de 24 de julho, quando quase todos já dormiam, ardeu num imenso incêndio o convento de São Francisco, onde se alojara o batalhão de caçadores 5. Casual? Ateado por mão criminosa? Não faltou quem afirmasse que fora obra dos frades, visto que as chamas irromperam nos quatro ângulos dos dormitórios. Soldados e oficiais haviam bebido com abundância vinho distribuído pelos religiosos. Ainda assim, mal despertos, puderam retirar o cartuchame e a maior parte dos armamentos. Salvaram também a "rica bandeira" de D. Maria II, e o conde de Saint Léger, como que a desmentir a fama de hereges e pedreiros-livres dos soldados liberais, retirou

1192. Tomo 1º, pág. 206.
1193. Luz Soriano – *História do cerco do Porto,* pág. 770.

do santuário, em meio das labaredas, "o vaso com as sagradas formas", esquecido pelos frades.[1194] Falou-se que era plano dos religiosos queimarem todos os conventos e que se D. Pedro tivesse aparecido na hora do incêndio seria assassinado. Boatos que suscitavam desejos de vingança. Os frades foram presos, processados, e todos, exceto um, julgados inocentes. Mas o ódio cresceu contra os religiosos, na maioria adeptos de D. Miguel.

Dez anos de reinado no Brasil cheio de lutas e dificuldades deram ao ex-imperador uma experiência que lhe havia de ser útil. Mas nem na revolução de 1824 em Pernambuco, nem na guerra no rio da Prata houvera nada que se parecesse com o que acontecia no Porto, acrescendo que durante a revolução do Nordeste brasileiro não saíra do Rio, e a ida ao Sul, em 1826, não implicara a sua participação nas operações de guerra. O certo é que não se deixou dominar pela perplexidade e, ativo como sempre, cioso de autoridade e de mando, entrou a expedir diversos atos, uns ligados mais de perto às circunstâncias da situação militar, outros de alcance político, social e econômico, porventura justos, mas de duvidosa oportunidade. Indicada e necessária foi a destituição de D. Tomás de Mascarenhas do governo das Armas da cidade. No ano seguinte, em Lisboa, esse governador, que se revelara pusilânime ou incapaz, morreria gloriosamente. No momento, porém, sucumbira ao contágio do pânico e cumpria dar-lhe substituto de inteira confiança. A escolha firmou-se no major Bernardo de Sá Nogueira, um dos mais bravos defensores da rainha e da Carta constitucional, que ficou também como inspetor dos batalhões nacionais e com todas as atribuições dos governadores de praças em tempo de guerra. Oportunas igualmente foram a reorganização do estado-maior do Exército, a reforma da ordem da Torre e Espada, a criação do Tribunal de Guerra e Justiça, com cinco vogais militares e cinco magistrados civis, e a permissão provisória do comércio de cabotagem por navios estrangeiros. O mesmo não se diria do decreto sobre o pagamento dos dízimos, regulando o ato sobre o mesmo assunto anteriormente assinado nos Açores, que levantava contra os liberais "clérigos, frades e comendadores"[1195] de todos os recantos do reino, num combate feito principalmente nos púlpitos e nos confessionários.

1194. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 1º, pág. 208.
1195. Cunha Matos – *op. cit.*, tomo 1º, pág. 215.

Marquês, depois duque de Palmela.
Reproduzido de *História do Império* – tomo II, por Tobias Monteiro

Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes
Desenho de Boulanger – Lit. de A. Isfaurin.

D. Pedro e os seus conselheiros temiam o que veio afinal a acontecer: o cerco do Porto pelas forças inimigas muito mais numerosas e com ampla liberdade de movimentos. A vitória de Ponte Ferreira fora frustrada. Era necessário tentar mais alguma coisa, antes da melancólica certeza de que não restava senão pelejar numa guerra defensiva. Com isso não se ajustava o espírito de aventura da expedição partida dos mares da França. Atacar, avançar, era o que convinha aos soldados constitucionais, já que a tropa de D. Miguel, ao contrário dos sonhos de tantos, não viera juntar-se às forças da rainha. "Está visto que não sou mais que um simples general à frente do exército libertador", teria dito D. Pedro, em Ponte Ferreira, como que a verificar que a ação de presença do príncipe liberal, do doador da Carta, do pai de D. Maria II, nada adiantava. Não permitir que o inimigo fechasse os constitucionais dentro do Porto passou a ser o objetivo desesperado do regente e dos que o acompanhavam. A 26 de julho, em reunião de conselho militar, D. Pedro pôs a votos se convinha guerra defensiva ou ofensiva. A maioria decidiu pela segunda, contra a opinião de Sá Nogueira e do tenente-coronel Silva Lopes, que apoiaram o seu ponto de vista na falta de cavalaria e de meios de transporte. Não obstante, Sá Nogueira iniciou a fortificação de Vila Nova e da serra do Pilar, ocupadas nesse mesmo dia pela divisão ligeira de Schwalbach, e a construção das linhas de circunvalação da cidade.

Ao ex-imperador do Brasil desagradavam esses preparativos de defesa, dado o seu pendor para a guerra de movimento, para o ataque, para a decisão rápida, e, a despeito de tudo, cogitava de ordenar quanto antes uma operação ofensiva. Mas os desastres menores ou maiores se sucederiam. Malogrou-se a investida de 31 de julho, sob o comando do major Soares de Luna, contra Vila do Conde, que visava a buscar as peças de artilharia que lá se encontravam: o navio de vapor *Cidade de Edimburgo,* que transportara uma força de 300 homens, voltara sem nada ter conseguido. Revés de monta, entretanto, foi o de Souto Redondo, a 7 de agosto. Na véspera, à noite, de ordem de D. Pedro, Vila Flor deixara o Porto com 4.000 homens e 8 peças. A princípio, houve uma ilusão de bom êxito, à vista da ocupação de três posições inimigas, com a fuga dos piquetes miguelistas. Pressurosamente, o marquês de Loulé veio ao encontro de D. Pedro a fim de dar-lhe a boa notícia, mas pouco durou a alegria. Logo em

seguida, outro emissário contava o resultado final: repelidos pelas tropas absolutistas, os liberais haviam se retirado em desordem, provocada pelo pavor de que se deixou possuir o capitão João Antônio Rebocho. De uma das janelas do Palácio dos Carrancas o regente, com o seu óculo de campanha, acompanhava as operações e pôde lobrigar a debandada. Tudo estaria perdido, se Póvoas, o general inimigo, aprisionasse, com a sua cavalaria, as forças constitucionalistas. Sá Nogueira chegou a opinar que não haveria outra solução além do embarque imediato de D. Pedro para os Açores, acompanhado de quantos pudessem segui-lo. Entrementes, Vila Flor, com sangue-frio e autoridade, conseguiu pôr ordem nos homens em fuga e de novo enquadrá-los, salvando a causa da rainha de uma derrota irremediável. De seu lado, o comando miguelista não soube tirar partido da ocasião.

Passara o lance de maior perigo, durante o qual teria o ex-imperador pensado em embarcar na fragata inglesa *Stag,* surta na foz do Douro, não levando a cabo o seu intento por advertência do coronel Hare. Será verdade? Vários autores, repetindo-se talvez, aludem a essa queda de vontade de D. Pedro.[1196] Cunha Matos, que se esforçou por ser imparcial, estava no Porto e era pouco simpático ao antigo monarca brasileiro, de quem tinha justas queixas, não faz a menor referência ao colapso em questão. Depois de tratar do combate de Souto Redondo, diz: "S. Majestade, apenas teve notícia da derrota, foi encontrar-se com as tropas uma légua distante da cidade e lamentaria sem dúvida um dos maiores reveses que tem sofrido durante a guerra."[1197] Também o marquês de Fronteira, em cujas *Memórias* nada existe de sistematicamente apologético em relação ao pai de D. Maria II, confessando a debandada e o terror pânico das tropas liberais, a perda de toda a artilharia e da metade da infantaria, entre mortos, feridos e extraviados, conta que o encontrou no Alto da Bandeira, rodeado do seu estado-maior, e acrescenta: "O desastre não tinha aterrado o imperador, que tratou logo de animar os seus subordinados, não denunciando, nem na fisionomia, nem nas palavras, a triste posição em que estava."[1198]

1196. Alberto Pimentel – *op. cit.,* p. 109; Carlos de Passos – *op. cit.,* pág. 305; Paulo Siebertz – *A Maçonaria na luta pelo poder (D. Miguel I e a sua época),* pág. 381.

1197. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 17.

1198. Fronteira – *op. cit.,* parte 4ª, pág. 265.

Sujeito a desânimos, mutável, inquieto era D. Pedro, e a situação parecia quase perdida a muitos dos mais otimistas dentre os que o cercavam. Natural, pois, seria que se sentisse enleado de dúvidas. Se quis ou não embarcar precipitadamente a bordo da *Stag,* na hora em que a batalha de Souto Redondo se afigurava o fim de tudo, o desastre total, é ponto de difícil esclarecimento. Mas a verdade é que logo depois, sob a penosa influência do acontecimento, o ex-imperador receou ter de abandonar o Porto. Decepcionado desde os primeiros dias após o desembarque e certo de que não receberia a adesão das tropas miguelistas com que lhe acenavam os sonhadores da emigração, D. Pedro, em seguida à vitória infecunda de Ponte Ferreira, enviara Palmela a Londres "com o duplo objetivo de levantar dinheiro e de ativar as expedições de socorros, alistamento de tropas auxiliares, e sobretudo de tentar ainda, se fosse possível, obter um apoio efetivo do governo inglês".[1199] O grande diplomata, com as relações e o prestígio que tinha em Londres, já ia conseguindo dinheiro, navios, soldados, cavalos – três mil homens, quinhentos cavalos, uma fragata –, quando lhe chegou, com as notícias da derrota de Souto Redondo, uma carta de D. Pedro, na qual, "possuído da primeira impressão do desastre [....] encarava como possível a necessidade de evacuar o Porto com as suas tropas",[1200] e instava nesse caso pelo auxílio das forças inglesas para ele e para o corpo expedicionário. Palmela mostrou a Palmerston, de ordem do regente, a comunicação que recebera, ouvindo melancolicamente em resposta que os navios britânicos protegeriam o embarque, mas que o governo inglês consideraria como resolvida a questão portuguesa e trataria de reconhecer o governo de D. Miguel. "Estes detalhes – escreveu Palmela em nota autobiográfica – são escrupulosamente verídicos e conhecidos de mui pouca gente, porque pela primeira vez os confio ao papel. Por fortuna, os miguelistas não souberam aproveitar-se da vantagem de Souto Redondo." E ainda: "O imperador e as suas tropas tiveram tempo de recobrar o tempo perdido, e a salutar resolução que se adotou, posto que tardiamente, de fortificar as linhas do Porto, resolução que o duque de Bragança levou

1199. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 458.
1200. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 470.

a efeito com a sua costumada e incansável atividade, fez abandonar a este toda a ideia de uma retirada, exigindo ele que ficasse sepultada no mais profundo segredo a comunicação quase desesperada que para Londres me mandara."[1201]

Ainda aos leigos em assuntos de arte militar uma conclusão indiscutível decorre do exame dos acontecimentos que culminaram na guerra civil de 1832-1834, em Portugal: a incapacidade, a inépcia, a incúria de muitos chefes do exército miguelista. A falta de imaginação, a timidez, os ciúmes recíprocos dos generais de D. Miguel poderiam levar o estudioso da história da época a emprestar-lhes móveis ocultos, ou ver, como certo escritor de partido, no desperdício de tantas oportunidades de vitória, a ação oculta da Maçonaria.[1202] O certo é que perderam, logo depois da batalha de Souto Redondo, o melhor ensejo de conseguir uma vitória rápida e decisiva, destroçando as tropas liberais e expulsando-as juntamente com D. Pedro do território português. Não o fazendo, transformaram aquele desastre no começo da salvação das forças expedicionárias e da causa liberal. Toda veleidade de ofensiva se dissipava e, para resistir no Porto, enquanto não chegassem novos recursos, começaram os preparativos, executados com o maior afinco. Fortificar a cidade, torná-la inexpugnável, tal foi a decisão dos liberais, mal se refizeram do susto de 7 de agosto. A 12, D. Pedro escrevia aos filhos no Brasil: "Eu me acho de saúde, posto que muito cansado com trabalho físico e moral; este povo está fanatizado pelos padres, e não tem, até agora, dado provas de amor à liberdade. Parece incrível que isto aconteça na Europa civilizada, e no século XIX!!! Contudo eu não desanimo, e em todo o caso minha honra está a coberto de todos os ataques que qualquer pretenda fazer-lhe."[1203]

Não contava aos filhos o ex-imperador os maus momentos por que passara e, usando linguagem de jornalista liberal, revelava ainda pouca confiança no bom êxito da campanha em que estava empenhado. "Contudo eu não desanimo e em todo o caso minha honra está a coberto" – eram

---

1201. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.*, vol. 2º, pág. 471.

1202. É o caso de Paulo Siebertz, no livro A *Maçonaria na luta pelo poder* (*D. Miguel I e sua época*).

1203. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIV – doc. 4505.

palavras que denunciavam um abatimento de quase vencido. Não duraria entretanto esse estado de espírito, e logo, soldados e habitantes da cidade sitiada, os que desde o começo o olhavam com simpatia e os que antes lhe tinham secreta aversão, veriam no ex-imperador o que ele era mais que tudo: um homem com os melhores atributos de sua condição. Depois do desastre de Souto Redondo e passada a crise depressiva de 7 de agosto, D. Pedro redobrou de atividade, a dirigir e fiscalizar as obras de fortificação e os preparativos militares. Fronteira diz que seria difícil descrever a azáfama em que ele vivia e "nem os calores abrasadores e as terríveis trovoadas" do estio portuense lhe diminuíam a assiduidade e a dedicação, ou o impediam de conservar-se entre os soldados e trabalhadores desde o romper do dia até alta noite: "Muitas vezes o vimos com a pá e a picareta na mão [....] fazendo trazer ao campo em que estava o almoço e o jantar para não perder tempo."[1204] Tivera sempre grande prazer no trabalho manual, e já em menino, no Rio, executava obras de carpintaria e marcenaria. No Porto, chefe da expedição liberal, voltou ao ofício e disputou a primazia a mestres carpinteiros. Certa vez, preparava-se a madeira necessária ao reparo de uma peça e o homem que dirigia o serviço lhe pareceu trapalhão ou pouco hábil: imediatamente despiu o casaco, riscou a obra e disse ao mestre aturdido: "Vai-te embora. Não percebes nada do teu ofício."[1205]

Arrolando os erros que a seu parecer cometeram os liberais logo no início da campanha militar, não menores do que os dos absolutistas, Cunha Matos avança que seria caso de acreditar num conluio secreto entre os contendores, "se não soubesse avaliar os imensos riscos, os incômodos, trabalhos e privações que o senhor duque de Bragança tem sofrido na cidade do Porto desde o dia do seu desembarque. A guerra, a fome, a peste chegaram tanto a ele como ao último soldado: exposto continuamente às bombas, balas, frio, chuva e sol; sujeito ao cruel tifo, à devastadora cólera, este grande príncipe tem, no meio de uma alternativa de vitórias e de adversidades, mostrado ao mundo inteiro a sua intrepidez, o seu valor no campo de batalha, e a sua inconstância, a sua versatilidade no Gabinete,

1204. *Memórias,* parte 4ª, pág. 270.
1205. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 111.

ainda nos negócios de natureza mais grave".[1206] Cunha Matos não deformava D. Pedro ao apontá-lo como volúvel, e poderia sem injustiça lembrar a sua desconfiança, a sua presunção e a sua facilidade em dar acolhida a intrigantes. No Brasil já fora assim e não se modificara. Palmela, Vila Flor, alguns mais seriam vítimas dos mesmos acintes de que se queixaram em outros tempos José Bonifácio ou Barbacena. Mas já nessas primeiras semanas do cerco do Porto deixava expandir-se de preferência o lado bom, o lado generoso, o lado nobre de sua natureza, e Abreu e Lima, que antes lhe notara, exagerando, a mesquinharia, a avareza, podia escrever pouco depois, bem informado em Londres do que se passava na cidade sitiada: "*L'Empereur se conduit comme un héros et est adoré de tout le monde.*"[1207]

Madrugador, não descansando nem aos domingos, D. Pedro estava presente diariamente em todos os pontos onde se executavam obras de fortificação e defesa. O cerco dos exércitos miguelistas fechava-se em torno do Porto. Até por mar havia a ameaça de que a esquadra inimiga cortasse as comunicações bloqueando a barra, o que levou Sartorius a atacá-la e, não obstante a desproporção de forças, obrigá-la a retirar-se em direção ao Tejo. A natural atividade do ex-imperador tornava-se paroxística. Para avaliá-la basta percorrer a *Crônica Constitucional* e ler os boletins. Assim é que no dia 8 de agosto, às 8 horas da manhã, saía com dois ajudantes de campo a fim de inspecionar os postos avançados sobre Vila Nova e, voltando à cidade, ia visitar não só os oficiais feridos na batalha de Souto Redondo, como os soldados recolhidos aos hospitais. Nessa visita "viu um a um todos os doentes, fazendo-os tratar na sua augusta presença com o desvelo próprio de um pai". Ao Palácio dos Carrancas voltou às 3 da tarde, às 7½ recebeu em audiência o conde de Vila Flor, às 8 teve reunião do Ministério, jantou às 10, e só pela meia-noite foi dormir. Dia cheio, dia de intenso trabalho. Mas este grande voluptuoso do amor detestou sempre o *dolce far niente,* emprestando gozo, prazer, satisfação ao trabalho por mais difícil que fosse. Se despertava cedo em São Cristóvão, muitas e muitas vezes estaria no Porto de pé, vestido, pronto, antes do sol nascer. A 13 de agosto publicava

---

1206. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 53.
1207. Oliveira Lima – *D. Miguel no trono,* pág. 161.

a *Crônica Constitucional:* "*S.* M. I. o Sr. Duque de Bragança saiu hoje do paço às 5 horas da manhã." A 18 saiu às 5¼.

As visitas de inspeção de D. Pedro, se no Brasil, em tempos pacíficos, nunca foram de mera convenção, de simples rotina, como são em geral as dos monarcas e chefes de governo, no Porto, sob o permanente assédio de forças superiores, redobraram de atenção, curiosidade e vigilância. Não se limitava a olhar e ouvir, mas perguntava, inquiria, experimentava. A 20 de agosto, por exemplo, depois de percorrer pela manhã as linhas da esquerda, foi a bordo das corvetas *Amélia* e *Portuense* e, de tarde, correndo a linha toda, mandou carregar as minas e fornilhos; a 22 deu pessoalmente alguns tiros de experiência na bateria do Sério; a 24 visitou a linha, demorando-se na bateria de Monte Pedral; a 26 mandou levantar nova bateria, que chamou de Nossa Senhora da Glória, de sua devoção desde o Rio, na igrejinha do outeiro; a 27 correu as fortificações e determinou obras no sítio de Formiga; a 31, visitando, como fazia diariamente, as fortificações, ordenou o disparo de alguns tiros de experiência com um morteiro de 18 polegadas. Dia dos mais intensos e afanosos foi o de 25 de agosto. Às 5 horas da manhã D. Pedro deixou o paço, foi examinar o forte da Torre da Marca, correu a linha de defesa da direita e voltou a Carrancas às 10 horas. De 11 à 1 da tarde despachou com os ministros, ouvindo em seguida missa na capela do paço. Às 5 horas foi ao Monte Pedral, "no centro das linhas, observar os reforços consideráveis que tinha mandado fazer naquele ponto" e ficou muito satisfeito por ver cumpridas suas ordens. Formidável aos inimigos, bem defendido e seguro para os soldados liberais, disse a *Crônica Constitucional.* Por ali não passariam os miguelistas. Às 8½ da noite já estava o regente de novo em palácio a receber os ministros do Reino e da Marinha. Jantar, só às 10 da noite. Que diferença da vida no Rio!

Com a afoiteza que nunca lhe faltou, no mesmo dia 25 de agosto, estando na bateria dos Congregados, viu o inimigo a esconder-se por detrás de uma casa. Como se fosse um combatente qualquer, fez pontaria com uma peça de 18 e acertou no alvo; deu segundo e terceiro tiros, causando estragos na coluna miguelista. Entrou o mês de setembro e D. Pedro prosseguiu nessa dobadoura, da esquerda para a direita das linhas de defesa, da bateria da Glória para a do Bom Sucesso, do convento da Serra para o sítio de Formiga. Em todos os boletins faz-se menção de sua "perfeita

saúde". Desde o acidente nervoso no jantar de 2 de dezembro de 1831, em Paris, não se falara mais em doença alguma do ex-imperador. A mudança de clima e alimentação consequente à saída do Brasil parece que não o afetara e os retratos feitos em França apresentam-no mais gordo, embora de uma gordura um tanto balofa. Mas os trabalhos excessivos a que não se furtava, a carência alimentar nos dias mais terríveis do cerco, a falta de cuidado que o levava a expor-se às intempéries, as fadigas não compensadas, além dos constantes choques emotivos, tudo isso concorreria para destruir-lhe a resistência e preparar terreno para o mal a que sucumbiria. Fronteira, falando dos excessos de atividade e das imprudências de D. Pedro, afirma que sua saúde desde o princípio não era das melhores.[1208] A 6 de setembro a *Crônica Constitucional* informava que o duque de Bragança não saíra naquele dia "por ter sofrido na madrugada uma pequena indisposição", de que já quase se restabelecera às 11 horas, graças a "alguns leves medicamentos" aplicados pelo Dr. Tavares. Que seria essa pequena indisposição? Simples ameaça de uma crise de cálculos renais ou manifestação epileptiforme frustra? Fosse o que fosse, trabalhou com os ministros de estado, recebeu o conde Vila Flor, e só às 10½ da noite concordou em recolher-se.

A despeito de não ter descanso nem folga, além das cinco horas que reservara ao sono, e de viver numa ininterrupta tensão de espírito, revezando os assuntos militares com os diplomáticos, o regente continuava no Porto sitiado a sua obra de reformador do velho reino. A 13 de agosto assinou decreto sobre os direitos e prerrogativas da coroa, extinguindo uma série de institutos jurídicos incompatíveis com os princípios liberais. Do vasto Império do Brasil viera reinar num outro, tão pequeno que ia "da bateria da Quinta da China e acabava no Farol da Luz".[1209] Mas no seu liberalismo sincero, posto que mais teórico do que prático, não descontinuava, na hora em que construía trincheiras, a tarefa iniciada nos Açores, de transformar Portugal, mediante decretos ditatoriais. Procedia sem tato, pois que tais medidas, ao serem divulgadas, aumentavam em todo o país a repulsa que desde a independência do Brasil lhe votavam todos quan-

---

1208. *Memórias,* parte 4ª, pág. 270.
1209. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 58.

tos viam os seus interesses ameaçados ou a honra nacional ferida. Dava o ex-imperador crédito ao que lhe diziam Mousinho da Silveira, José da Silva Carvalho e outros conselheiros, e seguia também o seu destino de legislador liberal, de homem afeito às ideias do século. Ao filho, no Brasil, contava em carta de 1º de setembro: "Desta luta em que estou empenhado depende o triunfo da Liberdade; se vencermos, a Europa será livre, se não o Despotismo acabrunhará os povos."[1210]

Falando em liberdade e despotismo com maiúsculas e colocando-se no plano não apenas de Portugal, mas da Europa e dos povos em geral, como que se recordava das palavras que Benjamim Constant escrevera a seu respeito: "[....] *l'apparition de D. Pedro en Portugal donnerait à l'Europe une face nouvelle. Jamais homme ne fut appelé à produire pareil effet [....] en Europe il sera d'emblée en première ligne, il sera l'homme de la liberté constitutionnelle."*[1211] Encarnava-se nesse papel e dispunha-se a desempenhá-lo da melhor maneira. Desvanecido diante do resultado de seus esforços para fortificar a cidade e preparar as tropas, escrevia ao marquês de Cantagalo, a gozar as "delícias desse paraíso" que era Paris: "Eu cá vou lutando contra os fanáticos, corja infame, e espero em Deus que não protegerá aqueles de seus ministros que tão indignos se fazem [....] O exército que tenho a glória de comandar está no melhor estado de disciplina; mas limitam-se nossas possessões à cidade do Porto e uma légua de distância; estamos completamente cercados [....] vou aumentando e pondo em perfeito estado as fortificações que eu mesmo tenho delineado e que eu mesmo tenho trabalhado com as minhas mãos."[1212]

Não faltava à verdade ao gabar-se de quanto trabalhara nas obras de fortificação. Oliveira Martins, tão desmarcado na detração de D. Pedro, que passou a ser guia e apoio de autores facciosamente reacionários como Paulo Siebertz, no seu livro de encomenda *A Maçonaria na luta pelo poder (D. Miguel I e a sua época),* viu nas improvisadas defesas construídas pelos liberais "um corpo de baterias grosseiras, aglomeradas empiricamente, obedecendo à ocasião e não a um plano [....], segundo eram as linhas mi-

---

1210. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIV – doc. 4505.
1211. Arq. do Cast, d'Eu – maço LXIX – doc. 3320.
1212. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 133.

guelistas".[1213] Esquecia-se o grande escritor de que tudo teve de ser feito às pressas, na iminência de ataques de forças muito superiores e aproveitando-se o material disponível. Não obstante essa deficiência de recursos e do apregoado rigor técnico dos absolutistas, o Porto pôde resistir aos piores ataques inimigos e, a 8 de setembro, se Bernardo de Sá Nogueira, embora perdendo o braço direito, não conseguiu evitar que os miguelistas ocupassem Vila Nova e os seus riquíssimos armazéns de vinhos, a investida contra o convento da Serra de todo se frustrou. O ex-imperador, sem jamais poupar-se, "apenas o fogo tinha começado no alto de Santo Ovídio, foi [....] postar-se na bateria da Vitória, e depois na da Torre da Marca, donde mandou fazer mui vivos disparos de artilharia".[1214] Essa meia vitória, porém, tinha caráter puramente defensivo, e o cerco se estreitava, tendo os miguelistas baterias ao norte e sul do Douro, e passando os seus obuses e morteiros a alcançar não só os acampamentos como o interior da cidade.

Apertando D. Pedro e os outros soldados da rainha no recinto do Porto, molestando-os diariamente com contínuo tiroteio, parecia indubitável que o comando miguelista preparava um ataque geral de que resultasse a ocupação do reduto constitucionalista, tão esperado aliás pelo governo em Lisboa, que o visconde de Santarém, em instruções de 10 de setembro, prescrevia a conduta do exército nessa ocasião. Com efeito, a 29 de setembro, dia de São Miguel, o exército do usurpador, sob o comando do general Gaspar Teixeira, desencadeou uma ofensiva contra toda a linha, numa ação vigorosa que durou nove horas. Palmela, já de volta de Londres e participante da defesa do Porto, deu em carta à mulher alguns pormenores acerca do que ocorreu: "Estivemos um pouco de tempo em risco de ver uma parte dos nossos entrincheiramentos forçados porque os inimigos carregavam com forças muito superiores na nossa direita e conseguiram apoderar-se dos pontos defendidos pelos franceses e ingleses, porém foram duas vezes a fio desalojados à baioneta [....] deixando em nosso poder toda a sua artilharia e muitos prisioneiros. No centro também houve dois ataques sérios, mas menos perigosos [....]

1213. *Portugal contemporâneo,* vol. 1º, pág. 302.
1214. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 2º, pág. 48.

e terminou a ação à noite por uma surtida de nossas tropas que obrigou o inimigo a retirar-se com imensas perdas."[1215] Desagradável comemoração do dia de São Miguel: as perdas dos absolutistas subiram a mais de 4.000 homens, ao passo que as dos liberais pouco excederam de 600. O mesmo Palmela, a 4 de outubro, mandava novas informações à marquesa sobre a vitória de 29 de setembro e, por muitas queixas pessoais que tivesse de D. Pedro, não lhe recusava justiça: "[....] durante o meio da ação estive com o imperador, que se portou admiravelmente, e se expôs mais de uma vez à morte." E ainda: "O imperador comporta-se perfeitamente, com muita atividade e presença de espírito, sendo popularíssimo no exército e na cidade."[1216] Espantar-se-ia quem não o conhecesse, mas a verdade era que não passava de um noviço em coisas de guerra. Noviço destemido: foi ele que, com o seu estado-maior, se dirigiu a grande galope ao ponto de ataque e pessoalmente colocou o corpo de guias por detrás da primeira cortina que defendia a estrada de São Cosme.[1217] O marquês de Fronteira, registrando essa passagem, acrescenta: "Vimos o imperador, debaixo de um fogo terrível, mostrar o maior sangue-frio e coragem, animando os seus subordinados [....] neste glorioso dia conservou-se sempre debaixo dum vivíssimo fogo de artilharia e fuzilaria."

Enquanto D. Pedro expunha a vida com essa bravura que deslumbrava os mais bravos, as balas a lhe passarem pela cabeça ou a matarem oficiais a seu lado,[1218] o irmão D. Miguel conservava-se tranquilamente longe dos lugares onde se morria. Covardia? Não, por certo. Covarde, não era. Procedia assim porque subestimava a ação fraterna. A 4 de novembro de 1832, Palmela comunicava à mulher: "O infante [referia-se a D. Miguel] chegou há três dias com as irmãs e dizem que foi levá-las a Braga e volta logo para passar em revista o seu exército."[1219] De fato, D. Miguel, deixando Lisboa, passara por Leiria e Coimbra e, em caminho para Braga, pernoitara a 31 de outubro em Valongo. Chegando

---

1215. Maria Amélia Vaz de Carvalho – *op. cit.*, vol. 2º, pág. 475.
1216. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, págs. 476/7.
1217. Fronteira – *op. cit.*, partes 3ª e 4ª, pág. 280.
1218. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 131.
1219. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 480.

a Braga a 1º de novembro, lá se deixou ficar. Em carta de 29 desse mês, a frei Joaquim da Paixão de Cristo, miguelista apaixonado, D. Antônio da Maternidade de Santa Cruz, também exaltado partidário do rei absoluto, comunicava aflito: “Enquanto S.M. não passar revista ao exército e examinar as baterias e vir com seus próprios olhos tudo quanto se tem feito e deixado de fazer, hão de entrar embarcações pela barra do Porto em socorro dos rebeldes e D. Pedro conservar esperanças de permanecer no Porto até a primavera. Pois que ouço dizer a pessoas desta cidade verdadeiramente sábias e honestas que ele, D. Pedro, tem dito e continua a dizer à sua tropa: soldados conservai-me aqui até a primavera e eu vos direi quem para o futuro há de reinar.”[1220] Passou-se o mês inteiro de novembro e D. Miguel não se dignou de ir ver os soldados que por ele morriam.

Que fazia em Braga o rei popular, o rei querido? Cuidava dos negócios do Estado, das coisas da guerra? Talvez enchesse mais o tempo “em passeios ao Bom Jesus do Monte, a Guimarães e Penafiel, nas habituais galopadas e em exercícios hípicos, como a subida a cavalo da escadaria de Guadalupe, sem esquecer as aventuras amorosas com a filha de Antônio Barbeiro, a fidalga Emília de Guimarães, e a tricana Eugênia”.[1221] De galopadas e torneios hípicos o irmão também gostara sempre, mas agora só o fazia por dever militar. Menos censurável em seus amores vários seria D. Miguel, solteiro, e com tão belos olhos. Menos desculpa teria D. Pedro, casado com a linda D. Amélia, se a enganava de longe. A acreditar-se na versão colhida por Alberto Pimentel e exposta em linguagem de literatura naturalista, tratar-se-ia de episódio trivial em vida de soldado moço: “Todas as suas impulsões sexuais não excederam nunca os limites de uma regular higiene, sem escolha nem variedade.” O objeto era uma “louceira da Rua da Assunção, fêmea de boas carnes e costumes fáceis”. E, para cúmulo, dessa higiene amorosa lhe teria sobrevindo “uma infecção venérea”.[1222] Nova ou simples recaída da que sofrera no Rio?

1220. Arq. do Cast. d’Eu – maço XCV – doc. 4578.
1221. Antônio Ferrão – *op. cit.,* pág. 466; Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 139.
1222. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 140.

Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maranguape
Da *Galeria dos Brasileiros Ilustres,* de Sisson.

D. Francisco de Assis Mascarenhas, marquês de S. João da Palma
Da *Galeria dos Brasileiros Ilustres,* de Sisson.

A 7 de dezembro, Santarém escrevia a D. Miguel: "O cardeal núncio, o conde de Montalegre e Brent [encarregado de negócios dos Estados Unidos] vieram procurar-me para que eu manifestasse a V. M. a grande necessidade de ir V. M. ao seu exército passar-lhe revista, porque os inimigos da monarquia e da independência de Portugal tiram terríveis pretextos disto."[1223] Era um apelo coletivo, um pedido de portugueses e estrangeiros. Afinal, a 17, 18 e 20 de dezembro, D. Miguel esteve em contato com as tropas que o defendiam, passando-as em revista. No Porto ouviram-se as salvas, foguetes e vivas, e conta-se que um oficial de artilharia se preparava para atirar com a sua peça visando às plumas brancas do quartel-general do rei que considerava usurpador, quando apareceu D. Pedro. Pedindo-lhe licença para disparar, teve esta resposta: "Se lá estiver meu irmão, não."[1224] As forças visitadas por D. Miguel elevavam-se a quase 24.000 homens.[1225] Mas a rápida presença real não lhes deu o poder de dominar a situação. A Braga tornou o rei absoluto e a guerra se manteve no mesmo pé. De Madri escrevia ao irmão a infanta Maria Teresa, casada com D. Carlos: "Muito desejo tenho de ver que o mano acabe por uma vez com os rebeldes e entre ao Porto [....] quando o mano vá para o exército pois só desse modo será [....] não se descuide de atacar logo."[1226] De nada valeria a advertência: "o mano" continuava arredio da luta militar, em contraste com o outro mano chefe dos "rebeldes", cada vez mais empenhado nela.

D. Miguel descansava seguro do apoio da maioria do país que sempre esteve ao seu lado. O velho Portugal, com os seus fidalgos ociosos, os seus frades ignorantes, o seu bom povo analfabeto, não queria saber do príncipe que se fizera maçom, separara o Brasil e andava de comparsaria com liberais e hereges. O rei absoluto contava com a fidelidade de seus súditos e era senhor de todo o reino. Um exército de 80.000 homens, sustentado pela nação em massa, não poderia ser vencido por alguns milhares de soldados, em boa parte mercenários, encerrados na cidade do Porto. D.

1223. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCV – doc. 4583.
1224. Alberto Pimentel – *op. cit.*, pág. 136.
1225. Cunha Matos – *op. cit.*, tomo 2º, pág. 181.
1226. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVI – doc. 4686.

Pedro dispunha das simpatias dos elementos contagiados pelo liberalismo político e econômico, intelectuais e militares, emigrados após o malogro do regime instituído pela revolução de 1820, personagens da nobreza do feitio de Palmela, Lavradio, Vila Flor e Fronteira, representantes da burguesia citadina, caixeiros e estudantes. A "vila-francada" e depois a instauração do regime miguelista haviam merecido o aplauso ou a aquiescência da nação. Confiante nesta e certo da fraqueza da causa que o irmão defendia, D. Miguel olhava o futuro sem susto, sem terror. Imensos, quase insuperáveis eram na verdade os obstáculos que se antepunham a D. Pedro. Prisioneiro no Porto com os seus partidários, minguavam-lhe soldados, cavalos, armas, dinheiro. Mas a seu favor militavam as ideias do tempo, triunfantes em vários lugares, de preferência na Inglaterra e na França, donde viriam auxílios de monta, os quais, embora não sendo diretamente dos governos, tinham deles a cumplicidade tácita.

Em novembro de 1832, o marquês de Palmela recordava à mulher a previsão que fizera: se os constitucionalistas resistissem até fins de outubro, o bom êxito do resultado final deixaria de ser duvidoso. E dava-lhe a boa nova da chegada de 1.200 homens de reforço, sendo esperados outros tantos, e mais uma fragata. Precaríssima, entretanto, era a situação financeira. Soldados, ainda da mais pura flama, não se alimentam sem dinheiro. Nas fileiras liberais havia numerosos mercenários, cujas exigências era preciso contentar. A esquadra de Sartorius vinha sendo paga com grande irregularidade e em breve traria complicações desagradáveis. A direção geral da política, da administração civil e dos serviços militares ressentia-se da falta de unidade, e de uma coordenação de planos e de esforços. Rivalidades, ciúmes, emulações personalistas acarretavam transtornos algumas vezes muito graves. Considerável quinhão de culpa corria por conta de D. Pedro, que pouco mudara do seu feitio mandão e intervencionista. Como no Brasil, queria que o seu ponto de vista prevalecesse sempre e, se lá presumia entender de direito público e de doutrina constitucional, no Porto surgira estrategista consumado, confundindo por vezes inteligência e bravura com arte militar. A verdade era que, embora resistindo heroicamente, as tropas liberais viam fechar-se progressivamente o cerco que as apertava. Os mantimentos escasseavam na cidade e a fome rondava, seguida do tifo e depois da cólera-morbo.

Fazer guerra defensiva contrariava em cheio o temperamento do regente, sempre afoito e insofrido. A fatalidade das circunstâncias condenava-o a isso e soubera mais do que ninguém animar o trabalho das fortificações. Mas já confiava menos no conde de Vila Flor, comandante-geral, talvez porque não fosse favorável às surtidas tão do seu gosto, ou cedesse a intrigas de Cândido José Xavier. A 5 de novembro decidiu assumir pessoalmente o comando em chefe, agraciando Vila Flor com o título de duque da Terceira e nomeando-o seu ajudante de campo. "O conde de Vila Flor não tinha cabeça suficiente para um tão grande peso, nem influência sobre o imperador, nem força para lhe resistir, e estávamos numa anarquia militar, de modo que [...] é menos mau estar o imperador só do que juntamente com o conde", comunicava Palmela à mulher, acrescentando que o verdadeiro motivo da substituição era a expectativa da chegada do general Excelmans ou de outro general francês para tomar a chefia do exército. Viria Solignac, arranjado em grande parte pela interferência de D. Amélia, que de Paris acompanhava dedicadamente a sorte do marido. A 3 de novembro baixara o regente ato chamando ao serviço os emigrados ausentes que pertencessem à classe militar, e isso daria ensejo à volta do general Saldanha, cuja capacidade e cuja bravura tão eficazes seriam no desfecho dos acontecimentos.

Desfecho nesse momento obscuro, de difícil previsão, a despeito da admirável resistência da cidadela liberal. O inverno aproximava-se e com ele os dias mais tenebrosos para os sitiados. E, como acontecera desde os primeiros tempos, a falta maior seria de dinheiro: não se pagavam os batalhões estrangeiros, a esquadra, os soldados. Por impontualidade de suprimento de recursos financeiros a ação naval de Sartorius entraria em colapso. Mais uma vez houve necessidade de mandar um emissário à Inglaterra, pois só de lá se poderia esperar ajuda. E Palmela recebeu a incumbência de obter um novo empréstimo e a intervenção britânica no sentido da suspensão recíproca das hostilidades, ressalvada a coroa de D. Maria II. A acreditar-se no probo embaixador – e sua palavra era a de um gentil-homem –, a confiança na causa por que se sacrificava diminuíra enormemente na capital inglesa. Já não havia fé no triunfo da empresa liberal e muita gente via na personalidade de D. Pedro o obstáculo maior a uma solução conciliatória, receando-se de sua parte projetos de mais largo âmbito: não

faltava quem o supusesse animado do propósito de não só reintegrar-se na coroa portuguesa, como de sonhar com um reinado sobre toda a Península Ibérica. Não convindo à Inglaterra por nenhum motivo a continuação da guerra civil, o governo britânico inclinava-se por negociações de que participasse a Espanha, em torno de uma fórmula favorável a D. Maria II, desde que desistissem de quaisquer pretensões pessoais os dois irmãos desavindos. Em carta a Palmela, Palmerston esboçou as linhas gerais do acordo: *"If we were to recommend any course of proceeding we should say: Establish forthwith a Regency consisting of yourself, Villa Flor, and Cadaval; send for the Queen, who is old enough by the old law of Portugal to reign; marry her to D. Carlos of Naples; and let the Cortes decide what shall be done about the Constitution; make a handsome provision for D. Pedro, but let him be persuaded to settle somewhere out of Portugal, where his presence would inspire distrust among foreign Powers, and destroy confiance at home."*[1227]

Julgou-se o diplomata português na obrigação de transmitir a D. Pedro a opinião dominante em Londres que, provavelmente, não lhe desagradara. Salvava o essencial, embora pudesse servir de tema de exploração a algum desafeto na roda do ex-imperador. Na verdade, este se melindrou e pôs em dúvida a correção com que Palmela procedia em Londres. Em palavras de malcontida zanga, mandava dizer-lhe: "Muito estimarei que o governo inglês não anua ao seu pedido de enviar alguém para exigir ou instar a que meu irmão aceda a uma imediata suspensão das hostilidades, pois, se bem me recordo, as suas instruções são para pedir ao governo inglês que imponha aos dois partidos suspensão de armas. Se eu não tivesse tanta confiança na sua experiência, na sua honra e no seu tato fino, eu me veria na dura necessidade de estranhar um tal pedido." Sussurraram-lhe sem dúvida que Palmela se acumpliciava com os que o apontavam como um ambicioso, a servir-se da causa da filha para assenhorear-se do poder. A biógrafa do embaixador suspeitado insiste em afirmar que, comunicando o que ouvira em Londres, de modo algum ele concordara. E acrescenta: "Conhecia de sobejo quanta força dera à causa liberal portuguesa [....] a Regência do imperador. Sabia com que fanatismo o amava esse exército

---

1227. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.*, vol. 29, pág. 488.

que nos Açores se organizara e adestrara admiravelmente para o seguir, e como a energia dos soldados se duplicara e acendrara ao calor dessa chama de entusiasmo pela pessoa do imperador seu camarada. D. Pedro era naquela hora crítica [....] o único sinal visível de coesão, a esperança única [....]."[1228] Fosse esse o verdadeiro pensamento de Palmela, o certo é que o regente não hesitou em conceder-lhe demissão do lugar de ministro dos Estrangeiros. Aliás, substituindo-o pelo marquês de Loulé, não ficou nisso a remodelação ministerial: Cândido José Xavier foi feito ministro do Reino, em lugar de Mousinho de Albuquerque, e José da Silva Carvalho, da Fazenda e da Justiça, de onde saiu o outro Mousinho (da Silveira).

O receio de que D. Pedro pretendesse tomar conta do trono de Portugal e, mais ainda, cobiçasse o da Espanha, não tinha nenhum fundamento. Talvez, no círculo de seus amigos, houvesse quem pensasse em tais planos. Ele, nunca. Para isso seria necessário radical transmutação no seu senso de honra, que cada vez mais se apurou com o tempo, compensando-lhe faltas e defeitos. E seria mister uma obliteração total daquilo que parecia mais profundo, mais arraigado na sua natureza: o amor paternal. Cingir de novo a coroa de Portugal, ou disputar a da Ibéria em detrimento daquela, soar-lhe-ia como uma infame traição à filha, por quem vinha lutando desde o Brasil. E uma desonra completa. Por esse tempo, escrevendo a um amigo íntimo, como o marquês de Resende, dizia: "[....] não lhe desejo que tenha de sofrer tantos incômodos como eu estou continuamente sofrendo; e fique certo de que eu, por bem da nobre causa que defendo, estou disposto a sofrer tudo o que não me avilte ou seja contra a minha honra, único patrimônio que tenho."[1229] Não falaria assim se estivesse inclinado a abandonar a filha e alienar a honra. Não se aviltaria. Tal lhe parecia envolver a manobra política que Palmela lhe comunicara e de que Palmerston lhe daria notícia diretamente, em nota confidencial, de princípios de 1833.

Nessa nota ou "*communication verbale*" o ministro inglês sugeria a D. Pedro a solução conciliatória já conhecida, aludia a negociações entabuladas em Madri por Stratford Canning e falava na conveniência da substituição do Ministério do Porto, constituído havia pouco, "cuja cor era

1228. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 490.
1229. Carta de 4 de novembro de 1832. *R.I.H.G.B.,* tomo 80º, pág. 502.

muito pronunciada". Em Paris iniciava-se trabalho no mesmo sentido, não só junto do governo francês, como da ex-imperatriz D. Amélia, a quem Lavradio, de combinação com Silvestre Pinheiro Ferreira e Filipe Ferreira de Araújo Castro, aconselharia a dirigir-se ao marido a fim de que este escrevesse aos reis de França e da Inglaterra solicitando-lhes a intervenção no sentido do acordo previsto. O regente repeliu a proposta de Palmerston e respondeu que, em reunião de conselho de ministros, mais uma vez se decidira: 1º) colocar D. Maria II no trono português; 2º) conseguir a saída de D. Miguel, de Portugal; 3º) conceder, depois de alcançados esses objetivos, ampla e completa anistia; 4º) deixar à nação, representada em cortes, a resolução acerca da melhor forma de governo, sempre em nome de D. Maria II. E, recebendo mal a interferência na escolha do seu Ministério, ao qual renovou a confiança, ponderou ainda D. Pedro, na resposta a Palmerston, que o escolhera entre os elementos mais esclarecidos da emigração, postos de parte os aristocratas puros e os espíritos exaltados, porque destes a nação se fatigara e naqueles acreditava pouco. Mas não desejando protelar "o feliz resultado" da questão, não hesitaria, acrescentou, em mudar o Ministério e escolher as pessoas indicadas pelo governo britânico, se este – e repetiu as condições antes referidas –, por intermédio de Palmerston, fizesse por escrito a promessa solene de apoiar e conseguir a suspensão imediata das hostilidades, o reconhecimento de fato e de direito de D. Maria II como rainha, a saída de D. Miguel, de Portugal, sem se cogitar mais do seu casamento com a sobrinha e a reunião das Cortes, a fim de que a nação decidisse sobre a maneira por que desejava ser governada em nome da rainha durante a minoridade, e por quem, excluído sempre D. Miguel. Assentindo o governo britânico solenemente nesses quatro pontos, não só substituiria a "administração atual", como concederia irrestrita anistia e faria todos os sacrifícios pessoais que não fossem contra a sua honra.[1230]

Dadas as circunstâncias em que se encontrava D. Pedro, essa resposta era de quem prezava acima de tudo a honra. Dirigia-se ao governo de cuja boa vontade mais dependia o bom êxito da causa liberal, num momento em que as dificuldades na cidade sitiada pareciam aproximar-se do

---

1230. Lavradio – *op. cit.,* vol. II, pág. 380.

auge. Mas não se aviltaria, como escrevera ao marquês de Resende. Aliás, os projetos apaziguadores de Palmerston malogravam-se de todo, e não só D. Pedro, cercado no Porto, os refugaria: nada obteve Stratford Canning em Madri e mais feliz não foi o embaixador William Russell, em Lisboa. A questão teria de ser mesmo dirimida pelas armas. A 1º de janeiro de 1833 chegava a São João da Foz o novo general para comandar as forças liberais – Solignac, dois dias depois promovido a marechal. Não seria este francês o agente da vitória, e no seu séquito viria mais um flagelo para os sitiados – a cólera-morbo, a juntar-se ao tifo e à fome. Falharia na primeira operação depois que assumiu a direção do exército constitucionalista: a tomada de Monte Crasto, em extremo necessária para facilitar o desembarque de soldados, armas e víveres, tentada a 24 de janeiro, redundou em grandes perdas. Solignac não conseguiu manter-se na posição e prorrompeu em queixas contra a esquadra de Sartorius, que mal o apoiara, e mais ainda contra D. Pedro, que impedira a marcha de uma coluna incumbida de atacar os miguelistas pela retaguarda. O ex-imperador intrometera-se com ordens que prejudicaram o resultado da ação. Não era a primeira vez, nem seria a última.

O general de quem tanto se esperava não demorou no comando dos liberais portugueses e já a 18 de junho D. Pedro escrevia a um amigo: "[....] o marechal Solignac [....] retirou-se para a França depois de ter aqui estado desde janeiro sem ter feito mais do que *pretender fazer algumas coisas:* deixar fortificar o inimigo, coisa que ele nunca se atreveu a fazer antes da sua chegada, com o *cholera-morbus,* etc."[1231] Mas nem por isso a causa do constitucionalismo luso se perderia. No primeiro semestre de 1833, se certos acontecimentos pareciam acarretar riscos insuperáveis, outros assegurariam o seu triunfo. Em novembro de 1832 D. Pedro chamara do estrangeiro todos os emigrados que pertencessem ao exército. Era o meio de atrair aqueles que por suas atitudes exaltadamente liberais haviam sido excluídos da expedição iniciada em Belle-Isle, de permitir a cooperação de Saldanha, de Stubbs, de José Maria de Moura, de Cabreira, todos oficiais generais emigrados, a se envolverem não apenas em negócios da política

1231. A. D. de Pascoal – *op. cit.,* pág. 151.

portuguesa, mas da espanhola e até da francesa. A Saldanha, o mais importante de todos, o governo espanhol tinha em conta de inimigo perigoso, à vista de suas ligações com o general Mina. Na verdade, o neto do marquês de Pombal apresentava muitas das características de homem mais do seu tempo do que do seu país, disposto a bater-se onde quer que a causa da liberdade exigisse socorro. Ao próprio D. Pedro, que participaria por certos traços desse tipo de liberal internacional, Saldanha declarara em Cherburgo, a 17 de julho de 1831, que os partidários dos generais espanhóis Mina e Torrijanos queriam o ex-imperador do Brasil para rei de Espanha. A resposta foi que não desejava ser mais do que tutor e defensor de sua filha, rainha de Portugal.

A piora da situação no Porto favoreceria a oportunidade da colaboração de Saldanha, homem nada maleável, irrequieto, meio caudilho, mas com admiráveis qualidades militares de decisão e bravura. Em Paris havia vários anos, relacionava-se com os melhores grupos liberais e frequentava Lafayette e Soult. Este, que conhecia Portugal por ter comandado a segunda invasão francesa ao tempo de Napoleão, parece que fora o conselheiro de D. Pedro no tocante à escolha do ponto de desembarque da expedição, e continuava a ser ouvido por intermédio do marquês de Resende e de D. Amélia. Ao verificar-se o malogro inicial da chegada do exército constitucional no Porto, com a recusa da adesão imediata e sem sangue do resto do país, logo entre os simpatizantes da causa de D. Maria II, em Paris, se cogitou dos meios de auxiliá-la. E Soult, que ascendera ao governo como ministro da Guerra e depois presidente de Conselho, opinou no sentido da ida de Saldanha e dos demais militares que tinham ficado em França, julgando estranho que permanecessem alheios, longe da peleja, quando nela se empenhavam tantos estrangeiros. Lembrou também Soult que o ex-imperador, conservando o comando em chefe, deveria dividir o exército em duas divisões, uma às ordens de Vila Flor e a outra de Saldanha.

Ao Porto chegou Saldanha, via Londres e Plymouth, em companhia de Stubbs, Cabreira e poucos mais, a 28 de janeiro de 1833, sem os 10.000 homens que se pretendera alistar por proposta de Hertault, para obedecer a D. Pedro e não para tentar um golpe contra ele, como a intriga assoalhara. O regente recebeu-o cordialmente, segundo o testemunho do marquês de Fronteira. A acolhida da população foi calorosa: "Os generais

Saldanha e Stubbs correram a cidade toda a cavalo, seguidos de imenso povo, que lhes davam vivas, não obstante os editais."[1232] A 1º de fevereiro, D. Pedro promoveu-o a marechal de campo, juntamente com Cabreira e Francisco de Paula Azeredo, sendo o exército dividido em três divisões, sob o comando respectivamente do duque da Terceira, Saldanha e Stubbs. A causa da rainha recobrava, e no terreno mais adequado, a participação de admiráveis combatentes, sobretudo de Saldanha. A ação deste, sempre decidida, arrojada, dinâmica, por vezes temerária, seria de grande utilidade no momento em que os liberais portugueses iam procurar romper o cerco que os condenava à guerra defensiva. Havia riscos de que pretendesse pôr em execução golpes revolucionários e constituísse um elemento dissociador, a aumentar as desconfianças e a confusão que já existiam entre os partidários de D. Maria II dentro e fora do Porto. Mas com os seus excepcionais dotes de chefe militar prestaria sem dúvida grandes serviços. E assim aconteceu.

A Saldanha foi entregue o setor mais difícil, o ponto das linhas de defesa até então mais abandonado, alvo da bateria de Serralves e das posições da Ervilha e do Crasto. Em 17 dias de esforços inauditos, o general recém-chegado construiu a bateria do Pinhal, para enfrentar a de Serralves, "fortaleceu bastante o forte da Luz e [....] levantou a magnífica bateria do Pasteleiro, cujos fogos cruzados com a artilharia do Pinhal batiam com êxito o Crasto".[1233] Sem isso, aventa Antônio Ferrão, minucioso historiógrafo da guerra civil portuguesa, talvez o cerco do Porto tivesse acabado com a entrada dos miguelistas na cidade, no dia 4 de março. Na verdade, contra as fortificações erguidas por Saldanha, precisamente por serem de recente data e não estarem de todo acabadas, o conde de São Lourenço, comandante em chefe do exército absolutista, resolveu dirigir o seu ataque naquele dia. Mas a investida não logrou feliz resultado: "[....] os realistas, às 6½ horas, em massas compactas, atirando-se às trincheiras de todos os pontos, com a maior bravura, foram quase repentinamente massacrados pelo imenso fogo que sobre eles se vomitava."[1234] O general, que nos inter-

---

1232. Cunha Matos – *op. cit.*, tomo 2º, pág. 219.
1233. Antônio Ferrão – *op. cit.,* pág. 514.
1234. Cunha Matos – *op. cit.*, tomo 2º, pág. 246.

valos da vida civil sucumbia enleado por belas palavras e tomava atitudes imprudentes, era exímio nos preparativos bélicos e na hora da refrega sabia portar-se com a maior intrepidez.

Mas se a chegada de Saldanha representara valioso adjutório e conjurara porventura o perigo do ataque miguelista de 4 de março, nem por isso a situação da cidade sitiada melhorara. O bombardeio contínuo, as doenças e epidemias, os temporais frequentes a impedirem a chegada de navios, as dissensões e rivalidades entre adeptos da mesma bandeira, a falta de mantimentos – que mais seria preciso para pôr à prova a resistência moral e física dos soldados liberais? O preço dos gêneros essenciais decuplicara. As tropas ficaram por vezes a meia ração e dia houve – 8 de abril – que só se lhes forneceu carne salgada, reservada a verde para os doentes e feridos. "Comeram-se ratos, cães, gatos e burros; disputaram-se as carnes dos animais mortos. Os ingleses apanhavam os cães agarrados aos cadáveres perdidos nas ruas e vendiam-nos às casas de pasto."[1235] Houve um grande consolo, uma fuga, uma evasão: não faltou vinho, desde o macio, perfumado, capitoso, que o mundo inteiro conhece pelo nome da cidade liberal, até um, mais áspero, espesso, menos do paladar do importador britânico e mais do agrado do povo, do lutador em transe de desânimo, do soldado mal alimentado. Mal alimentado e sem soldo. Pagavam-se irregularmente não só os que combatiam em terra como os que lutavam no mar, sob as ordens de Sartorius. Em março de 1833, com um atraso de nove meses nos soldos, o almirante que comandara a expedição de Belle-Isle enviou de Vigo uma carta de ameaças a D. Pedro: ou pagamento imediato ou ele deixava o serviço levando os navios. Grandes e embaraçadas foram as negociações para chegar a um resultado favorável com Sartorius, vendo-se o regente na contingência de, depois de o ter suspenso do comando da esquadra, escrever-lhe em tom conciliatório e prometer-lhe o atendimento das reclamações. E isto não obstante haver Sartorius procedido da maneira mais insólita com a comissão que foi a Vigo transmitir-lhe a decisão do governo, prendendo vários oficiais, inclusive o capitão de mar e guerra Sackville Crosby, nomeado seu substituto interino.

1235. Carlos de Passos – *op. cit.,* pág. 329.

Presente, atento a tudo que se passava, D. Pedro endurecia, se possível, cada vez mais a sua fibra de homem. Com o capotão até os pés para defender-se do frio que, bom brasileiro, desconhecia, percorria pessoalmente todos os recantos do Porto, tão do seu conhecimento já como os arredores do Rio. E, com o gosto pelas minúcias do tempo de imperador, expedia do seu punho ordens sobre assuntos próprios antes de auxiliares. A recomendação para no dia 8 de abril não ser distribuída carne ao exército figura neste bilhete a José da Silva Carvalho: "Meu Carvalho. Não é conveniente que no dia 8 se dê carne à tropa, porque é necessária para os doentes que estão primeiro que tudo: mande dar-lhe salgada."[1236] Em pós-escrito dizia: "Pode dar-se-lhe a ração de vinho dobrada." A despeito de estar em plena guerra, gostava de fazer, sempre que podia, um grande passeio a pé no Campo de Santo Ovídio. Tal o segredo dos homens verdadeiramente ativos: dominar o tempo, criar lazeres. Largava então o uniforme militar e saía à paisana, acompanhado apenas pelo ajudante de campo.[1237] Já agora deixara o paço dos Carrancas e morava numa casa da Rua Cedofeita. O Porto inteiro o conhecia e também ele, como nas ruas do Rio de Janeiro, conhecia toda gente, saudando aqui e ali, pelos nomes, as pessoas que encontrava. Se nos primeiros tempos havia quem, liberal ou não, o olhasse com suspeita, cessara por completo qualquer reserva. Tornara-se benquisto, querido, respeitado. Os soldados viam nele o chefe que nada temia e jamais se resguardava. Mais do que isso, sentiam o companheiro e irmão da hora do sofrimento. Pois vendo cair um combatente atingido na perna, não lhe rasgara ele mesmo a bota e fizera o primeiro curativo, sem preocupar-se com o perigo? Tão compassivo e humano que, ao visitar, depois de um combate, feridos dos dois exércitos, e vendo o sangue a jorrar em abundância do ferimento de um oficial miguelista, não o deixou antes que conseguisse estancar a hemorragia.[1238]

Aos soldados e a todos os portuenses servia de modelo pela coragem e pela atividade, pela dedicação e pela modéstia: "Uma modéstia

---

1236. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 141.
1237. Fronteira – *op. cit.,* parte 4ª, pág. 305.
1238. A. D. de Pascoal – *op. cit.,* pág. 145.

que se não pode descrever", diz Fronteira, num arranco de entusiasmo. Seus hábitos de parcimônia redundavam em grande virtude na hora em que faltava tudo. Em mais de um ano, de 10 de julho de 1832 a 31 de julho de 1833, as despesas de ucharia e mantearia da casa do regente atingiram apenas a 6:874$630,[1239] com efeito insignificante, dada a carestia dos gêneros durante o cerco. Alegre, extrovertido, sociável, gostava de conversar e de discutir, colocando-se no nível dos circunstantes. Bebia pouco vinho e olhava com ares de censura para os que na sua mesa se serviam de grandes doses. Do gosto da música lhe viera o prazer de assobiar não trechos de autores prediletos, mas a imitação do canto de vários pássaros.[1240] E mal escondia as saudades dos filhos e de D. Amélia, derramando-as em copiosa correspondência. "Escrevia volumes", anota o marquês de Fronteira. A propósito, por onde andam essas cartas do ex-imperador à mulher e as desta ao marido, que tanto esclareceriam certos episódios da campanha dos Açores e do Porto?

As desoladoras perspectivas dos meses finais de 1832 e dos primeiros de 1833, quando o regente autorizara a mulher a vender diamantes e propriedades a fim de angariar recursos para o Porto, sofreriam quase que inesperadamente rápida mudança e em fins de julho do último ano, embora a luta devesse prosseguir por longos meses ainda, D. Pedro estaria de volta a Lisboa, de onde partira menino, em 1807, na comitiva do pai tímido e pouco afeito a pelejas e armas. Os recursos substanciais que permitiriam essa transformação, no momento em que o regente, numa crise de abatimento, comunicava a D. Amélia que só um milagre salvaria os sitiados, viriam da Inglaterra. Muito se tem discutido sobre quem os conseguiu. A ilustre autora da *Vida do duque de Palmela* atribui à influência e à ação deste o arranjo e a mobilização de tudo. O próprio Palmela se inculcou como *o deus ex-machina* da chamada "expedição dos vapores", da frota de cinco vapores que, sob o comando do capitão inglês Napier, chegaria ao Porto com 150 marinheiros e 322 praças, a 1º de junho. A 17 de maio ele escrevia à mulher: "Napier declarou formalmente e por escrito que não ia por modo algum tomar o comando da esquadra

---

1239. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 140.
1240. Fronteira – *op. cit.,* parte 4ª, pág. 295.

e dirigir a expedição se eu não fosse [....] pois não tinha confiança em mais ninguém. É verdade também que a maior parte dos que adiantam o dinheiro e (já consegui mais de 20.000 libras) não o emprestam senão pondo a mesma condição [....] não me era possível resistir e só exigi [....] que havíamos de ir direito ao Porto e não como se tinha pensado a outro ponto de Portugal. Isto nos habilita a trocar aí as tropas estrangeiras por outras portuguesas e mostrar a todo o mundo que, longe de querer armar uma intriga contra o imperador, lhe vou ao contrário levar uma expedição armada [....] à custa de dinheiro arranjado por mim e com o fim de receber as suas ordens."[1241]

Grande, decisivo deve ter sido o contingente do prestígio de Palmela na obtenção desse reforço às hostes constitucionalistas. Nos círculos do governo britânico e entre os elementos particulares que se interessavam pela causa de D. Maria II suscitaria estranheza o ostracismo daquele que desde o primeiro instante fora tão ativo e dedicado partidário. Aliás, o regente começara, depois do acesso de desconfiança produzido pelo desempenho da última incumbência de Palmela junto ao Gabinete de St. James, a dar-lhe testemunhos de apreço, nomeando-o, a 4 de abril de 1833, duque do Faial, depois mudado para a mesma denominação por que se tornara universalmente conhecido. O certo é que na ocasião em que, apesar de "nulidade oficial", fazia esforços para mostrar que dispunha de mais influência que os agentes de D. Pedro em Londres,[1242] estes trabalhavam em vão para obter dinheiro, aluguel de vapores, tropas e o contrato de Napier. Rodrigo da Fonseca Magalhães, em missão especial, Abreu e Lima e Francisco Inácio Wanzeller, este cônsul-geral e aquele ministro do governo do Porto, nada logravam alcançar, de tal arte que o marquês de Loulé, ministro dos Estrangeiros, de ordem do regente, mandou sustar quaisquer diligências, dando por terminada a missão de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Poucos dias depois, porém, tudo se modificou de repente, encaminhando-se para a solução desejada. Por quê?

1241. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.*, vol. 2º, pág. 515.

1242. "[....] é a melhor vingança que posso tirar dos atuais conselheiros do imperador, mostrando-lhes que fora dos negócios [....] tenho mais influência aqui do que os seus agentes" – M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.*, vol. 2.º, pág. 500.

Antônio Ferrão, em seu livro *Reinado de D. Miguel,* vol. I, "O cerco do Porto", pouco simpático a Palmela, invoca uma "poderosa influência desconhecida e estranha" que desvaneceu embaraços e dúvidas e propiciou o que mais se almejava. Não foi, já se adivinha, a influência de Palmela, nem a de Mendizabal e outros banqueiros: foi o próprio governo britânico que, para reconquistar a influência perdida ou abalada, manobrou nos bastidores. Intervenção, pois, do gabinete inglês, servindo-se apenas de Palmela para chegar rapidamente aos fins visados.[1243] Talvez tenha algum fundamento essa explicação de sucessos ainda hoje mal esclarecidos. Que a Inglaterra não se desinteressava da sorte de Portugal e, estando no poder um governo *whig,* olhava com simpatia o movimento constitucionalista e a causa de D. Maria II parece incontestável. Mas tem igualmente grande verossimilhança a disposição de Palmerston de não desamparar Palmela, com quem sempre se entendera bem o governo inglês e que estava em desgraça, ou quase, por ter transmitido a D. Pedro sugestões britânicas para um acordo – o mesmo que nenhum êxito lograra em Madri e Lisboa. Não é impossível também que o segredo exigido para o levantamento de fundos, convite de Napier, fretamento de vapores – segredo na verdade estranho e capaz de despertar as mais arrojadas suposições, inclusive a de um projetado afastamento de D. Pedro da direção dos negócios da rainha –, visasse a um objetivo principal: prestigiar Palmela.

Segredo necessário certamente à rapidez e ao bom resultado do apresto da expedição, mas que não poderia de modo algum ser extensivo ao regente e ao seu Ministério, D. Pedro irritou-se sobremodo e, desconfiado e acessível a intrigas como sempre fora, não esconderia o seu desagrado. A Abreu e Lima mandara declarar que o silêncio guardado a respeito dos vapores, do dinheiro e do novo comandante da esquadra liberal "muito o ofendera". Loulé dava o recado do regente: "[....] aquele silêncio para com o augusto chefe do mesmo governo não pode por maneira alguma ser justificado." Depois, por ocasião da chegada da expedição dos vapores ao Porto, a 1º de junho, acolheu pouco polidamente, para não dizer desabridamente, a Palmela e Napier, de mãos para trás, seco, duro, sem um

---

1243. Antônio Ferrão – *op. cit.,* págs. 574 a 588.

sorriso. O primeiro, em seus *Apontamentos autobiográficos,* registrou como "frigidíssimo" o encontro, e o segundo, no livro *An account of the war in Portugal,* escreveu: "[....] recebeu-me o imperador à porta do seu quarto, de mãos atrás das costas, parecendo colérico e falando de um modo tão áspero como o seu aspecto. Não estando acostumado a frequentar companhias régias, pus-me a considerar se isto era uma maneira incivil ou somente imperial de receber uma pessoa que vinha prestar-lhe um serviço."[1244] Napier notou antes que não estava em trajes de apresentar-se a um monarca, pois "tinha a cabeça embrulhada num lenço de flanela por causa de uma nevralgia", e Fronteira, que dá a recepção do regente a Palmela e Napier como afável e entusiástica, assim pinta a indumentária do capitão inglês: "[....] nosso novo almirante [....] trazia na cabeça um chapéu de oleado, de marinheiro, vestindo uma jaleca azul e umas calças e colete brancos, tudo tão porco, que não se pode descrever. Tinha a cara extremamente inchada e, por isso, a trazia coberta com um lenço de tabaco, em extremo sujo."[1245]

Napier – na guerra civil portuguesa, Carlos de Ponza – era homem de vida aventurosa: lutara contra os franceses ao tempo de Napoleão, estivera em 1810 no Buçaco, como combatente, tornara ao mar em 1814 num cruzeiro pelo Mediterrâneo, guerreara os Estados Unidos, andara na Índia e, em 1831, conhecera Palmela nos Açores.[1246] Num primeiro impulso de ira, D. Pedro fora grosseiro com o velho defensor da filha e com o comandante inglês recém-chegado. Mas não tardaria a mudar de atitude, convencido de que um e outro vinham lealmente ajudá-lo. A 7 de junho já convidava Palmela para jantar e insistia em que aceitasse o título de duque do Faial, sentando-se também à mesa Napier e Mendizabal. Novo rumo tomaria a campanha, passando, afinal, por golpes de audácia bem sucedida a uma fase de ofensiva. "Por fim decidiu o imperador, depois de vários conselhos a que também fui chamado, a fazer o que eu desde o princípio propunha e que na verdade parece a todos mais acertado, e vai sair uma expedição [....]",[1247] contava Palmela em carta à mulher, num tom de

1244. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 523.
1245. *Memórias,* parte 4ª, pág. 329.
1246. Rocha Martins – *Palmela na emigração,* pág. 181.
1247. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 525.

grande conhecedor da arte da guerra. O fim dessa expedição era "inquietar o inimigo sobre toda a costa, obrigá-lo a chamar uma parte da tropa que tem defronte do Porto, aparecer diante de Lisboa para ver se lá se mexem, e, por fim, se não se puder fazer outra coisa, desembarcar na costa do sul e formar no Algarves e Alentejo meridional um *noyau* que poderá talvez ter resultados excelentes".[1248]

Do que se passou nesses conselhos a que se refere Palmela, existe um documento, do punho de D. Pedro, da maior significação, no qual se constata a vitória do homem lúcido, refletido, verdadeiramente superior, que nele deixavam às vezes em segundo plano os seus assomos de impulsivo. É uma carta de 18 de junho, escrita a um amigo, em que, dando notícia de que afinal se poderia "empreender alguma coisa contra o exército inimigo", dizia: "[....] chegaram de Inglaterra cinco barcos de vapor e alguns homens, tudo devido a Mendizabal [....] ouvi um conselho de militares e perguntei-lhes se deveríamos ir com cinco mil homens atacar Lisboa, desembarcando o mais perto possível, ou enviar ao Algarve ou a outro qualquer ponto da costa uma expedição de 2.600 homens para distrair o inimigo ou atacá-lo em seus entrincheiramentos. Diferiram os votos e, sendo impossível a grande expedição, porque se exporia a cidade, e os habitantes não queriam que fosse eu nela, como era da minha honra ir, convoquei novo conselho e disse aos militares que a grande expedição não podia ter lugar por causa do que acima disse, e que, podendo a minha opinião ser contrária à sua, eu deixava a decisão sobre os dois últimos pontos, de pequena expedição ou de ataque aqui, à decisão do conselho; porque, sendo este negócio de tão alta monta devia ser subordinada à decisão da maioria do conselho. A decisão foi pela pequena expedição [....] minha opinião era e é ainda que o ataque devia ser feito aqui e ao norte do Douro [....]."[1249]

Essa carta reflete D. Pedro em alguns de seus traços mais autênticos. Mesquinharia era atribuir todo o auxílio recebido da Inglaterra aos préstimos de Mendizabal e mais uma vez demonstrava empáfia, ao presumir-se conhecedor de assuntos concernentes à orientação de uma guerra.

1248. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 526.
1249. A. D. de Pascoal – *op. cit.,* pág. 149.

Mas aos seus pendores menos generosos se sobrepunha, na hora dramática de escolher um caminho, uma disposição de modéstia e quase humildade: submeter-se-ia ao que resolvessem "tão dignos patriotas". E assim aconteceu. Embora partidário de um ataque no Porto e ao norte do Douro, curvou-se ante a resolução da maioria que julgava mais acertado uma pequena expedição à costa do Algarve. Por que, porém, o regente deixou à maioria dos militares reunidos em conselho a última palavra? Por tratar-se de "negócio essencialmente português". Exprimindo-se dessa maneira, tornava claro que a sua participação nos acontecimentos políticos de Portugal decorria apenas da qualidade de pai e defensor natural da rainha menina. Mais: significava que permanecia válida no seu foro íntimo a opção pela nacionalidade brasileira. Tal atitude, se fosse tornada pública, por certo levantaria no seio dos defensores de D. Maria II queixas e ressentimentos e, ainda hoje, se prestará a interpretações tendenciosas de historiadores de partido. Mas esse era o seu sentimento mais sincero, confessado reiteradamente em longas cartas mandadas aos filhos que tinham ficado no Brasil. "Negócio essencialmente português", que o decidissem portugueses como Vila Flor, Saldanha, Palmela e tantos outros. Não almejava senão a glória de defender o trono da filha e de restaurar o regime constitucional. Daí a cólera que lhe desencadeava qualquer suspeita de que lutava por motivos pessoais e egoísticos.

Ainda nessa carta de 18 de junho, D. Pedro contava: "Continuam a chover nesta cidade bombas e balas, tanto vindas do norte como do sul; mas os habitantes acham-se animados e todos estão esperançados no bom resultado da expedição. Esta cidade está segura e abundante de víveres: estão alguns mais baratos do que em tempo de paz, e enquanto houver pólvora, bala e de comer, o inimigo não há de entrar cá dentro: tudo depende do feliz êxito desta expedição; se ela falhar não sei o que será, mas segundo todas as notícias que temos do reino, ela é esperada pelos patriotas, para que unidos a ela possamos derribar completamente a tirania, restabelecendo o trono da legítima rainha e a Carta constitucional." Não falharia a expedição e, em consequência dela, pouco mais de um ano depois D. Maria II estaria no lugar de onde a expulsara tão deselegantemente o tio e prometido consorte. Não se quis perder tempo. Napier, sôfrego, ameaçara regressar à Inglaterra, caso se retardasse a ordem de partida. Várias substituições se realizaram no pessoal dirigente: inglês por inglês, Napier ficou no lugar de Sartorius, como

almirante da esquadra; Solignac, vencido nas reuniões do conselho militar quanto aos alvitres discutidos, pediu demissão, retomando D. Pedro a situação de general em chefe, com Saldanha na chefia do estado-maior. Ao duque da Terceira, o sempre correto e disciplinado Vila Flor, o regente nomeou comandante da expedição, e a Palmela fez seu lugar-tenente nos territórios onde se proclamasse a autoridade da rainha.

Palmela viu na sua nomeação um "modo airoso" de o afastar[1250] e a melhor prova de que o ex-imperador confiava pouco na eficácia da expedição. Talvez houvesse algo de verdadeiro nessa conjetura, mas seria julgar D. Pedro mais interessado, por vaidade, na confirmação do ponto de vista que sustentara nas discussões do conselho militar, do que na vitória da causa pela qual se batia desde longos anos. Certo, nunca fora de sua particular estima aquele homem com opiniões sobre todos os assuntos e que as sustentava apoiado em compridas razões, aquele diplomata de maneiras tão diversas das que lhe apraziam. Bem feitas as contas, não gostaria dele, preferindo-lhe à companhia a de gente menos requintada. Daí, porém, a não acreditar na expedição e nomear o duque de Palmela para que este se visse em situação embaraçosa, iria uma grande distância. O segredo no arranjo dos vapores em Londres e no contrato de Napier irritara-o sem dúvida, lobrigando nele intuitos de desconsideração. Mas já superara o aborrecimento e augurava o triunfo da causa da filha. "Se ela falhar não sei o que será", dizia na carta de 18 de junho, referindo-se à expedição ao Algarve. Quem presumia, com o malogro dessa tentativa, um futuro misterioso e catastrófico não estaria na disposição de espírito imaginada por Palmela.

A 21 de junho, a esquadra sob o comando de Napier fez-se ao mar e, a 24, na praia da Alagoa, entre o forte de Cacela e o monte Gordo, a cerca de duas léguas de Tavira, já desembarcavam tranquilamente as tropas liberais. Na manhã seguinte entravam em Tavira "em triunfo", informa o marquês de Fronteira, um dos expedicionários, acrescentando: "Os habitantes pronunciaram-se logo pela causa da rainha. O duque [da Terceira] antes de se estabelecer no belo quartel-general do governador do reino do Algarve, entrou no convento dos franciscanos, onde o guardião nos serviu belos figos

1250. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 526.

e da melhor fruta que tenho provado."[1251] Não contava o governo miguelista com o desembarque. Ao Algarve defendia uma força de 1.600 homens com oito peças, sob o comando do general visconde de Molelos, que nenhuma resistência opôs. Molelos retirou-se para Faro e em seguida para São Bartolomeu de Messines. Logo o duque da Terceira marchou sobre Olhão, onde os habitantes já haviam aclamado D. Maria II. Recebida com flores, a 27 entrava a tropa constitucionalista em Faro, "entre repiques de sinos e girândolas de foguetes".[1252] Como se o destino tivesse mudado bruscamente, tudo correria com rapidez a favor da expedição. Vitória em terra, vitória no mar. Vitórias fáceis. A esquadra de Napier, deixando Lagos a 2 de julho, avistou a 3 a frota de D. Miguel, nas águas do cabo de São Vicente. Impossível antes, devido ao mar e ao vento impróprios para os combates navais daquela época, só a 5 se verificou o choque das duas esquadras. A miguelista, por mais um erro dos ineptos chefes militares do rei absoluto, saíra de Lisboa em condições pouco favoráveis de lutar e ao cabo de algumas horas foi inteiramente vencida. Aliás, dias antes, começando a sentir-se fraco, D. Miguel propusera encontrar-se com D. Pedro e, mediante o casamento com D. Maria II, pôr termo à guerra civil. O irmão recusara.[1253]

Senhor do mar, Napier foi bloquear Lisboa. Em terra o duque da Terceira marchou em direitura de Garvão, sem encontrar o general inimigo Molelos, que se dirigira para Beja, certo de que este era o objetivo do comando liberal. Mas Terceira, de acordo com o conselho militar reunido em Mecejana, a 17 de julho, resolveu tomar o caminho de Lisboa e apenas uma semana decorrida, lá entravam as tropas liberais, depois de passar por Alcácer do Sal, Setúbal, Azeitão, Amora, Alfeite e Almada. Batidas tinham sido as forças absolutistas do brigadeiro Freitas e de Teles Jordão. No mesmo dia 24 de julho Napier chegou à foz do Tejo. Ao Porto juntava-se Lisboa. Nas duas maiores cidades do reino tremulava vitoriosa a bandeira azul e branca da rainha. Começava o fim da usurpação. Mas não tardaria também, com o triunfo da causa liberal, o fim do príncipe que a sustentara em dois continentes e lhe dera o melhor de sua contraditória natureza.

1251. *Memórias,* parte 4ª, pág. 338.
1252. Fronteira – *op. cit.,* parte 4ª, pág. 338.
1253. Lavradio – *op. cit.*, vol. II, pág. 405.

Capítulo XXX

D. PEDRO EM LISBOA. EXALTAÇÃO PARTIDÁRIA. HOMEM QUE NÃO CONHECIA A PALAVRA "AMANHÃ". CHEGADA DE D. MARIA II E DA IMPERATRIZ. LIBERTAÇÃO DO PORTO. SALDANHA E BOURMONT. O BRASILEIRISMO DO REGENTE DE PORTUGAL. UM APELO DOS RESTAURADORES DO BRASIL. A RESPOSTA DO EX-IMPERADOR. TENTATIVAS DE MEDIAÇÃO DIPLOMÁTICA. VITÓRIAS MILITARES DOS PARTIDÁRIOS DA RAINHA E DA CARTA CONSTITUCIONAL. CONVENÇÃO DE ÉVORA MONTE. ÚLTIMOS TEMPOS DE D. PEDRO. A VAIA NO TEATRO. A REUNIÃO DAS CORTES E A CONFIRMAÇÃO DA REGÊNCIA. A DOENÇA E A MORTE DO LIBERTADOR.

A DESPEITO DE TER a seu lado a maioria da população portuguesa e de dispor de superioridade militar – ao menos numericamente –, o miguelismo, depois de perder Lisboa, pela incapacidade e covardia de seus dirigentes, ia sofrer logo em seguida, no Porto, significativa derrota. Bourmont, o marechal francês conquistador de Argel, que assumira o comando do exército absolutista, "escrevera a el-rei D. Miguel, na noite de 24 de julho, que no dia seguinte jantariam no Porto".[1254] Ao contrário disso, porém, à

1254. Oliveira Lima – *D. Miguel no trono,* pág. 238.

frente de efetivos de cerca de 30.000 homens, o novo comandante em chefe miguelista não só deixou de proporcionar o prometido jantar ao rei absoluto no reduto liberal, como lhe ofereceu o espetáculo de um estrondoso revés. Do monte de São Gens, onde se achava, D. Miguel presenciou o desbarato de suas tropas, com perdas superiores a 4.000 homens, em nove horas de peleja. Saldanha praticara pessoalmente façanhas memoráveis, lutando em certo momento, com o seu estado-maior, como simples soldado. Somavam-se as vitórias constitucionalistas: D. Pedro, exultante com a obtida sob as suas vistas e com a sua participação, logo recebia aviso de Palmela do que ocorrera em Lisboa. Rápida, também, lhe chegara a comunicação do triunfo naval obtido por Napier, enfaticamente comparado a Nelson por Palmela.

Seguir sem demora para a capital do reino pareceu ao regente o seu maior dever no momento. Por mais de um ano vivera ele no Porto. Passara sem dúvida ali os dias mais intensos de sua vida e provara que os lados negativos, dúbios, mesquinhos de sua natureza se compensavam por dons magníficos de generosidade e heroísmo, de firmeza e resistência. Não conquistara na brava e livre cidade a confiança e a devoção dos soldados e do povo por golpes encenados e belas palavras, mas, porque, homem sensível e chefe atento, encontrara o caminho do coração de cada um e de todos se fizera irmão e companheiro. Partindo para Lisboa, não mentia na proclamação que distribuiu: "Amigos portuenses! [....] enquanto esta cidade poderia correr o menor perigo, nunca vos desamparei; agora, obedeço [....] à necessidade de deixar-vos por algum tempo, levando comigo a saudade mais pungente de vós e dos meus companheiros de armas." Era uma nova saudade que se juntava à dos filhos e à do Brasil – a saudade do Porto, que receberia, em breve, como dádiva suprema. o seu coração paralisado pela morte. Deixava a "heroica cidade sitiada", onde longos meses sofrera "debaixo de uma abóbada de balas de artilharia e de bombas"[1255] para, ainda uma vez, "vencer, salvando estes desgraçados povos, ou acabar de espada na mão",[1256] como dissera em carta de 29 de maio.

1255. Carta de 25 de abril de 1833, de D. Pedro aos filhos. – Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4811.

1256. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4811.

No vapor *William the Fourth,* que lhe trouxera a notícia da tomada de Lisboa, para lá partiu D. Pedro, onde desembarcou a 28 de julho. Aos filhos, no Rio, contava seis dias depois: "Quis a Divina Providência coroar os meus esforços dando às armas da rainha uma vitória no lado do d'além do Tejo no dia 24 do passado e uma outra mui grande no Porto no dia 25 que me habilitou a partir no dia 27 para esta cidade aonde tenho sido recebido o melhor que se possa imaginar."[1257] Sua recepção em Lisboa foi na verdade entusiástica. Ao aproximar-se de Belém o barco que o conduzia cercaram-no numerosas embarcações com bandeira azul e branca, ao mesmo tempo que salvavam as fortalezas e os navios de guerra, sobretudo os ingleses, surtos no Tejo. Regozijo dos liberais sinceros, alegria por contágio da multidão sempre inclinada a aclamar os vencedores. Conta-se que aos soldados de polícia, a abrirem caminho no meio do povo, de espadas em punho, ordenou D. Pedro que imediatamente as embainhassem e, para provar confiança, jogou a sua ao mar.[1258] Volvia à cidade onde nascera e de onde saíra menino havia quase vinte e seis anos. A impressão alegre da chegada, sem embargo de tudo o que lhe sugeriam os acontecimentos mais vivos e próximos, toldava-se de lembranças melancólicas, emersas do fundo da memória: o dia do embarque apressado para o Brasil, a avó louca, o pai, a mãe, os irmãos, os sítios prediletos da infância, a viagem, o Rio de Janeiro, a "pátria adotiva", o Império que fundara, os filhos, as datas máximas de sua vida – 9 de janeiro e 7 de setembro de 1822, 7 de abril de 1831.

Ainda de bordo do *William the Fourth* D. Pedro dirigira-se aos habitantes de Lisboa, acenando a todos os portugueses fiéis com a conciliação e a paz: "Não temais vinganças; as promessas feitas no meu manifesto serão religiosamente cumpridas; quanto a mim nenhum sacrifício pessoal me será pesado, contanto que ele convenha à nação portuguesa, à sua rainha e à Carta que eu dei e que toda a nação jurou." O príncipe liberal deveria pôr logo em prática as ideias que tinham constituído o objeto de sua luta contra o irmão e contra o regime por este instaurado. Certo, haveria que ressalvar algumas providências impostas pelo estado de guerra ain-

1257. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4811.
1258. A. D. de Pascoal – *op. cit.,* pág. 159.

da subsistente, não sendo possível dar vigência imediata aos princípios da Carta. Mas o governo e o regente, pouco depois de instalados em Lisboa, se contaminariam da "violência que a alma portuguesa imprime em todas as suas paixões".[1259] Palmela, que durante os três dias que mediaram entre a ocupação da capital do reino e a chegada de D. Pedro, procurara ser o mais possível brando e transigente, contava de início à agora duquesa: "O imperador conserva o seu Ministério, menos o marquês de Loulé, que foi levar a notícia à rainha [....] é preciso fazer justiça ao imperador, que está sendo muito popular. As medidas mais ásperas que até hoje tem tomado foram mandar sair o núncio, o que era justo, e os jesuítas."[1260] Não constituiu nenhum excesso a ordem de retirada do representante da Santa Sé. O núncio apostólico, cardeal Giustiniani, tomara ostensivamente partido e na sua correspondência para a Secretaria de Estado, contando patranhas, como a de uma bofetada que o regente dera em Palmela, assim caracterizava a contenda entre miguelistas e liberais: "Não se pode dizer que é uma guerra civil o que se está passando, mas sim a luta duma nação contra uma quadrilha de bandidos, que a querem saquear e entregar a estrangeiros."[1261] Bandidos eram D. Pedro, Palmela, Vila Flor, Saldanha, Sá Nogueira, Mousinho da Silveira e tantos outros, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano, que penavam havia anos no exílio.

Não ficariam, porém, na saída do núncio, na expulsão dos jesuítas (sustentáculos dedicadíssimos do miguelismo) e em outras medidas inevitáveis numa mudança de situação, como a que se operou, os atos do governo liberal. Violências inúteis, reformas precipitadas, atos de bem caracterizada vingança pessoal foram surgindo, menos pelo gosto do regente do que de seus ministros, mas com a anuência inteira daquele, que se convenceu da necessidade de "satisfazer os amigos". "Já agora ou eles ou nós", disse a Palmela, quando lhe falou sobre a inconveniência do decreto das indenizações, que tornava responsáveis por seus bens todos os indivíduos acusados de terem causado prejuízo aos súditos fiéis de D. Maria II. Mas

1259. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 558.
1260. M. A. Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 561.
1261. Siebertz – *op. cit.,* pág. 383.

cumpre não esquecer que esse novo terror e essa nova tirania, condenáveis sem dúvida, máxime em quem blasonava combater em nome da liberdade, das garantias individuais e do governo representativo, eram um triste revide ao abominável despotismo de um regime "tecido de arbitrariedades e de violências",[1262] qual o miguelista, com as suas cadeias superlotadas, com as forcas erguidas em todas as cidades e vilas, com os caceteiros a agredirem o transeunte suspeito de liberal, "malhado" ou "chamorro", com os processos criminais instaurados pela fé de denúncias anônimas. "O desconhecimento da justiça mais elementar chegara [....] ao extremo. Owen fornece pormenores horríveis no seu livro e nas notas manuscritas intercaladas no texto. Preparavam-se testemunhos falsos de atos não cometidos pelos malhados e conservados em segredo para os incriminados até o momento de um julgamento por assim dizer fictício [....]. Esta situação era corrigida pela venalidade que percorria toda a escala, pois que ia desde as extorsões aos presos até as buscas simuladas, o abandono dos processos instaurados e a fuga consentida dos acusados. A severidade das penas estava em inteira desproporção com os delitos."[1263] E não havia remédio para essa asfixia da "justiça mais elementar": "o rei não fazia muito caso dos seus ministros, dando mais importância ou deixando-se influenciar de preferência pela sua roda íntima de clérigos turbulentos, boleeiros e abegões".[1264]

Nesse ambiente de exaltação partidária e de relaxação de espírito público não seria fácil ao governo da rainha iniciar tranquilamente uma política de justiça e de cordura, tanto mais quanto os liberais só estavam de posse do Porto e de Lisboa, continuando o resto do país, inclusive o Algarve e o Alentejo, por onde haviam passado as tropas do duque da Terceira, sob a dominação miguelista. Para D. Pedro, que vinha da refrega nas trincheiras e participava da irritação de seus comandados, não soara ainda a hora da moderação e do esquecimento. Com os altos e baixos do seu temperamento desigual não destoaria nesse momento dos que cuidavam ter chegado a fase de uma forte reação contra tudo que fizera o miguelismo e contra os que o tinham servido. Mais do que ninguém julgaria o irmão

1262. Oliveira Lima – *op. cit.*, p. 37.
1263. Oliveira Lima – *op. cit.,* pág. 195.
1264. Oliveira Lima – *op. cit.,* pág. 197.

um criminoso e criminosos os seus asseclas. O pensamento de Almeida Garrett em relação a D. Miguel –"não conquistou como um usurpador ordinário, roubou o depósito que lhe deram a guardar [....] nenhuma revolução o elevou ao trono, foi ele que se sentou sobre o trono a cujos degraus estava de guarda como primeira sentinela e defensor"[1265] – havia muito que lhe ocorria espontaneamente, à vista da felonia fraterna. Despachando a 12 de agosto uma relação de pretendentes ao benefício de tesoureiro-mor da Real Colegiada da vila de Ourém, lançava do seu punho estas palavras duras: "Todas as nomeações e mercês do usurpador são nulas e portanto escusado."[1266] Usurpador. Pior: parricida. No dia seguinte ao desembarque em Lisboa fora à igreja de São Vicente de Fora fazer uma oração no túmulo do pai e lá escreveria – "Um filho te assassinou: outro te vingará. 29 de julho de 1833. D. Pedro."[1267] Repetia o que já escrevera no Rio, em artigo de jornal, endossando rumores de duvidosa procedência.

Embora sem procurar subtrair-se ao influxo das paixões dominantes, o regente depressa se entregou à faina habitual, a trabalhar como sempre. Com o mesmo apuro dos tempos de imperador, no Rio, pôs-se a examinar em Lisboa os papéis que os ministros lhe submetiam e a inspecionar obras e serviços públicos. Preocupado com a situação militar, corria a visitar as linhas de fortificação, misturado com os soldados, participando de suas tarefas. É o que informa Fronteira: "O imperador, com a atividade que o caracterizava, levava em Lisboa a vida que levava no Porto, fazendo traçar a linha de defesa da capital, desde a Cruz da Pedra, junto ao Tejo, pelo Alto do Varejão, Arroios e Campolide, até Alcântara, a fechar no Tejo, fazendo construir redutos e baterias que eram imediatamente artilhadas, organizando batalhões nacionais e regimentos de todas as armas."[1268] Ao lado disso, demitia os empregados que tinham servido a D. Miguel, demitia vigários colados e considerava rebeldes e traidores todos os padres e frades que abandonassem paróquias, capelas e conventos no ato da aclamação do governo da rainha. Sucediam-se aliás as medidas contra o clero regular

---

1265. *Portugal na Balança da Europa.*

1266. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4813.

1267. Cunha Matos – *op. cit.,* tomo 2º, apêndice, pág. 34.

1268. *Memórias,* parte 5ª, pág. 16.

e secular, que lhe parecia não sem razão declaradamente favorável ao miguelismo. Não escrevera do Porto a D. Pedro II – "Este povo está fanatizado pelos padres"? Na verdade, salvo exceções, a classe eclesiástica, vendo nele o "pedreiro-livre" e detestando como doutrina ímpia o liberalismo, se colocara ao lado do rei absoluto, nas fileiras de cujo exército chegaram a combater em certo momento mais de mil clérigos.

D. Pedro, nascido em Portugal e criado no Brasil, não adiava, não protelava, nem admitia que se usassem práticas dilatórias. Dele disse Napier, o marinheiro inglês da etapa final da campanha constitucionalista, ser o único português do seu conhecimento que não entendia a palavra – *amanhã.* Homem de ação, pecava, entretanto, pela pressa, pela rapidez de certos atos, e melhor fora que deixasse alguma coisa para fazer depois, com mais calma, mais sossego. Mas se o seu feitio não fosse esse, diametralmente oposto ao do pai, entraria em choque com o grupo liberal que o cercava no governo, gente tão ávida de destruir, refazer, reformar, decretar, legislar, que muitas vezes lobrigou nele tibieza e apego a velharias. Palmela escudava-se em argumentos de bom oportunista: todas essas reformas são justas, são necessárias, mas devem fazer-se com menos precipitação e com mais tino. Mas o Ministério, com o apoio do regente, não o ouvia e buscava afastá-lo, oferecendo-lhe a embaixada de Londres, conjuntamente com a de Paris. "O Ministério talha e corta como se estivéssemos perfeitamente seguros, sem se lembrar que o inimigo tem um exército dobrado do nosso", concluía desalentado o diplomata e fidalgo, que nunca se entenderia bem com D. Pedro, nem por este seria deveras estimado.

Em meio aos afazeres da guerra que prosseguia e do governo decidido a revolucionar o país por via de leis ditatoriais, o ex-imperador não se esquecia da mulher e dos filhos. O grande afetivo, durante os longos meses de separação, escrevera sempre a D. Pedro II e irmãs, no Brasil, e a D. Amélia, em Paris. Esta lhe fora uma colaboradora extremosa e partilhara com Resende, Lavradio, Palmela, Abreu e Lima e Saldanha o encargo de defender oficiosamente os interesses dos liberais portugueses. Mais de uma vez a ex-imperatriz procurou Luís Filipe, para obter ajuda à causa de D. Maria II, e negociou com diversas personagens a ida para o Porto não só de um regimento de poloneses e de um contingente de 10.000 homens prometidos por Hertauld, como a do general Excelmans. Muitas dessas di-

ligências falharam, e Solignac, o general por fim escolhido, não deu conta do recado. Mas a boa vontade de D. Amélia jamais esmoreceu, a despeito das relutâncias de Luís Filipe, nem sempre disposto a satisfazer o que lhe pedia. A propósito, vale lembrar a carta acrimoniosa de D. Pedro ao marquês de Resende: "Eu desejava poder escrever como escrevia o grande padre Antônio Vieira para poder traçar-lhe nesta o elogio que me merece pelas picantes, salgadas, apimentadas e bem ajustadas respostas que deu ao rei dos francos: convenhamos, entre nós, o que muita gente tem convindo entre si, que a este *grande* e *gordo* rei, julgando todos por si, parecia-lhe que a maior parte da gente ama mais o dinheiro do que a honra."[1269]

Resende, em suas cartas, indispunha D. Pedro com Luís Filipe e, afinal, a partida de D. Amélia de Paris assumiria tom menos cordial. A verdade é que tanto o governo francês como o inglês, quando viram em perigo a causa de D. Maria II, pensaram em abandoná-la. Pelo menos um e outro, embora governos liberais, mais de uma vez se dispuseram a sacrificar D. Pedro e sua Carta constitucional, aferrados a pontos de vista de imediato oportunismo. Em 19 de agosto de 1833, Talleyrand mandava dizer de Londres ao duque de Broglie que Palmerston estava de acordo com a expulsão do regente e a suspensão da Constituição, hesitando apenas quanto aos meios de realizar isso sem recorrer à violência.[1270] A irritação do governo francês se acentuou ao desconfiar que o ex-imperador do Brasil pretendia casar a jovem rainha com o duque de Leuchtenberg.

Esse casamento era desejado por D. Pedro e com certeza mais ainda por D. Amélia. Esta, sentindo a oposição do governo francês ao projeto e obedecendo provavelmente a instruções do marido, deixou Paris de modo um tanto estranho, segundo escrevia madame Adelaide a Talleyrand: *"Vous avez dans ce moment en Angleterre la petite reine de Portugal et la duchesse de Bragance. La conduite de cette dernière et celle de Don Pedro envers notre roi a été inconcevable, bien ingrate et bien déplacée. Elle est partie d'ici sans remercier le roi de l'offre qu'il lui avait faite, à la nouvelle de l'entrée de Don Pedro à Lisbonne, de lui donner une frégate pour l'y conduire ainsi que la jeune reine, sans avoir prévenu le gouvernement de son départ.*" E a irmã

1269. *R.I.H.G.B.*, tomo 80, pág. 503.
1270. Talleyrand, *op. cit.,* vol. V, pág. 241.

de Luís Filipe notava ainda que D. Pedro não escrevera ao rei depois que entrara em Lisboa, nem sequer para agradecer os obséquios prestados à sua família, inclusive a ajuda de sessenta mil francos à duquesa de Loulé.[1271]

Avisadas em Paris por Loulé da chegada de D. Pedro a Lisboa, D. Amélia e D. Maria II não tardaram a ir ao seu encontro, partindo dali a 7 de setembro, depois de uma despedida fria por parte de Luís Filipe. De Paris foram ao Havre, mas não tomaram caminho direto para Portugal, fosse porque as últimas notícias falavam num ataque dos miguelistas a Lisboa, fosse para uma nova visita a Guilherme IV, em Londres, por conveniências diplomáticas. Na verdade, o marquês de Resende fora à Inglaterra encarregado pela ex-imperatriz do Brasil de pedir ao rei permissão para esperar, em terra inglesa, os navios portugueses que deviam transportá-la e a D. Maria II para Lisboa. Na mesma ocasião, Resende queixara-se da recepção menos atenciosa que D. Amélia tivera no Havre e da conduta das autoridades francesas em relação ao duque de Leuchtenberg. Este chegara à França sob um falso nome, determinando providências do governo, a que se seguiu um protesto seu em termos de grande vivacidade.[1272] No fundo, o incidente buscava origem na animosidade do gabinete francês contra o possível casamento da rainha de Portugal com o irmão de D. Amélia. O duque de Broglie, em carta de extrema violência, de 15 de agosto, dirigida a Talleyrand, contava que D. Pedro e a ex-imperatriz tramavam esse enlace, que a França não poderia tolerar. E pintando D. Pedro como alguém que identificara a causa da filha com a sua própria pessoa, *"avec ses folies, ses boutades et sa sotte Constitution, en la confondant avec la cause de tous les brouillons, de tous les boute-feux, de tous les 'fuor usciti' de l'Europe"*, queria instalar no trono de Portugal um aventureiro e criar um centro de intrigas para todos os bonapartistas e desordeiros. Talleyrand respondia que Palmerston avaliava bem a repugnância da França pelo casamento Leuchtenberg, mas outros membros do gabinete britânico adotavam no caso uma "política sentimental".

O certo é que, não obstante o arrefecimento da cordialidade francesa, D. Maria II e a ex-imperatriz do Brasil tiveram em Londres afetu-

1271. Talleyrand, *op. cit.*, vol. V, págs. 264-266.
1272. Talleyrand, *op. cit.*, vol. V, págs. 254-255.

osa acolhida, com hospedagem no castelo de Windsor, banquetes e festas. De Portsmouth zarparam a 17 de setembro, no vapor *Soho,* comboiado por uma fragata e um vapor da marinha britânica, e a 22 chegaram a Lisboa, desembarcando no dia seguinte. D. Pedro recebeu a mulher e as filhas a bordo, onde se realizou um grande jantar, a que estiveram presentes, entre muitas outras pessoas, Francisco Gomes da Silva, o amigo de todos os tempos, e Mendizabal, o prestante campeão financeiro da restauração liberal. Grato foi ao seu coração rever D. Amélia e as filhas, D. Maria II – vestida de cor-de-rosa e não de azul e branco como se esperava – e a pequena D. Maria Amélia. Pela primeira empreendera a luta, cujo fim vitorioso já se entrevia; a segunda deixara com apenas dois meses e beijava-a agora com quase dois anos. Napier, testemunha do encontro, narrou-o assim: "O imperador tinha preparado um magnífico escaler de vinte e quatro remos e quarenta e oito homens, pintado de azul e branco [....] e tão impaciente estava que partiu sem corte nem ministros. Eu nunca o vi tão alegre e satisfeito; subiu para bordo pouco acima de Belém; foi recebido ao portaló pela imperatriz, que o abraçou e beijou com o maior afeto: a rainha estava muito comovida e não pôde conter as lágrimas. A pequenina princesa Amélia, sua filha mais nova, ocupou muito a sua atenção: ela ficou algum tanto assustada de lhe ver as barbas crescidas e não correspondeu muito às suas carícias."

Aos filhos no Brasil, desfalcados de D. Paula que morrera, escrevera antes da chegada: "Por estes oito dias espero ver aqui a rainha vossa irmã, vossa mãe e vossa mana Maria Amélia; esta felicidade, para mim, é já um princípio de paga dos meus trabalhos e sacrifícios; ela será completa logo que eu possa ver reunidas aquelas Cortes que devem, segundo a Carta constitucional, fazer a ventura do hoje desventurado Portugal",[1273] Mas triste lhe era, porém, a ausência dos filhos que estavam no Brasil. Em carta de 17 de outubro, dizia-lhes: "A companhia de vossa boa mamã e manas de que tenho o prazer de gozar desde 22 de setembro último tem em parte aliviado a minha saudade que apesar de tudo ainda é acerba por me ver longe de vós e do país que adotei por pátria e aonde fui criado."[1274]

1273. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4811.
1274. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4811.

A felicidade e a paga dos sacrifícios para D. Pedro seriam a presença da mulher e dos filhos e a restituição do regime constitucional ao "desventurado Portugal", e tão convencido estava que a "ventura" deste dependia das Cortes estabelecidas na Carta, que já as convocaria desde 15 de agosto, devendo os eleitos virem revestidos de poderes para resolver acerca da Regência e do casamento de D. Maria II. Convocação prematura, a revelar engano quanto à duração da guerra civil, ou a significar simples homenagem aos princípios liberais. A verdade era que o miguelismo, embora apresentando sinais cada vez mais claros de dissolução, continuava senhor de quase todo o país, e a disputa armada entre D. Miguel, o rei absoluto, e D. Pedro, "o caudilho da Liberdade", se prolongaria até maio de 1834. No Porto, ainda sitiado, Saldanha não perdera um dia em preparar-se para desfechar um ataque capaz de libertar a cidade, que assistiu a 16 de agosto ao fabuloso incêndio de 12.000 pipas de vinho e 600 de aguardente, ateado por culpa do governo de D. Miguel, nos armazéns da companhia.[1275] A 18, Saldanha logo pela manhã deu início à sua planejada operação e, vitorioso, pondo em fuga as tropas miguelistas, acabou com o cerco que durava desde a chegada da expedição dos Açores. Pareceu ao general constitucionalista que nada mais de importante teria a fazer no Porto. Lisboa, a guerra em outros setores, a política, o atraíam, e já a 23, parece que sem ordem das autoridades superiores, passou o comando da guarnição a Stubbs e seguiu para a capital.

Se feria a disciplina, a súbita chegada de Saldanha ia ajudar com o seu valor a situação militar, uma vez que o exército miguelista resolvera marchar sobre Lisboa. As tropas que se preparavam com esse objetivo orçavam em 25.000 homens. Mas a sina de D. Miguel era ter generais indecisos, lentos, sem imaginação e sem audácia. Bourmont veio a passo tardo, perdendo tempo que os liberais aproveitavam para cada vez se fortificarem mais. A seu favor convém lembrar que não eram brilhantes as condições das tropas. Siebertz assim as descreve: "[....] Era precário o estado do exército. A vida de campanha, em frente do Porto durante quase um ano, causou-lhe perturbações; os soldados de infantaria encontravam-se mal

---

1275. Carlos de Passos – *op. cit.*, pág. 357.

equipados; em bom estado tinham apenas as armas. Os oficiais, para evitar a marcha a pé, montavam em burros. A cavalaria é certo que se apresentava em melhor estado, mas havia falta de forragem para os cavalos. Atrás seguia a artilharia de campanha com animais de tiro sem a resistência precisa; e por fim seguia um tropel de mulheres, crianças, burros, mulas, cavalos e carros carregados com toda a espécie de bagagem."[1276] De 5 a 14 de setembro, Bourmont bombardeou sem resultado as posições liberais. Desavindo com os generais portugueses, com quem teve discussões da maior inconveniência, demitiu-se afinal a 21, seguido por cerca de cento e cinquenta oficiais franceses, entre os quais o general Clouet e La Rochejaquelin, tio de outro, morto em Campolide.[1277]

Felicitando Saldanha pela vitória do Porto, Lafayette escrevera que os nomes dos dois generais que se defrontaram (Bourmont e Saldanha) simbolizavam os princípios que dividiam o mundo e cuja incompatibilidade se demonstrava cada vez mais.[1278] Em Lisboa não só Saldanha encarnava o liberal no campo de batalha: D. Pedro, como durante o cerco do Porto, tomara o papel de combatente, com absoluta impavidez. É o que relembra Fronteira: "O imperador, na bateria do Manique, dirigia os tiros de uma peça de vinte e quatro quando uma bala veio matar, junto a ele, um artilheiro, ficando Sua Majestade com a cara e uniforme salpicados de imenso sangue. O imperador, mostrando o maior sangue-frio e coragem, continuou a dirigir os tiros, até que um oficial lhe veio anunciar que o Palácio do Louriçal, em Palhavã, estava em perigo de ser tomado [....]."[1279] Quem também quase morreu foi o duque da Terceira, que viu o seu cavalo tombar mortalmente ferido. Bravura não faltou nas hostes da rainha: D. Tomás de Mascarenhas, por exemplo, redimiu por uma morte gloriosa o pânico de que se deixara possuir no Porto, a 23 de julho de 1832.

Repelidos os ataques miguelistas, nem por isso a situação das forças liberais se tornava definida e, afinal, Lisboa estava cercada. A Bourmont substituíra no comando do exército absolutista o general escocês

---

1276. *A Maçonaria na luta pelo poder (D. Miguel I e a sua época)*, pág. 393.
1277. Paulo Siebertz – *op. cit.,* pág. 394.
1278. Oliveira Lima – *op. cit.,* pág. 249.
1279. *Memórias,* parte 5º, pág. 22.

Mac-Donell, inculcado a D. Miguel, segundo informação de Caroli, auditor da nunciatura em Lisboa, por Wellington.[1280] Diante da capital portuguesa, Mac-Donell, com grande confiança na sua cavalaria, "jactava-se de nos derrotar, se nós o atacássemos", disse Fronteira em suas *Memórias.*[1281] Prosápia escusada: a 10 de outubro, os liberais, iniciando uma ofensiva, atacaram as posições inimigas e lograram mais uma vitória. Os miguelistas retiraram-se para Santarém, onde tocou a D. Miguel a vez de ficar cercado. Não desmerecendo a fama de intrepidez já granjeada, o regente tomou parte nos combates e arriscou a vida. Pela barreira do Arco do Cego saiu à frente de uma força que desalojou o inimigo do Campo Pequeno e Campo Grande e, ao seguir o movimento do exército libertador até Loures e Lumiar, esteve "debaixo de fogo por muitas horas",[1282] ocupando com Terceira e Saldanha, na última localidade, o quartel-general minutos antes abandonado por D. Miguel e Mac-Donell. A despeito dessas vantagens, o rei absoluto dominava ainda em todas as províncias do Norte, com exceção do Porto, em todo o Alentejo, menos Marvão, no Algarve, excluído o litoral, e, mesmo na Estremadura a rainha constitucional reinava apenas no trecho entre a capital e Santarém. Tal a situação interna em fins de 1833. Maior avanço, porém, conseguira a causa liberal no campo internacional: desde 15 de agosto a Grã-Bretanha acreditara lorde Russell junto ao governo de D. Maria II e pouco depois a França mandara um encarregado de negócios, substituído em seguida pelo barão Mortier, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário.

Em carta de 2 de dezembro, aniversário de D. Pedro II, dizia-lhe o pai, de envolta com palavras de transbordante afeto: "Deus Nosso Senhor permitiu que eu tivesse, no meio de todas as minhas atribulações, uma ocasião para mostrar ao mundo inteiro que sou capaz de desempenhar qualquer empresa a que me proponha, e permitiu ainda, para maior glória minha, que esta empresa fosse tal que eu pudesse, desenganando os incrédulos, mostrar ao mesmo tempo quais os meus princípios políticos,

---

1280. Paulo Siebertz – *op. cit.,* pág. 395.

1281. Parte 5ª, pág. 29.

1282. Fronteira – *op. cit.,* parte 5ª, págs. 35/36.

e a firmeza que tenho em sustentá-los, não me poupando a expor por eles a própria vida, pelejando desinteressadamente pela liberdade dos povos e pela legitimidade dos reis contra a usurpação, a tirania e o perjúrio. Em breve espero ver terminada tão sanguinolenta e devastadora guerra civil e poder, reunidas as Cortes, segundo a Carta constitucional, consolidar o trono de tua irmã e a mesma Carta."[1283] Orgulhava-se diante do filho, a favor de quem abdicara a coroa do Brasil, do ensejo que Deus lhe proporcionara de desempenhar o papel de defensor do trono que legara à filha, em Portugal e, "desenganando os incrédulos", mostrar a firmeza de seus "princípios políticos". Queria assim reafirmar que era e sempre fora um liberal e um homem de honra, capaz de lutar "desinteressadamente". Nada lhe doeria mais do que ter sido no Brasil acoimado de tirano e olhado como estrangeiro. Provava que sabia expor a vida pela liberdade e, se combatia à frente dos constitucionalistas portugueses, não renunciara por isso à cidadania brasileira, fazendo-o tão somente em obediência a um dever de pai e de liberal.

Por difícil que parecesse à primeira vista justificar essa posição, o certo é que D. Pedro a ela se aferrou e teve-a como clara e legítima. Por amor e por escrúpulo continuou depois de 7 de abril de 1831 a considerar-se brasileiro, sem embargo de sua participação na política de Portugal. É um *leitmotiv* de todas as suas cartas desde a partida do Brasil até a morte. A 12 de abril de 1831, de bordo da *Warspite,* dizia a D. Pedro II, "meu querido filho e meu imperador": "Ame a sua e minha pátria"; a 6 de junho repetia: "lembre-se sempre de um pai que ama e amará até a morte a pátria que adotou por sua"; de Cherburgo, a 9 do mesmo mês, falava "na pátria que adoro"; de Paris, a 19 de outubro, reafirmava: "Não posso deixar [....] de por este modo, como bom brasileiro, felicitar-te pelo dia de hoje"; de Paris ainda, referia-se, a, 5 de novembro, ao "Brasil, minha pátria", a 26, à "tua pátria de nascimento e minha de adoção" e, a 9 de janeiro de 1832, lembrando o tormento que lhe era a ausência dos filhos e da "pátria à qual dera a Independência e oferecera a Constituição", exprimia a sua ternura de brasileiro nestas palavras tocantes: "o Brasil é também meu filho, não

1283. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4811.

és só tu".[1284] Empenhado já na campanha da restauração do trono de D. Maria II, nos Açores, não variava de linguagem. O "Brasil tua pátria de nascimento e minha de adoção", "como brasileiro que sou" – escrevia a 11 de março. A 16 de abril, contando que breve partiria à frente da expedição contra o usurpador, justificava assim a sua conduta: "Esta minha firme deliberação é filha *somente* do amor que eu consagro e sempre consagrarei às instituições livres: fui pelos meus concidadãos tachado de lhe [*sic*] ser desafeto e ao Brasil; mas o que eu sei é que quanto à primeira que vou pela causa da liberdade (que é uma só causa) bater-me e expor a minha vida, e quanto à segunda que eu sempre fui verdadeiramente brasileiro."[1285]

Do Porto, entre portugueses, regente de Portugal, em hora de provocações, desabafava em carta de 9 de janeiro de 1833, cujo alcance o filho criança nada ou pouco perceberia: "Meu coração se sente estalar de dor por me ver tão longe de ti e de tuas manas, fora do país em que me criei e do seio daquela nação a que pertenço [...] hoje fazem [*sic*] onze anos que os brasileiros me pediram que ficasse no Brasil, e quem me diria, a mim, que neste ano me acharia tão longe?" Ainda do Porto, decorridos dois meses, exalava os seus queixumes de pai e de patriota: "Ah! meu amado filho eu te mereço o amor que tu me mostras; eu me interesso por ti, bem como pela pátria que adotei antes mesmo de a tornar independente; [....] espero que ainda poderei ter o gosto de ir ver-te e de abraçar-te: quando todos os espíritos estiverem convencidos de que eu *nada mais ambiciono* senão ver--te; ver o país em que fui criado e educado, do qual me separei saudoso, não só porque nele te deixei e a tuas manas, mas porque o amo tanto (tu me perdoarás) como te amo a ti."[1286] "País que amo tanto como te amo a ti." Era uma nova maneira de chamar o Brasil de filho, como já fizera na carta de Paris, de 9 de janeiro de 1832: "O Brasil é também meu filho." E só uma ambição o animava: ver os filhos, ver todos os filhos, inclusive aquele que como tal considerava: "o país em que fui criado e educado". Escrevera também da França, a D. Mariana de Verna Magalhães, carta, na

1284. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4448; e XCII – doc. 4317.
1285. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIV – doc. 4505.
1286. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4811.

qual, comunicando que "todos, desde os reis até os maiores republicanos" o tratavam com "atenção, respeito e amor" e gozava a melhor saúde – "o frio me tem feito muito bem e da minha moléstia das areias vou perfeitamente" –, melancólico dizia: "Repetidas vezes desenrolo o panorama de São Cristóvão e passo bastante tempo a vê-lo, e a verter lágrimas nascidas de um coração todo brasileiro."[1287]

Quem se gabava de possuir coração todo brasileiro e de não ambicionar mais do que volver ao Brasil – "se [....] eu puder ainda [....] apertar-te em meus braços vendo a minha adotiva pátria tão feliz como desejo, então eu me reputarei completamente venturoso"[1288] – veria em plena guerra civil portuguesa entremostrar-se a possibilidade da realização desse sonho. No Brasil, um forte partido restaurador, em que figuraram os Andradas, elementos civis em várias províncias e numerosos militares, pregava a necessidade da volta do ex-imperador como único recurso capaz de obstar a desordem que os fracos governos regenciais não conseguiam conter. Sem dúvida, a opinião liberal, cuja maioria se congregara no partido moderado, não se desarmara diante do antigo monarca e teimava, não obstante a campanha a que se dera todo na Europa, em acentuar-lhe as tendências autoritárias e em vê-lo mais como um príncipe português, que pugnava por interesses dinásticos, do que como um campeão do constitucionalismo pronto a lutar pela causa liberal onde esta necessitasse de um soldado. Mas não era menos verdade que o chamado partido caramuru ou restaurador tomara vulto, sobretudo no Rio de Janeiro. Servidos por uma imprensa extremamente combativa e inescrupulosa e tirando proveito das decepções dos que contavam com prodígios por parte dos vencedores de 7 de abril, os caramurus angariaram muitos adeptos, como se provou nas eleições de 1833, em que venceram na corte, em todas as paróquias, menos na de São José. Intensa propaganda apontava o regresso de D. Pedro como necessário e os abaixo-assinados corriam fartamente subscritos, havendo um em que se alinhavam nunca menos de 300 militares.[1289] Da Europa

---

1287. Henri Raffard – *Apontamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil,* pág. 366.
1288. Carta de Lisboa, 2 de dezembro de 1833 – Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4811.
1289. *Aurora Fluminense,* de 28 de outubro de 1833.

os diplomatas brasileiros denunciavam ao Ministério dos Estrangeiros o que lá se tramava ou se propalava a respeito, e o ministro Bento da Silva Lisboa, de ordem da Regência, em mensagem à Câmara, transmitiu as informações recebidas, dando crédito aos rumores acerca da projetada volta do duque de Bragança.

Longos e apaixonados foram os debates na Câmara em torno da mensagem do governo. Evaristo da Veiga, discutindo o parecer a respeito das comissões de Constituição e Diplomacia, sustentou não ter dúvidas acerca dos planos dos caramurus, e baseou sua convicção sobretudo nas condições de engajamento da "tropa forasteira" que D. Pedro tinha a seu soldo: "três anos de serviço em Portugal ou fora dele ainda depois do reino restaurado"[1290]. "O ex-imperador virá decerto, seguido dos mercenários que tem ligado a seus fados, para tentar fortuna no nosso país [....] Todos os dias, cidadãos que gozam certo grau de conceito escrevem, proclamam, que sem D. Pedro não se faz nada, que a sua presença é necessária à ventura do Brasil [....] a audácia dos restauradores cresce a cada hora" – assim se manifestava Evaristo, apoiado pela maioria dos deputados. O parecer das comissões reunidas, subscrito por Miguel Calmon, Araújo Lima, Alves Branco, Ernesto França e J. Deus e Silva concluía dizendo que se deveria acautelar e reprimir qualquer atentado contra o sistema constitucional e afirmava a disposição da Câmara de ajudar o governo em tudo que fosse justo e constitucional, de acordo com as exigências da honra nacional.[1291] Costa Ferreira, num voto em separado, usava linguagem mais enérgica e aludia à necessidade de evitar "o opróbrio de uma restauração". Prevaleceu o voto em separado, com uma emenda de Honório Hermeto, em virtude da qual se evitaria "o opróbrio de uma restauração" e "mesmo que o duque de Bragança voltasse ao Império sob qualquer título que fosse". Henriques de Resende propôs o banimento do ex-imperador, e Bernardo de Vasconcelos, em agressivo discurso, disse: "D. Pedro I perdeu um trono muito brilhante [....] perdeu uma dotação pingue [....] parece natural que tente voltar ao

---

1290. *Anais da Câmara – 1833*, tomo 2º, pág. 21.
1291. *Anais da Câmara – 1833*, tomo 1º, pág. 296.

Brasil [....] o caráter de D. Pedro é extremamente volúvel [....] um dos característicos é a avareza [....] é demasiadamente mesquinho [....] um homem deste caráter deixará de aspirar ao trono do Brasil?"[1292]

Volúvel, parcimonioso, mesquinho por vezes, era sem dúvida o ex-imperador. Mas enganavam-se os que o julgavam feito assim de uma só peça, sem outros impulsos e outros aspectos. Julgavam-no à luz de alguns precedentes de sua vida e movidos pela paixão do momento. Será difícil afirmar que D. Pedro, vitorioso em Portugal, se despojasse para sempre de qualquer ambição no Brasil. Mas na ocasião em que aqui se fazia bulha em torno de sua possível volta, não pensava, não cuidava senão em levar a cabo a empresa a que todo se dera em Portugal. Entre os deputados que discutiram o caso figurou Cunha Matos, recém-chegado da Europa e testemunha, no Porto, da campanha liberal. Estivera com o ex-imperador "magro e até com alguns cabelos brancos" – e dele ouvira o seguinte: "Esses que se lembram no Brasil do meu nome para fazerem outra bernarda sempre são bem asnos! Não sabem que eu abdiquei a coroa do Brasil por minha própria vontade? Eu me retirarei de Portugal no caso de as Cortes portuguesas decidirem que não posso ser regente do reino por ser cidadão brasileiro, e se os portugueses não se quiserem aproveitar dos benefícios que lhes fiz, retiro-me então para a Alemanha."[1293]

D. Pedro fez tal declaração a Cunha Matos, no Porto, a 13 de julho de 1832, e isto prova que não só no Brasil, como na Europa, havia quem tratasse do assunto. Lá, o marquês de Resende era dos que não perdiam a esperança de ver o "amo e amigo" de novo a exercer ação brilhante no Império que fundara. A 16 de maio desse ano, em carta a José Bonifácio, de simpatias caramurus, avançava: "[....] estou determinado a abrir com V. E., pelo intermédio de um mui verdadeiro, honrado, benemérito e inteligente brasileiro, a declaração de que o senhor D. Pedro I, sua augusta consorte, meus augustos amos, e eu, seu fiel criado, não tendo jamais cessado de ser bons brasileiros, estamos todos dispostos a fazer todos e quantos serviços e até sacrifícios [....] pelo maior bem da maior parte dos nossos

1292. *Anais da Câmara – 1833*, tomo 2º, pág. 36.
1293. *Anais da Câmara – 1833*, tomo 2º, pág. 48.

concidadãos."[1294] Estaria Resende autorizado a falar nesses termos? Autorizado por D. Amélia? Respondendo carta de Itabaiana, sobre o mesmo assunto, dizia a 17 de agosto: "Se o senhor D. Pedro I, depois de ultimados os negócios de sua augusta filha em Portugal, quereria regressar ao Brasil, no caso de ser para isso formalmente convidado [....] atenta a grande distância que ele se acha de Paris, tratei de consultar a pessoa que melhor conhece os sentimentos pessoais de S. M. I. que é a imperatriz [....] Serviu-se a mesma Augusta senhora responder-me por estas formais palavras: que não hesitava um só momento em crer que seu augusto esposo [....] bem certamente não se recusará a regressar àquele Império, logo que tenha obtido o triunfo que breve alcançará com o restabelecimento da legítima autoridade da senhora D. Maria II [....] e uma vez que tenha certeza de que o seu regresso ao Brasil é da vontade da nação brasileira."[1295]

Essas conversas e correspondências, transpirando, dariam motivo aos ofícios dos diplomatas a serviço do governo do Rio e, confirmando o que aqui se pregava, produziriam o alarme de que se fez eco a discussão na Câmara dos Deputados. Qual seria, porém, o verdadeiro pensamento de D. Pedro? Por todos os seus atos e palavras conhecidos, nenhuma aspiração tinha mais no Brasil e jamais praticaria ação capaz de infirmar a validade da abdicação da coroa brasileira na pessoa do filho. Bastante significativo da disposição de retraimento e renúncia em que se mantinha é este apelo do marquês de Resende: "Ah, senhor, maldita seja para sempre a fatal desconfiança herdada de seu Augusto Pai, que V. M. I. teve sempre, não dos outros, mas de si próprio [....] V. M. I. não tem senão 33 anos e ainda é tempo de remediar o passado [....] olhe, por quem é, agora por Portugal [....] e olhe depois ou para melhor dizer, não perca de vista o Brasil, onde ainda pode ser tão grande e tão generoso. Lembre-se, senhor [....], este tempo do Brasil é, pois, de V. M. I."[1296] Resende falava assim porque sentia no ex-imperador a repugnância que lhe causava a ideia de retornar à vida pública no Brasil e, no fundo, bem o sabia incapaz da indignidade de

1294. *R.I.H.G.B.,* tomo 80, pág. 422.
1295. *Idem, idem.*
1296. *R.I.H.G.B.,* tomo 80, pág. 430.

cancelar a resolução de 7 de abril e disputar, como um aventureiro desprezível, o trono ao filho.

Dado de corpo e alma à campanha da reconquista da coroa usurpada à filha, numa luta que lhe roubaria a própria vida, depois dos longos meses do cerco do Porto e quando mal começava em Lisboa a última fase da guerra civil portuguesa, viu-se de repente D. Pedro forçado a uma definição de atitude na política brasileira: foi quando lhe apareceu ali em pessoa, como representante autorizado do partido caramuru, Antônio Carlos, homem ilustre, seu velho conhecido, membro de uma família que o ajudara poderosamente nos dias da Independência. O Andrada atravessara os mares a fim de pedir-lhe que voltasse para o Brasil. Orador dos maiores, sabendo tocar no ponto sensível, fez-lhe um convite em termos dramáticos. Que salvasse o Império que fundara, o trono do filho, a unidade da pátria. O Brasil inteiro, à exceção de agitadores insensatos, chamava-o, esperava-o. D. Pedro ouviu atento e comovido o emissário e não hesitou na resposta. Deu-a verbalmente, no abandono da conversa sem testemunhas, mas quis fixá-la, para que não subsistissem equívocos, numa carta feita em artigos numerados, como se fosse um tratado ou uma lei. Assim começa o documento: "Lisboa, 14 de setembro de 1833. Sr. Antônio Carlos de Andrada e Machado. Parece-me conveniente dar-lhe por escrito as mesmas respostas que lhe dei de boca, outro dia e da maneira seguinte: Artigo 1º A minha abdicação está valiosa: jamais tive intenção de a declarar nula. Artigo 2º Eu não tenho dúvida alguma de fazer todos os sacrifícios pessoais, menos da minha honra, pelo Brasil, e de prestar à minha adotiva pátria e a meus filhos todos os serviços de que eu seja capaz; porém eu acho-me engajado, por honra, na defesa dos direitos de minha filha a senhora D. Maria 2ª, rainha de Portugal, e da Carta constitucional, e não posso dispor de mim, sem que fique inteiramente desligado das obrigações que contraí para com a nação portuguesa: depois poderei prestar, ao Brasil, os serviços que de mim exigir a nação; mas para que isto tenha lugar será mister, como eu marcho sempre conforme com a lei e desejo respeitar como sempre respeitei a Constituição brasileira, que as municipalidades expressem a vontade nacional, e que a Assembleia Geral declare *solenemente* [o grifo é do original] que convém que eu volte ao Brasil, para, na qualidade de regente, o governar durante a minoridade do imperador

meu filho, e que a mesma Assembleia me envie uma deputação a dar-me parte da resolução e a pedir-me, ao mesmo tempo, que eu haja de anuir ao voto nacional, legalmente expressado."[1297]

Resposta meditada, serena e altiva. Antes de mais, ratificava a abdicação: o imperador do Brasil, único e legítimo, era D. Pedro II, seu filho. No momento, empenhado em Portugal, por motivos de honra, na defesa do trono da filha e da Carta constitucional, não poderia dispor de sua pessoa. Mas, triunfante a causa de D. Maria II, não se negaria a ir servir ao Brasil "na qualidade de regente durante a minoridade do imperador", se as municipalidades e a Assembleia Geral, exprimindo a vontade da nação, se manifestassem *solenemente* em favor de sua volta, e lhe fossem pedir por meio de uma deputação. Ressalvava, pois, inteiramente, a sua honra, que não sacrificaria nem por amor do Brasil e dos filhos. Não serviria de instrumento às paixões dos que se dilaceravam em conflito implacável, e isto deixava bem claro na carta a Antônio Carlos: "Tomei a resolução de escrever-lhe esta para que a faça chegar ao conhecimento daquelas pessoas que, em deputação, o mandaram à minha presença, e que, cegos pelo muito amor que me consagram, a meus filhos e ao Brasil, seriam a causa, se eu abraçasse seus planos, de uma terrível guerra civil que acabaria com o Império, ou pelo menos o reduziria ao último estado de desgraça. Eu amo muito o Brasil, eu amo muito a meus filhos e a todos os meus concidadãos; eu amo muitíssimo a minha honra e a minha reputação; eu respeito sobremaneira o juramento que voluntariamente prestei à Constituição brasileira, para ir empreender coisas que não sejam legais e que não sejam conformes com a vontade geral da nação brasileira: a que pertenço." Considerando-se brasileiro e preso ao juramento prestado, não contassem com ele para golpes e subversões da ordem. Não escrevera ao filho, poucos dias depois do 7 de Abril, ainda no Rio – "Eu me retiro para a Europa [....] para que o Brasil sossegue?"[1298]

Não sossegara o Brasil e ainda menos Portugal. O prélio das armas continuava entre miguelistas e liberais e, no seio destes, os dissídios, com a expectativa de próxima vitória, cresciam e se azedavam. Em outubro

---

1297. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4820.
1298. Carta de 12 de abril de 1831 – Arq. do Cast. d'Eu – maço XCIII – doc. 4448.

de 1833, o regente constituía novo Ministério, com Joaquim Antônio de Aguiar, no Reino, Francisco Simões Margiochi, na Marinha, Agostinho José Freire, na Guerra e Estrangeiros, e José da Silva Carvalho, na Fazenda e Justiça. Cândido José Xavier falecera e o marquês de Loulé, o cunhado a quem D. Pedro socorrera nas horas de aperto, passaria a fazer-lhe oposição. As dificuldades políticas avultavam, já pelo choque das competições dos grupos rivais, já pela adoção de reformas imprudentes ou de medidas executadas sem isenção. Lembra Fronteira em suas *Memórias:* "A oposição em Lisboa ia-se desenvolvendo com força e realmente os ministros do imperador davam motivo para isso. As rendas das casas confiscadas tinham entrado no Tesouro, pelo fisco, e os emigrados que tinham a fortuna de privar com os ministros recebiam em dinheiro de contado aquelas somas, enquanto outros, como eu, que passávamos por pouco afetos ao sistema dos ministros daquela época, éramos punidos terrivelmente, dizendo-se-nos que esperássemos pelos famosos títulos azuis, em que perderíamos cinquenta por cento, para sermos indenizados das nossas rendas das quais nos privara o tirânico governo de D. Miguel."[1299] E a oposição apresentava vários matizes, desde o aristocrático de que Palmela seria o elemento mais valioso e o conde da Taipa o mais desabusado – este chegou a escrever a D. Pedro: "O governo de V. M. pouco difere do governo tipo da infâmia do Sr. D. Miguel" – até o militar e caudilhesco, chefiado por Saldanha. O regente, em última análise, ajustava-se melhor aos homens do seu Ministério, remanescentes da revolução liberal de 1820, como José da Silva Carvalho, Agostinho Freire e Joaquim Antônio de Aguiar, este, segundo Fronteira, "homem probo e inteligente, mas duma exaltação contra o governo do usurpador e contra o clero, que o tornava façanhudo partidário".

As desinteligências, ora mais veladas, ora ostensivas, entre os liberais, criavam para D. Pedro uma situação por vezes angustiosa e, quem fora antes, nos bons tempos do Brasil, o homem dos rompantes, o impulsivo, via-se agora obrigado muitas vezes a desempenhar o papel de mediador, de conselheiro, a apaziguar suscetibilidades e desfazer suspeitas, que se manifestavam não só no meio dos seus colaboradores no plano civil da

1299. Parte 5ª, pág. 46.

administração e do governo, mas também no terreno militar da direção da guerra. Saldanha e Terceira não se entendiam bem e diversas foram as ocasiões em que o regente teve de procurar a um e a outro para evitar que o desacordo de seus melhores generais redundasse em prejuízo maior à causa a que todos serviam. Daí suas idas apressadas mais de uma vez ao Cartaxo, quartel-general das tropas da rainha. Nessas ocasiões, sopitando a indignação, desejaria sem dúvida que terminasse quanto antes a estafante peleja, que lhe propinara o germe da morte e tornava esta próxima. Talvez, desgostoso com o que acontecia, voltasse o pensamento para o Brasil – "esse belo país aonde fui criado, aonde vivi vinte e três anos, um mês e sete dias, e que adotei por pátria", como dissera na carta do Porto, enganando-se aliás na conta do tempo que aqui passara.[1300]

A situação militar, muito mais favorável para os liberais em dezembro de 1833 do que um ano atrás, não prenunciava entretanto um desfecho imediato.

D. Pedro vai
D. Pedro vem
Mas não entra
Em Santarém.
Saldanha pra cima
Saldanha pra baixo
Mas não passa
Do Cartaxo.

Estas quadras, de inspiração miguelista, zombavam da falta de iniciativa das forças constitucionais. Guerra civil, ódios políticos – outros horrores martirizavam Portugal: as lastimáveis condições sanitárias decorrentes de duas epidemias, a cólera-morbo e o tifo. Atingido pela primeira, D. Miguel salvou-se, mas a infanta D. Maria da Assunção sucumbiu. Na briga entre os dois irmãos tomara o partido de D. Miguel, mas este, diante da morte que feria também os sentimentos fraternos de D. Pedro, julgou-se no dever de comunicar-lhe a notícia triste, como já fizera por ocasião

1300. A. D. de Pascoal – *op. cit.,* p. 155. Carta de 18 de junho de 1833.

do desaparecimento de D. Carlota Joaquina. E escreveu-lhe uma carta, alçando-se acima da querela que os desunia. Tão prevenido estava, porém, o ex-imperador que, ignorando o que a missiva continha, recusou-se a abri-la. Entregando-a a um criado, disse: "Toma esta carta, procura o portador que a trouxe e devolva-a por ele a quem a remeteu e com quem não quero tratar. Se não encontrares o portador, que seja recambiada por outro a meu mano, que mostra conhecer-me muito pouco e atreve-se a medir a minha honra pela sua covardia e baixeza."[1301]

Oliveira Lima, que narra o episódio (publicado, aliás, na *Crônica Constitucional de Lisboa),* tacha-o de "um rompante dos costumeiros de D. Pedro". Rompante, sim, ímpeto de altanaria momentânea, mas que não significava uma disposição profunda e irredutível, como evidenciaria no final da luta, com a convenção de Évora Monte. Ao regente não repugnaria, por esse tempo, que a guerra cessasse mediante um acordo, e esboçaram-se negociações sob o patrocínio anglo-espanhol. O visconde de Santarém, em *Apontamentos de notas manuscritas de contemporâneos,* diz que D. Pedro, no inverno de 1833-1834, fez ao irmão a seguinte proposta: 1º) D. Miguel deveria abdicar e sair de Portugal; 2º) Continuaria a gozar das honras e títulos a que tinha direito, assim como da fortuna da casa do infantado; 3º) Os oficiais do seu exército conservariam os postos; 4º) O almirante inglês Parker garantiria a execução do convênio.[1302] O rei absoluto, não obstante o parecer favorável do duque de Cadaval, rejeitou a proposta, informando o encarregado de negócios americanos Brent que a aceitação só se verificaria se se estipulasse no acordo a antiga e já agora impossível cláusula do casamento do tio com a sobrinha.[1303] Se o projeto de reconhecimento dos títulos e direitos cassados a D. Miguel contrariava fundamente os partidários da causa da rainha, o plano do casamento desta com o usurpador melindrava o amor-próprio e o amor paternal de D. Pedro. Só pelas armas viria a decisão, mas novas tentativas de arbitragem diplomática a breve espaço se seguiriam.

Com efeito, em fevereiro de 1834, o ministro britânico em Lisboa, lorde Howard de Walden, que substituíra lorde Russell, propôs sem

1301. Oliveira Lima – *op. cit.,* pág. 271.
1302. Paulo Siebertz – *op. cit.,* pág. 396.
1303. Oliveira Lima – *op. cit.,* pág. 273.

resultado a mediação da Inglaterra e da França. O governo de D. Pedro não desdenhava a ideia de uma solução rápida, mas repelia a sugestão do diplomata inglês de deixar ao arbítrio do governo que representava e ao da França as condições da paz. Na mesma disposição estava D. Miguel. A verdade, entretanto, era que acontecimentos supervenientes estavam a favorecer a causa constitucional. A Espanha, que até então fora um fator contrário, deixaria de sê-lo em consequência da sucessão de Fernando VII, falecido a 29 de setembro de 1833. O irmão deste, infante D. Carlos, pretendente à coroa, tivera ordem de embarcar para os Estados Pontifícios, mas passara a fronteira portuguesa, onde D. Miguel, seu sobrinho e cunhado, o abrigou e decidiu-se a ajudá-lo. Isto levou D. Pedro a procurar um entendimento com o governo de Madri, fazendo seguir para lá, a 19 de fevereiro, em missão especial, Alexandre de Morais Sarmento, ao mesmo tempo que outro Morais Sarmento (barão da Torre de Moncorvo) era despachado para Londres. Em abril o governo espanhol reconhecia D. Maria II como rainha de Portugal e enviava um representante para Lisboa, Evaristo Pérez de Castro, e já a 22 desse mês se assinava, em Londres, o tratado da quádrupla aliança da Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Depois disso, não tardaria o fim da luta, que se verificaria no terreno militar, tendo abortado uma última tentativa de acordo promovida a 29 de março pelo ministro inglês Howard e cujos termos seriam: anistia geral, saída de D. Miguel com a pensão anual de 60 contos, conservação dos oficiais com meio soldo e levantamento dos confiscos aos civis.[1304]

Favorecidos no plano internacional, não o seriam menos os liberais na luta armada. A batalha de Almoster, a 18 de fevereiro, feito de Saldanha, que os miguelistas começaram certos de que dormiriam nesse dia em Cartaxo e dentro de 48 horas estariam em Lisboa, foi-lhes um grande revés, e daí em diante só reveses teriam. Sá da Bandeira, em São Bartolomeu de Messines, Alportel, Tavira, Castro Marim, Mértola, logrou vitórias para as tropas da rainha; Napier, o marinheiro anfíbio, como o chama Oliveira Lima, montado num burro, segundo uns, ou "numa formidável égua de lavrador", segundo outros,[1305] com um cha-

---

1304. Carlos de Passos – *op. cit.,* pág. 379.
1305. Fronteira – *op. cit.,* parte 5º, pág. 84.

péu armado de plumas brancas e velhíssima sobrecasaca de almirante português, conquistou Viana, Ponte de Lima, Valença; Terceira varreu Trás-os-Montes, entrou na Beira e ocupou Lamego, avançou depois por Castro Daire, Viseu, Seia e alcançou Coimbra pela Mealhada. Estes e outros triunfos, de maior ou menor alcance, seriam superados pelo obtido por Terceira na batalha da Asseiceira, que assinalou a irremediável perda militar dos miguelistas. Santarém, capital provisória do governo absoluto, foi abandonada, visto que seria impossível defendê-la com Torres Novas, Ourém, Golegã e Tomar em poder dos liberais e com o avanço das tropas espanholas sobre Abrantes,[1306] e a 17 de maio D. Miguel passou o Tejo dirigindo-se para Évora, onde chegou a 23.

D. Pedro vai
D. Pedro vem
Mas não entra
Em Santarém.

Ele vai
Ele vem
E não chega
A Santarém.

Entrou. Chegou. Saía um irmão, vinha outro. Antes, do quartel-general do Cartaxo, D. Pedro proclamara aos soldados miguelistas: "Não penseis que eu respiro vingança, sangue e morte contra vós; não me julgueis pelo vosso chefe: eu me prezo de ser verdadeiro, humano e generoso, e de saber esquecer as ofensas que me fazem."[1307] Prová-lo-ia dentro em pouco e isso o faria sofrer os maiores ultrajes. Aliás, nessa hora crepuscular, D. Miguel demonstraria também que os inimigos desfiguravam muitos de seus traços verdadeiros. Na retirada para Évora, quando as forças do seu exército passavam o Tejo, não se arreceou de perigos, indo e vindo várias

1306. Carlos de Passos – *op. cit.,* pág. 390.
1307. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 206.

vezes de uma a outra margem do rio, de olhos molhados de lágrimas, solícito com a sorte dos soldados.[1308] Santarém ficara em deplorável estado e ao chegar lá D. Pedro encontrou as casas sem portas, as ruas imundas e os hospitais cheios de doentes de tifo. Não haveria mais embates sangrentos e, ao cabo de dois anos de guerra civil, invertiam-se as posições dos contendores: em julho de 1832 o ex-imperador desembarcara em Arnosa de Pampelido com 7.500 homens, para enfrentar 75.000 soldados de D. Miguel, ao passo que agora não disporia este de mais de 12.000 contra os 36.000 do irmão.[1309]

O exército liberal, compreendendo duas divisões comandadas por Terceira e Saldanha, seguiu por ordem de D. Pedro para o Alentejo. Saldanha ficou em Montemor-o-Novo e Terceira "marchou para Estremoz e Évora Monte, a fim de cortar as ligações entre Elvas e Évora. Sobre Elvas também descia Rodil. O general Serrano, com 3.000 espanhóis, entrava por Mértola".[1310] Era impossível qualquer resistência por parte dos absolutistas, e no meio destes já não faltavam traidores, como o general José Urbano de Carvalho, comandante da cavalaria, em Almeirim. Toda esperança desaparecera e, a 23 de maio, num conselho reunido para decidir acerca da situação, prevaleceu o voto de incumbir o general Azevedo Lemos de propor a Terceira e Saldanha a suspensão das hostilidades. De 23 a 25 em vão esperaram os miguelistas que os adversários se dispusessem a negociar: a ordem do regente era repelir toda proposta que não fosse a de rendição com confiança na sua clemência[1311]. Assim aconteceu. A 26, em Évora Monte, Terceira e Saldanha, pelos defensores da rainha e da Carta constitucional, e Azevedo Lemos, em nome do rei absoluto, assinaram o tratado que poria afinal termo à guerra fratricida.

Este ato ficou conhecido como a convenção de Évora Monte. "A generosidade da parte de D. Pedro nessa convenção foi sem limite [....] e o seu pensamento foi o esquecimento do passado, estendendo a mão

1308. Alberto Pimentel – *op. cit.*, pág. 207.
1309. Fronteira – *op. cit.,* parte 5º, pág. 87.
1310. Carlos de Passos – *op. cit.*, pág. 393.
1311. Oliveira Lima – *op. cit.*, pág. 286.

aos antigos antagonistas", afirmou Fronteira.[1312] Não pensam desse modo os escritores simpáticos a D. Miguel, mas é indubitável que as condições estipuladas demonstravam excepcional amenidade, sobretudo depois de luta tão áspera e prolongada. "Comiseração fraterna de D. Pedro e mais ainda [....] influência inglesa, pois que as condições tinham sido fixadas em Londres a 26 de abril."[1313] Inegável fora o influxo do espírito liberal britânico no comedimento do texto de paz. Por fórmulas de transação e meio-termo inclinara-se o governo inglês desde antes da peleja pelas armas e, durante esta, várias vezes intercedera animado dos mesmos intuitos. Injusto, entretanto, seria recusar a D. Pedro boa receptividade a essas sugestões moderadas, que aos partidários mais ardentes ou fanáticos do constitucionalismo chegaram a parecer traição. Como a significar a intenção de extinguir o dissídio entre portugueses, o artigo 1º da convenção estabelecia uma anistia geral para todos os delitos políticos praticados desde 1826, com a restituição provisória dos bens confiscados, dependente de voto das Cortes; o 2º permitia aos anistiados nacionais e estrangeiros a livre saída de Portugal; o 3º mantinha os oficiais miguelistas em seus postos; o 4º, minorando a restrição do artigo 1º, que excluía da anistia a volta a empregos eclesiásticos e civis, determinava um exame dos serviços e qualidades dos empregados atingidos; o 5º assegurava a D. Miguel a pensão anual de sessenta contos de réis; o 6º consentia no seu embarque em navio de guerra de qualquer das potências signatárias do tratado de Londres; o 7º firmava a obrigação de sair de Portugal no prazo de 15 dias, com o compromisso de nunca voltar a parte alguma da península, sob pena de perda da pensão; finalmente, os artigos 8º e 9º dispunham acerca da entrega das armas e dissolução pacífica das tropas miguelistas.

A melhor prova de que D. Pedro procedeu com generosidade está na afronta com que o amarguraram, no dia seguinte ao da assinatura da convenção, aqueles que um historiador português liberal chama de "sectários da liberdade, capazes de tantas tiranias como o mais ferrenho absolutista".[1314] A Lisboa chegara a 27 a notícia das condições de paz e na

1312. *Memórias,* parte 5ª, pág. 94.
1313. Oliveira Lima – *op. cit.,* pág. 287.
1314. Maria Amália Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 568.

massa exaltada o efeito fora péssimo. Queriam naturalmente os gritadores e energúmenos que em todo o país se levantassem forcas para os miguelistas e que na forca morresse o rei absoluto, a exemplo de tanta gente durante o seu reinado sanguinário, ou fosse enjaulado como uma fera perigosa. Embora doente, D. Pedro não perdera de todo o hábito do Rio de Janeiro de ir amiúde ao teatro, e de nele comemorar os grandes sucessos políticos. Na noite de 27 dirigiu-se para o São Carlos, onde se representaria o *Pirata,* de Bellini, e também a dança *Clazimiro e Slawizza* ou *O usurpador punido,* de Montani.[1315] No percurso atiraram lama e pedras sobre a sua carruagem, e no teatro, ao aparecer no camarote real, estrondou ultrajante pateada. Em meio do barulho e vozerio ouviram-se gritos e ameaças e houve quem atirasse moedas que caíram no parapeito do camarote. D. Pedro, que jogara na plateia o decreto de anistia, a cuidar que a medida despertaria aplausos, foi de novo apupado e, não contendo a indignação, chamou de "canalhas" os insultantes. O choque repercutiu no ponto mais vulnerado do seu organismo e a um acesso de tosse sentiu a boca cheia de sangue, que lhe tingiu de rubro o lenço. Só assim, talvez por ter de relance a certeza de que aquela vida pagaria as que haviam sido poupadas na convenção de Évora Monte, emudeceu a patuleia. "Pode começar", disse então D. Pedro ao maestro, com os olhos a brilharem no rosto cuja lividez mais realçava a barba negra, a longa barba que passara a usar como os bons liberais à espera da hora do triunfo.

"Tão bom um como outro, vinagre da mesma pipa", dizia um cartaz pregado no teatro de São Carlos. Tanto valia D. Pedro quanto D. Miguel, pensavam os agitadores lisboetas, "todos liberais do dia seguinte", segundo os classificou o marquês de Fronteira. Para justificar os artigos da convenção de paz, viu-se o governo obrigado a publicar documentos, insistindo em que não se aceitara nenhuma proposta dos miguelistas e que as condições haviam sido previamente estipuladas no tratado entre as quatro potências, um mês antes. A 1º de junho embarcou D. Miguel, em Sines, com destino à Itália, na fragata inglesa *Stag,* a mesma que se prontificara, num dos momentos desesperados do cerco do Porto, a dar escapula ao ir-

---

1315. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 215.

mão. Tocou ao vencido o que já tocara ao vencedor: vaia, insultos, palavras de desvairada cólera. Mas teve, ao deixar o país, vestido modestamente com um casaco de saragoça, calças e colete de pano azul [à última hora sua bagagem fora apreendida],[1316] um gesto de suma nobreza, qual a entrega ao governo não só das joias da Coroa, como das que lhe pertenciam particularmente. Acabava bem um reinado de usurpação e de ódio, de perjúrio e de sangue, de reação e de obscurantismo. Nunca mais voltaria a Portugal, mas, se acaso a derrota completa lhe suscitou juras de vingança pessoal, esta chegaria dentro em quatro meses com a morte do irmão, consumido pelo mal a que a vitória não obstou, antes poderosamente favoreceu.

Triunfante a causa da filha e da Carta constitucional, coube a D. Pedro a tarefa que não faltou jamais aos vencedores de uma campanha em que as paixões atingiram ao paroxismo: enfrentar o descontentamento dos partidários cedo decepcionados, dos que exigiam a realização imediata de todas as promessas e esperanças, dos que lobrigavam felonia em qualquer ato de clemência, em qualquer medida contemporizadora. Cumprimento de um dever primário por parte de quem se batera pela implantação do regime representativo foi o decreto de 31 de maio, convocando as Cortes para 15 de agosto. Mas transigência diante da opinião exaltadamente anticlerical terá sido o decreto de extinção dos conventos, num país de sentimentos profundamente católicos. O ministro Joaquim Antônio de Aguiar, na exposição de motivos justificativa, investia contra a indolência, riqueza, gula e luxo dos frades. Contra estes, em grande maioria, sequazes do miguelismo, D. Pedro deblatera em cartas a amigos e até aos filhos que tinham ficado no Brasil. Dada a relaxação dos costumes monacais na época, não testemunhariam a grandeza dos princípios evangélicos muitíssimos dos habitantes dos conventos e hospícios extintos. Mas não deixava de ser estranho que um governo liberal atentasse contra a liberdade de tanta gente, tivesse esta embora aplaudido e ajudado o governo despótico. Nada menos de 5.621 monges se viram privados de viver como lhes aprazia e despojados de seus bens. Em todo o caso arbitrou-se a cada frade uma pensão anual enquanto não obtivesse emprego equivalente, salvo se fosse

1316. Carlos de Passos – *op. cit.,* pág. 401.

adepto do usurpador. Os conventos de freiras foram extintos em princípio, passando para o Estado depois da morte da última religiosa. Foi abolida também a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, cuja organização privilegiada e exclusivista, impondo preços e regulando a distribuição dos produtos, não condizia com os postulados do liberalismo econômico. Neste passo, mostrou-se coerente o governo da rainha.

Até que se reunissem as Cortes, convocadas para a dia 15 de agosto (a convocação feita, nesse mesmo dia do ano anterior, não produzira efeito à vista da ocupação da maior parte do reino pelos miguelistas), continuava a Ministério do regente a tomar as mais diversas medidas. Os marechais do exército duque da Terceira e conde de Saldanha foram agraciados, o primeiro, com as honras de duque parente, e o segundo, com o título de marquês, e ambos com uma doação de cem contos de réis em bens nacionais. Um decreto de 18 de julho reorganizou o exército, e outro, de 23, declarou liricamente extinto o papel-moeda. Antes, tinham sido considerados portos francos Lisboa e Porto, e outro ato, sobre direitos aduaneiros, ordenara para as mercadorias estrangeiras, qualquer que fosse a procedência, a pauta de 15%, exceto alguns artigos de estanco, como o tabaco e o sabão. Menos liberal era a prisão do coronel Pizarro, na torre de São Julião da Barra, prisão aliás ordenada desde Paris, por ocasião da publicação do livro *Normas das regências de Portugal,* o que impedira a participação do autor na expedição de Belle-Isle. Falhavam aqui e ali na prática as doutrinas liberais e tornava-se precária a liberdade política num país convulsionado pelas mais violentas paixões.

D. Pedro pouco alterara o seu feitio do tempo de imperador no Brasil, atento e solícito, não se resignando nunca a assinar decretos e providências de cujo acerto não estivesse convencido. Talvez, entretanto, aos ministros de Lisboa enfrentasse menos do que aos do Rio. Além do impulso dos acontecimentos de após-guerra, outra causa mais pessoal, mais íntima, levava-o a mostrar docilidade ou complacência antes desconhecidas: o mal que dia a dia lhe diminuía a resistência. Quando adoecera? A despeito da vida ativa que sempre tivera, D. Pedro fora criança, adolescente e rapaz de saúde instável. Sem falar nas crises epileptiformes, sofria desde o Brasil do que ele chamava de "moléstia das areias", de uma nefrolitíase. Em Paris passara bem e o retrato feito em janeiro de 1832 mostrava-o gordo. Gordo

ou infiltrado? Em todas as cartas aos filhos e a amigos, de 1831 a 1833, não se queixara de doente. Do Porto, em agosto de 1832, contava: "Eu me acho de saúde, posto que muito cansado"; no mês seguinte, insistia: "Eu estou bom, apesar de não ter descanso", ou "gozo de boa saúde, apesar de tantos trabalhos físicos e morais"; em novembro, "Eu estou bom, ainda que bastante fatigado", ou "Eu me acho de perfeita saúde e graças a Deus podendo com as fadigas de corpo e de espírito". Em março de 1833, do Porto, acentuava: "Tenho [....] a felicidade, no meio de meus trabalhos de espírito e de corpo, de gozar de saúde"; em maio dizia: "Atualmente gozo de boa saúde"; de Lisboa, já em janeiro de 1834, dando notícias de todos – D. Amélia e dos filhos – comunicava: "A não ser algum defluxo, passamos bem de saúde."[1317]

Estaria talvez D. Pedro enganado ou procurava enganar os filhos. Afirma Alberto Pimentel que durante o cerco do Porto mais de uma vez estivera doente, "com febre, prostração, dor no hipocôndrio direito" e sentira "cansaços, dispneia, estremeções ao acordar". Mais ainda: "edema nos pés". Em novembro de 1833, indo de Lisboa para Almada, o ex-imperador se resfriara, acusando uma bronquite com febre; "mal convalescido", teve de ir ao Cartaxo e, apanhando novo resfriado, a sua expectoração apresentou laivos de sangue.[1318] Hemoptise franca foi a golfada que lhe manchou de vermelho o lenço, na noite da desfeita, a 27 de maio, no teatro de São Carlos. No mês anterior, a 7 de abril, numa carta triste e saudosa, lembrava aos filhos: "Que dia de luto e de tristeza é este para mim. Foi neste mesmo dia que vi obrigado a separar-me do Brasil e de vós! Salvei a minha honra; evitei a guerra civil, é verdade, com isto me deveria eu em parte consolar; porém o amor que vos consagro e ao Brasil não permite que minha dor seja diminuída: a minha saudade se acha cada dia mais aumentada." E então, pela primeira vez, falava na moléstia de que sofria, mas para dá-la como inteiramente debelada: "os cuidados que me mereceis [....] têm-me feito sofrer bastante na minha saúde que as fadigas de uma longa e trabalhosa guerra tinham principiado a destruir; porém a muita cautela que tenho

1317. Arq. do Cast. d'Eu – maço XCVIII – doc. 4811.
1318. *A corte de D. Pedro IV,* pág. 214.

tomado e o assíduo tratamento conseguiram triunfar da doença: acho-me atualmente no meu antigo estado de forças e vigor."[1319]

Ilusão resultante de uma melhora aparente? Dois meses depois, atenuava a afirmativa de cura completa da carta de 7 de abril de 1834, contando a D. Pedro II que malbaratara a saúde "para vencer os inimigos da rainha e das instituições liberais, perdoando-lhes no fim": "Como vos falei da saúde que muito desprezei, é mister que vos assegure que atualmente me acho um pouco melhor, o que devo ao acertado tratamento que o Dr. Tavares tem seguido."[1320] "Um pouco melhor" e não no "antigo estado de forças e vigor". Em verdade não melhoraria mais, a não ser nos boletins médicos redigidos visando a conveniências políticas e também ao propósito de enganar a D. Pedro. Até certo momento talvez não tenha sido difícil atingir o segundo objetivo, tal a flama de vida em que ardia a sua natureza. Mas nesse mesmo fogo interior ele se queimaria. Sem nenhum dos traços que marcam a santidade, ostentaria acaso alguns dos que configuram o heroísmo. Não se preservara jamais durante os dias terríveis do Porto, lutando não apenas como regente, chefe ou general, mas como simples cidadão e soldado. Não se pouparia depois, já que a defesa da causa da filha e da Carta constitucional lhe exigia o último sopro de vida. Iria até o fim, até o encontro com a morte.

Não pedissem a homem como D. Pedro que se desdobrasse em cuidados com a própria saúde. Seria porventura atitude que se lhe afiguraria menos viril, timorata, covarde. Viver como homem, viver com os ímpetos da mocidade, ou morrer. O Dr. Tavares, médico de câmera desde o Brasil, dava-lhe conselhos e prescrevia-lhe o que a ciência de então recomendava. Buscava seguir o que esse e outros médicos lhe diziam, mas sem submeter-se. Só a doença, caminhando, dobrava-o lentamente. Como no Rio, em que se habituara a acordar cedo, continuava matinal em Lisboa. Aos palácios da Ajuda e das Necessidades preferia agora o de Queluz, que lhe restituía a infância interrompida pela invasão napoleônica e pela viagem ao Brasil. Às sete horas da manhã montava a cavalo para um passeio e só deixou o contato direto desse animal, cujo domínio lhe daria, antes

1319. Arq. do Cast. d'Eu – maço C – doc. 4868.
1320. Arq. do Cast. d'Eu – maço C – doc. 4875.

de mais nada, o sentimento do mando e do poder, quando, deperecido e valetudinário, teve de optar pela excursão em carruagem. Enfraquecido, dava audiência a um número mais restrito de pessoas, mas recebia os ministros, os generais que o tinham ajudado na luta, Terceira e Saldanha, os amigos velhos, o marquês de Resende, Paulo Martins de Almeida, Francisco Gomes da Silva, a irmã D. Isabel Maria, a quem perdoara a adesão a D. Miguel. Esquiva andava a outra infanta, que tanto lhe devia, a marquesa de Loulé, cujo marido, sem maiores escrúpulos, campava de oposicionista. Passando a maior parte do tempo em Queluz, arriscando-se de raro em raro a uma caçada, D. Pedro cancelava antigo costume do Rio: pouquíssimas vezes ia ao teatro, e não ficava até o fim do espetáculo.

A 8 de julho, segundo aniversário do desembarque em Arnosa de Pampelido, o regente foi, com D. Maria II e D. Amélia, a Lisboa, para uma recepção solene. Todos lhe notaram os olhos fundos, o nariz afilado, a tosse cava, e as faces cor de marfim engastadas na "formosa barba negra de beduíno".[1321] Poucos dias depois, reaparecia o antigo fiscal de obras públicas tão conhecido no Brasil: a 20 quis pessoalmente examinar as que se faziam no mosteiro de São Bento, destinado à sede das Cortes. E examinar como sempre, observando, fazendo sugestões e censuras, e não no tom convencional e mecânico das inspeções oficiais. Em tudo que realizava imprimia os traços do seu caráter, de sua personalidade, e não poucas vezes errou por presumido ou arrebatado. Com os estigmas da moléstia a não deixarem dúvida sobre a sua gravidade, decidiu ainda assim D. Pedro ir ao Porto em visita à cidade em que se lhe patenteara o dom do heroísmo e da abnegação total. Ali superara alguns dos defeitos que impediam o pleno desenvolvimento de suas melhores virtudes, a ponto de não parecer lisonja o que lhe diria depois Hyde de Neuville: "*Sire, votre naissance vous a fait roi, votre grandeur d'âme vous élève au-dessus des rois [....] Tout pour les autres, rien pour soi, qu'il y a de gloire, Sire, attachée à cette noble devise, qui sera la vôtre dans 1'Histoire.*"[1322] Lá chegou em companhia da rainha e de D. Amélia na manhã de 27 de julho. Talvez tenha sido a sua última grande

1321. Maria Amália Vaz de Carvalho – *op. cit.,* vol. 2º, pág. 578.
1322. Carta de 25 de julho de 1834.

alegria o fervor com que o receberam os portuenses ao som do repique dos sinos e dos foguetes a estourarem. Um triunfo antes do ato final. Durante dez dias D. Pedro não sossegou, revivendo os tempos do cerco, ao calor de uma afeição que não saberia como retribuir. A despeito da sensação de fadiga que não o abandonava, assistiu a todas as festas, acolheu a quantos o procuraram e, com o que restava da infância em sua natureza, quis, num simulacro de ataque geral às linhas, dar à mulher e à filha uma impressão aproximada do que fora a guerra ali.

Da amurada do vapor *Royal-Tar,* ao partir a 6 de agosto, de volta a Lisboa, abafando o pranto, exclamou numa advertência premonitória: "Adeus, Porto! nunca mais to verei..."[1323] Outra vez na capital foi para Queluz. A 15, realizar-se-ia a abertura das Cortes, e o regente já na véspera pernoitara no Palácio das Necessidades. Não sem dificuldade subiu as escadarias altas de São Bento e, ao chegar à sala da reunião, estava lívido, ofegante. "Mais parecia um defunto que outra coisa", disse uma testemunha.[1324] Em voz já pouco firme, pronunciou um longo discurso, verdadeiro retrospecto de todos os sucessos políticos desde a morte do pai e a outorga da Carta constitucional. Não se esqueceu de exprobrar os malefícios da usurpação e da tirania nem de arrolar as lutas e sofrimentos que arrostara em defesa das instituições livres. E acabou rejubilando-se com as câmaras pela reconquista da liberdade, restabelecimento do trono legítimo e restauração da Carta. Uma questão, no momento, importante entre todas, deveria ser logo resolvida: a Regência do reino. Por extraordinário que pareça, não havia unanimidade a respeito e a exclusão de D. Pedro constituía o objetivo de alguns liberais. Depois de quanto fizera, do sacrifício da própria vida prestes a terminar, nenhum golpe poderia magoá-lo mais fundamente. Já não se precisava mais do seu nome, do seu prestígio, da sua bravura. Afastá-lo de cena ou então mantê-lo na Regência, mas com restrições e ressalvas, tal o pensamento de alguns desafetos, entre os quais o marquês de Loulé, que nesse sentido se pronunciaria na Câmara dos Pares.

Inauguradas as Cortes a 15, só a 25 a Câmara dos Deputados confirmou sem reservas o ex-imperador no lugar de regente até a maiori-

---

1323. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 237.
1324. Fronteira – *op. cit.,* parte 5º, pág. 114.

dade da filha, e a 28 a outra Câmara ratificou essa resolução, contra cinco votos, inclusive o do cunhado e protegido. Suscetível, com os melindres hiperestesiados, D. Pedro não quisera ficar em Lisboa durante a discussão do assunto e seguira para Caldas da Rainha, por sobranceria e escrúpulos, e talvez esperançoso de que a estada naquele lugar lhe trouxesse benefício à saúde. Os médicos opuseram-se, em vão. Em Caldas, um boletim afirmara: "Sua Majestade Imperial, não obstante as fadigas da sua rápida viagem, pouco incômodo sofreu nas melhoras da sua importante saúde."[1325] No primeiro dia de estação saíra cedo, pelas 8 horas da manhã, acompanhado por Francisco Gomes da Silva e pelo Dr. Tavares, e à tarde fizera um passeio a cavalo. No segundo iniciara um tratamento hidroterápico, com a ingestão de águas e banhos nas termas, o que repetira até as vésperas de 24 de agosto, quando, piorando muito, deliberara regressar. Na viagem de volta, por extrema fadiga, pernoitara em Vila Franca e afinal chegara a Queluz antes da decisão das Cortes acerca da Regência. De novo em Lisboa para receber oficialmente a comunicação de que lhe fora confirmada a investidura, instalara-se no Palácio da Ajuda, já que não lhe era mais possível ir a São Bento a fim de prestar juramento.

A 30 de agosto realizou-se esse ato, presentes as duas câmaras, D. Maria II, D. Amélia e até a última filha do regente, a princesinha brasileira nascida em Paris. D. Pedro "infundia o maior respeito, consideração e entusiasmo porque lhe devíamos tudo quanto presenciávamos", disse o marquês de Fronteira. Mas nada se opunha à marcha progressiva da doença, e a pobreza de recursos da medicina de então como que a acelerava. A um organismo extenuado por provações e choques emocionais e atingido por uma tuberculose com tendência a generalizar-se, o tratamento ministrado seria inoperante e até contraproducente. Em carta de 20 de junho, dirigida a um amigo no Rio, o ex-imperador contava: "Tenho passado bem incomodado e muito tenho sofrido; agora, porém, acho-me melhor depois de muitos cáusticos, bixas [*sic*], etc.; tenho uma fonte em um braço que, apesar de incomodar-me bastante, me alivia."[1326] Viagens, passeios a cavalo,

---

1325. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 241.
1326. A. D. de Pascoal – *op. cit.*, pág. 172.

banhos termais, cáusticos, tudo isso concorreria para apressar o fim de D. Pedro. A 31 de agosto, o boletim médico, sempre distante da verdade, falava em "reconhecidas melhoras", e nos primeiros dias de setembro o regente ainda dava pequenos passeios de carruagem, até Pedrouças, até Belém e por último apenas até a Junqueira.[1327] Quem o encontrava não tinha dúvida de que estava a morrer, tão magro, tão pálido, tão desfigurado aparecia. A 7, o Dr. Tavares publicava na *Gazeta Oficial:* "Os sintomas graves e incômodos que afligiam Sua Majestade Imperial o Senhor Duque de Bragança têm, há quarenta e oito horas, diminuído, de tal sorte que permitem esperar com probabilidade que breve cessarão eles, fazendo entrar o augusto doente na desejada convalescença."

Mentia o médico brasileiro e não exageraria se dissesse "moribundo" em vez de doente. Lúcido, tranquilo, "não se iludindo nunca a respeito do seu estado",[1328] D. Pedro quis ir para Queluz, onde sempre se sentia melhor desde que adoecera. Da terra de origem aquele era o sítio em que mais se aprazia. Ali nascera, ali passara os dias mais caros da infância. Já que não lhe seria possível morrer na terra do coração, na pátria adotiva, quereria acabar onde começara: Queluz e o Brasil completavam-se. E para lá seguiu a 10, a esperar a morte. Se nada temera, não a temeria. Já não se levantava da cama, no quarto onde os seus olhos se haviam aberto e para sempre se cerrariam, no quarto decorado com motivos extraídos da vida de D. Quixote. Mas acabaria sem quixotismo, quem do herói cervantino possuíra sempre a intrepidez e, na última fase da vida, o desapego. *Rien pour soi,* como escrevera Hyde de Neuville. A dispneia aumentava sempre e a noite branca continuava o longo dia. Não lhe faltava a presença da mulher, cuja dedicação o enternecia, e via também a filha rainha, por quem se sacrificara, e a "pequenita", como chamou a princesa Maria Amélia. Mas pensava nos filhos ausentes no Brasil e nos outros, que se educavam em França. Em Paris, antes de partir à frente da expedição libertadora, fizera testamento nomeando a ex-imperatriz tutora de D. Maria II, e também de

---

1327. Alberto Pimentel – *op. cit.*, pág. 242.

1328. Carta de D. Amélia aos enteados, de 29 de setembro de 1834. *Anuário do Museu Imperial,* 1941, pág. 129.

D. Pedro II e irmãs, no caso de serem forçados a deixar o Brasil; regulara a herança da mulher e de todos os filhos, inclusive os que tivera com a marquesa de Santos – a duquesa de Goiás e "uma menina que nasceu na cidade de São Paulo [....] no dia 28 de fevereiro de 1830" –, de Rodrigo Delfim Pereira, havido com a baronesa de Sorocaba, e de Pedro de Alcântara Brasileiro, havido com a Saisset. Pai de todos, igual no afeto. Em Queluz, a 15 de setembro, fez novo testamento, ditado ao ministro do Reino Bento Pereira do Carmo, ratificando em parte o primeiro, nomeando D. Amélia tutora de todos os filhos, recomendando criados, declarando dívidas, mandando dar presentes aos médicos e legando a espada ao cunhado e futuro genro, o príncipe Augusto de Leuchtenberg.

Não omitiu D. Pedro nesse documento a declaração habitual de ter sempre vivido e de pretender morrer na fé católica. Mais do que isso: protestava crer em tudo quanto ensinava a Igreja e encomendava a alma a Deus e à Santíssima Virgem Maria. Grande pecador, fora sempre, entretanto, católico e com devoção especial a Nossa Senhora, cujo culto o conduzia, no Rio, da Quinta da Boa Vista à capela do Outeiro da Glória. Não significara afastamento da Igreja ou diminuição de fé a política anticlerical que adotara em Portugal. Fazendo o segundo testamento a 15 – ditado ao marquês de Resende e copiado pelo ministro do Reino –, só o pôde concluir e assinar a 17, tal a debilidade que já revelava. Mas nesse mesmo dia, dispondo-se animosamente a morrer, "recebeu muito contrito e resignado os sacramentos".[1329] A certeza de que deveria arrostar em breve a morte incutiu-lhe completa serenidade. Nunca se acovardara em horas graves, não se entibiaria na mais séria entre todas. Providenciara com desvelo acerca do futuro da mulher e dos filhos, preparara-se humildemente para o encontro com a Majestade diante da qual a de que se despira não passava de desprezível arremedo. Restava-lhe ainda desempenhar-se do dever para com a nação portuguesa, que havia pouco lhe confirmara o encargo da Regência do reino. Com mão trêmula e ânimo firme, confessando a incapacidade total para a função, escreveu esta carta: "Senhores Deputados da Nação Portuguesa: Sempre franco e fiel aos meus juramentos, e obede-

1329. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 247.

cendo à voz da minha consciência, vou participar-vos, que tendo ontem cumprido os deveres de filho da Igreja Católica e de pai de família, julgo também do meu dever participar-vos que o mesmo estado de moléstia, que ontem me ditou aquelas resoluções, me inibe de tomar conhecimento dos negócios públicos, em cujas circunstâncias vos peço queirais prover de remédio. Eu faço os mais ardentes votos ao Céu pela felicidade pública. Palácio de Queluz, em 18 de setembro de 1834, D. Pedro, Regente." Idêntica comunicação dirigiu ao presidente da Câmara dos Pares.

Não sem imenso esforço redigiu do próprio punho essas mensagens, pois desde julho lhe era penoso escrever. Em carta a amigo, desse mês, dissera: "Eu vou muito melhor, mas ainda de minha própria mão não posso responder-lhe as suas cartas e por isso o faço pela letra do Gomes."[1330] Mas documento de tal magnitude exigia perfeita autenticidade, e era como que a derradeira prova do seu zelo de homem público. Que iriam fazer os partidários da Carta constitucional? Escolher novo regente? Reconduzir na função a infanta D. Isabel Maria? Designar um conselho regencial, como nos primeiros tempos? Nas duas câmaras prevaleceu, sem essa intenção por certo, o alvitre que mais grato seria ao coração do príncipe moribundo: antecipar a maioridade de D. Maria II. E assim se procedeu no mesmo dia. Por Tomás de Melo Breyner teve D. Pedro notícia do que fora resolvido. Em torno de sua cama estavam a rainha, a ex-imperatriz, e a pequena D. Maria Amélia, com três anos incompletos. No limiar da morte, lograva vitória total: desaparecia, deixando a filha a reinar. Cheio de mansuetude e perdão, deu à menina rainha conselhos de clemência, pediu-lhe indulto para quantos o haviam ofendido e, lembrando-se da dedicação e entusiasmo dos habitantes da cidade em que estivera sitiado longos meses, recomendou a D. Amélia que fosse o seu coração embalsamado e oferecido ao Porto, em testemunho da mais pura gratidão. Antecipando a grande despedida, abençoou as filhas presentes e os filhos ausentes, abraçou a mulher. Dir-se-ia que o último instante chegara. As lágrimas afogavam as palavras dos que o rodeavam.

1330. A. D. de Pascoal – *op. cit.,* pág. 170. Nessa carta D. Pedro pedia: "Faça todas as diligências para me remeter todas as minhas composições que se acham na Capela Imperial e na fazenda de Santa Cruz."

Dura, rija, resistente, como a dos heróis autênticos, era, porém, a têmpera do príncipe que parecera tantas vezes não passar de um rapaz estroina, de um moço leviano. Ali agora restava um homem grave e sereno, que se apartava do mundo refletindo o melhor de sua grande alma. Sensível, emotivo, vibrante como sempre, quis abraçar ajudantes de campo e criados particulares, e despedir-se do exército, na pessoa do duque da Terceira, o mais antigo dos marechais.[1331] Mas não ficou nisso a efusão em que transbordava: mandou chamar um soldado do Batalhão de Caçadores 5, de que era coronel honorário e cuja farda muitas vezes vestira, para que, em nome de todos os camaradas, recebesse a confissão do seu reconhecimento pela bravura demonstrada na defesa da causa da rainha e da liberdade. E aparecendo o soldado, abraçou-o e pediu-lhe que agradecesse aos demais quanto haviam feito de valoroso e nobre. Sacudido de emoção, Manuel Pereira (tal o nome do homem recebido por D. Pedro) saiu da câmara de D. Quixote a exclamar desesperado: "Oh! Céus! E por que não morri eu nas trincheiras do Porto? Foi para ver neste estado o meu coronel!"[1332] Magro, macilento, ofegante, só no brilho dos olhos ainda era o mesmo. Mas nem a morrer sossegava. Ordenou que fossem chamados a Queluz o coronel e um soldado de cada corpo de primeira linha, procurando talvez evitar que a preferência manifestada pelo Batalhão de Caçadores 5 melindrasse os outros. Mas foi-lhe poupada a comoção desse desfile e em seu nome D. Maria II recebeu os convocados.

A 19 de setembro, a rainha, por quem lutara o pai, já presidia em Queluz a reunião do Conselho de Ministros, e a 20, no Palácio das Necessidades, a do Conselho de Estado. Na manhã desse dia, D. Pedro, parecendo que se finava, recebera pela segunda vez o viático. Mais do mundo para que se preparava do que deste, em que preferira a tudo os valores subjetivos da glória e da honra, via de repente, colocada ao seu pescoço de agonizante, pelas mãos da filha, a Grã-Cruz da Torre e Espada, prêmio do valor, da lealdade e do mérito. Fora o primeiro ato da nova rainha. Tarde lhe reconheciam as virtudes e nada mais esperava – nem mesmo a compensação da honra salva, a que tanto se apegara em lance dramático da vida, ao perder o trono do Brasil e a pátria adotiva. Agora, abraçado a um

1331. Alberto Pimentel – *op. cit.*, pág. 253.
1332. Dâmaso J. Luís de Sousa Monteiro – *Vida de D. Pedro IV.* pág. 44.

crucifixo, só esperava a morte. Mas imprevistamente, numa pequena pausa dessa expectativa ocorrendo-lhe a necessidade de prover algum negócio temporal, ainda recebeu José da Silva Carvalho, ministro da Fazenda.[1333] Foi o último homem político com quem se avistou. Além da família e de criados particulares acompanhava-o, rezando, seu confessor, padre Marcos, arcebispo de Lacedemônia *in partibus* sem bulas e sem o consentimento do Papa. "Ele expirou em meus braços no Palácio de Queluz, a 24 de setembro pelas 2½ hora da tarde, depois de longos e cruéis sofrimentos [....] morreu como um santo mártir e filósofo cristão e jamais houve uma morte tão tranqüila", disse D. Amélia em carta a D. Pedro II e irmãs, acrescentando: "No seu leito de morte ainda vos abençoava."[1334] "Santo mártir e filósofo cristão" parecera à mulher, sacudida de dor, o marido no passo final. Mas a verdade era que diante da morte D. Pedro se portara corajosamente. No seu rosto fixara-se um sorriso de bondade.

Em Lisboa "os tiros em funeral anunciaram [....] que o [....] Libertador já não existia".[1335] A 25 foi o seu cadáver autopsiado: "Raro era o órgão indispensável à vida que não apresentasse lesões. O coração e o fígado hipertrofiados. O pulmão esquerdo denegrido, friável, sem aparência vesicular quase todo, apenas numa pequena porção da parte superior era permeável ao ar. Os rins, onde fora encontrado um cálculo, inconsistentes, esbranquiçados. O baço amolecido, a desfazer-se todo."[1336] Enterrado a 27, na igreja de São Vicente de Fora, como simples general e não como rei, segundo estabelecera no último testamento, o cortejo fúnebre, acompanhado de mais de mil tochas acesas, prescindiu de "etiquetas e precedências de classes". Entre a multidão que assistia ao desfile uma frase se ouvia com frequência: "Morreu o pai do povo."[1337] Ao príncipe liberal, que preferira no Império brasileiro "a unânime aclamação dos povos" ao direito divino, concedia-se afinal um título, que não destoava da linha mestra do seu destino de homem público. Morrera, sim, o rei, filho e neto de reis, que

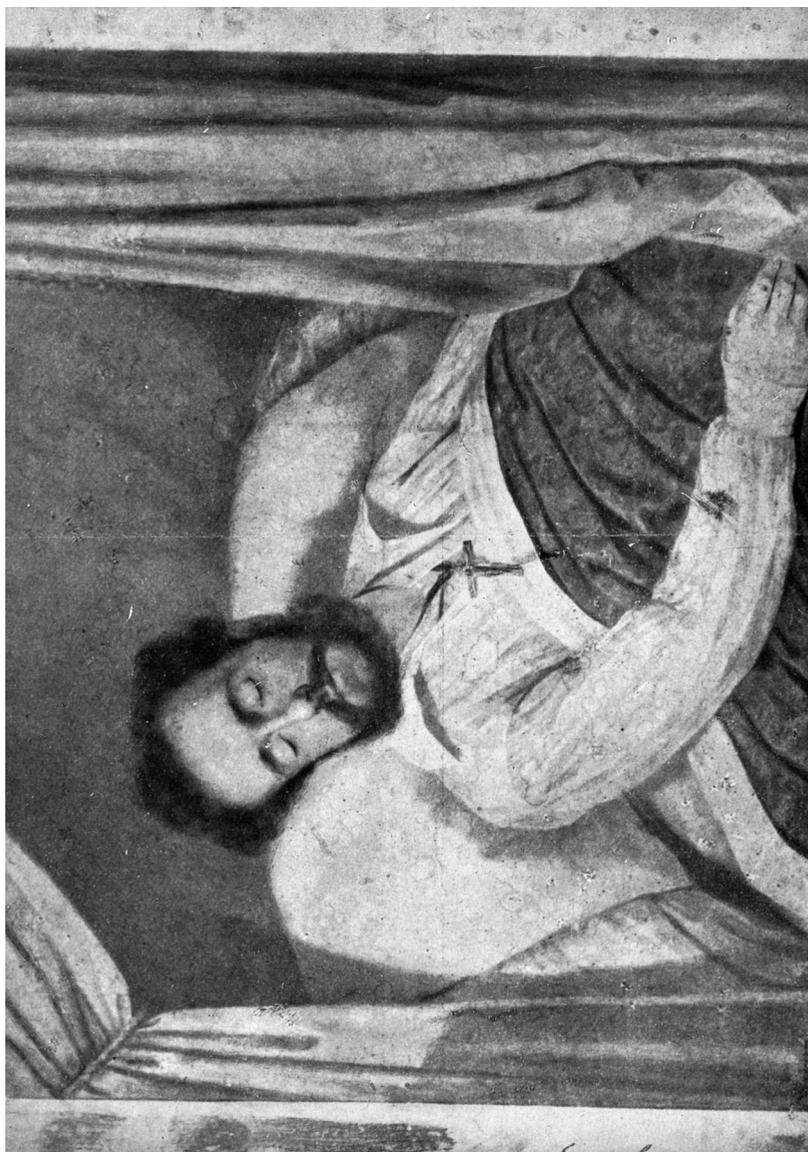
---

1333. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 257.
1334. *Anuário do Museu Imperial,* 1941, pág. 129.
1335. Fronteira – *Memórias,* parte 5ª, pág. 121.
1336. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 258.
1337. Alberto Pimentel – *op. cit.,* pág. 261.

fizera ponto de honra, a despeito de indecisões, quedas e contramarchas, em ser o doador e defensor das instituições livres na América e na Europa, na pátria de adoção e na terra de nascimento.

Moço, com 36 anos incompletos, morreu todavia D. Pedro "maduro para a glória". E esta soube reconhecer-lhe sem demora um adversário dos mais encarniçados – Evaristo da Veiga. Ao receber a notícia da morte de quem tanto combatera, escreveu num julgamento que se antecipava ao da posteridade: "O ex-imperador do Brasil não foi um príncipe de ordinária medida [....] e a Providência o tornou um instrumento poderoso de libertação, quer no Brasil, quer em Portugal. Se existimos como corpo de nação livre, se a nossa terra não foi retalhada em pequenas repúblicas inimigas, aonde só dominasse a anarquia e o espírito militar, devemo-lo muito à resolução que tomou de ficar entre nós, de soltar o primeiro grito de nossa Independência. Portugal, se foi livre da mais negra e aviltante tirania [....] se goza dos benefícios que aos povos cultos assegura a fruição do regime representativo, deve-o a D. Pedro de Alcântara, cujas fadigas, sofrimentos e sacrifícios pela causa portuguesa lhe mereceram em grau subido o tributo da gratidão nacional."[1338] "Não foi um príncipe de ordinária medida", mas uma prodigiosa natureza humana, um ser de escândalo e contradição, cuja vida, tão breve, se marcou de rasgos generosos que lhe redimem erros e pecados. Não foi um homem de ordinária medida.[1339]

1338. *Aurora Fluminense,* de 3 de dezembro de 1834.

1339. A morte do príncipe que desencadeara em vida tantas paixões daria azo depois a rumores que só a paixão mais desabrida poderia conceber: o Dr. João Fernandes Tavares, dedicadíssimo a D. Pedro desde o Brasil, foi acusado de o haver envenenado por ordem da Maçonaria brasileira. O Dr. Tavares, feito em 1872, pelo rei D. Luís I, visconde de Ponte Ferreira, defendeu-se em carta de 7 de abril de 1853, publicada no *Jornal do Comércio*, dando como provas de sua inocência a proteção que sempre merecera da imperatriz viúva D. Amélia, e a nomeação de cavaleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, a 24 de novembro de 1834, com que o distinguiu a rainha D. Maria II em "testemunho de gratidão pelos assíduos cuidados e reconhecido interesse com que se esforçou em prolongar a vida" de D. Pedro. No mesmo ato foram agraciados os outros médicos que assistiram ao ex-imperador nos últimos tempos, a saber – os drs. Henrique Xavier Baeta, Manuel Carlos Teixeira, barão de Inhomirim, Francisco José de Almeida, Francisco Soares Franco e Antônio Joaquim Farto (Feijó Bittencourt – *Os fundadores*, págs. 431/432). Segundo o testemunho do conde de Lavradio, Dr. Tavares era mulato (*Memórias*, vol. III, p. 69).

D. Pedro I no leito de morte
Original a carvão e giz de J. J. Rodrigues Primavera.
Coleção D. Pedro Gastão, Palácio Grão-Pará, Petrópolis.

. . . .

Bibliografia

A) Fontes manuscritas

Das fontes manuscritas advirá porventura a contribuição de novidade que este trabalho possa trazer ao estudo e à interpretação de D. Pedro I e de sua época.

1) NO MUSEU IMPERIAL

Foi na consulta do arquivo imperial, recolhido ao castelo d'Eu e hoje guardado em Petrópolis por iniciativa nunca bastante lembrada do saudoso príncipe D. Pedro de Orléans Bragança, que o autor logrou a certeza de que sem o seu exame seria impossível surpreender e fixar a vida e a personalidade do primeiro imperador do Brasil. Nesse arquivo, fonte máxima, amontoam-se papéis de toda sorte, desde os bilhetes, recados, notas, apontamentos e cartas íntimas do punho de D. Pedro I até as minutas e os esboços em primeiro jato de atos públicos do monarca; e cartas de reis e príncipes, cartas de ministros, cartas de súditos, cartas de estrangeiros, cartas de amigos e inimigos, cartas de amantes, cartas anônimas. Ao lado disso, correspondências diplomáticas como as de Resende, Barbacena, Palmela e Mareschal. Seria não só difícil em que se baseou esta biografia: os documentos consultados vão do maço X, n. 145, ao CI, n. 4961, do "Inventário" publicado no volume 52 dos *Anais da Biblioteca Nacional,* e se estendem por mais de quatrocentas páginas, convindo assinalar que em muitos maços a uma só numeração correspondem dezenas e dezenas de papéis. Sem embargo, todo o material mais diretamente utilizado foi mencionado nas referências de pé de página.

No Museu de Petrópolis o autor colheru também proveitosas informações nos *Livros da Mordomia – Registo de Decretos e Ordens.*

2) NO ARQUIVO DO PALÁCIO GRÃO-PARÁ

Miscelânea (copiador de atos e documentos de D. Pedro I, iniciado logo depois da abdicação e quase todo do seu punho).

Copiador de cartas de D. Pedro ainda príncipe regente ao Brasil (1821-1822), dirigidas na maioria ao pai, o rei D. João VI. Nove dessas cartas não figuram nas publicações até agora feitas.

Copiador de atos de D. Pedro, duque de Bragança, em Paris, como regente de Portugal (1831-1832).

3) NA BIBLIOTECA NACIONAL

Em meio à valiosa coleção da principal biblioteca brasileira foi particularmente útil a consulta dos mss. I-22-15-2, II-30-25-34, II-30-25-26-5, II-30-26-14, II-30-26-16, I-36-8-6 (cartas de D. Pedro I à marquesa de Santos); I-36-1-24, I-7-15-43 (cartas de D. Leopoldina); I-36-7-6, II-30-32-12 (escorços biográficos de D. João VI e de D. Pedro I).

4) NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Coleção de mss. de D. Pedro I: Lata 304, ms. 15182; L. 402, 80; L. 344, 19; L. 311, 15322; L. 219, 6454; L. 417, 19; L. 221, 6518; L. 344, 13; L. 311, 15321; L. 344, 20; L. 344, 21 (cartas de D. Pedro I); L. 344, 15 (trecho de diário particular relativo ao nascimento da duquesa de Goiás); L. 376, 1 (resposta à exposição de lorde Cochrane, em cópia fotográfica).

Proclamações: L. 354, 10; L. 69, 1284; L. 221, 6502.

Projeto de Constituição do Conselho de Estado: L. 399, 17.

Carta do visconde de Ponta Ferreira (Dr. João Fernandes Tavares) com o auto de autópsia de D. Pedro I – L. 337, 59.

(O autor compulsou também as coleções José Bonifácio, marquês de Sapucaí, marquês de Olinda, visconde de Laguna, mas a contribuição maior do Instituto Histórico foi a da sua revista, insuperável repositório de informações e estudos sobre o passado brasileiro.)

5) NO ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATI

Missões diplomáticas brasileiras: 1-Londres, de 216-1-1 a 216-1-12; 1-Paris, de 244-4-13 a 225-1-3; 1-Viena, de 232-4-1 a 232-4-2.

Missões especiais do Brasil no estrangeiro: 6-Schäffer, 271-1-1; 06-Marquês de Resende; 6-Marquês de Barbacena.

Documentos Históricos: I. 188, 189, 201, 202, 203, 206, 210.

D. Pedro I: Primeiro e segundo casamentos, L. 249.

Correspondência extraída dos arquivos do Ministério de Estrangeiros de França de 1821 a 1847 (copiada por Alberto Rangel), de 344-1-16 a 344-1-19.

6) NO ARQUIVO NACIONAL

Memórias, vol. 1º, armário 5, nº 2561, caixa 21-1.
Ordens secretas do gabinete de José Bonifácio, 1822-1823, col. 309.
Cartas e minutas de D. João VI, caixa 827.
Pareceres de conselheiros de estado, caixa 943.

7) NO MUSEU PAULISTA

Papéis dos arquivos de José Bonifácio e do marquês de Valença, ainda não classificados ao tempo da pesquisa, em fevereiro de 1948.

8) COLEÇÃO DO EMBAIXADOR
CAIO DE MELO FRANCO

Trinta e cinco cartas de D. Pedro I, sendo trinta e quatro à marquesa de Santos e uma à viscondessa de Castro.

B) Bibliografia Impressa

1) PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Anais do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte. 1823. Rio, 1876.

Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Sessões de 1826 a 1831. Rio, 1874-1878.

Anais do Senado do Império do Brasil. Sessões de 1826 a 1831. Rio, 1877-1914.

Arquivo Diplomático da Independência. Rio, 1922-1925.

Cartas e mais peças oficiais dirigidas a S. M. o senhor D. João VI pelo príncipe real o senhor D. Pedro de Alcântara. Lisboa, 1822.

Coleção das leis do Brasil. 1821-1831.

Correspondência oficial das províncias do Brasil durante a Legislatura das Cortes Constituintes de Portugal nos anos de *1821-1822.* Lisboa, 1872.

Documentos interessantes. Atas das sessões do governo provisório de São Paulo. 3ª ed., São Paulo, 1933.

Documentos interessantes. A "Bernarda" de Francisco Inácio em São Paulo. São Paulo, 1913.

Documentos interessantes. Correspondência oficial. 1820-1822. São Paulo, 1902.

Documentos para a História da Independência. Rio, 1923. *Exposição de José Bonifácio. Centenário da morte do Patriarca da Independência.* Rio, 1938.

Falas do trono. Rio, 1872.

Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889. Rio, 1889.

Projeto de Constituição para o Império do Brasil organizado em Conselho de Estado sobre as bases apresentadas por S. M. I. o senhor D. Pedro I, imperador constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Rio, 1823.

Publicações do Arquivo Nacional. Vols. I a XXXVI. Vol. avulso dedicado à memória da imperatriz Leopoldina (1926).

2) LIVROS

Abrantes, Dunshee d' – *Mémoires d'une ambassade.* Paris, 1834.

Aguiar, Antônio Augusto de – *Vida do marquês de Barbacena.* Rio, 1896.

Almeida, Fortunato de – *História de Portugal.* Coimbra, 1926

Amaral, Brás do – *História da Independência do Brasil.* Bahia, 1923.

Ameal, João, e Cavalheiro, Rodrigues – *De D. João V a D. Miguel.* Porto, 1939.

Amorim, Francisco Gomes de – *Garrett. Memórias Biográficas.* Lisboa, 1881.

Araújo, Artur da Cunha – *Perfil do conde da Barca.* Porto, 1940.

Araújo, José de Sousa Azevedo Pizarro e – *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio, 1820-1822.

Araújo, Francisco Duarte de Almeida e – *Crônica da rainha e senhora dona Maria II, compreendendo os documentos do seu reinado de direito e de fato desde 2 de maio de 1826 até 15 de novembro de 1853.* Lisboa, 1857-1861.

Armitage, John – *História do Brasil* – Edição Eugênio Egas. São Paulo, 1914.

Beaumelle, M. V. A. La – *O Império do Brasil considerado nas suas relações políticas e comerciais.* Trad. do padre Luís Gonçalves dos Santos. Rio, 1824.

Beirão, Caetano – *D. Maria I* – 4ª edição. Lisboa, 1944.

Besouchet, Lídia – *José Maria Paranhos, visconde do Rio Branco.* Buenos Aires, s.d.

Bittencourt, Leopoldo Feijó – *Os fundadores.* Rio, 1938.

Blake, Augusto Alves Sacramento – *Dicionário Bibliográfico Brasileiro.* Rio, 1883-1902.

Boiteux, Alexandre – *A Marinha de guerra brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I.* Rio, 1913.

Brandão, Raul – *El-rei Junot.* Lisboa, 1912.

Brandão, Ulisses – *A Confederação do Equador.* Pernambuco, 1924.

Brito, João Rodrigues de – *A economia brasileira no alvorecer do século XIX.* Salvador, s.d.

Bueno, José Antônio Pimenta – *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império.* Rio, 1857.

Bulhões, Miguel de – *A Fazenda pública em Portugal.* Lisboa, 1884.

Burnand, Robert – *La vie quotidienne en France en 1830.* Paris, 1943.

Caldcleugh, Alexandre – *Travels in South America, during the years 1819-20-21; Containing an account of the present state of Brazil, Buenos Aires and Chile.* Londres, 1825.

Calmon, Pedro – O *rei do Brasil.* Rio, 1935.

– *O rei cavaleiro.* São Paulo, s.d.

Calógeras, João Pandiá – *Formação histórica do Brasil* – 4ª ed. São Paulo, 1945.

– *O marquês de Barbacena.* São Paulo, 1932.

Câncio, Henrique – *D. João VI.* Bahia, 1909.

Caneca, frei Joaquim do Amor Divino – *Obras políticas e literárias.* Recife, 1875-76.

Carreira, Liberato de Castro – *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação. Precedida de algumas informações acerca da sua Independência.* Rio, 1889. *Cartas do imperador D. Pedro I a Domitila de Castro.* Rio, 1896.

Carvalho, Alfredo de – *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908.* Recife, 1908.

Carvalho, Austricliano de – *Brasil-Colônia e Brasil-Império.* Rio, 1927.

Carvalho, Daniel de – *Estudos e depoimentos.* Rio, 1953.

Carvalho, José Liberato Freire de – *Memórias com o título de Anais para a História do Tempo da Usurpação de D. Miguel.* Lisboa, 1841.

Carvalho, José da Silva – *Questão portuguesa traduzida de um Jornal Inglês,* 1827.

Carvalho, Maria Amália Vaz de – *Vida do duque de Palmela.* Lisboa, 1898-1903.

Carvalho, M. E. Gomes de – *Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821. Subsídio para a História do Brasil.* Porto, 1912.

Cassirer, Ernest – *Filosofía de la ilustración.* México, 1943.

Castilho, Antônio Feliciano de – *Tributo português à memória do Libertador.* Lisboa, 1836.

Castro, Bernardo José de Abrantes e – *Carta do conselheiro Abrantes a sir William A'Court.* Pernambuco, 1827.

Caulaincourt, général de, duc de Vicence – *Mémoires* – Paris, 1933.

Chaby, Cláudio de – *Apontamentos biográficos de S. M. I. o Sr. D. Pedro IV.* Lisboa, 1864.

Chagas, Manuel Pinheiro – *História de Portugal.* Lisboa, 1903.

Chamberlain, Tte. – *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820.* Trad. de Rubens Borba de Morais. Rio, 1943.

Chapuis, Pedro de – *Reflexões sobre a Carta de Lei do Sr. D. João VI, de 15 de novembro de 1825 e sobre seus decretos de 15 e 19 do mesmo mês e ano.* Rio, 1826.

Cheke, Marcus – *Carlota Joaquina* – Trad. de Gulnara Lobato de Morais Pereira. Rio, 1949.

Cintra, Assis – *O homem da Independência.* São Paulo, 1921.

– *D. Pedro I e o Grito da Independência.* São Paulo, 1921.

Constant, Benjamim – *Cours de Politique Constitutionnelle.* Paris, 1861.

– *Journal Intime Precedé du Cahier Rouge et de Adolphe.* Mônaco, 1945.

Correspondência oficial de Abreu e Lima com o duque de Palmela. Lisboa, 1874.

Costa, D. Antônio da – *História do marechal Saldanha.* Lisboa, 1879.

Costa, Sérgio Correia da – *As quatro coroas de D. Pedro I.* Rio, 1941.

– *Every inch a king.* Nova York, 1950.

Cruls, Gastão – *Aparência do Rio de Janeiro.* Rio, 1949.

Debret, Jean Baptiste – *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* – Tradução de Sérgio Milliet. 2ª ed., São Paulo, 1949.

Dénis, Ferdinand – *Resumé de l'Histoire du Brésil.* Paris, 1825.

– *Brésil (L'Univers. Histoire et description de tous les peuples).* Paris, 1837.

Dubreton, J. Lucas – *La restauration et la monarchie de Juillet.* Paris, 1937.

Dundonald, Conde de – *Narrativa dos serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa, prestados pelo almirante conde de Dundonal (lorde Cochrane).* Trad. de A. R. Saraiva. Londres, 1859.

Eugène, Prince – *Mémoires et correspondance politique et militaire.* Paris, 1858-1860.

Fernandes Júnior, Antônio Manuel – *Índice cronológico, explicativo e remissivo da legislação brasileira desde 1848.* Niterói, 1849.

Fernandes, Carlos D. – *De "rapazinho" a imperador.* Paraíba, 1920.

Ferrão, Antônio – *Reinado de D. Miguel. O cerco do Porto.* Lisboa, 1940.

Fleiuss, Max – *História administrativa do Brasil.* Rio, 1923.

– *Páginas de história.* Rio, 1930.

Fonseca, Antônio Borges da – *Manifesto político. Apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo.* Recife, 1867.

Fonseca, Gondim da – *Biografia do jornalismo carioca.* Rio, 1941.

Forjaz, Djalma – *O senador Vergueiro.* São Paulo, 1924.

Francisco, Martim – *Contribuindo.* São Paulo, 1921.

Franco, Afonso Arinos de Melo – *História do Banco do Brasil.* São Paulo, s.d.

– *Um soldado do reino e do Império.* Rio, 1942.

Freire, Gilberto – *Sobrados e mocambos.* 2ª ed., Rio, 1951.

– *Ingleses no Brasil.* Rio, 1948.

Fronteira, marquês de – *Memórias.* Coimbra, 1928-1932.

Funchal, marquês de – *O conde de Linhares.* Lisboa, 1908.

Gama, Aníbal – *D. Pedro na Regência.* Rio, s.d.

Garrett, João Batista da Silva Leitão de Almeida – *Portugal na balança da Europa.* Londres, 1830.

Graham, Maria – *Journal of a voyage to Brazil and residence there during the years 1821, 1822, 1823*. Londres, 1824.

Guimarães, A. C. d'Araújo – *A corte no Brasil.* Porto Alegre, 1936.

Guimarães, Argeu – *Vida e morte de Natividade Saldanha.* Lisboa, 1932.

– *Dicionário bibliográfico brasileiro.* Rio, 1938.

Henderson, James – *History of Brazil.* Londres, 1821.

Herculano, Alexandre – *Opúsculos.* Tomo 2º, Lisboa, 1873.

Hodges, G. Lloyd – *Narrative of expedition to Portugal in 1832 under the orders of H. I. M. Dom Pedro, duke of Braganza.* Londres, 1833.

Hogendorp, D. van – *Mémoires du general*. Haia, 1877.

Hortense, La Reine – *Mémoires*. Paris, 1927.

Koebel, W. H. – *British exploits in South America. A history of British activities in exploration, military adventure, diplomacy, science, and trade, in Latin America.* Nova York, 1917.

Koster, Henry – *Travels in Brazil.* Londres, 1816.

Lago, Laurênio – *Brigadeiros e generais de D. João VI e de D. Pedro I no Brasil*. Rio, 1938.

Lamego, Luís – *D. Pedro I, herói e enfermo.* Rio, 1939.

Las Cases, comte de – *Le Memorial de Sainte-Hélène.* Paris, 1895.

Lavradio, conde de – *Memórias.* Coimbra, 1932-1943.

Lavradio, marquês do – *D. João VI e a Independência do Brasil.* Lisboa, 1937.

Leal, Antônio Henriques – *Panteon maranhense.* Lisboa, 1873.

Leal, Aurelino – *História constitucional do Brasil.* Rio, 1915.

Leite, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Rio, 1938-1949.

Lima Júnior, Augusto de – *Cartas de D. Pedro I a D. João VI.* Rio, 1941.

Lima, J. J. de Abreu e – *Compêndio de História do Brasil.* Rio, 1822.

Lima, J. D. da Cruz – *Refutação do livro "O primeiro reinado".* Rio, 1877.

Lima, *Luís Antônio de Abreu e – Correspondência oficial de [....] atualmente conde da Carreira com o duque de Palmela.* Lisboa, 1874.

Lima, Manuel de Oliveira – *D. João VI no Brasil.* ed., Rio, 1945.

– *O movimento da Independência.* São Paulo, 1922.

– *O reconhecimento do Império.* Paris, Rio, 1901.

– *Dom Pedro e Dom Miguel.* São Paulo, s.d.

– *O Império brasileiro.* São Paulo, s.d.

– *D. Miguel no trono.* Coimbra, 1933.

– *Formation historique de la nationalité brésilienne*. Paris, 1911.

Lira, Heitor – *Ensaios diplomáticos.* São Paulo, 1922.

– *História de D. Pedro II.* São Paulo, 1938.

Lisboa, José da Silva (visconde de Cairu) – *Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor D. João VI.* 2ª ed. feita pelo Arquivo Nacional, Rio, 1940.

– *Crônica autêntica da Regência do Brasil do príncipe real o senhor D. Pedro de Alcântara em série de cartas a seu augusto pai.* Rio, 1829.

– *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil.* Rio, 1826-1830.

Lloyd, Christopher – *Lord Cochrane – Seaman – Radical – Liberator.* Londres, Nova York, Toronto, 1947.

Lobo, Hélio – *Manuel de Araújo Porto Alegre.* Rio, 1938.

Luccock, John – *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* Tradução de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo, 1942.

Magalhães, Félix Pereira de – *Apontamentos para a história diplomática de Portugal desde 1826, em que faleceu o imperador e rei D. João VI, até 1834, em que se completou a restauração da coroa da rainha D. Maria II.* Lisboa, 1871.

Manchester, Alan K. – *British preeminence in Brazil, its rise and decline. A study in european expansion.* Chapel Hill, 1933.

– *Manifesto dos direitos de S. M. F. a senhora D. Maria II e exposição da questão portuguesa.* 2ª ed., Coimbra, 1841.

Marques, Xavier – *Ensaio histórico sobre a Independência.* Rio, São Paulo, Belo Horizonte, 1924.

Martins, Amélia de Resende – *Um idealista realizador.* Rio, 1939.

Martins, Rocha – *O último vice-rei do Brasil.* Lisboa, s.d.

– *A Independência do Brasil.* Coimbra, 1922.

– *Palmela na emigração.* Lisboa, s.d.

Martins, Wilson – *Introdução à democracia brasileira.* Rio, Porto Alegre, São Paulo, 1951.

Maul, Carlos – *A marquesa de Santos.* Rio, 1938.

– *História da Independência do Brasil.* Rio, 1922.

Martins, Joaquim Pedro de Oliveira – *Portugal contemporâneo.* 2ª ed., Lisboa, 1893.

– *História de Portugal.* 4ª ed., Lisboa, 1888.

Matos, Raimundo José da Cunha – *Memórias da campanha do senhor D. Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil, no reino de Portugal.* Rio, 1833.

Mawe, John – *Viagens ao interior do Brasil.* Tradução de Solena Benevides Viana, Rio, 1944.

Mayer, J. P. – *Trayectoria del pensamiento político.* México, 1941.

Melo, Francisco Freire de – *Exercitação na qual plenamente se prova que D. Pedro I, imperador do Brasil, é estrangeiro para Portugal.* Lisboa, 1828.

Melo, Francisco Inácio Marcondes Homem de – *A Constituinte perante a História.* Rio, 1868.

Meneses, Manuel Joaquim de – *Exposição histórica da Maçonaria no Brasil.* Rio, 1857.

Metternich – *Mémoires, documents et écrits divers.* Paris, 1881.

Monglave, Eugène de – *Correspondance de Don Pèdre Premier, empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu roí de Portugal Don Jean VI, durant les troubles du Brésil.* Paris, 1827.

Monteiro, Dâmaso J. Luís de Sousa – *Vida de D. Pedro IV, vigésimo oitavo rei de Portugal e primeiro imperador do Brasil.* Lisboa, 1852.

Monteiro, Tobias – *História do Império – A elaboração da Independência.* Rio, 1927.

– *O primeiro reinado.* Tomo I, Rio, 1939.

– *O primeiro reinado.* Tomo II, Rio, 1946.

Morais, A. J. de Melo – *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império.* Rio, 1871.

– *Brasil histórico.* Rio, 1867.

– *A Independência e o Império do Brasil.* Rio, 1877.

Morato, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – *Memórias.* Coimbra, 1933.

Nabuco, Joaquim – *Um estadista do Império. Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época.* 2ª ed., Rio, 1936.

Nemésio, Vitorino – *Exilados (1828-1832). História sentimental e política do liberalismo na emigração.* Lisboa, s.d.

– *A mocidade de Herculano.* Lisboa, 1934.

Nesselrode, comte de – *Lettres et papiers du chancelier.* Paris, 1908-1914.

Neuville, Hyde de – *Da questão portuguesa.* Rio, 1830.

– *Mémoires et souvenirs.* Paris, 1898.

Norton, Luís – *A corte de Portugal no Brasil.* São Paulo, 1938.

Owen, Hugh – *A guerra civil em Portugal, o sítio do Porto e a morte de D. Pedro.* Londres, 1836.

Pascoal, A. D. de – *Rasgos memoráveis do senhor Dom Pedro I imperador do Brasil excelso duque de Bragança.* Rio, 1862.

Passos, Carlos de – *D. Pedro IV e D. Miguel I.* Porto, 1936.

Pereira, Ângelo – *Os filhos de el-rei D. João VI*. Lisboa, 1946.

– *As senhoras infantas filhas de el-rei D. João VI.* Lisboa, 1938.

Pimenta, Alfredo – *Elementos da História de Portugal.* Lisboa, 1937.

Pimentel, A. Serpa – *Portugal moderno (1820-34).* Lisboa, 1896.

Pimentel, Alberto – *A corte de D. Pedro IV.* 2ª ed., Lisboa, 1914.

– *A última corte do absolutismo em Portugal.* Lisboa, 1893.

Pinto, Antônio Pereira – *Apontamentos para o Direito Internacional, ou Coleção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras.* Rio, 1864.

Pires, Caldeira – *História do Palácio Nacional de Queluz.* Coimbra, 1925-1926.

Pombo, José Francisco da Rocha – *História do Brasil.* Rio, 1935.

Quesada, Vicente G. – *La política del Brasil con las repúblicas del Rio de la Plata.* Buenos Aires, 1919.

– *La política imperialista del Brasil y las cuestiones de limites de las repúblicas sudamericanas.* Buenos Aires, 1920.

Raiol, Domingos Antônio – *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835.* Rio, Maranhão e Pará, 1865-1890.

Rangel, Alberto – *D. Pedro I e a marquesa de Santos.* 2ª ed., Tours, 1928.

– *Trasanteontem.* São Paulo, 1943.

– *Textos e pretextos.* Tours, 1926.

– *No rolar do tempo... opiniões e testemunhos respigados no arquivo do Orsay.* Paris, Rio, 1937.

Rebouças, Antônio Pereira – *Recordações da vida parlamentar.* Rio, 1870.

Resende, marquês de – *Elogio histórico do senhor rei D. Pedro IV.* Lisboa, 1867.

Ribeiro, João – *História do Brasil.* 13ª ed., Rio, 1935.

Rio Branco, barão do – *Efemérides brasileiras.* Edição do centenário do nascimento. Rio, 1946.

Rio Seco, visconde do – *Exposição analítica e justificativa da conduta e vida pública [....] do.* Rio, 1821.

Rocha, Justiniano José da – *Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil.* 2ª ed., Rio, 1901.

Romero, José Luís – *Las ideas políticas en Argentina.* México, 1946.

Roure, Agenor de – *Formação constitucional do Brasil.* Rio, 1914.

Rubio, Julian María – *La infanta Carlota Joaquina y la política de España en América (1808-1812).* Madri, 1920.

Rugendas, João Maurício – *Viagem pitoresca através do Brasil.* Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo, 1940.

Saint-Hilaire, Auguste de – *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes.* Paris, 1830.

Samudio, Nicolás García – *La independencia de Hispano-América,* México, 1945.

Santa Cruz, marquês de – *Memórias.* Rio, 1861.

Santarém, (2º) Visconde de – *Correspondência.* Lisboa, 1921.

Santos, Luís Gonçalves dos – *Memórias para servir à História do Reino do Brasil.* 2ª ed., Rio, 1943.

Seidler, Carl – *Dez anos no Brasil.* Trad. do Gen. Bertoldo Klinger. São Paulo, 1941.

– *História das guerras e revoluções no Brasil de 1825 a 1835*. Trad. de Alfredo de Carvalho. São Paulo, 1939.

Santos, José Maria – *A política geral do Brasil.* São Paulo, 1930.

Santos, Amílcar Salgado dos – *Imperatriz Leopoldina.* São Paulo, 1927.

Santos, Leri – *Panteon fluminense.* Rio, 1880.

São Leopoldo, Visconde de – *Anais da Província de S. Pedro.* Paris, 1839.

Saraiva, Antônio José – *Herculano e o liberalismo em Portugal.* Lisboa, 1949.

Sardinha, Antônio – *A aliança peninsular.* Porto, 1924.

Savaine, Albert – *Le Portugal il y a cent ans.* Paris, s.d.

Say, Horace – *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil.* Paris, 1839.

Schlichthorst, C. – *O Rio de Janeiro como é.* Trad. de Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Rio, s.d.

Schmidt, Maria Junqueira – *A segunda imperatriz do Brasil.* São Paulo, s.d.

Siebertz, Paulo – *A Maçonaria na luta pelo poder (D. Miguel I e a sua época).* Porto, 1945.

Silva, Alfredo Pretextato Maciel da – *Os generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889.* Rio, 1906-1907.

Silva, Francisco Gomes da – *Memórias.* 2ª ed., Rio, 1939.

Silva, Inácio Acióli de Cerqueira e – *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia.* Bahia, 1931.

Silva, Inocêncio Francisco da – *Dicionário bibliográfico português.* Lisboa, 1859-1923.

Silva, J. M. Pereira da – *História da fundação do Império brasileiro*. 2ª ed., Rio, 1877.

– *Memórias do meu tempo.* Paris, Rio, s. d.

– *História do Brasil de 1831 a 1840.* Rio, 1878.

Sisson, S. A. – *Galeria dos brasileiros ilustres.* 2ª ed., São Paulo, 1948.

Sodré, Nelson Werneck – *Formação da sociedade brasileira.* Rio, 1944.

Sommer, Frederico – *Guilherme Luís, barão de Eschwege.* São Paulo, 1952.

Soriano, Simão José da Luz – *História do cerco do Porto.* Porto, 1889.

Revelações da minha vida. Porto, 1891.

– *História da Guerra Civil*. Lisboa, 1866-1890.

Soto-Maior, D. Miguel – *A realeza de D. Miguel.* 2ª ed., Lisboa, 1929.

Sousa, Alberto – *Os Andradas.* São Paulo, 1922.

Sousa, Brás Florentino Henriques de – *Do poder moderador.* Recife, 1864.

Sousa, Otávio Tarquínio de – *José Bonifácio.* Rio, 1945.

– *A Mentalidade da Constituinte (3 de maio a 12 de novembro de 1823).* Rio, 1931.

Sousa, Joaquim Rodrigues de – *Análise e comentário da Constituição política do Império do Brasil.* Maranhão, 1867.

Spix, J. B. von, e Martius, C. F. P. von – *Viagem pelo Brasil.* Trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer, Rio, 1938.

Stapleton, A. G. – *George Canning and his times.* Londres, 1859.

Taunay, Afonso d'E. – *Grandes vultos da Independência brasileira.* São Paulo, 1922. "Cartas da princesa real D. Leopoldina a José Bonifácio (1822)"; "Cartas de D. Pedro a José Bonifácio e deste ao príncipe regente durante a viagem a Minas Gerais (março a abril de 1822)"; "Cartas de D. Pedro, então príncipe regente, a José Bonifácio, sobre diversos assuntos (1822)"; "Cartas de D. Pedro,

príncipe regente a José Bonifácio, e deste ao príncipe, durante a jornada a São Paulo (agosto a setembro de 1822)"; "Depoimentos vários sobre a corte de D. Pedro I e sobre este monarca". *Anais do Museu Paulista,* tomo 3.

Taunay, visconde de – *Memórias.* S. Paulo, 1948.

Tavares, Francisco Muniz – *História da Revolução de Pernambuco em 1817.* 2ª ed., Recife, 1917.

Temperly, Harold – *Foreign policy of Canning, 1822-1827.* Londres, 1925.

Tollenare, L. F. – *Notas dominicais.* Trad. de Alfredo de Carvalho, Recife, 1906.

Torres, Lígia Lemos – *Imperatriz dona Amélia.* São Paulo, 1947.

Uruguai, Visconde de – *Ensaio sobre o Direito Administrativo.* Rio, 1862.

Valadão, Alfredo – *Da aclamação à maioridade.* São Paulo, 1940.

Varnhagen, Francisco Adolfo – *História geral do Brasil.* 3ª ed., São Paulo, s.d.

Vasconcelos, Bernardo Pereira de – *Carta aos senhores eleitores da Província de Minas Gerais.* 2ª ed., Rio, s.d.

Vasconcelos, José J. Reis – *Despachos e correspondência do duque de Palmela.* Lisboa, 1851-1869.

Vasconcelos, Salomão de – *O Fico. Minas e os mineiros na Independência.* São Paulo, 1937.

Vasconcelos, Smith, barão de – *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro.* Lausanne, 1918.

Vasconcelos, Zacarias de Góis e – *Da natureza e limites do poder moderador.* Rio, 1862.

Veiga, José Pedro Xavier da – *Efemérides mineiras.* Belo Horizonte, 1926.

Veiga, Luís Francisco da – *O primeiro reinado estudado* à *luz da ciência ou a Revolução de 7 de abril de 1831 justificada pelo direito e pela História.* Rio, 1877.

Viana, Antônio – *José da Silva Carvalho e o seu tempo*. Lisboa, 1891-94.

Viana, Francisco José de Oliveira – *Instituições políticas brasileiras.* Rio, 1949.

Viana, Hélio – *Contribuição à história da imprensa no Brasil.* Rio, 1945.

Vilhena, Luís dos Santos – *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas.* Bahia, 1921.

Villanueva, Carlos A. – *Napoleón y la independencia de América.* Paris, 1911.

Walsh, Rev. R. – *Notices of Brazil in 1828 and 1829.* Londres, Boston, 1831.

Webster, C. K. – *Gran Bretaña y la independencia de la América Latina.* Buenos Aires, 1944.

– *Foreign policy of Castlereagh, 1815-1822.* Londres, 1925.

Weill, Georges – *l'Éveil des Nationalités et le Mouvement Liberal.* Paris, 1930.

Williams, Mary Wilhelmine – *Dom Pedro the magnanimous second emperor of Brazil.* Chapel Hill, 1937.

Young, William – *Narrative of the persecution and imprisonment in Portugal.* Londres, 1833.

3) PERIÓDICOS E JORNAIS

Araripe, Tristão de Alencar – "Patriarcas da Independência Nacional". *R.I.H.G.B.,* tomo 57.

Bösche, Eduardo Teodoro – "Quadros alternados de viagens terrestres e marítimas, aventuras, acontecimentos políticos, descrições de usos e costumes e povos durante uma viagem ao Brasil." Trad. de Vicente de Sousa Queirós. *R.I.H.G.B.,* tomo 83.

Calmon, Pedro – "História da Independência do Brasil." *R.I.H.G.B.,* tomo 74.

Calógeras, João Pandiá – "A Política Exterior do Império." *R.I.H.G.B.,* tomo especial.

Carneiro, Levi – "O federalismo. Suas explosões. A Confederação do Equador." *Anais do 1º Congresso de História Nacional.* Tomo especial da *R.I.H.G.B.,* Parte III.

Castro, Augusto Olímpio Viveiros de – "Manifestação do sentimento constitucional no Brasil-Reino. A convocação de uma Constituinte pelo decreto de 3 de junho de 1822. Os deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa." *Anais do 1º Congresso de História Nacional.* Tomo especial da *R.I.H.G.B.,* Parte III.

Cunha, Euclides da – "Da Independência à República." *R.I.H.G.B.,* tomo 69.

Dalmassy, Henri Chavane de – "Comment Amélie de Beauharnais devint impératrice." *Revue des questions historiques,* de julho e setembro de 1837.

Daiser – "Correspondência". *R.I.H.G.B.,* tomo 84.

Deiró, Eunápio – "O Sete de Abril." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. XI.

Dória, Franklin. – "A Independência do Brasil." *R.I.H.G.B.,* tomo 59.

Dória, Luís Gastão d'Escragnolle – "Uma testemunha diplomática do Sete de Abril." *R.I.H.G.B.,* tomo 74.

Drummond, Antônio de Meneses Vasconcelos de – "Anotações de [....] à sua biografia." *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. XIII.

– "Sobre a abdicação." Fragmento das memórias de [...]. *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. XIV.

Fazenda, José Vieira – "Antigualhas e memórias do Rio de Janeiro." *R.I.H.G.B.,* tomos 86, 88, 89, 93, 95.

Ferreira, Silvestre Pinheiro – "Cartas sobre a Revolução do Brasil." *R.I.H.G.B.,* tomo 51.

Fleiuss, Max – "D. Pedro I." *Anais do 2º Congresso de História Nacional,* vol. II.

Forte, José Matoso Maia – "Ledo." *Anais do 2º Congresso de História Nacional,* vol. V.

Garcia, Rodolfo – "Explicação às cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos." *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. LVI.

Graham, Maria – "Escorço biográfico de D. Pedro I." *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. LX.

– "Correspondência entre [....] e a imperatriz Leopoldina." *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. LX.

Guimarães, José Maria Moreira – "Generais da Independência." *R. I. H .G .B.,* tomo 106.

Gurgel, Leôncio do Amaral – "Notas sobre o príncipe D. Pedro." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. XVI.

– "A guarda de honra do príncipe D. Pedro." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. IX.

– "Narrativa da viagem de D. Pedro a São Paulo em 1822." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. XXII.

Handelmann, Henrique – "História do Brasil." *R.I.H.G.B.,* tomo 108.

Lima Sobrinho, Alexandre José Barbosa – "A ação da imprensa em torno da Constituinte." *Anais do 2º Congresso de História Nacional,* vol. I.

Lira, Augusto Tavares – "O Conselho de Estado." Boletim da *R.I.H.G.B.,* 1934.

Lobo, Hélio – "George Canning e a América Latina." *Anais do 2º Congresso de História Nacional,* vol. II.

Loureiro, João – "Cartas [....] escritas do Rio de Janeiro ao conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, de 1828 a 1842." *R.I.H.G.B.,* tomo 76.

Mareschal, barão Wenzel de – "A correspondência do [....]." *R.I.H.G.B.,* tomos *77* e 80.

Mariscal, Francisco de Sierra y – "Ideias gerais sobre a revolução do Brasil e suas conseqüências." *Anais da Biblioteca Nacional,* vols. XLIII-XLIV.

Marrocos, Luís J. dos Santos – "Cartas." *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. LVI.

Martins Filho, Enéias – "A missão Santo Amaro." *Anais do 2º Congresso de História Nacional,* vol. II.

Melo, Jerônimo de Avelar Figueira de – "Alguns documentos relativos ao período da Independência." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. XV.

Moncorvo, José Domingues de Ataíde – "Memória sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de abril de 1821 na Praça do Comércio do Rio de Janeiro." *R.I.H.G.B.,* tomo 27.

Otoni, Teófilo Benedito – "Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais [....]." Comentada por Basílio de Magalhães. *R.I.H.G.B.,* tomo 78.

Palha, José Egídio Garcês – "Um episódio da revolução de 7 de abril de 1831." *R.I.H.G.B.,* tomo 53.

Peixoto, José Maria Pinto – "Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência." *R.I.H.G.B.,* tomo 56.

Penalva, Gastão – "D. Pedro I, músico." *Revista Americana,* julho, 1919.

Pinheiro, José Feliciano Fernandes (visconde de São Leopoldo) – "Memórias (...) compiladas e postas em ordem pelo conselheiro Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo." *R.I.H.G.B.,* tomos 37 e 38.

Piza, A. de Toledo – "Documentos sobre a Independência (1821-1823)." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. X.

– "Episódios da Independência de São Paulo." *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo,* vol. IX.

– "Termo de ajuntamento da Câmara para ir ao encontro de Sua Alteza Real." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. IX.

Pombo, José Francisco da Rocha – "A sucessão de D. Pedro I na coroa de Portugal." *Anais do 2º Congresso de História Nacional,* vol. I.

Porto Alegre, Manuel Araújo – "Discurso sobre Manuel Antônio Galvão." *R.I.H.G.B.*, tomo 15.

Raffard, Henri – "Pessoas e cousas do Brasil." *R.I.H.G.B.,* tomo 61.

Resende, Marques de – "Correspondência." Tomo 80.

Romeiro, João Marcondes de Moura – "De D. João VI à Independência." *Anais do 1º Congresso de História Nacional.* Tomo especial da *R.I.H.G.B.,* Parte I.

Santos, Lúcio José dos – "A viagem do imperador a Minas." *Anais do 2º Congresso de História Nacional,* vol. I.

Sena, Ernesto – "José Clemente Pereira." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. XII.

Sousa, Otávio Tarquínio – "A dissipação de um latifúndio." *Digesto Econômico,* agosto, 1947.

Taunay, Afonso d'E. – "Cartas inéditas da imperatriz Leopoldina a José Bonifácio." *R.I.H.G.B.*, tomo 91.

"No Brasil Imperial." *R.I.H.G.B.,* tomo 87.

Varnhagen, Francisco Adolfo – "História da Independência." *R.I.H.G.B.,* tomo 79.

Vasconcelos, Mário de Barros – "A Missão Rio Maior." *Anais do 2º Congresso de História Nacional,* vol. II.

Veiga, Evaristo Ferreira da – "Poesias." *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. XXXIII.

Wittkowski, Vítor – "Notas sobre D. Pedro I." *Correio da Manhã* de 9 de setembro de 1951.

Anais da Biblioteca Nacional.

Anais do 1º, 2º, 3º e 4º Congresso de História Nacional.

Anais do Itamarati.

Anais do Museu Paulista.

Anuário do Museu Imperial.

Revista do Arquivo Público Mineiro.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (R.I.H.G.B.)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
Astreia.
Aurora Fluminense.
Correio Brasiliense.
Correio do Rio de Janeiro.
Crônica Constitucional do Porto, 1832-1833.
Crônica Constitucional de Lisboa, 1833.
Diário Fluminense.
Diário do Governo.
Gazeta do Brasil.
Echo Français (L'). (Fotocópia da Biblioteca Nacional de Paris.)
Espelho (O).
Gazeta do Rio de Janeiro.
Malagueta (A).
Nova Luz Brasileira (A).
Repúblico (O).
Revérbero Constitucional Fluminense.
Tamoio (O).
Tribuno do Povo (O).
Verdadeiro Liberal (O).

(As coleções desses jornais foram em sua grande maioria consultadas na Biblioteca Nacional.)

. . . .

Índice onomástico

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

T

V

W

X

Sobre Otávio Tarquínio de Sousa

"A obra de Otávio Tarquínio de Sousa se incorporou definitivamente à nossa fisionomia cultural. Ele não passará. Será, daqui a séculos, uma expressão do Brasil."

Afonso Arinos de Melo Franco

"A série que afinal constituiu a *História dos Fundadores do Império*, obra cuja importância na avaliação da realidade nacional o tempo só fará acentuar estudos que consagraram em Otávio Tarquínio o historiador que ele veio a ser e o homem público que nele vigilava."

Carlos Lacerda

"Mestre da historiografia (...). É história calcada nos arquivos do tempo, afinada à melhor teoria contemporânea e redigida com suma probidade – a probidade desse grande homem de bem que é Otávio Tarquínio de Sousa, cujo empenho confessado é o de atingir 'um máximo de exatidão e verdade: a verdade ao alcance da História'. É um livro que honra uma vida."

Carlos Drummond de Andrade

"Erguida pedra sobre pedra, a obra do notável historiador desenvolveu-se vigorosa, ampla e meditada, ao longo de duas décadas. E toda ela foi lançada com o selo desta Editora [José Olympio], que teve o privilégio, ainda, não só do convívio de Otávio Tarquínio de Sousa como de sua inestimável colaboração, como diretor da Coleção Documentos Brasileiros, no período que vai do 19º ao 110º volume."

José Olympio, editor

9 788570 186140